

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

José Garcia Chanes Junior

**ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: SUA
IMPLEMENTAÇÃO NA E.E. PROF. RENATO SÊNECA DE SÁ
FLEURY, EM SOROCABA**

SOROCABA/SP

2008

Ficha Catalográfica

C43e Chanes Júnior, José Garcia
Escola de tempo integral no Estado de São Paulo : sua implementação na E. E. Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury, em Sorocaba / José Garcia Chanes Júnior. -- Sorocaba, SP, 2008. 207 f.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2008.
Inclui bibliografias e anexos.

1. Escolas públicas – São Paulo (Estado). 2. Educação integral – São Paulo (Estado). 3. Educação e Estado – São Paulo (Estado). 4. Ensino fundamental – Sorocaba (SP). I. Sandano, Wilson, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

José Garcia Chanes Junior

**ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: SUA
IMPLEMENTAÇÃO NA E.E. PROF. RENATO SÊNECA DE SÁ
FLEURY, EM SOROCABA**

Dissertação apresentada à banca examinadora do programa de pós-graduação em educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano

SOROCABA/SP

2008

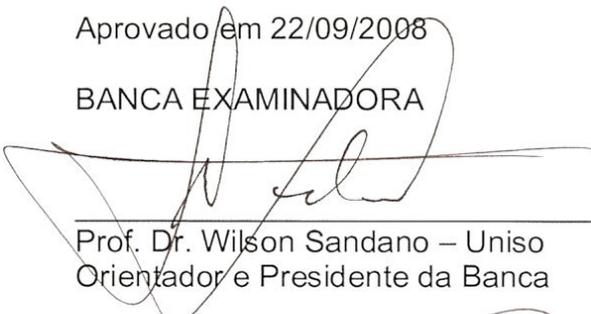
José Garcia Chanes Júnior

**ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: SUA
IMPLEMENTAÇÃO NA E.E. PROF. RENATO SÊNECA DE SÁ
FLEURY, EM SOROCABA**

Dissertação apresentada como exigência
parcial para obtenção do Título de Mestre em
Educação na Universidade de Sorocaba.

Aprovado em 22/09/2008

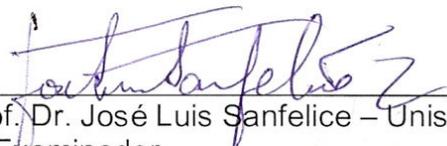
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Wilson Sandano – Uniso
Orientador e Presidente da Banca



Prof. Dr. Zacarias Pereira Borges – Unicamp
1º Examinador



Prof. Dr. José Luis Sanfelice – Uniso
2º Examinador

Sorocaba/SP
2008

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Wilson Sandano pelo apoio e paciência na orientação deste trabalho.

Aos professores doutores, Eliete Jussara Nogueira, Pedro Laudinor Goergen, Vania Regina Boschetti e Fernando Casadei Salles, que demonstraram atenção e ajudaram no meu crescimento.

A bibliotecária Regina Célia Ferreira Boaventura, a Charleny Lagoa, as professoras Lucia Inês Alves Martins e Regina Maris Garcia que me ajudaram na revisão deste trabalho.

Também agradeço, aos colegas da E.E. Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury, em especial a diretora Maria das Graças Gambacorta que me estendeu as mãos.

Aos colegas da E.E. Dr. João Machado de Araujo que desde o primeiro momento me apoiaram e ajudaram para que a jornada longa não se transformasse em longa jornada..

Agradeço também aos professores doutores Zacarias Pereira Borges e José Luis Sanfelice pela participação como membros da banca examinadora, contribuindo muito com este trabalho.

A todos, meu muito obrigado.

Goza a euforia do vôo do anjo perdido em ti.
Não indagues se nessas estradas, tempo e vento
desabam no abismo.
Que sabes tu do fim?
Se temes que teu mistério seja uma noite,
enche-o de estrelas.
Conserva a ilusão de que teu vôo,
te leva sempre para o mais alto.
No deslumbramento da ascensão
se pressentires que amanhã estarás mudo,
esgota, como um pássaro,
as canções que tens na garganta.
Canta.
Canta para conservar uma ilusão de festa e de vitória.
Talvez as canções adormeçam as feras
que esperam devorar o pássaro.
Desde que nasceste não és mais que um vôo no tempo.
Rumo ao céu?
Que importa a rota?
Voa e canta enquanto lhe resistirem as asas

(Menotti Del Picchia)

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema principal o projeto das escolas de tempo integral do estado de São Paulo (ETIs), implantado em Sorocaba.

O objetivo deste trabalho é sistematizar as informações que envolveram toda a implantação e funcionamento das ETIs dessa cidade, principalmente a escola estadual Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury localizada no jardim Europa no município de Sorocaba.

Vale destacar, que uma das motivações do trabalho é tentar compreender a concepção, a aceitação e a implantação do projeto, iniciado no final de 2005 em 500 unidades que fizeram a adesão. E buscar pistas de se a proposta de tempo integral para a escola pública no Brasil pela lógica neoliberal pode ser um avanço sem se submeter lógica do controle e da segregação social?

Trata-se de um texto que procura contribuir para o estudo das políticas públicas implantadas no país e das escolas de tempo integral.

Palavras Chave: Escola Pública. Tempo Integral. Política Educacional. Ciclo I.

ABSTRACT

This research has as the main theme the project of the full-time schools in the state of São Paulo (ETIs), introduced in Sorocaba.

The purpose of this work is to systematize the information that involved the introduction and function of the ETIs in that city, mainly the public school Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury, located at Jardim Europa, in Sorocaba county.

It is worth saying that one of the motivations of this work is trying to figure out the concept, acceptance and introduction of the project started in the end of 2005, in 500 schools which joined the project. And also trying to search for clues to find out if the proposition of a full time period for the public schools in Brazil, through neoliberal logic, can be an improvement without being submitted to the logic of the social control and segregation.

It is a text that tries to contribute to the studies of the public policies introduced in the country and the full time schools.

Key words : Public School, Full Time, Educational Policy, Cycle 1

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A ORIGEM DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL PARA AS CAMADAS POPULARES NO BRASIL	
2.1 Tempos da história da educação brasileira no início da República.....	29
2.2 Tempos de Anísio Teixeira.....	39
2.3 Tempos de ampliação do horário para a educação popular.....	51
3 ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ETI)	
3.1 Panorama político, social e educacional que originou as ETIs.....	72
3.2 A implantação do projeto ETI.	83
4 E.E. PROF. RENATO SÊNECA DE SÁ FLEURY – A PRODUÇÃO DE UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL	
4.1 A construção de uma identidade: as idéias, as imagens e o pensamento da escola de tempo integral.....	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	145
ANEXO A- Discurso de A. Teixeira na inauguração da Escola Parque.....	150
ANEXO B- Planta da escola parque.....	154
ANEXO C- Resultado da eleição de 1982 para governador.....	155
ANEXO D- Decreto 21.833 que institui o ciclo básico em São Paulo.....	156
ANEXO E- Decreto 25.469 que institui o PROFIC.....	158
ANEXO F- Decreto 25.753 que altera o decreto 25.469.....	162
ANEXO G- Resolução SE 89 institui o projeto escola de tempo integral.....	165

ANEXO H- Evolução do número de classes das escolas participante do projeto escola de tempo integral entre 2000 e 2007.....	168
ANEXO I- Evolução do número de alunos das escolas participante do projeto escola de tempo integral entre 2000 e 2007.....	178
ANEXO J- Evolução do número de alunos das escolas de Sorocaba entre 2000 e 2007.....	186
ANEXO K- Matriz curricular proposta na implantação do projeto ETI.....	188
ANEXO L- Resolução SE 77 dispondo sobre o funcionamento, a reorganização curricular e o processo de atribuição das ETIs.....	192
ANEXO M- Mapa do desempenho das ETIs em 2006 em Sorocaba.....	200
ANEXO N- Dados comparativos entre 2005 e 2006 da E.E. Prof. Renato S. S. Fleury.....	201
ANEXO O- Resultados educacionais comparativos entre 2005 e 2006 da E.E. Prof. Renato S.S. Fleury.....	202
ANEXO P- Resultado do SARESP 2007 da E.E. Prof. Renato S. S. Fleury.....	203
ANEXO Q- Ata da reunião do conselho de escola da E.E. Prof. Renato S. S. Fleury para aceitação do projeto Escola de Tempo Integral.....	204
ANEXO R- Boletins da APEOESP denunciando falhas no projeto ETI.....	206
ANEXO S- Ata da reunião da comissão de educação da assembléia legislativa de São Paulo referente ao projeto ETI, com a secretária da educação.....	208

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema principal a implantação do projeto de escola de tempo integral na unidade de ensino estadual denominada E.E. Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury. Localizada no Jardim Europa em Sorocaba, cidade com 552.194 habitantes¹ e 456,0 km² de área Total, sendo 249,2 km² considerada urbana e 206,8 km² rural. A cidade está localizada na região sudoeste do estado de São Paulo, a 96 Km de distância da capital São Paulo.

O objetivo geral deste trabalho é sistematizar as informações que envolveram toda a implantação e funcionamento das ETIs, concebidas como projeto no final da gestão Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, em 2005, que foi aceito sem discussões e implantado em 500 unidades escolares do estado de São Paulo.

Vale destacar, que uma das motivações é buscar pistas de que se a proposta de tempo integral para a escola pública no Brasil pela lógica neoliberal pode ser um avanço, sem submeter-se à lógica do controle e da segregação social?

Quanto ao aspecto metodológico, este estudo se insere no campo da pesquisa qualitativa, pois busca percepções e entendimento sobre a natureza geral da escola pública de tempo integral para as camadas populares, abrindo espaço para a interpretação.

Utilizamos como fontes primárias e secundárias às legislações educacionais, os dados coletados na Diretoria de Ensino de Sorocaba dos registros oficiais, reportagens dos jornais, Cruzeiro do Sul, Bom dia de Sorocaba, Folha de São Paulo

¹ Estimativa IBGE – novembro de 2007

e Estado de São Paulo², bem como depoimento da comunidade escolar retratando o projeto.

Consideramos que o papel social da educação pública no Brasil vem ao longo da nossa história sofrendo transformações, com encaminhamento das políticas públicas através das legislações, sempre com o discurso oficial apontando como objetivo a melhoria do ensino para que haja uma melhor formação do indivíduo e uma melhor adequação do papel da instituição escolar.

A ampliação do tempo escolar no discurso oficial aparece como justificativa para uma melhoria na qualidade do ensino, pois o termo qualidade atualmente aparece como preocupação da escola pública, quer seja na forma da legislação³ ou no cotidiano escolar é usado nos mais diversos segmentos, tanto pelas centrais sindicais⁴ como pelos órgãos educacionais, tanto pelos pais como pelos professores, com isso acaba sendo criado um consenso de objetivo. Para Enguita (2001, p.95) “Todos coincidem em aceitar a qualidade da educação ou do ensino como objetivo prioritário ou como um dos muito poucos que merecem consideração”.

A qualidade na educação passa a ser a meta principal após ser “democratizado” o acesso e conseqüentemente satisfazer a pressão popular quanto à possibilidade de freqüentar a escola pública. Segundo Enguita (2001, p. 96) “O

² Sorocaba conta com três jornais de circulação diária, o jornal Cruzeiro do Sul, o Diário de Sorocaba e o jornal Bom dia .

³ A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 206 no inciso VII, define que o ensino será ministrado com base nos princípios de garantia de qualidade. Também a lei 9394/96 no seu artigo 3º, inciso IX enuncia que o ensino será ministrado com base nos princípios de garantia de padrão de qualidade;

⁴ A 2ª Carta de Belo Horizonte elaborada na II Conferência da Política Nacional de Formação da CUT do Brasil cita que em resposta à histórica pergunta de quem educa os educadores, as experiências da CUT em formação de educadores têm demonstrado a possibilidade de articular educação popular e escola pública, respeitando os saberes docentes construídos na prática educativa, considerados como ponto de partida para a construção de um novo conhecimento pedagógico e de um compromisso com a escola pública gratuita e de qualidade.

acesso a todo recurso escasso começa sempre por constituir um problema quantitativo para converter-se posteriormente em uma questão qualitativa”.

Por muito tempo a palavra de ordem foi o acesso de todos à educação pública, em seguida superada essa barreira⁵, tivemos a permanência na escola como meta a ser atingida, hoje se fala na qualidade da educação pública como algo a ser perseguido.

Considerando que a ideologia das classes, ou da classe dominante chega às classes subalternas, operária e camponesa, por vários canais, através dos quais a classe dominante constrói a própria influência do ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda coletividade, a própria hegemonia. Um desses canais é a escola.(GRUPPI, 1978, p. 143), então não podemos acreditar que conceito de qualidade na educação é único.

Paro (2001, p.93) afirma que “a escola é uma das únicas instituições para cujo produto não existem padrões definidos”.

Qualidade total, competitividade e modernização são palavras normalmente encontradas no discurso neoliberal para a educação. Conceitos que foram trazidos para a esfera pública pela iniciativa privada.

Partindo da premissa de que existem diferentes formas de entender a qualidade na educação e, que a formação do conceito para as camadas populares

⁵ De acordo com o relatório do INEP, com relação ao censo de 2005 o comportamento da matrícula nas diferentes etapas/níveis e modalidades da educação básica reflete o fluxo escolar, as variáveis demográficas e a priorização estabelecida pelas políticas educacionais. Na Educação Infantil, houve um crescimento de 4,4%, em 2005, o que indica ampliação da cobertura no atendimento escolar até 6 anos de idade. A Educação Especial e a Educação Profissional também registraram crescimento da matrícula, de 1,8% e 4,6%, respectivamente. No Ensino Fundamental e no Ensino Médio, na modalidade regular, observou-se uma tendência de leve decréscimo das matrículas. A redução no Ensino Fundamental foi de 1,4%, concentrada no primeiro segmento (1ª a 4ª série). No Ensino Médio, a matrícula apresentou uma variação negativa de 1,5% em comparação com 2004. A queda na matrícula nas cinco séries iniciais do ensino fundamental (-1,6%) já era esperada, pois reflete tanto a melhoria do fluxo escolar – indicando que o sistema de ensino brasileiro vem diminuindo a retenção de alunos nas séries iniciais – quanto a transição demográfica em curso no País.

recebe a carga ideológica da classe dominante, pesquisar quais as ações e quais as práticas são consideradas qualificadoras assume importância, pois é preciso entender as intenções nas definições do que é qualidade na educação para o senso comum e quais práticas que induzem as camadas populares a acreditar que a injusta ordem da sociedade de classes é algo natural, justificando as desigualdades de todos os tipos.

Entendemos que estamos vivendo em uma sociedade capitalista, portanto uma sociedade de classes sociais antagônicas, o Estado nessa sociedade reflete o antagonismo das classes, tentando gerenciar essas contradições, portanto o Estado figura como gerenciador e administrador de conflitos sempre em última instância, tendendo nesse tipo de sociedade a preservar os interesses do capital, que nessa relação entre o capital e o trabalho, o capital é o pólo hegemônico. Segundo Marx e Engels (1998, p.80) “a condição de existência do capital é o trabalho assalariado”

Nessa relação, as contradições devem existir, pois nem o capital pode exterminar o trabalho, que é à base da sua reprodução pela mais valia, nem o trabalho, nesse tipo de sociedade sobrevive sem o capital.

Essas contradições são gerenciadas pelas políticas públicas, por existir uma necessidade objetiva de responder os problemas sociais e para manter o ordenamento que garanta a funcionalidade da reprodução do capital.

Para um estado a serviço do capital é preciso manter uma certa ordem, uma condição de relações e uma base material que permita a reprodução cada vez mais do capital, isso é uma necessidade objetiva desse tipo de sociedade e não é uma necessidade objetiva só da classe do capital, é uma necessidade objetiva também da classe do trabalho, porque na medida em que o homem precisa produzir e

reproduzir a sua própria existência, a condição histórica objetiva é de fazer essa reprodução em condições de exploração.

Então, o trabalhador tem que se defender; se de um lado o capital precisa das políticas para garantir o ordenamento que vai permitir a continuidade da sua reprodução, por outro lado o trabalho precisa exigir políticas sociais para sobreviver numa condição de exploração e quem sabe mudar essa condição saindo da situação de exploração.

Com o capital avançando no privilégio dos seus interesses, o trabalho contrapõe e se numa outra conjuntura histórica, é o trabalho que avança e conquista direitos, políticas sociais interessantes, é claro que o capital contrapõe, pois os direitos conquistados pelos trabalhadores dificultam o avanço do capital.

Então, vai se assistindo esse avançar e recuar dependendo da conjuntura dessa relação conflituosa capital e trabalho.

A partir dos anos 70 com a crise do modelo de governo baseado na política do bem estar social, houve um novo rompimento do capital; E esse novo movimento do capital nesta chamada ótica da globalização e na forma que esse novo movimento do capital implicou em novas relações com o trabalho, em decorrência também de uma nova revolução tecnológica, que acarretou na mudança das regras das relações.

A evolução tecnológica, a informática, a microbiologia, a necessidade de buscar soluções para as relações do homem com o planeta exigiram dentre outras mudanças, também um outro tipo de trabalhador.

Com a globalização e a relação do movimento mundializado do capital, percebe-se que ele se reflete em todos os lugares, inclusive nos países menos desenvolvidos.

Quanto à globalização, nota-se que ela se mostra diferente para cada país e não é de efeito homogêneo, falar da globalização para o Mercado Comum Europeu não é a mesma coisa de falar para a o Mercosul.

A variedade de condições é imensa, as conseqüências no entanto são diferentes, não é só o Brasil, a América Latina, África e outros países são chamados ao processo de globalização na condição de periferia, na condição de subalternidade.

Não foram poucas as mudanças que foram impostas a esses países pelas agências bilaterais, além da Unesco, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

No Brasil a partir dos anos 90, tendo apenas como marco o governo Collor, as políticas públicas seguiram na direção da reforma do Estado. Segundo Sanfelice (2006, p. 61) “aqui no Brasil, do governo Collor para cá, é extremamente claro. Tudo vem sendo feito para a acomodação à lógica neoliberal”.

A reforma do Estado foi feita tendo em vista o conceito que o Estado deve ser mínimo, algo puramente teórico e que nunca vai se materializar na prática porque o Estado será mínimo para o trabalho e máximo para o capital. Se o Estado será mais para o capital e menos para o trabalho a teoria do Estado mínimo não vai se concretizar no que diz respeito ao interesse do capital e pela lógica que acompanha esse conjunto de propostas.

Nesse contexto e pela lógica do pensamento neoliberal, o que passa a regular a sociedade não é a política, não é o estado, é o mercado. Para Zanardini (2006, p. 124) “o padrão de estado neoliberal que vem sendo construído nessas últimas décadas aponta o mercado como motor capaz de criar e promover o desenvolvimento da sociedade moderna”.

A partir daí, existe uma imensa inversão, toda essa visão passa a ser de uma lógica eminente de mercado, na verdade é como se o mercado fosse soberano no ordenamento da sociedade.

Essa regulação pela lógica de mercado visualiza a educação como um produto, portanto um bem que tem um custo, considerando que nas relações do capital com o trabalho é fundamental o tempo de produção, então o processo educativo deveria ser pensado em função da diminuição do seu tempo.

Observamos em alguns segmentos da educação a confirmação dessa lógica do “time is money”, como a permissão dos cursos rápidos. A LDB em seu artigo 44^o prevê a existência para o ensino superior, além dos cursos de graduação, os de pós-graduação, de extensão, também os cursos seqüenciais.

O MEC aponta em seu site os cursos seqüenciais que constituem uma modalidade do ensino superior, na qual o aluno, após ter concluído o ensino médio, pode ampliar seus conhecimentos ou sua qualificação profissional. Destinam-se à obtenção ou atualização de qualificações técnicas, profissionais ou acadêmicas.

Os cursos seqüenciais devem ser entendidos como uma alternativa de formação superior, destinada a quem não deseja fazer, ou não precisa de um curso de graduação plena. O curso seqüencial apenas confere um certificado, ou um diploma que atesta conhecimento acadêmico em determinado campo do saber. Um curso dessa natureza geralmente é entendido como uma oportunidade de inserção mais rápida no mercado de trabalho. Vale dizer que o objetivo aqui não é tecer críticas aos cursos de curta duração, apenas realçar uma tendência de diminuição do tempo de escola.

Em relação ao ensino médio, proliferam pelas grandes cidades anúncios com a possibilidade de conclusão do ensino supletivo em 60 dias. Iniciativas que visam

àqueles que necessitam a regularização junto ao mercado de trabalho em função da crescente exigência de escolaridade. Essas propagandas não se referem aos cursos oferecidos pelo governo, mas utilizam os exames supletivos realizados pelos órgãos oficiais para fins de certificação dos cursos rápidos.

Essas ações, tanto para o ensino superior como para o ensino médio, são perfeitamente compreensíveis quando situadas em uma sociedade capitalista que tem o tempo como um bem precioso. Quanto mais rápida for a formação para o trabalho, melhor para o capital.

Para o ensino fundamental público, ao contrário, nas últimas décadas a tendência que se verifica é de um aumento do tempo escolar. A LDB faz essa previsão, em seu artigo 34 enunciando que: “a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”.

Esse progressivo aumento da permanência na escola é reafirmado no segundo parágrafo do mesmo artigo, definindo que o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

A alusão à ampliação do tempo de permanência na escola, quer pelo aumento de horas diárias ou pela quantidade de dias de aula, em função de uma pretensa qualidade não é nenhuma novidade, se buscarmos na trajetória da educação pública brasileira, acharemos experiências de instituições onde o ensino era ministrado com um horário ampliado, porém esse ensino não era público e nem visava às camadas populares.

Então, cabem algumas reflexões sobre essa busca pela escola de tempo integral no ensino público básico. De uma forma simplista, não levando em conta nenhuma das variáveis que influenciam no processo ensino e aprendizagem, para o

senso comum o aumento da carga horária na escola pública influenciaria diretamente em um melhor aprendizado. Em outras palavras quanto maior fosse o tempo do aluno na instituição, maior seria o aprendizado.

Qualquer análise mais aprofundada da afirmação que existe entre o tempo de permanência na escola e o aprendizado uma relação diretamente proporcional, demonstra não ser verdadeira. Não basta aumentar a quantidade de tempo escolar para que aumente o aprendizado.

Nesse sentido Silva (2002, p. 168) diz que “não é só o aumento do tempo de permanência na escola que proporcionará uma melhoria da qualidade do ensino, a ampliação do tempo escolar precisa vir acompanhada de uma nova visão do papel da escola”.

Também Mauricio (2002, p. 121) afirma que “a simples extensão da escolaridade diária não garante o funcionamento ótimo da escola”.

Em 2006, o centro de estudos em educação cultura e ação comunitária (CENPEC) realizou em novembro na cidade de São Paulo o seminário nacional “Tecendo redes para a educação integral” patrocinado pela UNICEF e Fundação Banco Itaú. Desse seminário resultou um documento onde apresenta a educação integral por diversas concepções: pelo princípio de organização de currículo (abordagens transdisciplinares, interdisciplinares e transversais), outra pela concepção da idéia de currículo baseado em vivências e experiências, na aprendizagem articulada a partir de projetos temáticos. Também pode a educação integral ser entendida como a formação da pessoa nas múltiplas dimensões no curso da vida.

Afirma o documento, contudo, que a concepção muito difundida é a que toma o termo integral pela carga horária do atendimento escolar, que a extensão pura e

simples da quantidade de horas da jornada escolar não é suficiente para efetivar uma proposta de educação integral.

Paro (1988, p.226) com relação ao aumento da carga horária da escola pública afirma que,

Antes de superá-la, é preciso que as quatro horas existam, de fato como escolaridade usufruída por toda clientela escolar. É por isso que não se pode falar em graus de extensão sem se considerar também um segundo aspecto da questão, precisamente aquele relacionado com as condições que precisam ser oferecidas em termos de funcionamento da escola.

Para Freitas (2004, p. 156) “não basta dar mais tempo para o aluno aprender. É preciso exercer uma ação eficaz no tempo adicional que ele passa na escola. A mera passagem do tempo não gera aprendizagem”.

Ainda supondo que comprovadamente existisse essa relação entre o tempo de permanência e o aprendizado, por que as políticas públicas apontam esse caminho apenas para o ensino fundamental e esporadicamente?

Em 2005, atuando como professor em uma escola pública em Sorocaba, pude presenciar a proposta de implantação do projeto escola de tempo integral naquela unidade. Os benefícios da implantação da escola de tempo integral foram alardeados por todos da escola, na época. Aos alunos era feita a relação simplista de que aumentando a permanência aumentaria a aprendizagem. Já os pais e as mães, poderiam trabalhar tranquilos sabendo que os filhos das 07:00 às 16:00 horas estariam na escola, não correndo o risco da ociosidade nas ruas.

Os professores com a implantação do projeto teriam uma possibilidade de ampliação ou manutenção da carga horária visto que por diversos motivos as unidades que aderiram o projeto tinham problemas com a demanda escolar. Em função dos professores ocuparem uma posição que historicamente lhes conferiam

credibilidade, a aceitação do projeto por eles reproduziu o discurso de que o aumento da carga horária seria um benefício para o aluno.

Foucault (1979, p. 13) diz que “o intelectual é alguém que ocupa uma posição específica, mas cuja à especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo da verdade em nossas sociedades”.

Para a comunidade escolar, os professores funcionaram como esses intelectuais e ao não questionarem legitimaram o projeto como sendo uma mudança para melhor. Porém a mudança de uma estrutura educacional não pode ser vista apenas pelos interesses individuais ou de pequenos grupos.

Assim sendo, despertou maior interesse em pesquisar se a proposta de tempo integral para a escola pública no Brasil pode ser um avanço sem se submeter lógica do controle e da segregação social?

Fica claro que uma pesquisa sobre a escola pública brasileira de tempo integral se mostra muito ampla e não se esgota, pois inúmeras experiências foram e estão sendo realizadas.

Procurar pistas sobre possíveis respostas de que se a proposta de tempo integral para a escola pública no Brasil pode ser um avanço no sentido da melhoria sem se submeter lógica do controle e da segregação social, no universo de projetos que afloram seria impossível devido as especificidade de cada um. Optamos por realizar a pesquisa baseada no projeto da escola de tempo integral do governo do Estado de São Paulo proposto e aceito pela comunidade da E.E. Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury.

É importante destacar que, no início deste trabalho, acreditávamos ser extremamente fácil este estudo: primeiro, porque fazemos parte da história da educação pública do Estado de São Paulo em dupla função: como professor e

diretor de escola. Pensávamos conhecer praticamente todos os motivos que levaram a proposta pelo governo e aceitação das escolas do projeto, segundo. porque como já citamos, vivenciamos todas as questões apontadas. Porém durante a pesquisa tivemos que fazer um exercício constante de desprendimento afetivo com o objeto estudado, razão pela qual não optamos por realizar o estudo na unidade que presenciávamos como professor a proposta do projeto ser apresentada.

Evidentemente que a busca desses significados não será isenta, segundo Minayo (2004, p.37) “Nenhuma pesquisa é neutra seja ela qualitativa ou quantitativa. Pelo contrário, qualquer estudo da realidade, por mais objetivo que possa parecer, por mais ingênuo ou simples nas pretensões tem a norteá-lo um arcabouço teórico que informa a escolha do objeto”.

A maior motivação para iniciar esta pesquisa veio dos questionamentos feitos em função da aceitação imediata das unidades que se adequavam à condição prévia para a adesão ao projeto. Percebemos que somente um trabalho mais sistematizado e orientado levaria as pistas sobre os fatos que a construíram. Para tanto, foi preciso buscar conceitos e autores que pudessem revelar essa trajetória.

Nesse percurso entendemos que a educação em tempo integral pública para as camadas populares aparece no Brasil como um conceito novo, confundindo-se, muitas vezes, com o de educação integral. Surge com as idéias de Anísio Teixeira sobre o que é uma escola pública igualitária. As teorias de Anísio que fundamentam essa educação estão baseadas, em Dewey e Kilpatrick.

Na década de 1930, a história registra no Rio de Janeiro a implantação por Anísio Teixeira da Escola México, que foi uma experiência de semi-internato.

Em Salvador na Bahia, na década de 1950, Anísio também cria uma escola em tempo integral, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro - um complexo de quatro

escolas e uma escola-parque, que foi apenas parcialmente construído, contudo muito discutido, desarticulado e esquecido durante anos e que ainda hoje serve de ícone para os projetos de escola de tempo integral.

Como contribuição, mesmo que de forma limitada com pesquisadores e educadores que se interessam pelo projeto de escola de tempo integral, elaboramos um panorama geral da educação no Brasil focando no surgimento e na atuação de Anísio Teixeira para a concepção e implantação da idéia de uma escola nova para as camadas populares. O objetivo é procurar localizar a origem e traçar um quadro histórico-social do surgimento da escola de tempo integral para as camadas populares no Brasil, os questionamentos sociais e políticos que envolveram a sua implantação, buscando, com isso, compreender seu funcionamento e suas finalidades, para isso nos baseamos inicialmente em Paro (1988) e Carvalho (1989, 2000), chegando depois a Anísio Teixeira e nos dados constantes na biblioteca virtual Anísio Teixeira mantida pela fundação Anísio Teixeira em parceria com o Prossiga⁶.

Para o alcance desses objetivos, a partir da República, buscou-se a escola pública para as camadas populares pelo manifesto dos pioneiros da educação nova em 1932. O surgimento da idéia de tempo integral para essa camada, a partir de Anísio Teixeira, com a experiência da escola Parque na Bahia, na década de 1950 e em uma trajetória temporal projetos como o PROFIC no estado de São Paulo, o CIEP no Rio de Janeiro, o CIAC e o CAIC em âmbito federal e CEU na cidade de São Paulo, foram analisados percebendo suas características e as possíveis mediações entre as políticas públicas e a educação.

⁶ Programa de Informação e Comunicação para Ciência e Tecnologia Criado em 1995 pelo governo federal, o programa Prossiga tem por objetivo promover a criação e o uso de serviços de informação na Internet voltados para as áreas prioritárias do Governo Federal, assim como estimular o uso de veículos eletrônicos de comunicação pelas comunidades dessas áreas.

Em seguida começamos fechar o foco da pesquisa na análise da legislação que criou as ETIs, verificamos que apesar do discurso oficial informar que a forma de participação no projeto seria por adesão, a unidade que aceitasse teria que ter espaço físico ocioso.

Buscamos estabelecer um diálogo entre as diretrizes do projeto e as idéias de Paro (1988, 2001, 2007, 2008), Cavaliere (2002, 2003, 2007) , Coelho (2002,2003) e Alves (2001) sobre o tema.

Através de dados estatísticos oficiais, mapeamos a situação das 500 unidades que aderiram o projeto entre os anos 2000 e 2007, em relação à demanda escolar (número de alunos e de classes) e verificamos que 90% delas apresentavam problemas de demanda.

Utilizando dados oficiais e reportagens de jornais procuramos investigar o contexto histórico da criação das ETIs (escolas de tempo integral), na rede pública estadual paulista.

De posse desse levantamento, passamos através do estudo empírico a procurar entendimento sobre as percepções dos sujeitos envolvidos na E.E. Prof Renato Sêneca de Sá fleury em relação ao tema em análise.

Sanfelice (2007, p. 77) afirma que,

Pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica etc;) que agem e interagem entre si, “acomodando-se” dialeticamente de maneira tal que daí resulte uma identidade.

Segundo Boff (1997, p. 9) “Todo ponto de vista é à vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura”.

Toda conceituação atende a um determinado tempo, lugar, ocasião e vontade dos definidores. O olhar que hoje define uma determinada realidade, conforme se conhece mais esta realidade a tendência é ir incorporando elementos em uma definição ou até mesmo a buscar novas formas de ver e de compreender esta realidade, então deve ser levado em conta que este trabalho acerca da escola de tempo integral é um ponto visto por um ponto de vista.

Freire (1991, p. 58) disse que "Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro à tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática".

Portanto, as reflexões aqui contidas são influenciadas pela trajetória de um ser histórico que nasceu em uma cidade do interior de São Paulo, membro de uma família humilde, passou a infância e a adolescência em um bairro periférico de Sorocaba, considerado na época o mais violento da cidade. Fez o percurso formativo no ensino fundamental e médio em escolas públicas e terminou o ensino superior em instituição privada, no período noturno, em função de já estar inserido no mercado de trabalho. Escolheu a licenciatura em matemática, não por inclinação, mas por questões econômicas. Pela mesma razão, começou a carreira pública como professor contratado do governo do estado de São Paulo ainda estudante, mais em função da facilidade da contratação do que pela sedução do magistério.

Iniciou o magistério na cidade de Barueri, região metropolitana da grande São Paulo, em 1986, ainda estudante, presenciou escolas públicas funcionando em 04 períodos⁷. Nessa época a reclamação com relação aos turnos excessivos dentro da

⁷ As escolas funcionavam com 03 turnos diurnos e um noturno, com o período da manhã iniciando as aulas às 7 horas e terminando às 11 horas, imediatamente iniciava o período intermediário que

escola era mais pela impossibilidade de se efetuar a limpeza das salas de aula do que em aumentar a carga horária de aulas para um melhor aprendizado, pois se fosse levado à risca o horário de trabalho, quando um aluno levantasse da carteira para o término da jornada, outro deveria imediatamente sentar-se.

Em 2006 quando pude presenciar a implantação do projeto de escola de tempo integral na rede estadual paulista teve despertado o interesse em pesquisar se a proposta de tempo integral para a escola pública pode ser um avanço sem se submeter lógica do controle e da segregação social?

A opção pela Escola Estadual Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury que a principio não tinha nenhuma representação afetiva foi por achar que com isso teria isolado qualquer interferência nesse sentido. Percebemos depois que as impressões invariavelmente teimavam em aflorar e que não existe pesquisa isenta, pois segundo Tardif e Lessard (2005, p.10),

Nas ciências sociais é evidente que uma pesquisa com base empírica, por mais importante e rica de informações que seja, é, essencialmente local: não existem dados universais, na medida em que os “fatos sociais” estudados pertencem a uma situação social particular dentro do qual eles são histórica e socialmente produzidos.

Mas isso não nos impede, de fazer uma análise, do que foi colhido, e buscar os seus significados.

Para contribuir mesmo que de forma limitada com pesquisadores e educadores que se interessam pelo projeto de escola de tempo integral, apresento este trabalho dividido em três capítulos.

Iniciamos o trabalho dedicando o primeiro capítulo à elaboração de um panorama geral da educação no Brasil republicano, focando no surgimento e na

terminava às 15 horas, em seguida funcionava o período vespertino até às 19 quando começava o período noturno que encerrava às 23 horas.

atuação de Anísio Teixeira para a concepção e implantação da idéia de uma escola nova para as camadas populares.

O objetivo do primeiro capítulo é buscar a origem das escolas públicas de tempo integral para as camadas populares no Brasil traçando um quadro histórico-social e procurar compreender seu funcionamento e suas finalidades.

Este capítulo inicialmente foi baseado nos dados constantes na biblioteca virtual Anísio Teixeira, mantida pela fundação Anísio Teixeira em parceria com o Prossiga⁸, porém em função de ser um tema amplo, diversos autores acabaram contribuindo para a confecção final, dentre eles Carvalho (1989, 2000) e Paro (1988).

Já no segundo capítulo procuramos abordar o projeto escola de tempo integral criado em 2005 no governo Geraldo Alckmin no estado de São Paulo.

As fontes utilizadas para a elaboração deste capítulo foram às legislações educacionais, dados coletados na diretoria de ensino de Sorocaba dos registros oficiais, bem como depoimento da comunidade escolar e reportagens dos jornais Cruzeiro do Sul, Bom dia de Sorocaba, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo⁹, retratando o projeto.

No terceiro capítulo, abordamos o projeto escola de tempo integral mais especificamente, na escola estadual Renato Sêneca de Sá Fleury, que é o nosso objeto de estudo.

As fontes utilizadas para a elaboração deste capítulo foram os dados coletados de atas, registros fotográficos, bem como o depoimento da comunidade

⁸ Programa de Informação e Comunicação para Ciência e Tecnologia Criado em 1995 pelo governo federal, o programa Prossiga tem por objetivo promover a criação e o uso de serviços de informação na Internet voltados para as áreas prioritárias do Governo Federal, assim como estimular o uso de veículos eletrônicos de comunicação pelas comunidades dessas áreas.

⁹ Sorocaba conta com três jornais de circulação diária, o jornal Cruzeiro do Sul, o Diário de Sorocaba e o jornal Bom Dia .

escolar, e todo este material levantado foi associado à memória dos funcionários e professores participantes da implantação.

Finalmente encerramos tecendo as considerações finais de maneira que possamos sintetizar o trabalho e estabelecer um dialogo com os dados levantados, mesmo que de forma tênue.

Falar de educação deve ser: gerar polêmica. O questionamento por parte de educadores e da sociedade quanto à “qualidade” do ensino público é motivo de defesa de idéias e choque de opiniões. A alteração do tempo de permanência dos alunos, encaminha a educação pública para alguns a tão almejada “qualidade”?

É preciso entender as intenções nas definições do que é qualidade na educação para o senso comum e quais práticas que induzem as camadas populares a acreditar que a injusta ordem da sociedade de classes é algo natural, justificando as desigualdades de todos os tipos, pois para Marx e Engels (1998, p.80) “as idéias dominantes de uma época foram sempre as idéias da classe dominante”.

Portanto é preciso enxergar as intenções nas ações de um estado a serviço do capital, segundo Mochcovitch (1992, p. 41),

Qualquer processo de transformação da consciência passa forçosamente pelo senso comum criticado e pelo bom senso elaborado. O contato com os “simples” como “fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos” é um dado imprescindível à ação transformadora pretendida por qualquer filosofia que deseje transformar-se em “vida”.

Espero que esta pesquisa contribua para despertar a atenção sobre a escola de tempo integral pública para as camadas populares e que novas propostas venham a surgir para provocar questionamentos sobre as políticas públicas, o tempo, a qualidade, a qualidade do tempo, nossas teorias e práticas.

2 A ORIGEM DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL PARA AS CAMADAS POPULARES NO BRASIL

2.1 Tempos da educação brasileira no início da república

A concepção da escola de tempo integral nos moldes que se apresenta nos dias de hoje diz respeito a nossa história recente e pode se afirmar que começa no início do século XX, conforme Paro (1988, p. 189) “Já na década de vinte, essas discussões começam a se fazer presentes, ainda que não necessariamente ligadas ao regime de período integral, mas já apontando para algumas necessidades da população a serem supridas pela educação. Aparecem aí os primeiros elementos geradores do que, na década de cinqüenta, delinear-se-ia como uma proposta de educação em período integral”.

De 1920 a 1929, tivemos grande inquietação social e bastante exaltação ideológica, com incursões armadas, campanhas presidenciais conturbadas, manifestações do operariado representados pela maioria de imigrantes que trouxeram além da experiência de trabalho, sua cultura e conseqüentemente os ideais políticos, destacando o anarquismo e o socialismo, e esse foi o tom da luta sindical brasileira, contribuindo para que melhores condições de vida e trabalho fossem conquistadas e a mobilização dos trabalhadores somado ao sucesso da Revolução Socialista na Rússia em 1917 culminou com a fundação do partido socialista brasileiro em 1922 e com reivindicações de cunho feministas que lutavam pelos direitos das mulheres. As sufragistas, por exemplo, defendiam o direito ao voto e foram de grande importância para a democratização do processo eleitoral.

De acordo com Macedo (2004, p.8):

Embora esforços localizados já estivessem em curso desde a segunda metade do século XIX, quer pela via da divulgação ideológica, quer pelo recurso jurídico, quer pela via legislativa em termos organizativos somente com a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) em 1922 é que o sufrágio elevou seu nível reivindicatório.

O feminismo liberal encaminha sua luta procurando brechas por onde penetrar nessa ordem social burguesa, tentando torná-la mais democrática, menos excludente e injusta.

Segundo Méndez (2005, p.60) “Diferentemente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, as mulheres operárias, influenciadas pelo anarquismo, estavam mais preocupadas com a sua condição de exploradas”

Com relação à cultura na fase inicial do ciclo republicano não houve nenhuma mudança significativa, Azevedo (1996, p. 626) afirma que “Do ponto de vista cultural e pedagógico a república foi uma revolução que abortou...”.

O marco da manifestação cultural foi acontecer com a semana de Arte Moderna realizada em São Paulo em 1922, no Teatro Municipal, que significou o rompimento com o passado e a incorporação de novos padrões artísticos para a poesia, a literatura, a música. Buscava-se a experimentação, exaltando-se a necessidade da afirmação do espírito criador do artista. Participaram do evento figuras como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Oswald de Andrade, Villa-Lobos, Anita Malfatti, entre outros. Outro movimento de muito significado foi o tenentismo que surgiu nesse período, devido às condições precárias que enfrentava o exército, com falta de material, baixos soldos e a nomeação do civil Padiá Caloregas que havia chefiado a delegação brasileira à Conferência de Paz de Versalhes ao término da Primeira Guerra Mundial, para ministro da defesa, iniciou-se um movimento liderado por oficiais de baixa patente (razão do nome dado ao movimento) e que foi

caracterizado pelo descontentamento com o presidente Artur Bernardes e com a velha e tradicional política da República das Oligarquias. Os 18 do Forte de Copacabana em 1922; A Revolta de São Paulo em 1924 e a Coluna Miguel Costa-Prestes de 1925 a 1927 foram os principais levantes. O estopim inicial foi às ordens de Calógeras determinando a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar que era presidido pelo marechal e considerado foco de agitação contra o governo federal.

De acordo com Lima Junior (1999, p.14) a instabilidade republicana da época ocorre “na vigência de uma república oligárquica, pela baixíssima institucionalização das regras e dos procedimentos, pelo total desrespeito à oposição, que era praticamente nula e, no mais das vezes, calada ou eliminada, e pela reduzida participação eleitoral”

Devido a essa efervescência, a desilusão com a República, bem como a quebra da Bolsa de N. York, em 1929, afetando a economia brasileira da época houve o desencadeamento do movimento revolucionário que em 1930 levaria Getúlio Vargas ao poder. Nesse meio se estruturou desenvolveu idéias nacionalistas em todas as direções incluindo a educação.

A conjuntura que se estabeleceu durante a década de 1920, ofereceu as condições necessárias para a ruptura revolucionária de 1930, liderada por Vargas. O fim da República Velha não foi ocasionado por um processo simples, mas por um conjunto de mudanças que anunciavam a desagregação da ordem oligárquica, ao mesmo tempo em que se ampliavam os espaços para o florescimento de uma nova mentalidade, um novo jeito de fazer política e uma nova cultura.

Em relação à educação, com a Proclamação da República em 1889 muito pouco mudou, a escola continuou a ser privilégio de poucos e a política republicana

foi acusada em meados da década de 1920, de abandonar a maioria da população ao analfabetismo, segundo Carvalho (1989, p 11) “essa legião de excluídos da ordem republicana aparece então como freio do progresso” e a escolarização significa o meio de superar esse obstáculo e alavancar o progresso do país.

Para Carvalho (1989, p. 11) “a escola foi, no imaginário republicano, signo de instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso”. Para os intelectuais que pensavam a educação na década de 1920 foi criada a crença de que os problemas da nação seriam resolvidos através da educação e com isso foi-se superdimensionando o papel da educação na construção da nação republicana e na modelagem do povo brasileiro, composto por uma parte de negros e mestiços estigmatizados com a tendência a vadiagem e com a presença dos imigrantes incomodando a ordem com as idéias anárquicas.

Em 1924, é fundada no Rio de Janeiro a associação brasileira de educação (ABE) que aglutina entusiastas pela educação visando à constituição de um órgão para debates e troca de informações. A partir de 1927 a associação passou a promover conferências nacionais que aproximou educadores dos diversos estados brasileiros.

Segundo Carvalho (1989, p. 47) “as conferências nacionais não foram apenas instâncias de debate, mas eventos que funcionaram como propaganda da causa educacional” e evidentemente representava o pensamento de pessoas da elite que estavam preocupados com as políticas públicas nacionais.

As divergências eram resolvidas pela superação visando o ideal cívico de moldar uma nova identidade ao povo brasileiro através da educação e para tanto abrir os olhos da velha elite política para a importância da educação do povo.

Segundo Carvalho (1989 p. 48) “no discurso cívico da ABE a figura de um brasileiro doente e indolente, apático e degenerado, alegoriza os males do país. Transformar esse Jeca Tatu em brasileiro laborioso, disciplinado, saudável e produtivo era o que se esperava da escola”.

Cabe ressaltar o projeto apresentado na ABE nessa época por dona Amélia de Rezende Martins intitulado como ação social brasileira, para solucionar questões sociais, que em sua redação citava “as mães não sabem que divertimentos proporcionar, aos rapazes para afastá-los das mesas de jogo, dos bilhares públicos, do cabaré, do mau cinema, de tudo mais que não preciso citar, de todas as diversões, enfim verdadeiras escolas do vício”. Merece destaque tal afirmação por demonstrar já nessa época a preocupação da elite brasileira com o controle social e a preocupação com o ócio.

D. Amélia propunha um rol de atividades para combater os desvirtuamentos que iam desde exercícios de educação física pela ginástica e jogos desportivos, cursos de artes plásticas, práticas higiênicas, cinema escolar, museu escolar, comemorações de datas nacionais e festas tradicionais, além de outras atividades.

Referindo-se a tais prescrições Carvalho (1989, p 60) diz “evidenciam forte expectativa de disciplinamento abrangente do cotidiano, na medida em que se exibem como recursos de controle da ocupação do tempo livre dos operários...”

Evidentemente todo movimento em favor da educação nesse período tem uma marca quantitativa, da escolarização para todos como meio de desenvolvimento e progresso da nação, porém no final da década toma corpo o movimento pela qualidade do ensino e a introdução das idéias do escolanovismo, pois não basta alfabetizar a população é preciso uma reformulação da escola para que além do

letramento ela ofereça uma educação para ser cidadão e nesse sentido aparece as primeiras idéias de educação “integral”.

Em 1929, lideranças do estado de São Paulo romperam a aliança com os mineiros representada *pela política do café-com-leite*¹⁰, indicando para as eleições o paulista Júlio Prestes.

Nota-se o rompimento traumático desse acordo e suas implicações nos versos bem humorados da música Minas e São Paulo escrita em 1929 pela dupla Jararaca e Pinto Filho que descrevem o diálogo entre Washington Luís e Antônio Carlos de Andrada, em seus primeiros versos satiriza a forma da escolha de Júlio Prestes, quando cantam Washington Luís discursando:

“Eu agradeço penhorado a manifestação que vós acabeis de me fazer. Meus senhores, minhas senhoras e senhoritas e petits infants. A Comissão composta dum só membro, que é eu, arresorveu escolher dentro das misse mais cotada e mais decotada aqui presente, que ambiciona o arto título de Miss Catete¹¹, (.....) é Julio Prestes, fazendo votos pra que ela preste os seus serviços à Pátria como eu e não se preste a fazer um preste que não presta.
Ehhh!!!”

Mais adiante é abordado na música o clima de confronto estabelecido com a insistência do presidente Washington Luís em escolher um paulista para disputar a sucessão e não um mineiro como estava estabelecido no acordo dizendo:

“Vou demonstrar pros mineiro Que nós é bem brasileiro São Paulo nunca se esconde, Paulista não compra bonde,São Paulo é que dá café.São Paulo não baixa as cristas,Eu falo como paulista,Paulista véio de guerra,Paulista da nossa terra, Paulista de Macaé¹².”

¹⁰ O Café era a representação de São Paulo o principal estado da época, o mais rico e que tinha a economia mais forte baseada na cultura cafeeira, já o leite era Minas Gerais, o maior colégio eleitoral da época e com grande número de alfabetizados. Em São Paulo a força política estava no Partido Republicano Paulista (PRP). São Paulo e em Minas o Partido Republicano Mineiro (PRM) que mantinham um acordo de sucessão alternada na presidência da república

¹¹ Referência ao palácio do catete, sede do governo federal

¹² Embora representasse São Paulo na política café com leite, Washington Luís era nascido em Macaé – R.J.

Ehhh!!!”

No que é prontamente respondido por Antonio Carlos:

“Seu Estradanha¹³, tudo isso que você disse aí é mentira: mineiro compra bonde, mas vende os reboque aos paulista. Enquanto houver mandioca Mó de a bichinha moer. Eu só queria era só Mineiro que não entrosa Poder provar presses prosa Que o queijo inda não bichou. Preles não rir dos mineiro, Que também é brasileiro, E dos paulista a dinheiro Um bonde errado comprou. Comprou, ninguém não esconde, Não sabe como nem onde O desgraçado do bonde, Pra rir do leite o café. Mas o mineiro ainda pode Chumbar alguém com botoque, Quem te vendeu o reboque, paulista de Macaé.”

Finalizando a música os autores descrevem o conselho do presidente W. Luis para Antonio Carlos Andrada.

Tem paciência Meu irmão eu não te engano, Si tu quer vai pro Senado Isperar mais quatro ano... Mineiro, vamo deixar de intimidade Entre nós já nada existe, Nem o amor nem a saudade (bis)”

Em reação a escolha de Júlio Prestes, o Presidente de Minas Gerais Antônio Carlos Ribeiro de Andrada apoiou a candidatura oposicionista do gaúcho Getúlio Vargas.

No dia 1º de março de 1930 houve eleição para presidente da República que deu a vitória ao candidato governista Júlio Prestes por 1.091.709 votos¹⁴.

Um inconformismo tomou conta de políticos emergentes, como Osvaldo Aranha e Lindolfo Collor que se juntaram aos tenentes Juarez Távora e Miguel Costa. Um grave acontecimento veio enfim precipitar a revolução, o assassinato de João Pessoa. Governador do estado da Paraíba que tinha sido candidato à vice-presidente com Getúlio Vargas.

¹³ Referência ao lema do presidente W. Luis de que governar é abrir estradas

¹⁴ Números que constam no site do governo federal , porém para Lima Junior (1999) votaram 1890805 eleitores

A política de João Pessoa no estado sempre sofreu forte oposição de coronéis do interior e seu assassinato em julho de 1930, foi motivado por questões pessoais e não um atentado político. Mas em função do clima de frustração pela derrota, a morte de João Pessoa serviu para os derrotados desencadearem um levante armado contra a oligarquia paulista.

Em outubro de 1930, uma parte da oposição se uniu e um movimento militar teve início no Rio Grande do Sul. Mesmo em São Paulo não havia coesão em torno dos vencedores e a possibilidade de resistência ao movimento era quase nula. Para evitar maiores conseqüências, em 24 de outubro Washington Luís foi deposto pelos generais Mena Barreto, Tasso Fragoso e pelo almirante Isaías de Noronha. Não havendo a posse de Júlio Prestes, Getúlio Vargas chefe do movimento acabou assumindo a chefia do Governo Provisório marcando o fim da república velha.

Com a reorganização do estado brasileiro, após a revolução de 1930, o campo educacional foi tomando novos contornos e o debate sobre a educação se acirrou, o governo passou a participar mais intensamente, incentivando-os.

Em 14 de novembro de 1930, através do decreto Nº 19.402, Getúlio Vargas então chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil decreta que “Fica criada uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, sem aumento de despesa”.

Como ministro foi nomeado Francisco Campos que, em 1929, tinha sido encarregado pelo governador de Minas Gerais para negociar a articulação de uma candidatura oposicionista junto às forças políticas gaúchas. Nesse sentido, foi o representante mineiro na reunião realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1929, que acertou o apoio de Minas a uma candidatura gaúcha à presidência da República, primeiro passo para o lançamento, tempos depois, do nome de Getúlio

Vargas pela Aliança Liberal. Com a derrota de Vargas no pleito realizado em março de 1930, participou das articulações que levaram ao movimento armado de outubro daquele ano, que pôs fim à República Velha.

Além da participação política de Francisco Campos, também o credenciou ao cargo a sua atuação à frente dos assuntos educacionais de Minas. Como ministro promoveu, então, a reforma do ensino secundário e universitário no país¹⁵.

Na realização da IV conferência nacional de educação organizada pela associação brasileira de educação (ABE) em 1931 com o tema "As grandes diretrizes da educação popular no Brasil" fica configurada a proximidade do governo da época com a organização do evento. Segundo Xavier (2002, p. 17) "A análise documental relativa a IV conferência nacional de educação demonstra que 1931, as fronteiras entre a ABAE e o governo federal eram de difícil demarcação".

O ministro Francisco Campos esteve empenhado em fazer as convocações das delegações estaduais e no seu discurso na sessão inaugural reconhece a cooperação esperada para o estabelecimento de bases para a unidade da educação nacional.

Longe da convergência de pensamento, houve na IV conferência disputas entre o bloco dos conservadores, com predominância dos católicos, que defendiam o ensino religioso e do lado oposto os renovadores com tendências mais liberais,

¹⁵ Dentre algumas medidas da Reforma Francisco Campos, estava a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto N. 19.850 - de 11 de abril de 1931) e organização do ensino secundário e comercial (Decreto N. 19.890 - de 18 de abril de 1931 e N. 21. de 1932241 - de 4 de abril). Este último foi destinado à "formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional", construindo no seu espírito todo um "sistema de hábitos, atitudes e comportamentos." Dessa forma, Francisco Campos havia dividido o curso secundário em dois ciclos de cinco e dois anos, respectivamente, o primeiro fundamental, e o segundo complementar, orientado para as diferentes opções de carreira universitária. A lei de 1931 previa, ainda, a criação de um sistema nacional de inspeção do ensino secundário, a ser feito por uma rede de inspetores regionais. As universidades também sofreram uma nova orientação, voltada para a pesquisa, difusão da cultura e maior autonomia administrativa e pedagógica.

Em função das disputas entre os blocos e a atuação de Nóbrega da Cunha não foi possível à conferência dar as respostas que o governo esperava, mas foi aprovada a incumbência de Fernando Azevedo redigir em dois meses um manifesto que servisse de base para o governo.

Ao deslocar a redação do manifesto da plenária para Fernando Azevedo, o pensamento ficou restrito a apenas um grupo que atuava na ABE e que com isso ganhava o monopólio da interlocução com o governo.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 26 intelectuais¹⁶ foi lançado em 1932 mostrando a visão de uma parte da elite intelectual que enxergava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação.

Lançado, em pleno processo de reordenação política resultante da Revolução de 30 o manifesto se tornou o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país. Além de constatar a desorganização do aparelho escolar, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Sofrendo forte crítica da Igreja Católica em virtude da proposição da laicidade.

A redação do documento coube a Fernando Azevedo, segundo Xavier (2002, p. 23) “apesar de ser apresentado como bandeira de um grupo, o manifesto não foi fruto de discussões e portanto não pode ser considerado uma construção coletiva”.

Para Vicenzi (1986) o grupo dos pioneiros da Escola Nova congregava pessoas de tendências diversas, até mesmo opostas. Havia os partidários do ensino

¹⁶ Juntamente com Fernando Azevedo assinaram o manifesto, Afranio Peixoto, A. de Sampaio Doria, Anísio Spínola Teixeira, M. Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessôa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr, J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima Attilio Vivacqua, Francisco Venancio Filho, Paulo Maranhão, Cecilia Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armada Alvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nobrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes.

individualizado; assim, também, os defensores da homogeneização das classes, com seleção de alunos através de testes de inteligência e de aproveitamento.

Nesse sentido, Cunha (1981 apud Xavier 2002, p.23) sugere que, por ter sido resultado de uma conciliação, o manifesto não contém um discurso homogêneo.

Porém, identifica-se no manifesto idéias de outros signatários, como Anísio Teixeira.

2.2 Tempos De Anísio Teixeira

Anísio Teixeira nasceu em Caetité na Bahia, em 1900. Entre 1911 e 1923 estudou no Instituto São Luiz¹⁷, em Caetité, e no Colégio Antonio Vieira¹⁸, em Salvador, tendo recebido influência dos jesuítas nessa época, a ponto de almejar a entrada para a Companhia de Jesus, intenção esta que expressa em carta enviada aos seus pais em 25 de março de 1920, onde dizia que:

Entendi que não devia partir para o Rio sem vos deixar antes, em uma ou duas páginas de bloco, todas as razões por que tomei a resolução firme de entrar para a Companhia de Jesus e que, em conversa, não tive a sorte de expender muito claramente. Cristão pela graça de Deus, tive a felicidade de, desde cedo, ser educado em colégios católicos, que me souberam imprimir um grande amor à minha religião. Com os anos, à proporção que crescia dentro de mim este amor, crescia-me, também, a experiência e a justa visão das coisas. E foi indescritível a minha desolação ao perceber o menosprezo com que a maioria dos homens, considerava esta religião, única verdadeira e de onde os afastava uma educação racionalista e falsa.

¹⁷ De acordo com a biblioteca virtual Anísio Teixeira, o Instituto São Luís Gonzaga, em Caetité, foi obra de jesuítas europeus que vieram do antigo Colégio lisboeta de Campolide, no momento em que Portugal tornou-se uma república.

¹⁸ O colégio Antonio Vieira contava com alguns padres que ministravam aulas e valores da companhia de Jesus

Nessa mesma carta ele cita a leitura do livro *L'Idée Réparatrice*¹⁹ como influência na decisão de se tornar um padre jesuíta e o seu jeito acanhado como empecilho para seguir na vida pública.

De acordo com Vicenzi (1986) “Contra esses desígnios interferiu, no entanto, seu pai, médico, senhor de terras e líder político da região de Caetité, no sertão baiano”.

A resposta enviada por sua mãe em 14 de abril de 1921 não lhe dá consentimento para ser jesuíta, oferecendo-lhe a possibilidade de ser padre secular²⁰. Sem o consentimento dos pais, estudou Ciências Jurídicas e Sociais, na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, diplomando-se em 1922.

Quando retornou a Salvador, em 1924, em função do término dos estudos solicitou uma vaga de promotor público junto ao governador Francisco M. de Góes Calmon.

O governador lhe propôs o cargo de Inspetor Geral do Ensino da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública da Bahia. Segundo Vicenzi (1986) o convite feito pelo governador foi “em reconhecimento ao apoio político recebido no sertão pelo pai”. Inicialmente Anísio recusou a proposta porque se considerava despreparado para a função, foi reiterado e finalmente aceito²¹.

Nessa época ocorrem as primeiras leituras de Anísio na área de educação e segundo Carvalho (2000, p.61) suas concepções de educação e de escola vão sendo gradativamente reconfiguradas, contribuindo para isso a leitura do livro do educador belga Omer Buyse chamado *Méthodes américaines d' éducation*, que lhe

¹⁹ Livro escrito pelo padre jesuíta Francês Raoul Plus

²⁰ Padre secular não pertence a nenhuma ordem religiosa

²¹ Na Carta endereçada a Deocleciano Pires Teixeira enviada em 18 nov. 1927 expressa a surpresa com a nomeação e o gosto adquirido pela educação. Localização do documento: FGV/CPDOC - Arquivo Anísio Teixeira - ATc22.03.06.

foi recomendado pelo governador Góes Calmon na ocasião do convite para participar do seu governo. O livro tratava de uma análise por um educador europeu que reconhecendo a ineficácia da educação europeia fazia um relato da observação de instituições de ensino norte-americanas e mostrava que esse sistema funcionava muito bem e em perfeita integração com a sociedade moderna a que servia, enfim, um sistema vitorioso.

Carvalho (1999) cita a sustentação de Maria Lúcia Schaffer que a leitura deste livro teria correspondido a uma primeira "viagem" de Anísio, a um primeiro contato com a cultura norte-americana.

No mesmo ano de sua entrada na Inspetoria de Ensino, publicou o artigo: "A propósito da Escola Única" onde diz que:

Carneiro Leão em seu último notável livro, sobre a educação nacional, afirma que a "escola unica" é uma aspiração universal. E neste momento, a França faz da implantação do regimen da "escola unica", um dos pontos do seu programma de governo.

Realmente, a idéa tem o seu aspecto seductor, justificam-n'a dois formosos principios: todo homem tem direito a que a sociedade lhe forneça os meios de desenvolver plenamente as suas faculdades; este direito do individuo é, por outro lado, o interesse natural da sociedade.

Uma "escola unica" obrigatoria para todos, ministrando ensino de um modo integral e uniforme, seria o aparelho magico destinado a dar a todos os homens o pleno desenvolvimento de suas faculdades.

Nesse mesmo texto, após fazer considerações sobre a escola única Anísio reconhece que o estado assumindo a educação haveria uma inversão entre as relações da família e do estado dizendo que:

Effectivamente, tal projecto não póde ser levado a effeito sem a monopolização do ensino pelo Estado. Esta face politica da monopolização é muito grave, porque entregando ao Estado, exclusivamente a educação de um paiz, virtualmente se desconhecem os direitos da Familia. A Familia passa a existir para o Estado, não este para aquella. E todos sabemos de quantos erros é fonte unica, essa inversão perigosa e fatal.

Em 7 de abril de 1925, publica o relatório da Inspeção Geral do Ensino do Estado da Bahia²², onde expressa a preocupação com o custo da educação popular e cita as duas correntes para a solução do problema.

Chamava a solução dada pelo estado de São Paulo com a reforma Sampaio Dória²³, em 1920, de econômica, pois diminuía o tempo escolar para poder atender a todos realizando um curso primário em dois anos.

Comentava que a outra solução seria aceitar o problema na sua integridade e o resolver parcialmente, para uma fração da população escolar.

Teríamos então, segundo Anísio “Solução extensiva ou intensiva, ensino primário incompleto para todos ou ensino primário integral para alguns, esse o dilema atirado ao administrador e ao legislador pelas condições brasileiras do problema.”

A opção da Bahia seria pela resolução parcial do problema, pois achava Anísio que em São Paulo, onde circunstâncias especiais criaram um ambiente de progresso geral, até seria possível que uma simples alfabetização fosse o degrau indispensável para um desenvolvimento intelectual, que dali em diante se colocaria em marcha continuamente, auxiliado por mil e uma forças circundantes.

No sertão, a instrução parcial não seria suficiente para desencadear aspirações e conquistas, pois lhe faltaria o auxílio de outras forças que uma sociedade mais frágil não lhe forneceria.

Para Anísio, o novo alfabetizado seria um brasileiro mais infeliz e menos adaptado do que o ignorante anterior.

²² O Relatório da Inspeção Geral do Ensino do Estado da Bahia publicado em 7 abr. 1925 consta do Arquivo Anísio Teixeira, FGV/CPDOC, sob o código ATpi 24/25.00.00 (filme 03).

²³ Com relação ao ensino primário a reforma Sampaio Dória realizou uma reorganização de tal forma que a obrigatoriedade escolar que iniciava aos 7 passou para 9 anos de idade; os programas foram concentrados e o ensino primário, reduzido para dois anos. Com isso o objetivo era de que o ensino primário poderia num curto período se estender a todos e portanto ser democratizado

Nesse ponto ele admitia não ser a escola a única possibilidade de transformação do sujeito e deixava transparecer com naturalidade as desigualdades sociais dos indivíduos, optando pelo maior tempo escolar para alguns.

Ainda em 1925, Anísio realiza a reforma do ensino baiano através da lei nº 1846, de 14 de agosto de 1925, que é também chamada Reforma Góes Calmon.

Nessa lei dispõe com detalhes sobre os princípios da gratuidade e obrigatoriedade do ensino, explicitando que o ensino no Estado da Bahia "tem por objetivo a educação física, intelectual e moral do indivíduo de modo a formar homens aptos para a vida em sociedade e cidadãos úteis à comunhão nacional."

A reforma previa desde o ensino infantil, primário elementar e superior, o complementar, normal, o secundário, o profissional e também o especial, organizando a sucessão escolar até a formação completa do indivíduo.

No curso normal houve mudança no currículo, as escolas de aplicação foram criadas junto aos estabelecimentos para que fosse permitido o conhecimento prático ao estudante do curso normal. Com essa organização buscava-se que o curso de formação do professor fosse completo, havendo tanto com a formação intelectual como profissional do indivíduo, ou seja, proporcionava a educação integral.

Criou a Diretoria Geral da Instrução para a administração e fiscalização e reformou o Conselho Superior de Ensino. Com relação à fiscalização foram criados cargos e formas de acompanhamento das instituições e dos profissionais de ensino.

Em relação à administração das unidades escolares a lei dispunha sobre ano letivo e regime de aulas, matrícula e exame, diploma, prêmios e deveres do aluno do curso normal. Dispunha também sobre a administração das escolas de aplicação, a escola normal superior, cursos de férias, escolas normais das cidades do interior, ensino secundário e profissional de artes e ofícios. Esta última oferecia cursos de

mecânica e eletrotécnica, artes gráficas, artes decorativas, atividades domésticas, atividades rurais, atividades comerciais e outras.

A criação dos cursos de artes e ofícios demonstrou a preocupação de Anísio Teixeira com a formação profissional do jovem, com a qual as leis anteriores não se ocuparam.

A reforma colocava a importância da educação integral, física e moral do indivíduo sendo tão importante quanto à formação profissional.

A lei 1846/25 instituiu também uma escola de Belas Artes oficial e cursos para crianças ditas anormais, mostrando a inédita preocupação do Estado com a educação de todos os grupos da sociedade baiana, embora fosse genuinamente voltada para a habilitação profissional do jovem.

Já no cargo de Inspetor Geral da Instrução viajou em 1925 durante quatro meses, para a Itália, Espanha, Bélgica e França onde manteve contato com a educação européia.²⁴

Antes de embarcar em 1927 para uma viagem aos Estados Unidos, fez traduzir o livro de Buyse, e distribuiu pelas bibliotecas e escolas da Bahia como proposta aos professores de guia às suas práticas na sala de aula. Introduziu o Desenho, a Geometria e os Trabalhos Manuais nos programas, convencido de que a excelência da educação primária norte-americana se assentava no princípio froebeliano²⁵: de educar pela ação.

²⁴ Consta na biblioteca virtual Anísio Teixeira entrevista concedida ao jornal a tarde de Salvador datada de 30 de novembro de 1925 intitulada Paris é um filho de Roma onde o jovem inspetor relata a viagem a Europa.

²⁵ O alemão Friedrich Froebel foi o criador do jardim-de-infância defendendo uma educação sem obrigações para as crianças, que, para ele, aprendiam conforme seus interesses e por meio da prática. Ele acreditava que as crianças traziam consigo uma metodologia natural que as levavam a aprender de acordo com seus interesses e por meio de práticas. Combatia o excesso de abstração da educação dizendo que isso afastava os alunos do aprendizado

A bordo do navio Pan na, seguiu em abril de 1927 para os Estados Unidos, já encantado com a cultura americana relatou em seu diário de bordo uma grande impressão com a leitura do livro *My Life and Work* de Henry Ford dizendo “ Não conheço livro que produza uma mais profunda e positiva impressão de otimismo e de confiança. Como as grandes obras de lucidez e clarividência, não há nesse livro lugar para as fraseologias, o sentimentalismo, as hesitações.”

O entusiasmo pela leitura da obra de Ford foi tanto que ele escreveu “Para mim não precisava maior prova da grandeza da obra de Ford: é simples. Não há complicação, como no evangelho também não há. Todos a poderão entender, e nunca se terminará de comentá-la. E como a sua revelação vem a tempo. Porque se são simples as suas idéias, elas exigem para sua realização um estado relativo de desenvolvimento da indústria que só agora vimos atingindo”.

Impregnado pelas idéias fordianas e encantado pela cultura americana, Anísio realizou visitas por instituições norte americanas, de volta ao Brasil escreveu um relatório intitulado *Aspectos americanos de educação*. Retornou aos EUA para um curso de dez meses na Teachers College, onde obteve o título de ‘Master of Arts’, com especialização em educação e entrou em contato com John Dewey e William Heard Kilpatrick.

Com Dewey, Anísio Teixeira percebeu a educação pela ação e que o conhecimento seria uma atividade dirigida que não tinha um fim em si mesmo, mas estava dirigido para a experiência. As idéias seriam hipóteses de ação e verdadeiras quando funcionavam como orientadoras dessa ação.

A finalidade da educação seria propiciar à criança condições para resolver por si própria os seus problemas, e não a de formar a criança de acordo com modelos prévios, ou mesmo orientá-la para um porvir.

Tendo o conceito de experiência como fator central de seus pressupostos, a escola não poderia ser uma preparação para a vida, mas sim, a própria vida. Vida-experiência e aprendizagem estariam unidas, de tal forma que a função da escola encontrava-se em possibilitar uma reconstrução permanente feita pela criança da experiência.

As atividades manuais teriam um grande valor, pois apresentavam situações problemas para serem resolvidas e desenvolveriam o espírito de comunidade, e a divisão das tarefas entre os participantes, estimularia a cooperação e a conseqüente criação de um espírito social.

O espírito de iniciativa e independência levariam à autonomia e ao autogoverno, que seriam virtudes de uma sociedade realmente democrática. Sendo assim os indivíduos precisariam ser educados para que fosse assegurada a continuidade social, com a transmissão da suas crenças, idéias e conhecimentos.

De Kilpatrick viria à reformulação da organização curricular, com os projetos integradores que, por meio de atividades práticas, reuniriam elementos programáticos de diferentes disciplinas em função dos objetivos das atividades.

Nesse período Anísio Teixeira tomou contato com o sistema platoon, que segundo Ambrogi (2005, p.165) nasceu em Detroit, nos Estados Unidos, e buscava entre os educadores mais progressistas da época, como Ellwood Patterson Cubberly e posteriormente John Dewey, por meio de uma requintada organização científica, tornar eficiente e adequada a escola elementar norte-americana. Propunha, ainda, que as novas exigências da vida e do progresso da sociedade fossem incorporadas à escola para torná-la também mais econômica, graças a uma maior eficiência no uso de seus espaços e à otimização de seus recursos. O que caracterizava o sistema platoon era a simultaneidade de uso de salas, tendo por base uma divisão

de dois grandes blocos de platoons, ou pelotões, em atividades fundamentais (home-room-subjects), em que as crianças recebiam a instrução básica do ensino fundamental, e atividades especiais (special subjects), em que as crianças realizavam diversas atividades especiais. O número de salas de aula dependia do número de alunos a ser atendido, ou seja, para um grupo de 960 alunos, deveria haver dois platoons de 480 alunos e uma estrutura de 26 salas, sendo que diariamente, enquanto o primeiro grupo de 480 crianças, no período inicial, tinha aulas do núcleo comum em dois períodos de 90 minutos cada, em que realizavam atividades de formação, o segundo platoon distribuía-se em 12 salas, em que realizavam atividades especiais em seis períodos de 30 minutos, tais como: música, artes, literatura, trabalhos manuais, uso da biblioteca dentre outras. A distribuição geral, entre as atividades de formação básica e as atividades complementares teria, ao longo da semana, a seguinte distribuição: quatro períodos de 90 minutos alternados em dois períodos diários, em que as crianças receberiam a formação elementar denominada de “os três Rs”²⁶, escrever, ler e contar, ministrados por um único professor e 12 períodos de 30 minutos distribuídos em dias alternados, seis períodos por dia, abarcando atividades especiais como música, artes, literatura, ciências, artes manuais dentre outras.

Nas escolas platoons, o dia escolar era distribuído em seis horas, dividido em duas sessões de três horas da seguinte forma: das 8h30 às 11h30 e das 12h30 às 15h30 da tarde.

De acordo com Freire (2007, p. 12):

A concepção espacial do sistema platoon extrapolava o edifício escolar e abrangia o espaço urbano. Ou seja, não apenas o edifício, mas também sua

²⁶ The three R's, por causa do som da consoante inicial das palavras inglesas reading (leitura), writing (escrita) e arithmetic (aritmética) denominou-se a expressão também em português de os três R's, para ler escrever e contar.

localização e disposição na trama urbana eram interpretados como variáveis decisivas do programa cultural e pedagógico comportado pela arquitetura escolar.

Esse contato com a educação americana, especialmente com o sistema platoon iria marcar a trajetória de Anísio e suas obras como administrador.

Em meados de 1929, retornou ao Brasil e redigiu um balanço da Reforma de Instrução na Bahia²⁷, onde realizou comparações numéricas do período e explicitou a preocupação com o tempo de permanência da criança baiana na escola dizendo que "Não ha mais tremendo problema em qualquer systema escolar do que este: attrahir a criança para a escola e conserva-la até o minimo de annos necessario para algum resultado efficiente".

Demonstrou a preocupação com o tempo escolar e o seu aproveitamento dizendo que "O systema escolar baiano é, de facto, ainda, um systema escolar de um anno de estudos. Ora nada pode a escola transmittir de valor permanente em um anno de estudos".

Com a posse do novo governador Vital Henrique Batista Soares, Anísio pede demissão da Inspeção de Ensino e passa a se dedicar ao magistério. É nomeado para a cadeira de Filosofia e História da Educação da Escola Normal de Salvador.

Nesse período realiza traduções dos ensaios de Dewey e publica no Boletim da Associação Bahiana de Educação o artigo Porque "escola nova?".²⁸ onde argumentava que "si a escola quer ter uma funcção integral de educação, ella deve organizar-se de sorte que a criança encontre ahi um ambiente social em que ella viva plenamente."

²⁷ Relatório apresentado ao Ex. Sr. Cons. Bráulio Xavier da Silva Pereira, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, para ser encaminhado ao governador do Estado da Bahia. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1928. 123p. acessado no endereço <http://www.prossiga.br/anisioteixeira/fran/artigos/summario.html>

²⁸ Acessado em <http://www.prossiga.br/anisioteixeira/visita.htm>

Após a morte de seu pai, parte em 1931, para a capital na tentativa tornar-se deputado federal pela Bahia. Nesse ano, Pedro Ernesto do Rego Batista que tinha participado dos levantes de 1922 e 1924 e apoiado Vargas na Revolução de 1930 foi nomeado interventor do Distrito Federal, por indicação de Temístocles Cavalcanti e convidou Anísio Teixeira para assumir a Diretoria Geral da Instrução do Rio de Janeiro.

Nessa ocasião, Anísio concebe uma proposta inovadora de organização escolar, que consistia de edificações de duas naturezas: as escolas nucleares, ou escolas classe e os parques escolares, as crianças deveriam freqüentar regularmente as duas instalações. O primeiro turno seria na escola-classe onde receberiam o ensino e o segundo turno ocorreria em um parque escolar aparelhado e desenvolvido, receberiam a educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a assistência alimentar e o uso da leitura.

Segundo Dórea (2000) “Ao final de sua gestão, época da demissão de Anísio Teixeira, da então Secretaria de Educação, o Rio de Janeiro contava com 25 novos prédios escolares construídos em conformidade com o plano diretor”²⁹.

Em 1932, assinou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que divulgava, ao povo e ao governo, as propostas de um programa de reconstrução educacional de um grupo de educadores, alguns dos quais já haviam comandado reformas no ensino público do país.

Participou da criação da Universidade do Distrito Federal (UDF) gerando forte reação do ministro da Educação Gustavo Capanema e de expoentes do pensamento católico conservador, como Alceu Amoroso Lima.

²⁹ 02 escolas Tipo Mínimo de 3 classes, 11 escolas Tipo Nuclear de 12 classes, 05 escolas Platoon de 12 classes, 02 escolas Platoon de 16 classes, 03 escolas Platoon de 25 classes, 01 escola Tipo Especial de 6 classes e 01 acréscimo de 12 classes.

Em meados da década de 1930, Pedro Ernesto aproximou-se da Aliança Nacional Libertadora (ANL)³⁰, sem aderir a ela formalmente. Anísio passou então a escrever artigos para o jornal da ANL intitulado A Manhã. Em virtude disso, acabou sendo acusado de envolvimento no levante comunista promovido por essa organização em novembro de 1935.

Em dezembro de 1935, por pressão política Anísio pede demissão junto ao prefeito Pedro Ernesto e segue para a fazenda Gurutuba na região de Caetité.

Entre 1937 e 1945, Anísio permanece na Bahia e se dedica à exploração e exportação de manganês, calcário e cimento; à comercialização de automóveis; à tradução de livros para a Companhia Editora Nacional.

Durante a ditadura do Estado Novo, Anísio Teixeira dedicou-se exclusivamente a seus negócios privados. Em 1946, vivendo na Europa, tornou-se conselheiro da UNESCO. No ano seguinte, de volta ao Brasil, assumiu a Secretaria de Educação da Bahia, a convite do governador Otávio Mangabeira.

Como secretário de Educação e Saúde, no governo Otávio Mangabeira, concebeu a construção no bairro da liberdade do Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, popularmente conhecido como Escola-Parque.

³⁰ A ANL surgiu no início de 1935, em conseqüência da conjuntura nacional e das contradições internas da sociedade brasileira, de insatisfação generalizada com os rumos do Governo Vargas, com a chamada “Revolução” de 30, que tinha alimentado expectativas nos trabalhadores e nas camadas médias da população de melhoria das condições de vida e de liberdade, expectativas que foram frustradas.

A ANL foi uma frente política de luta contra o imperialismo, o fascismo, o integralismo (uma “vertente” brasileira do fascismo) e o latifúndio, estimulada pelas manifestações antifascistas no mundo e no Brasil e pela iniciativa dos comunistas brasileiros. Com o lema “Pão, Terra e Liberdade”, caracterizou-se pela combatividade e pelo seu rápido crescimento. A partir do lançamento oficial da ANL, em 30 de março de 35, no Teatro João Caetano, na cidade do Rio de Janeiro, e da divulgação mais ampla do seu Manifesto-programa, cerca de 1600 comitês foram organizados em todo o país, em menos de quatro meses, até a ANL ser colocada na ilegalidade, em 11 de julho de 1935.

2,3 Tempos de ampliação do horário para a educação popular (escola parque, CIEP, CIAC, CAIC e CEU)

A criação da escola parque³¹ como acabou sendo chamado o centro educacional Carneiro Ribeiro em 21 de setembro de 1950 por Anísio Teixeira deu início aos projetos de escola de tempo integral para a educação popular da atualidade.

Para Mendonça (2006, p. 109) “a experiência do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, foi pioneira no que se refere ao desenvolvimento de outras iniciativas educacionais realizadas em escolas experimentais”.

No início do seu discurso de inauguração Anísio disse “Três pavilhões, três grupos escolares, vão ser hoje inaugurados por V. Ex.a, partes integrantes de um Centro Popular de Educação” e faz citação ao equacionamento no aumento da quantidade de vagas diminuindo o tempo de permanência da criança na escola, artifício usado por alguns estados para a resolução das demandas escolares, afirmando que “é contra essa tendência à simplificação destrutiva que se levanta este Centro Popular de Educação. Desejamos dar, de novo, à escola primária, o seu dia letivo completo.”

³¹ O Centro Educacional Carneiro Ribeiro abrigava originalmente 4 Escolas-Classe e uma Escola Parque, num total de 11 prédios. Os projetos para a construção do CECR foram encomendados ao escritório de arquitetura de Paulo Assis Ribeiro. Do projeto de construção do Centro, em linhas gerais, constavam quatro Escolas-Classe de nível primário para mil alunos cada, com funcionamento em dois turnos; uma Escola Parque, com sete pavilhões, destinados às chamadas práticas educativas, onde os mesmos alunos completavam sua educação, em horário diverso, de maneira a oferecer àqueles meninos o dia completo de permanência em ambiente educativo. Havia, ainda, um plano de manter, numa residência apropriada, 5% dos meninos considerados sem lar. Em 1964, a obra foi dada como terminada com a construção da Escola-Classe 4, apesar de faltar construir a residência destinada a 5% do total das crianças, reconhecidamente abandonadas. A Escola Parque está localizada no meio das outras unidades, num raio aproximado de 1,5 Km. Hoje são 5 Escolas-Classe porque a Escola Álvaro Silva foi incorporada ao Centro.

Apontou o desejo de "dar-lhe os seus cinco anos de curso, e um programa completo de leitura, aritmética e escrita, e mais ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física.". Mostrou a preocupação para "que a escola eduque, forme hábitos, forme atitudes, cultive aspirações, prepare, realmente, a criança para a sua civilização."

Dirigindo-se ao governador apontou a real causa da implantação do projeto "Recordo-me que a construção deste Centro resultou de ordem de V. Ex.^a, certa vez em que se examinava o problema da chamada infância abandonada" e a necessidade de ocupar o tempo do indivíduo colocando que "no mínimo, as crianças brasileiras, que logram freqüentar escolas, estão abandonadas em metade do dia".

Afirmou ainda que o "abandono" em parte do dia seria o bastante para desfazer o que, por acaso, fosse feito pela escola na sua sessão matinal ou vespertina, e que para remediar isso, devíamos voltar à escola de tempo integral.

Para ele com a inauguração do centro, os habitantes do bairro da Liberdade³² deixariam um estágio anterior aos tempos bíblicos de agricultura e vida primitiva para imergirem em pleno bátrato³³ do século vinte. Haveria dois caminhos "Ou organizamos para êles instituições capazes de lhes preparar os filhos para o nosso tempo, ou a sua intrusão na ordem atual terá o caráter das intrusões geológicas que subvertem e desagregam a ordem existente".

Quanto à escolha do local de implantação do centro educacional, demonstra a tendência de que a escola pode ser a solução para a criminalidade, Paro (1988,

³² Antiga Estrada das Boiadas, a Liberdade era passagem dos bois que vinham do sertão e eram comercializados na Feira do Capuame. Em 1823, por ali entrou o exército libertador e então, a Estrada das Boiadas passou a ser chamada Estrada da Liberdade. Considerado como o bairro mais populoso da cidade de Salvador, e representativo da cultura negra, o fez ser considerado pelo Ministério da Cultura como o território nacional da cultura afro-brasileira. O povoamento da Liberdade se deu logo depois da abolição da escravatura, com a ida de negros libertos e ex-escravos para o local.

³³ De acordo com o dicionário Michaelis: abismo, cova profunda, voragem

p.192) afirma que a escola passa então a ser vista como uma “salvação” frente aos riscos da criminalidade.

Segundo Paro (1988, p. 192):

A experiência do CECR, ao centrar-se nas camadas populares e em sua formação antecipa de certa forma, as questões que se farão presentes, incisivamente, nas décadas posteriores, quando se procurava atribuir à escola o papel de contribuir para a solução de problemas sociais relacionados com a condição de pobreza da população.

O próprio Anísio em artigo para a revista brasileira de estudos pedagógicos³⁴ escreveu “A região era o centro de uma das chamadas invasões, denominação com que, na Bahia, se designavam as formações precipitadas e abruptas do que se chamam no Rio as favelas. Sabemos que essas formações constituem concentração de população pobre, deslocada e em condições penosas de vida”.

Finalizando o seu discurso de inauguração do centro educacional Carneiro Ribeiro, Anísio também disse que “O problema da educação é, por excelência, o problema de ordem e de paz no País”.

Segundo Cordeiro (2001, p.242) “O Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro foi o espaço onde Anísio Teixeira introduziu e experimentou as suas concepções de educação”.

Mendonça (2006, p. 109) diz que:

Com orientação curricular e programas de ensino fundamentados principalmente em pressupostos didático-pedagógicos estreitamente vinculados ao pragmatismo de John Dewey, seria uma experiência modelar para as iniciativas pedagógicas que Anísio Teixeira e sua equipe pretendiam desenvolver no cenário educacional brasileiro.

³⁴ Trecho do artigo. A Escola Parque da Bahia escrito na revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.47, n.106, abr./jun. 1967. p.246-253.

A iniciativa de um modelo ousado de educação esbarrava no custo de um empreendimento para educação popular, pois demandava altos investimentos. Tavares (2001, p.14) afirma que “Chamaram-na luxuosamente cara, ao que ele respondeu que a boa educação não pode ser barata, tem de ser cara, como a guerra”.

O problema do custo fica evidente na própria construção do Centro Educacional. No Governo Mangabeira, Anísio conseguiu inaugurar três escolas-classe. Entretanto, da Escola-Parque deixou apenas o terreno, somente após assumir como Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos ele conseguiu recursos necessários para a construção do pavilhão de artes industriais da Escola-Parque. Inaugurado em outubro de 1955.

O centro educacional Carneiro Ribeiro acabou sendo referência para os projetos de educação popular brasileira com características de escola de tempo integral da atualidade.

De acordo com Freitas (2006, p.120) “com o projeto de Anísio Teixeira na Bahia a proposta de educação apoia-se na concepção escolanovista segundo a qual a escola é tida como instituição em condições de contribuir para a instauração de uma ordem social democrático-liberal”.

A concepção de uma escola pública de tempo integral para as camadas populares voltou a surgir com visibilidade no final da ditadura militar na década de 1980 com projetos de governadores eleitos pela oposição, com especial visibilidade para os CIEPs implantados no Rio de Janeiro por Leonel Brizola. Em um período de transição e de grandes transformações envolvendo os setores da vida institucional

do Brasil, tivemos nessa época, as greves na região do ABC³⁵, atos terroristas como o do Rio Centro³⁶ e manifestações a favor e contra a anistia³⁷.

Para os economistas este período é chamado de “a década perdida”, devido à profunda recessão, a miséria e o desemprego crescentes. No campo político foi à década da redemocratização e para a Escola de Tempo Integral, como política para as camadas populares, foi um período muito fértil.

³⁵ ABC, ABC Paulista ou região do Grande ABC é uma região tradicionalmente industrial do estado de São Paulo. A sigla vem das três principais cidades da região: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C). . A região é sede de diversas montadoras, como Mercedes-Benz, Ford, Volkswagen e General Motors, entre outras. A presença de indústrias desse porte fez com que a região fosse o berço do movimento sindical da atualidade no Brasil. As greves dos operários foram fortes nas décadas de 1970 e 1980, daí nasceu a projeção nacional do então líder sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva e a concepção do partido dos trabalhadores(PT).

³⁶ O Atentado do Riocentro foi uma tentativa de ataque a bomba que ocorreu no dia 1 de maio de 1981 no Pavilhão Riocentro, quando era realizado um show em homenagem ao Dia do Trabalho. Com o evento em andamento, uma bomba explodiu dentro de um carro ocupado por dois militares no estacionamento do edifício. O artefato seria instalado no prédio, mas explodiu antes da hora. O governo acusou os integrantes radicais da esquerda de terem colocado a bomba no carro dos oficiais. Essa hipótese não se comprovou e tempos depois, verificou-se que o atentado no Riocentro foi uma tentativa de setores mais radicais dentro da ditadura de fazer crer que era necessário uma nova onda de repressão e paralisar a lenta abertura política que estava em andamento na época.

³⁷ Em 1978 são criados os Comitês Brasileiros de Anistia por estudantes, artistas, intelectuais, opositores da ditadura e familiares de presos políticos, com apoio de setores da igreja católica e de alguns parlamentares do congresso nacional. Com a criação de comitês são organizadas diversas manifestações públicas. No final do ano, foi realizado em São Paulo o 1º Congresso Nacional da Anistia, com a presença e participação de milhares de pessoas. Nesse congresso, de grande importância para o movimento, lançou-se a palavra de ordem "Anistia, ampla, geral e irrestrita". Ampla, porque deveria alcançar todos os punidos com base nos Atos Institucionais, geral e irrestrita porque não deveriam impor qualquer condição aos seus beneficiários e sem o exame de mérito dos atos praticados. A Luta ganhou às ruas e quando o general João Batista Figueiredo assumiu a presidência em 15 de março de 1979, a luta pela anistia já estava nas ruas. Inicialmente o regime militar, não admitia a possibilidade de anistia, depois passou a admitir um indulto para os presos políticos, que não foi aceito nem pelos Comitês de Anistia, nem tampouco pelos parlamentares envolvidos com a luta pela anistia. A pressão pela anistia acabou surtindo efeito e o governo enviou ao congresso projeto para anistiar os presos políticos. A lei Nº 6.683 - de 28 de agosto de 1979 concedeu anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. Aproveitando dessa lei os militares torturadores se consideraram anistiados também. Somente recentemente teve início o primeiro processo contra um oficial militar acusado de crimes de tortura durante a ditadura. Na ação, que tramita na 23ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo, cinco membros de uma família pedem que o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra o “major Tibiriçá” seja declarado oficialmente um ‘torturador’.

No campo político, com o objetivo de desarticular o crescimento da oposição pelo MDB, tinha ocorrido em 20 de dezembro de 1979, a publicação da Lei nº 6.767, que extinguiu as instituições político-partidárias existentes e fez com que a situação passasse a chamar Partido Democrático Social (PDS) em substituição a ARENA. A Lei também impôs rígidas exigências a serem cumpridas por qualquer associação política que desejasse obter registro partidário.

Deveriam ser realizadas convenções, em pelo menos nove estados, e em no mínimo um quinto de seus municípios, devendo porém, nestes municípios o partido ter um número determinado de filiados. Com essas condições, inicialmente só três partidos conseguiram o registro: o PDS, o PMDB³⁸ e o Partido Popular (PP). Ainda como condição de existência, a Lei proibia a organização de Partidos com denominações baseadas em credos religiosos ou sentimentos de raça ou classe. Esse argumento veio a ser utilizado para tentar inviabilizar o registro do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em seguida, após vencer uma disputa com Leonel Brizola tentando capitalizar o legado político de Getúlio Vargas e do antigo PTB, Ivete Vargas³⁹ recriou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e Brizola fundou o Partido Democrático Trabalhista

³⁸ Lei nº 6.767 no artigo 5º em seu § 1º dizia que “ Do nome constará obrigatoriamente a palavra partido com os qualificativos, seguidos da sigla, esta correspondente às iniciais de cada palavra, não sendo permitida a utilização de expressões ou arranjos que possam induzir o eleitor a engano ou confusão”. Em função disso os membros da ARENA optaram pelo nome de partido democrático social(PDS) e o MDB apenas incluiu o “P” de partido.

³⁹ Sobrinha-neta do presidente Getúlio Vargas, impulsionada por este na carreira política, foi deputada federal pelo PTB do estado de São Paulo e presidiu a seção paulista do partido. A frente desta, organizou o movimento jan-jan (Jânio-Jango) em 1960. Presidiu o PTB, que continha em seus quadros o gaúcho Leonel Brizola, até a extinção da legenda em 1965, pelo AI-2; após isso, aderiu ao MDB, tendo sido cassada em 16 de janeiro de 1969, pelo regime militar.

Em junho de 1979, Brizola realizou, em Lisboa, um encontro de trabalhistas e socialistas brasileiros com o propósito de fazer renascer o PTB, com uma plataforma socialista democrática, desse encontro resultou na Carta de Lisboa, com os princípios programáticos que deveriam reger o novo PTB, assentados na representação popular, no pluripartidarismo, no nacionalismo getuliano, no sindicalismo moderno e no desenvolvimento capitalista, orientado pelo Estado. No dia 06 de setembro de 1979, Brizola voltou ao Brasil após anos de exílio. Com o retorno, estabeleceu-se uma acirrada disputa pela legenda PTB entre Ivete Vargas e Leonel Brizola. A deputada Ivete Vargas, com a

(PDT). Finalmente do sindicalismo e de uma parcela de intelectuais de esquerda nasceu o partido dos trabalhadores (PT).

De acordo com Borges (2002, p. 27) “a grosso modo, percebe-se que o bloco governista permaneceu o mesmo, ao passo que a oposição foi distribuída em cinco partidos políticos”.

O restabelecimento do sistema de voto direto nas eleições para Governador de estado e para Senador da República ocorreu, em 19 de novembro de 1980 com a emenda constitucional Nº 15. Em seguida em 19 de janeiro de 1982, o presidente João Batista Figueiredo assinou a lei Nº 6.978 que estabeleceu normas para a realização de eleições em 1982, para governador, vice-Governador, senador e suplentes, deputados federais e estaduais, prefeito, vice-prefeito e vereadores.

Em 1982, a oposição elegeu governadores pelo PMDB em Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Pará, Amazonas, Acre, Mato Grosso do Sul, Goiás e Espírito Santo, no Rio de Janeiro foi eleito pelo PDT, Leonel Brizola.

A eleição de 1982 foi muito importante para o restabelecimento do regime democrático no Brasil, Borges (2002, p. 27) em relação ao resultado do pleito afirma que “o governo ficou privado de sua maioria na câmara federal, bem como no senado, o que começou a custar-lhe algumas derrotas em votações no congresso nacional”.

A eleição da oposição e o sentimento de mudança, com novos “ares”, propiciou novos olhares para as políticas educacionais.

De acordo com Stock (2004, p. 13):

Nesse período de transição política por que passava nosso país, os partidos políticos, aliados à necessidade de resolver os graves problemas educacionais e envolvidos em uma concepção de que a educação seria o

caminho para melhorar a situação geral do Brasil, fizeram da educação a “bandeira” de seus programas.

Várias experiências foram realizadas nessa época pelos estados, com vista a melhorar a “qualidade” do ensino, podemos citar como mais significativas o ciclo básico, nos estados de São Paulo e Minas Gerais que de acordo com Gomes (2004, p. 39) cabe recordar que a primeira geração de inovações no campo da desserialização está relacionada ao ciclo básico de alfabetização, adotado, no início, por São Paulo (1984) e Minas Gerais (1985), no bojo de um movimento renovador decorrente da vitória eleitoral da oposição nesses estados.

Em São Paulo o Decreto nº 21.833/83 publicado em 28 de dezembro que instituiu o ciclo básico pela integração das duas primeiras séries do 1º Grau, no seu artigo 1º, definia dentre outras a finalidade de “assegurar ao aluno o tempo necessário para superar as etapas de alfabetização, segundo seu ritmo de aprendizagem e suas características sócio-culturais”.

Com relação à implantação do ciclo básico Perez (2002, p. 123) afirma que:

Pelo aspecto político, salienta-se a intenção de “*garantir escola para todos, independentemente de classe social a que pertença o aluno*” (SECENP, 1988, p. 69) pela adoção de algumas medidas práticas tais como: carga horária extra para atendimento de alunos com dificuldades; incentivos ao professor para trabalhar com essas classes; oferecimento de merenda e, se necessário, material escolar aos alunos; apoio técnico e acompanhamento às escolas na implantação do projeto; adoção de medidas para garantir maior permanência dos professores na classe.

Borges (2001, p. 96) também diz que:

O significado direto é que ficava abolida a possibilidade de reprovação de alunos após apenas um ano de estudo, havendo a possibilidade de permanência em sala de aula por mais duas horas diárias de aula aos alunos lentos na aprendizagem e a possibilidade de o docente, sendo remunerado por essas horas perceber um acréscimo nos seus vencimentos.

Ainda no estado de São Paulo, em 1986 através do decreto 25.469/86, complementado pelo decreto 25.753/86, foi instituído o Programa de formação integral da criança (PROFIC).

Borges (2002, p.107) diz que o decreto “explicitava que deveria haver o aumento da escolaridade e do tempo de permanência do aluno na escola, o que deveria ser aliado a medidas relacionadas à nutrição, higiene e saúde e preparação para o trabalho”

O projeto foi elaborado por alguns docentes e pesquisadores da UNICAMP e propunha que o tempo de escola não fosse apenas um tempo de instrução, mas também tempo de proteção. Em entrevista ao Jornal da UNICAMP, edição nº 200 de dezembro de 2002, o Ex. Reitor da Universidade e secretário da educação da época Dr. José Aristodemo Pinotti afirmou que “o projeto, elaborado sob a coordenação do matemático Ubiratan D’Ambrósio, que na sua gestão fora coordenador geral dos Institutos - possibilitou a matrícula em tempo integral de 513 mil crianças de baixa renda com dificuldade de aprendizado”.

De acordo com Lunckes (2004, p. 8) consta no projeto preliminar do PROFIC que seria “a transformação das escolas de primeiro grau, de instituições de instrução formal da infância, em instituições para a proteção integral da mesma, para que a instrução fosse apenas uma de suas responsabilidades”.

O PROFIC envolvia as Secretarias de Educação, de Promoção Social, de Saúde, de Relações do Trabalho, da Cultura e dos Esportes e do Turismo. Deveria haver uma atuação conjunta de todas essas secretarias no sentido de dar desenvolvimento às ações. O mecanismo de atendimento baseou-se na ampliação do tempo de permanência da criança em espaço de ensino para oito horas. O Programa é descrito por Ferreti (1991 apud Lunckes, 2004, p. 9), como:

Um programa de repasse de verbas a escolas das redes públicas, prefeituras ou entidades particulares conveniadas, para receberem alunos selecionados, das escolas da rede pública que optarem por aderir ao Programa. Durante o turno em que estão regularmente matriculados, os alunos freqüentam as aulas normalmente em sua escola; no período correspondente ao outro turno, entretanto, permanecem na escola ou dirigem-se às entidades conveniadas, onde recebem alimentação e

desenvolvem atividades complementares, como artísticas, esportivas, de lazer, pré-profissionalizantes e de reforço escolar.

De acordo com Borges (2001, p. 139):

Para a operacionalização do programa eram previstos três tipos de convênios: O primeiro, com as prefeituras municipais, o segundo, com instituições privadas (a maioria filantrópicas); e o terceiro, com escolas estaduais que desejassem aderir. Em todos os casos eram considerados os recursos físicos e materiais já disponíveis, como salas de aula ou ambiente, mobiliário, material instrucional e pedagógico e até pessoal. A partir daí montavam-se os projetos que eram apresentados diretamente à secretaria da educação.

As ações do PROFIC estavam distribuídas por quatro áreas básicas: formação integral à criança nos dois primeiros anos de vida, formação integral do pré-escolar; formação integral do escolar e atendimento ao menor abandonado.

O programa nunca chegou a ser um consenso dentro da máquina administrativa devido à complexidade para a sua operacionalização e foi extinto no governo Fleury pela resolução SE 244 de 09 de novembro de 1993.

Quase paralelamente a implantação dos ciclos básicos e do PROFIC em São Paulo, no Rio de Janeiro em março de 1983, tomou posse no governo do estado do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola e no seu programa de governo elegeu a educação como prioridade, em razão da precariedade da rede escolar oficial, da possibilidade de autonomia em virtude das escolas estarem na jurisdição dos governos estaduais e municipais; e da ideologia do seu partido⁴⁰.

Stock (2004, p.18) afirma que:

Brizola apoia-se na má qualidade do ensino justificada por ele como decorrente dos vários turnos a que a escola se submetia, pois o aluno não

⁴⁰ Consta no estatuto do PDT no seu artigo 1º, quanto aos objetivos do partido que:

§ 1º - O Partido, como instituição, e seus filiados individualmente atuarão por métodos democráticos e pacíficos, ainda que, quando necessário, com indignação, rigor e energia, essencialmente na linha dos seguintes compromissos básicos:

- com a Nação e sua história de lutas pelo domínio de seu território e de suas riquezas e com o projeto de seu desenvolvimento pleno, capaz de afirmar sua soberania e independência.
- educação, causa de salvação nacional, prioridade das prioridades: alimentar, acolher e assistir a todas as crianças do País, desde o ventre materno; educá-las e escolarizá-las em tempo integral, sem qualquer tipo de discriminação;

tinha tempo suficiente para aprender na escola e em casa não tinha quem o ensinasse – os pais pobres tinham que trabalhar para o sustento da família. Esta má qualidade de ensino, afirmava Brizola, também decorria da deficiente qualificação dos professores e estava ocasionando uma educação escolar excludente com relação à camada mais pobre da população.

Usando esses argumentos Brizola divulgou a idéia de que havia a necessidade da criação de um novo e inovador sistema educacional com novas concepções e voltado para os alunos pobres.

Foi então criada a Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, integrada pelas Secretarias de Educação do Estado e do Município, pelo Reitor da UERJ e pelo vice-governador Darcy Ribeiro, sob a presidência deste último com o objetivo de formular e orientar a execução de toda a política educacional do Rio de Janeiro em âmbito estadual e municipal.

A comissão definiu como medidas para equacionar os problemas anteriormente diagnosticados a construção de três mil novas salas de aula, produção de material escolar e didático para distribuir aos alunos carentes, treinamento de professores, ampliação da rede escolar em regime de tempo integral – CIEPs, criação de escolas-parque nos moldes propostos por Anísio Teixeira; criação de Casas da Criança (5 a 6 anos), programa para analfabetos de Educação Juvenil e criação de centros de experimentação pedagógica que funcionariam como escolas de demonstração. O atendimento das crianças com idade de sete a quatorze anos, foi anunciado como prioritário, sendo que existia a pretensão de eliminar o terceiro turno das escolas e aumentar o tempo de permanência, do aluno, para no mínimo, 5 horas diárias. Por isso, as 3 mil novas salas de aula, as escolas-parque e os CIEPs.

Stock (2004, p. 22) afirma que na mídia “Enalteciam em campanhas publicitárias, a futura grande revolução educacional que o Rio de Janeiro estava começando a vivenciar as escolas em tempo integral, chamadas de CIEPs”.

De acordo com Paro (1988, p. 19):

O CIEP é tido pelo discurso oficial como o projeto mais arrojado, deixando de fazer justiça a Anísio Teixeira e sua proposta de escola-Parque na Bahia em 1957 e experiências como a dos ginásios vocacionais em São Paulo, o CIEP é apresentado como a primeira experiência brasileira de escola pública de tempo integral.

Os Centros Integrados de Educação Pública tiveram a primeira unidade denominada Tancredo Neves inaugurada em maio de 1985 no Catete, na capital do estado do Rio de Janeiro. Durante os anos 80 e 90, em dois períodos governamentais (1983-1986 e 1991-1994) foram construídos e postos em funcionamento quinhentos e seis CIEPs, Com relação ao planejamento para a construção, de acordo com Cavaliere (2002, p. 99):

A maioria dos cerca de 200 CIEPs deixados em funcionamento naquela gestão somente entraram em funcionamento no último ano de governo. Na segunda fase de implantação (gestão 1991-1994), cerca de 400 CIEPS (entre novos e recuperados) foram implantados pelo governo estadual, a maior parte no decorrer dos dois últimos anos de governo mas, muitos deles somente nos últimos meses, ficando um grande número de escolas apenas semi estruturadas e em fase embrionária de funcionamento.

Inicialmente os CIEPs atendiam ao aluno das oito às dezessete horas. Cada unidade comportava mil alunos e além do período integral, a arquitetura de prédio projetado por Oscar Niemeyer evidenciava a projeto.

O CIEP padrão possui três blocos. No principal, com três andares, estão as salas de aula, um centro médico, a cozinha e o refeitório, além das áreas de recreação. No segundo bloco, o salão polivalente, fica o ginásio coberto com quadra, arquibancada e vestiários. No terceiro, de forma octogonal, fica a biblioteca e, sobre ela, as moradias para alunos residentes. Há prédios menores devido à dimensão dos terrenos onde estão construídos, neste caso, o CIEP compacto é composto apenas pelo prédio principal, ficando no terraço a quadra coberta, os vestiários, a

biblioteca e as caixas d'água. Os prédios criados por Niemeyer foram acusados de terem custo elevado.

Houve a preocupação, originalmente, de instalar-se os CIEPs nas regiões mais carentes e nas chamadas favelas do estado do Rio de Janeiro, mas eles também foram implantados em regiões que não tinham como característica a pobreza.

Atualmente o site do PDT informa que trezentos e cinqüenta e nove CIEPs continuam sob a administração do estado, desses sessenta e dois CIEPs têm regime integral e duzentos e um têm sistema misto. Cento e trinta e nove CIEPs foram cedidos à administração de prefeituras, sendo que cento e um estão sob responsabilidade da prefeitura do Rio e funcionam em regime de turnos. Em oitenta e seis deles há turmas integrais. Quatro foram cedidos para instalação da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) em Campos.

Um é usado pela UERJ em Duque de Caxias, um foi entregue ao Corpo de Bombeiros, um foi cedido ao Fórum de Petrópolis, sete são usados por órgão públicos, e em cento e vinte sete CIEPs, os alojamentos abrigam crianças em situação de risco

Inspirado nos CIEPs , em 1991, o governo Collor como parte do “Projeto Minha Gente”⁴¹, implantou os CIACs⁴², que tiveram as mesmas críticas dos CIEPs,

⁴¹ O Programa Minha Gente foi criado por Decreto de 14 de maio de 1991, com a finalidade de desenvolver ações integradas de educação, saúde, assistência e promoção social, relativas à criança e ao adolescente, por intermédio da implantação de unidades físicas, as quais abrigariam atividades da pré-escola ao 1º grau em tempo integral, puericultura, convivência comunitária e esportiva, bem como alojamento para menores carentes. A coordenação inicial esteve a cargo do Ministro de Estado da Saúde, responsável pelo Ministério da Criança. Por intermédio do Decreto nº 539, de 26.05.92, o Projeto passou a ser vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República, e, em 04.08.92, a Medida Provisória nº 303 criou a Secretaria de Projetos especiais da Presidência da República, que passou a ser a responsável pelo programa. No Governo Itamar Franco, com a edição da Medida Provisória nº 308, de 07.10.92, transformada na Lei nº 8.479, de 06.11.92, o Projeto Minha Gente foi incorporado à então criada Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais do Ministério da Educação - Sepespe/MEC, que assumiu o acervo patrimonial, as atribuições, as competências, as obrigações e os direitos da extinta Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República. A partir desse diploma legal, as unidades físicas receberam a designação de Centros de Atenção

inclusive com relação ao clientelismo político implícito em um projeto de construir cinco mil escolas em todo o país a um custo de dois milhões de dólares por unidade, sem que o governo federal dispusesse de meios para operá-las pois inicialmente pretendia seguir o princípio constitucional da municipalização da educação de 1º Grau, isto é, os CIACs seriam construídos pelo governo federal, mas sua administração seria entregue aos municípios.

Com o fim do governo Collor, o ministro Murílio Hingel decidiu dar continuidade ao programa em outros termos, inclusive pela alteração de sua sigla, com gastos previstos de três bilhões de dólares para o período 1993-1995. A partir de 1992 passaram a se chamar Centros de Atenção Integral à Criança (CAICs).

Em 1998, o tribunal de contas da união publicou o relatório de auditoria operacional realizada de 25/09 a 11/10/96 para a avaliação das atividades dos CAICs e consta na página 51 desse documento que “a idéia inicial do Projeto Minha Gente era construir aproximadamente cinco mil CIACs por todo o Brasil. Contudo, até o final de 1991, devido a restrições de ordem financeira e orçamentária, haviam sido assinados contratos e convênios para a construção de somente parte (2.337 CIACs) do inicialmente previsto. Nos primeiros dias do atual Governo, o MEC

Integral a Crianças e Adolescentes – Caics Posteriormente, a Lei nº 8.642, de 31.03.93, instituiu o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - Pronaica, sucessor do PMG, que teve a finalidade de integrar e articular ações de apoio à criança e ao adolescente, tendo a coordenação geral ficado a cargo do Ministério da Educação, enquanto a Sepespe recebeu as atribuições de Secretaria Executiva do Programa. O Pronaica estabeleceu oito subprogramas principais, de caráter pedagógico, a serem implementados nos CAICs - Educação Escolar, Educação Infantil, Proteção Especial à Criança e à Família, Esporte, Cultura, Saúde, Educação para o Trabalho e Alimentação -, além de três subprogramas de apoio - Suporte Tecnológico, Gestão e Mobilização. Por fim, já no Governo Fernando Henrique Cardoso, a Medida Provisória nº 931, de 01.03.95 - e posteriores reedições - em seus arts. 18, inciso XI, alínea .a., e 19, inciso VIII, alínea .c., dispôs sobre a extinção da Sepespe e sobre a transferência de suas atribuições para a Secretaria de Educação Fundamental - SEF/MEC. Juntamente com a extinção da Sepespe, o governo federal decidiu acabar com o Pronaica e suspender a construção de novos Caics. A extinção da Sepespe, contudo, ficou condicionada à conclusão dos CAICs que já haviam sido iniciados, uma vez que essa Secretaria permaneceu responsável pelos aspectos relacionados à construção das unidades

interrompeu a construção de novas unidades, decidindo pela conclusão apenas das que já tinham sido iniciadas, encerrando, dessa forma, o Programa Nacional de Atenção Integrada à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), sucessor do Projeto Minha Gente. Ao final, as autorizações para construção somaram 444 CAICs, ao custo total da ordem de R\$ 1,5 bilhão, sendo que 87 unidades (19,6 %) ainda estavam por ser concluídas até agosto de 1996”.

Mais adiante o relatório informa que “Como o custo de funcionamento dos CAICs é consideravelmente superior ao das escolas convencionais, mesmo que os alunos não permaneçam tempo integral no Centro, em razão das demais atividades existentes, é compreensível que exista um maior número de Unidades que ainda não estão funcionando na Região Nordeste ... não existem estudos precisos sobre o custo de funcionamento de um CAIC, prestando atendimento integral às crianças e adolescentes conforme definido no PRONAICA, mas, com base em cálculos efetuados pela Sepespe, estima-se que o custo de um aluno no CAIC seja da ordem de três vezes superior ao das escolas convencionais”.

Finalizando, os auditores informavam que “mais de 95% dos CAICs construídos até maio de 1996 estavam em funcionamento, não ocorrendo, portanto, um problema significativo de não aproveitamento das unidades. No entanto, verificou-se também que é consideravelmente baixo o índice de funcionamento daqueles subprogramas que não fazem parte das escolas convencionais e que foram introduzidos nos CAICs, como Iniciação ao Trabalho, Proteção Especial à Criança e à Família, Atendimento Médico e Atendimento Odontológico. Ainda mais baixo é o percentual de unidades que adotam o atendimento integral com turno de

⁴² A denominação Centro Integrado de Apoio à Criança - Ciac surgiu na Portaria nº 56, de 23.01.92, que instituiu a Unidade de Suporte da Comissão Executiva do Projeto Minha Gente. Com o Decreto de 07 de fevereiro de 1992, o PMG passou a subordinar-se ao Ministério da Educação - MEC.

oito horas menos de 5% dos 251 CAICs que responderam ao questionário. Além disso, considerando que os CAICs possuem um alto custo de funcionamento que sobrecarrega o orçamento das prefeituras e governos estaduais, a tendência é de que eles passem a funcionar cada vez mais como escolas convencionais, adotando, eventualmente, um ou outro subprograma. Por outro lado, observou-se que o desempenho dos alunos nos CAICs, bem como os índices de evasão e repetência, não são muito melhores do que nas escolas convencionais. A qualidade de construção, se é melhor, apresenta inúmeros e sérios problemas. A manutenção, além de mais difícil, apresenta um custo maior do que nas escolas convencionais. Portanto, a relação custo benefício não apresenta um saldo muito favorável ao PMG e ao PRONAICA e o balanço de suas realizações não apresenta um resultado muito expressivo, indicando, como entendem os pesquisadores do IPEA, que esta não é a melhor forma de resolver, ou mesmo minimizar, o problemas das crianças e adolescentes no Brasil e que o Programa possuía objetivos muito superiores às suas possibilidades”.

Recentemente, na gestão da petista Marta Suplicy junto a prefeitura de São Paulo foi criado a partir de 2003, o centro educacional unificado (CEU) que de acordo com o site de prefeitura municipal de São Paulo, atualmente são vinte e uma unidades construídas. Os complexos educacionais incluem creche, Escola de Educação Infantil, Escola de Ensino Fundamental, playground, centro comunitário, teatro, cinema, biblioteca, quadras de esportes, piscinas, vestiários, ateliês, estúdios para oficinas de vídeo, TV, rádio e fotografia, telecentro, pista de skate e área verde, os CEUs oferecem educação, esporte, cultura, lazer e aulas de informática em um mesmo local. O projeto oferece formação em recursos educativos e culturais, integrados com a realidade da comunidade e direcionada a toda a família.

Os CEUs aproveitam o conceito das pracinhas das periferias e pequenas cidades do interior como ponto de encontro da comunidade. A concepção do projeto pretende atingir a três objetivos específicos: o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens, ser pólo de desenvolvimento da comunidade e pólo de inovação de experiências educacionais.

A construção de cada CEU custou em média R\$ 17 milhões e o gasto com mobiliário e equipamento, R\$ 2 milhões. Foram investidos R\$ 60 milhões em equipamentos de tecnologia educacional e laboratórios de informática e R\$ 3 milhões em acervo bibliográfico⁴³.

As Instalações esportivas dos CEUs: contam com três piscinas (semi-olímpica, recreativa e infantil), uma quadra poliesportiva coberta, um salão de ginástica e dança, uma esquina de skate. Nas unidades com terreno de maior área, há também campo de futebol e quadra poliesportiva descoberta.

A programação de tempo livre para esporte e lazer nos CEUs durante a semana tem como público-alvo crianças e adolescentes das próprias unidades e das escolas adjacentes, com faixa etária a partir de quatro anos. O programa leva em conta as várias faixas etárias e as diferenças entre educação física escolar e ocupação de tempo livre. Além das atividades durante a semana o CEU tem por objetivo propiciar lazer orientado para a comunidade em geral e para tanto existe uma programação: atividades diversas aos sábados e domingos.

No discurso oficial a programação de atividades para a comunidade visa à inserção da família nos espaços, o que colabora na formação do aluno e na convivência social.

⁴³ Dados informados na apresentação do CEU no site da prefeitura municipal de São Paulo

Em 01/08/2003, na inauguração do primeiro centro unificado de educação Jambreiro no distrito de Lageado na subprefeitura de Guaianases, o presidente Lula disse em pronunciamento oficial: “Eu quero lhe dizer, minha querida Marta, que você hoje inaugura não só uma escola, você inaugura um padrão de decência, um padrão de respeito, você inaugura, na verdade, um novo jeito de tratar as pessoas neste país.

Seria muito mais fácil gastar esse dinheiro em outro lugar, mas você veio gastar aqui, nesta cidade, onde há mães aflitas, porque não sabem o futuro dos seus filhos, que sabem que seus filhos não têm onde brincar e que, às vezes, vão ter que ficar na rua à mercê do narcotráfico, à mercê da criminalidade. Você está abrindo a porta do seu coração para dizer para essas crianças: no meu governo, pobre será tratado com respeito; no meu governo, pobre tem educação de qualidade”.⁴⁴

Tanto os CIEPS, como os CIACs, CAICS e CEUS são baseados na construção de escola-modelo, com grandes prédios em bairros populares para uma pequena parcela da população, com quadras de esportes e áreas de recreação, marcando a presença do setor público nesses locais.

De acordo com o NEEPHI⁴⁵ da UNIRIO, atualmente no Brasil temos no Rio Grande do Sul 19 municípios gaúchos, atendendo cerca de 6.500 alunos do Ensino Fundamental da rede pública estadual, em Santa Catarina o projeto atende 128 escolas da rede pública estadual atendendo mais de 13 mil crianças, no Paraná existem experiências em andamento nas redes municipais de Cascavel (oito unidades escolares com cerca de 3000), Pato Branco e Apucarana. No Mato Grosso

⁴⁴ Disponível em <http://www.info.planalto.gov.br/download/Discursos/pr139.doc>

⁴⁵ Núcleo de Estudos – Escola Pública de Horário Integral – criado em 1995, na Universidade federal do estado do Rio de Janeiro que tem como objeto de estudo a Educação integral e Tempo integral.

do Sul na cidade de Campo Grande, a prefeitura inaugurou uma escola modelo visando a implantação do projeto, no Acre, nove escolas da capital (três da rede municipal e seis da rede estadual de ensino) e também no Maranhão em 50 escolas de São Luís e em 26 cidades do interior com dez mil alunos, foram inseridos no programa “Segundo Tempo”⁴⁶, No Amazonas a Escola Estadual Petrônio Portela, localizada no bairro D. Pedro na cidade de Manaus, tem sido destaque ao adotar uma metodologia de ensino diferenciada, funcionando em período integral, No Tocantins três escolas da rede Estadual iniciaram o projeto de tempo integral: CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança, em Palmas; Escola Estadual XV de Novembro, em Tocantinópolis; e Colégio Estadual Irmã Aspásia, no município de Porto Nacional, beneficiando 611 alunos.

Ainda no Rio Grande do Norte o município de Canguaretama conta com quatro escolas que funcionam em tempo integral, sendo uma localizada na sede da cidade e três na zona rural. Em Pernambuco, a cidade de Recife conta com as escolas: Alto da Guabiraba, Lojistas do Recife (Curado), Professor João Batista Lippo Neto (Várzea) e Mércia de Albuquerque Ferreira (Caranguejo Tabaiães) e firmou parceria com a cidade de Olinda para implantar o projeto na escola Municipal Monteiro Lobato, em Peixinhos, localizada na divisa das duas cidades.

No estado de Goiás, a experiência vem sendo realizada no município de Goianésia e consta que seis escolas realizam o projeto, beneficiando 453 alunos. Na Bahia em 2000, à época das comemorações pelo centenário do educador Anísio Teixeira, foram iniciadas as ordens para a recuperação do Centro de Educação Carneiro Ribeiro - Escola Parque, no bairro Caixa D'Água e a implantação de um

⁴⁶ Programa do ministério do esporte que tem por objetivo democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças e adolescentes em situação de risco social.

novo projeto pedagógico, tornando o funcionamento da escola em tempo integral em parceria com organizações não-governamentais (ONGs).

Em Minas Gerais, em janeiro de 2005 foi lançado o projeto Aluno em tempo integral, que começou a funcionar durante as férias de janeiro, como projeto piloto em dez escolas, as escolas inicialmente beneficiadas estão localizadas em municípios da Região Metropolitana. Segundo o site da secretaria da educação do estado, em 2008 a meta é atingir mais de 1.500 escolas e 120 mil alunos. Ainda em Minas Gerais na cidade de Juiz de Fora a iniciativa tem sido implantada, progressivamente, na rede municipal de ensino.

No estado do Rio de Janeiro, onde foi iniciado em 1984 a construção dos centros integrados de educação pública (CIEP), talvez o projeto de maior visibilidade em política pública educacional após o fim da ditadura militar, temos no município de Araruama onde o regime de tempo integral foi adotado em 3 unidades escolares de educação Infantil à 4ª série do ensino fundamental, em comunidades distantes e carentes de recursos sócio-econômicos e culturais, em Mesquita a secretaria municipal de educação em parceria com o Viva Rio⁴⁷ implantará o “Segundo Tempo” em 5 bairros da cidade. O primeiro já está acontecendo na E.M. Rotariano Arthur Silva e os próximos serão no Cosmorama, Chatuba, Maria Cristina e Jacutinga, No município de Nova Iguaçu, o bairro do Tinguá, tem se destacado devido ao projeto Bairro Escola, mais de 500 crianças, entre 5 e 18 anos, participantes.

Ainda segundo o NEEPHI, no estado de São Paulo na cidade Americana no início da década de 1990 foi reestruturado o ensino fundamental com a implantação

⁴⁷ Organização não-governamental fundada em dezembro de 1993, por representantes de vários setores da sociedade civil, como resposta à crescente violência no Rio de Janeiro, é engajada no trabalho de campo, na pesquisa e na formulação de políticas públicas com o objetivo de promover a cultura de paz..

dos CIEP`s, seguindo modelo dos CIEP`s do Rio de Janeiro, do governador Leonel Brizola, hoje o sistema está assim definido: nove anos de escolaridade, divididos em 3 ciclos de 3 anos cada, sendo os 2 primeiros ciclos (6 a 11 anos) oferecidos em período integral nos CIEP`s e regular nas EMEF`s. A retenção, se houver, é realizada no final de cada ciclo. O terceiro ciclo (12 a 14 anos) é oferecido em período regular nas EMEF`s e nos CIEP`s (dois turnos, vespertino e noturno).

Em Sorocaba a prefeitura está implantando em sua rede de ensino o projeto Escola em Período Integral - Oficina do Saber em sete escolas, que irá oferecer educação em tempo integral (manhã e tarde) às crianças de 1ª a 4ª séries.

Na rede estadual paulista no final do ano de 2005 foi implantado o projeto de escola de tempo integral em 381 escolas do interior do estado e 119 na Grande São Paulo, em 216 municípios atingindo 138.431 alunos da rede estadual de ensino.

3 ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ETI)

3.1 Panorama político, social e educacional que originou as ETIs

O projeto escola de tempo integral (ETI) foi criado em 2005, no penúltimo ano do segundo mandato do governador Geraldo Alckmin, que havia sido eleito no estado de São Paulo, inicialmente em 1994 como vice-governador na chapa de Mario Covas. Em janeiro de 2001, com o afastamento de Covas por motivo de saúde, se tornou governador interinamente e com a morte de Covas, em março de 2001, tomou posse definitivamente. Reelegeu-se em 2002⁴⁸ com 12.008.819 votos, representando 58,64% dos votos válidos no 2º turno. Por ter exercido uma parte do mandato de Covas, Geraldo Alckmin não poderia concorrer novamente à reeleição em 2006 e optou por lançar-se candidato a Presidente da República.

Nesse período a revista Época publicou reportagem sobre o ato e citou que em termos de projeto, a principal proposta de Alckmin era a defesa de uma tesourada radical nos gastos públicos, caminho, segundo ele, para derrubar as taxas de juros, acelerar o crescimento, aumentar os investimentos públicos e reduzir a carga tributária. Com pequenas variações, era a mesma fórmula que tinha sido seguida nos últimos 12 anos de administração tucana em São Paulo. O governador não pensava em intervenções heterodoxas no modelo econômico, mas em melhorar

⁴⁸ De acordo com o julgamento do recurso extraordinário N^o 366.488-3 efetuado pelo tribunal superior eleitoral de São Paulo, não se verificava violação à Constituição Federal em seu art. 14, § 5º, uma vez que o vice-governador apenas substituiu o governador no primeiro mandato, sucedendo-lhe no mandato seguinte, em razão de seu falecimento. A sucessão não retiraria a elegibilidade do recorrido para o cargo de governador no pleito de 2002, pois sua eleição não ocasionaria o exercício do cargo de titular do Executivo Estadual pela terceira vez consecutiva, sendo permitido que o vice – reeleito ou não – que tenha sucedido o titular, se candidatasse à reeleição, como titular, por um único mandato subsequente.

sua gestão. E isso era outro motivo pelo qual a candidatura de Alckmin era a mais simpática para o empresariado.

Nessa mesma reportagem, eram citadas as principais idéias do candidato como sendo, o estado enxuto cortando os gastos públicos para reduzir as taxas de juros e retomar o crescimento, retomada das privatizações ampliando as concessões de serviços públicos para a iniciativa privada, maior inserção internacional fazendo mais acordos comerciais com outros países, em vez de concentrar-se apenas no Mercosul e a reforma política instituindo a fidelidade partidária e mantendo a cláusula de barreira.

Em Belo Horizonte, no dia 11 de junho, ainda como pré-candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin divulgou durante a convenção nacional do partido as prioridades e linhas gerais do seu futuro programa de governo, sendo que com relação à educação as suas diretrizes eram a capacitação para emprego, inclusão social, educação para a cidadania e o desenvolvimento, educação para o mercado.⁴⁹

A candidatura de Geraldo Alckmin, em 2006, para presidente começou a ser construída antes e teve como vitrine o seu governo no estado de São Paulo, na área da educação alguns projetos mereceram destaque, como o programa escola da família, e a escola de tempo integral.

O programa escola da família foi criado pelo decreto Nº 48.781, de 7 de julho de 2004 e em seu artigo 1º dizia ter o objetivo de desenvolver e implementar ações de natureza preventiva destinadas a reduzir a vulnerabilidade infantil e juvenil, por

⁴⁹ Conforme consta no site <http://www.psdb.org.br/noticias.asp?id=24460>

meio da integração de crianças e adolescentes, a fim de colaborar para a construção de atitudes e comportamentos compatíveis com uma trajetória saudável de vida.

No artigo 3º determinava que os espaços das escolas públicas estaduais, deveriam estar disponíveis a fim de estimular a participação da comunidade intra e extra-escolar em atividades artísticas, esportivas, recreativas, formativas e informativas, voltadas ao exercício da cidadania, em perfeita sintonia com o projeto pedagógico da unidade escolar, a fim de favorecer o desenvolvimento de uma cultura participativa e o fortalecimento dos vínculos da escola com a comunidade.

Vale aqui ressaltar que apesar do referido programa não ser o foco deste estudo, porém mostra pistas das intenções das políticas do governo.

A implantação do programa ocorreu inicialmente em todas as escolas da rede pública independente de manifestação contrária e impôs sua inclusão no projeto pedagógico de cada unidade.

Na prática, passou a vigorar uma escola de segunda a sexta e um centro de convivência aos finais de semana, inclusive com gestores diferentes.

Em 19 de agosto de 2005, foi publicado no site Folha on-line uma reportagem informando o aniversário de dois anos do projeto⁵⁰ e que o mesmo fez com que os índices de violência na vizinhança das escolas caíssem em 36% em todo estado de São Paulo, segundo levantamento da Secretaria de Educação. Diz a reportagem “De acordo com a secretaria, a queda no índice de violência foi baseado em dados computados pelas escolas estaduais⁵¹. As informações são passadas à Secretaria de Educação, que insere todos os registros, incidentes ou crimes contra o patrimônio

⁵⁰ Inicialmente o programa escola da família foi apresentado como projeto

⁵¹ Mensalmente as unidades escolares devem informar casos de violência e atos de vandalismos a secretaria de educação através de digitação do Programa Segurança nas Escolas, que registra na PRODESP as ocorrências da escola. Em função das unidades escolares não obterem retorno, a

ou pessoa, em uma central de dados informatizada. O levantamento não é feito em conjunto com a Secretaria da Segurança.

Após uma comparação com os registros realizados antes da criação do projeto, foi constatado uma redução de 46,5% nas agressões físicas, 45% em casos de furtos e 81% no porte de drogas. Na vizinhança das escolas, os índices gerais de violência foram reduzidos em 36%”.⁵²

Oficialmente a secretaria da educação divulgou em 23 de agosto de 2005 no “II Congresso do Programa Escola da Família: Reinventando a Escola” que “Depois da implantação do programa, as ocorrências contra a pessoa e o patrimônio nas escolas de todo o Estado caíram 39,5%; Houve redução de 46,5% nas agressões físicas e acima de 81% no porte de drogas. Na vizinhança das escolas, os índices gerais de violência foram reduzidos em 36%. Os dados das pesquisas confirmam que aumenta a preocupação e o cuidado da comunidade com as escolas em todo o Estado. Desde o começo do programa, as depredações caíram em 34,6%, as pichações em 35,3% e as invasões em 37,2%. Nas ocorrências contra a pessoa, a redução é ainda mais significativa: os furtos caíram 45,5%, e o porte ilegal de arma 38,1%”.

O programa Escola da Família ocorre aos sábados e domingos das 9h às 17h, conta na unidade escolar com educadores profissionais, voluntários, diretores ou vice-diretores de escolas e universitários.

digitação é encarada como mero serviço burocrático e os dados transmitidos nem sempre são confiáveis.

⁵² Disponível no site <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17711.shtml>

Os educadores profissionais são contratados e os universitários recebem bolsa universidade⁵³ através de convênio com universidades privadas.

A partir de janeiro 2007, já no governo Jose Serra, também sem prévia consulta às unidades escolares o programa sofreu uma redução no número de escolas participantes de 5306 para 2333. Com a justificativa de que estava superdimensionado e de acordo com as diretrizes do programa publicado em 12 de janeiro de 2007⁵⁴, com o redimensionamento do programa, atentando às necessidades locais, de acordo com os dados de vulnerabilidade social e juvenil, uma otimização na utilização dos recursos financeiros está prevista, direcionando melhores condições às regiões que efetivamente precisam.

Já o projeto escola de tempo integral foi lançado informalmente em 08 de dezembro de 2005 pelo governo de São Paulo conforme reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo que dizia "O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), anunciou ontem que parte dos alunos do ensino fundamental das escolas estaduais terão aula em período integral. O governo pretende implementar o projeto em 170 dos 5.000 colégios da rede, atendendo a 5% dos 3 milhões de estudantes. O programa, chamado de Escola de Tempo Integral, começará a funcionar no primeiro semestre de 2006, ano que haverá eleições presidenciais -Alckmin é cotado para ser o candidato tucano⁵⁵".

⁵³ O regulamento para obtenção da bolsa universidade do programa escola da família determina que o candidato deve preencher os seguintes quesitos: Estar regularmente matriculado em curso de graduação, em turma apta a ser iniciada, imediatamente, ou em exercício, de Instituição Privada de Ensino Superior conveniada com o Programa; ter cursado as três séries do Ensino Médio na Rede Pública Estadual Paulista, ou na Rede Municipal; não estar recebendo outro benefício para custeio da mensalidade do curso de graduação e ter interesse e disponibilidade para desenvolver as atividades do Programa junto às Escolas Públicas Estaduais ou Municipais com carga horária de oito horas aos sábados e oito horas aos domingos;

⁵⁴ Disponível no site <http://www.escoladafamilia.sp.gov.br/reestruturacao.html>

⁵⁵ O pássaro Tucano azul de peito amarelo é usado como símbolo do PSDB, consta no site do partido que em uma das reuniões preparatórias da formação do PSDB, em Abril de 1988 na cidade de Brasília, a representação de Minas Gerais propôs que houvesse um símbolo para simplificar a

A mesma reportagem informava que o secretário da Educação, Gabriel Chalita disse em relação às unidades que iniciariam o projeto: "Queremos que elas sejam pólos em suas regiões, onde os outros diretores possam conhecer o programa".

O presidente da APEOESP (sindicato dos professores da rede estadual), Carlos Ramiro, apoiou a iniciativa, porém reclamou do pequeno número de escolas atendidas. "Cento e setenta [colégios] em 5.000 é muito pouco", disse. Chalita pretende estender o programa a todos os colégios da rede estadual "em quatro anos".

Na cerimônia de apresentação do projeto realizada na escola estadual Maestro Fabiano Lozano e simultaneamente transmitida para a rede de escolas estaduais, o secretário Gabriel Chalita disse que recentemente no CONSED tivera a oportunidade de "conhecer a experiência do Chile e perceber como que o Chile conseguiu fazer uma revolução educacional e uma das grandes propostas de educação do Chile foi não gastar dinheiro com perfumaria, não gastar dinheiro com bobagem, investir para que o aluno fique o dia inteiro na escola, a proposta é que a partir desta teleconferência, vídeo conferência, desse anúncio de hoje as escolas se reúnam com os pais os diretores, o conselho de escola se reúnam com os professores com alunos para discutir o que significa essa escola em tempo integral para a comunidade, não é uma imposição, é um diálogo uma construção coletiva inclusive do currículo dessa escola"⁵⁶.

identificação do partido e facilitar sua comunicação. E sugeriu que esse símbolo fosse um "tucano". A proposta foi aprovada, pelas razões apresentadas de que o tucano de peito amarelo lembra a cor da campanha das eleições diretas, ele é um dos símbolos do movimento ecológico e da defesa do meio ambiente e uma ave brasileira.

⁵⁶ Transcrição de trecho do vídeo "lançamento da Escola de Tempo Integral com a participação do Governador do Estado de São Paulo e do Secretário de Educação" postado no site <http://www.rededosaber.sp.gov.br/> e acessado em 04/03/2008.

Após listar os programas de governo na área de educação do governo do estado de São Paulo disse que “Tudo isso agora eu acho que a gente celebra com esse passo muito importante na qualidade do ensino dos nossos alunos principalmente escolas de regiões carentes que atendem uma população mais carente de alunos que quando chegam em casa não tem pai ou mãe, ou ninguém para ficar com ele ninguém que ajude a desenvolver a sua habilidade cognitiva. Há um dado interessante muito triste na educação do Brasil e esse dado é o seguinte hoje 80% das crianças do Brasil ficam menos de três horas por dia na escola e ficam mais de seis horas na frente da televisão”.

A Pró-Reitora de Graduação da universidade de São Paulo Sonia Penin em seu discurso disse que “o tempo a mais de aprendizagem certamente vai fazer diferença a próxima geração” e Marcos Monteiro presidente do conselho estadual de educação de São Paulo falou que “não é difícil localizar a origem dos alunos da FEBEM a origem dos adolescentes que estão na FEBEM e via de regra a origem deles é principalmente onde há uma ausência de Estado por isso nós acreditamos que a escola em tempo integral venha efetivamente para suprir essa carência certamente nós estaremos agora assim atuando na origem dos nossos problemas”.

Vale ressaltar que o relatório final da comissão parlamentar de inquérito⁵⁷ constituída na Assembléia Legislativa do estado de São Paulo com a finalidade de apurar fugas diárias nas unidades dos complexos Imigrantes e Tatuapé apresentado em 09 de março de 1999 na assembléia legislativa de São Paulo ao apontar soluções para o problema da violência já dizia que:

Outra situação que desencadeia a violência é a falta de oportunidade dos adolescentes no mercado de trabalho é a baixa escolaridade; a maioria dos adolescentes infratores não tem mais do que a 4ª série do 1º grau . O Estado de São Paulo deveria investir em escolarização, pois, como dizia o

⁵⁷ Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/documentacao/cpi_febem_relatorio_final.htm.

Senador Darcy Ribeiro: "para tirar a criança da rua é preciso dar escolarização em tempo integral, dar motivação para ela sair da rua". A prevenção do problema do adolescente infrator passa pelo oferecimento, por parte do Estado, de creches, escolarização em tempo integral, com assistência médica, odontológica, lazer, esportes, pois com isto se investiria no homem, afastando crianças e adolescentes das ruas e da marginalidade.

O discurso oficial não deixa claro que um dos objetivos do projeto é de tirar as crianças da rua como medida para a diminuição da crescente violência urbana, mas fica explícita essa intenção quando o projeto é justificado pelos agentes operacionalizadores (dirigente regional de ensino, supervisores e diretores de escola) como citaremos mais adiante.

O projeto foi efetivamente criado pela resolução Nº 89 da secretaria da educação do estado de São Paulo publicado no diário oficial em 09 de dezembro de 2005 e justificava a criação considerando a educação como presença fundamental no dia a dia de crianças e jovens, por desempenhar papel relevante na dinâmica das sociedades; bem como a importância de se oferecer aos estudantes do Ensino Fundamental a oportunidade de estender o tempo de participação na escola em atividades que ampliem suas possibilidades de aprender e a necessidade de atender às expectativas da comunidade intra e extra-escolar e desenvolver ações que integram a política de inclusão,

Instituiu o Projeto Escola de Tempo Integral com o objetivo de prolongar a permanência dos alunos de ensino fundamental na escola pública estadual, de modo a ampliar as possibilidades de aprendizagem, com o enriquecimento do currículo básico, a exploração de temas transversais e a vivência de situações que favoreçam o aprimoramento pessoal, social e cultural. Informava ainda que os objetivos do projeto seriam: promover a permanência do educando na escola, assistindo-o integralmente em suas necessidades básicas e educacionais, reforçando o aproveitamento escolar, a auto-estima e o sentimento de

pertencimento; intensificar as oportunidades de socialização na escola; proporcionar aos alunos alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico; incentivar a participação da comunidade por meio do engajamento no processo educacional implementando a construção da cidadania e adequar as atividades educacionais à realidade de cada região, desenvolvendo o espírito empreendedor.

No seu artigo 3º, era feita a previsão do atendimento inicial de escolas da rede pública estadual de ensino fundamental que atendessem aos critérios de adesão, e que estivessem distribuídas pelas 90 Diretorias de Ensino, inseridas preferencialmente, em regiões de baixo IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - e nas periferias urbanas. Os critérios para adesão ao Projeto seriam, a unidade escolar ter espaço físico compatível com o número de alunos e salas de aula para funcionamento em período integral e intenção expressa da comunidade escolar em aderir ao Projeto, ouvido o Conselho de Escola.

A diretoria de ensino de Sorocaba, por exemplo, não realizou nenhum estudo ou reunião para definir as unidades interessadas em participar do projeto, baseando no levantamento do setor de planejamento para a demanda escolar de 2006 elencou as unidades que teriam problemas com a falta de alunos e fez o “convite” para que demonstrassem interesse em participar do projeto e para as demais unidades solicitou o envio de ofício alegando desinteresse devido a falta de espaço para o desenvolvimento do projeto. O critério de seleção acabou sendo a ociosidade das salas de aulas.

Estava previsto na resolução o funcionamento da unidade que aderisse o projeto em dois turnos - manhã e tarde, com uma jornada de 9 horas diárias e carga horária semanal de 45 aulas.

Quanto à organização curricular da escola de tempo Integral, seria composto do currículo básico do ensino fundamental e ações curriculares direcionadas para a orientação de estudos, atividades Artísticas e Culturais; atividades Desportivas; atividades de Integração Social e atividades de Enriquecimento Curricular.

No final daquele ano a revista ISTOÉ gente publicou na edição nº 332, os eleitos como melhores de 2005 e na área da educação figurava o secretário de educação do estado de São Paulo. A reportagem mostrando a sua trajetória dizia que “agora fecha 2005 com a realização de um sonho: Escola em Tempo Integral, programa recém-lançado. Era a última conquista que almejava como secretário”.

Em 11 de Junho de 2006, conforme o jornal o estado de São Paulo, no discurso realizado na convenção nacional do PSDB, que confirmou seu nome para candidato a presidente, Geraldo Alckimin disse que “Como presidente, vamos trabalhar para aumentar progressivamente o turno escolar, começando pelas áreas mais pobres e expostas a violência, como também foi feito em São Paulo. De quatro horas de aula por dia, passamos a cinco, depois, 3 dias por semana, seis horas-aula. Agora, em mais de 500 unidades, lá estamos caminhando para a escola de tempo integral”.

A disputa política partidária para a Presidência da República estava ficando polarizada entre o partido dos trabalhadores (PT) com o presidente Lula que almejava a reeleição e o partido da social democracia brasileira (PSDB) com seu candidato Geraldo Alckmin, governador de São Paulo licenciado.

Nesse ano o PCC⁵⁸ que esporadicamente, realizava atentados, intensificou sua ação e espalhou o terror no estado de São Paulo.

⁵⁸ O PCC, Primeiro Comando da Capital também identificada pelos números 15.3.3; a letra "E" é a 15ª letra do alfabeto e a letra "C" a terceira, surgiu no início da década de 1990 no Centro de Reabilitação Penitenciária de Taubaté, local que acolhia prisioneiros transferidos por serem considerados de alta periculosidade pelas autoridades. É uma organização de criminosos existente no

Entre 12 e 15 de maio de 2006 foram realizados inúmeros ataques (nem todos comprovadamente originados da organização) a postos policiais e delegacias, até alvos civis não são poupados. Os ataques ocorreram tanto na cidade de São Paulo como no interior do estado e acabaram se estendendo pelos estados do Paraná e Mato Grosso. Essa onda e outros ataques violentos ocorridos durante aquele ano trouxeram pânico a população e o tema segurança pública para o centro do debate

O jornal Correio Brasiliense de 23 de julho de 2006 informou que “a Segurança é a preocupação dos candidatos ao Palácio do Planalto”.

O jornal o Dia em 9/9/2006 publicou reportagem com relação a disputa presidencial que enunciava o assunto segurança pública ter status de prioridade nos programas de governo. “Pois a violência é uma das questões que mais preocupam a população, de Norte a Sul do País”.

Invariavelmente era apontado como solução para a “violência” o aumento da escolarização e do tempo de permanência das crianças na escola.

3.2 A implantação do projeto ETI



Figura 1- Logotipo do projeto Escola de Tempo Integral
Fonte: Site da Secretaria da Educação do Est. S. Paulo

A Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da secretaria da educação do estado de São Paulo publicou no diário oficial de 10/12/2005 um comunicado justificando a necessidade de organizar as ações para implantação do Projeto nas escolas de ensino fundamental na rede estadual, e informando o cronograma de ações a serem desenvolvidas.

Constava no cronograma uma Videoteleconferência de Lançamento do Projeto Escola de Tempo Integral em 08/12/2005(realizada antes do comunicado) e o período de 12 a 20/12/2005 para Inscrições das unidades escolares interessadas na implantação do projeto Escola de Tempo Integral.

Também reafirmava os critérios para a adesão ao projeto como sendo, ter espaço físico compatível com o número de alunos e salas de aula para funcionamento em tempo integral e expressa intenção da comunidade escolar em aderir ao Projeto, ouvido o Conselho de Escola.

Estabelecia até 27/12/2005 para as diretorias de ensino realizarem a análise das condições das escolas inscritas e para que as coordenadorias de ensino do Interior e da capital e grande São Paulo fizessem a definição das unidades escolares onde o Projeto seria implantado.

Até 29 de dezembro de 2005 seria feita a divulgação das escolas definidas para implantação do Projeto Escola de Tempo Integral. Na primeira semana de janeiro de 2006 estava prevista reunião da CENP com os Dirigentes Regionais de Ensino com objetivo de oferecer subsídios para que as unidades escolares elaborassem seus projetos pedagógicos e em seguida reunião dos dirigentes regionais de ensino com os Diretores das unidades escolares envolvidas no Projeto: subsidiar a construção do projeto pedagógico da escola de tempo integral.

Nesse comunicado também era informado que as unidades escolares que optassem pelo Projeto seguiriam o calendário escolar adotado para todas as escolas da rede estadual.

A resolução que criou as escolas de tempo integral na rede pública do estado de São Paulo previa que, de forma democrática, as unidades se manifestassem, ouvido o conselho de escola, do desejo de participar do projeto, porém era preciso espaço físico compatível com o número de alunos e salas de aula para funcionamento em período integral.

Essa era a forma sutil de excluir a maioria das unidades, pois só se enquadrariam nessa condição aquelas que estivessem com falta de demanda escolar. Evidentemente as unidades que eram consideradas pelo senso comum como sendo de “qualidade” funcionavam com a capacidade máxima, mesmo querendo não puderam participar devido à falta de espaço físico.

Escolas localizadas em bairros periféricos e com alto índice populacional, apesar de se situarem nas condições preconizadas tanto no discurso do governador como pela resolução que criou o projeto, também não puderam participar.

Realizamos uma pesquisa com as unidades escolhidas para integrarem o projeto e verificamos que havia entre 2000 e 2007 um decréscimo considerável de alunos e classes em 90 % delas.

Em Sorocaba, por exemplo, as unidades habilitadas para o projeto foram a E.E. Altamir Gonçalves no jardim Belmejo, a E.E. Professora Escolástica Rosa de Almeida na Vila Haro, a E.E. Prof. Jose Roque de Almeida Rosa na vila Formosa, a E.E. Prof. Josefa Rodrigues Fernandes no jardim Parada do alto, a E.E. Prof. Nazira Nagib J Murad Rodrigues no jardim dos Morros, a E.E Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury no jardim Europa e a E.E Prof Waldemar de Freitas Rosa na vila Fiori. Além do decréscimo no número dos alunos estão situadas em bairros com mais de trinta anos de existência e segundo estudo da fundação SEADE com IPVS⁵⁹, pertencente ao grupo 4, que tem dimensões sócio-econômica média, ciclo de vida familiar composto por famílias Jovens e vulnerabilidade média.

Outra questão que envolveu a habilitação e escolha das unidades que fariam parte do projeto é que o anúncio do mesmo ocorreu em 08 de dezembro, período em que apesar do calendário escolar prever atividades até o final de dezembro⁶⁰, vigora informalmente um “recesso branco” em função de um cronograma apertado onde sucessivamente no início de dezembro os professores têm que entregar as notas na secretaria da escola, os funcionários preparar os dados para o conselho de

⁵⁹ O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social criado pela fundação SEADE tem a pretensão de identificar e a localizar as áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza. O IPVS classifica as regiões dos municípios paulista em grupo 1 – nenhuma vulnerabilidade, grupo 2 – vulnerabilidade muito baixa, Grupo 3 – vulnerabilidade baixa, Grupo 4 – vulnerabilidade média, grupo 5 – vulnerabilidade alta e grupo 6 – vulnerabilidade muito alta.

⁶⁰ A resolução SE 106, de 2-12-2004 que dispunha sobre a elaboração do calendário escolar nas escolas da rede estadual de ensino para o ano de 2005 previa no seu artigo 3º o início do ano letivo em 14 de fevereiro, a realização de atividades de planejamento, avaliação, revisão e consolidação da proposta pedagógica em 09, 10 e 11 de fevereiro, acrescidos de dois dias no segundo semestre, a serem definidos pela escola, atividades de recuperação da aprendizagem, de forma paralela, ao longo do ano, de acordo com resolução específica, reuniões do Conselho de Escola, dos Conselhos de Classe/Série e da Associação de Pais e Mestres e realização das atividades escolares, envolvendo todos os alunos, no mínimo, até 21 de dezembro;

classe e série final, em seguida ser realizada a reunião de conselho de classe e série para sair o resultado final de aprovação e retenção dos alunos, a finalização do processo com os funcionários digitando os dados no sistema PRODESP e a realização da coleta de classes para o ano seguinte. Como toda essa rotina deve estar pronta no último dia de aula, os professores acabam tendo que encerrar as atividades avaliativas antes da data prevista para o fim do ano letivo, também nesse período, muitos alunos conseguem empregos temporários no comércio, pais antecipam viagens e a escola historicamente se esvazia no início de dezembro.

Devido a isso se tornou impossível uma ampla discussão democrática a respeito da viabilidade e da real intenção do projeto.

Entre o anúncio da implantação em 08 de dezembro e a manifestação da adesão às escolas tiveram oito dias úteis para se organizarem entre convocação dos membros do conselho, reunião e elaboração de documento se candidatando a participar do projeto.

Em 12 de dezembro o jornal Cruzeiro do Sul publicou a notícia da implantação do projeto⁶¹, dizendo que “segundo a dirigente regional de ensino de Sorocaba, Maria Armida Baddini de Menezes, o objetivo é deixar o adolescente mais tempo na escola e aproveitar seu tempo ocioso”.

A reportagem ainda informava que "Cada escola participante poderá desenvolver e aplicar seu próprio projeto didático-pedagógico, dependendo da realidade cultural, econômica e das necessidades da comunidade. Responsável pela E.E. Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury (Jardim Europa), Maria das Graças Gambacorta mostrou-se interessada em adotar o novo modelo: "é uma boa porque muitos pais hoje em dia não têm tempo ou com quem deixar o filho".

⁶¹ Reportagem disponível no site <http://www.cruzeirosul.inf.br/acervo/2005/12/12/20051212-cidades-379229.shtml>.

Quanto à estrutura física das escolas, a dirigente garantia na reportagem que não seria necessário construir novos prédios para realizar o projeto e sim apenas adaptações.

A dirigente regional de ensino ainda afirmava que. "O tempo de permanência na escola é determinante, principalmente para tirar a criança da rua, da frente da TV ou do videogame. Ela terá contato com novas iniciativas e mais tempo para ler e estudar".

Em 18 de janeiro de 2006 foi publicada a resolução SE nº 7 que dispunha sobre a organização e o funcionamento da Escola de Tempo Integral e dizia que "à vista dos objetivos definidos para a implementação da Escola de Tempo Integral, que assegura a alunos dos ciclos I e II do ensino fundamental a ampliação da vivência de atividades escolares e de participação sócio-cultural e tecnológica; da necessidade de se firmar diretrizes que permitam aos educadores implementarem o processo educacional proposto para a Escola de Tempo Integral, resolve que a Escola de Tempo Integral destina-se a alunos dos ciclos I e II do ensino fundamental de escolas da rede pública estadual que tenham atendido aos critérios de que trata o artigo 3º da Res. SE nº 89 de 09/12/2005".

Quanto à organização curricular definia que tanto para os Ciclos I e II em período integral "compreenderá o currículo básico do ensino fundamental e um conjunto de oficinas de enriquecimento curricular".

Em relação às oficinas definia "como a ação docente/discente concebida pela equipe escolar em sua proposta pedagógica como uma atividade de natureza prática, inovadora, integrada e relacionada a conhecimentos previamente selecionados, a ser realizada por todos os alunos, em espaço adequado, na própria unidade escolar ou fora dela, desenvolvida por meio de metodologias, estratégias e

recursos didático-tecnológicos coerentes com as atividades propostas para a oficina”.

Os componentes curriculares que integravam o currículo básico do ensino Fundamental e os eixos temáticos das oficinas curriculares ficaram definidos para o ciclo I; com o currículo básico composto da base nacional comum e a parte diversificada distribuídas em língua portuguesa, educação artística, educação física, história, geografia, matemática, ciências físicas e biológicas totalizando 25 aulas.

Não houve nenhuma tentativa de mudança ou inovação na grade curricular, sendo essa a mesma que o restante da rede iria adotar, ficando claro que no período da manhã onde funcionariam as aulas do currículo básico, a unidade teria o mesmo funcionamento das outras que não aderiram ao projeto.

Passa a ocorrer o que Paro (1988, p. 216) ao comentar sobre a proposta de “ressocialização” dos CIEPs expõe “Os CIEPs assumem as características de um trabalho em que a socialização e o ensino de conteúdos têm pesos equivalentes. Há uma nítida preocupação instrucional”. Ou seja na parte da manhã a função instrucional das ETIs estava garantida, com o funcionamento igual ao de uma unidade de tempo parcial.

As oficinas curriculares seriam subdivididas em orientação para estudo e pesquisa; atividades de linguagem e de matemática que compreenderiam hora da leitura, experiências matemáticas, língua estrangeira moderna (Inglês) e Informática educacional; as atividades artísticas seriam compostas de teatro, artes visuais, música, dança, as atividades esportivas e motoras contemplariam o esporte, a ginástica e o jogo; completando as atividades de participação social com saúde e qualidade de vida, filosofia e empreendedorismo Social. Todas essas atividades totalizariam 20 aulas.

Para ensino fundamental ciclo II, na base nacional comum e parte diversificada haveria língua portuguesa, língua estrangeira moderna (Inglês), ciências físicas e biológicas, educação artística, educação física, história, geografia, matemática e ensino religioso totalizando 27 aulas.

Também no ciclo II não se diferenciaria das demais unidades, mantendo as mesmas divisões disciplinares e grade horária.

As oficinas curriculares teriam orientação para estudo e pesquisa; atividades de linguagem e de matemática subdivididas em hora da leitura, experiências matemáticas, língua estrangeira moderna (espanhol) e Informática educacional; as atividades artísticas com teatro, artes visuais, música, dança; as atividades esportivas e motoras com esporte, ginástica e jogo, e completando as atividades de participação social com saúde e qualidade de vida, filosofia e empreendedorismo social, totalizando 18 aulas

Quanto à organização da escola de tempo Integral, definiu o regime de estudos para cada classe dos ciclos I e II, em período integral: manhã e tarde; com carga horária semanal de 45 aulas; totalizando 09 aulas diárias com intervalos de uma hora para almoço e vinte minutos, em cada turno, para recreio.

Para o Ciclo I, o turno da manhã ficou destinado ao desenvolvimento das disciplinas do currículo básico, com duração de cinco aulas diárias, e o turno da tarde com uma carga horária de quatro aulas diárias destinadas às oficinas curriculares.

Já no ciclo II, o turno da manhã 06 (seis) aulas diárias, destinadas ao desenvolvimento das disciplinas do currículo básico e das seguintes oficinas: hora da leitura e orientação para estudos e pesquisa e o turno da tarde, com três aulas

diárias, destinadas, exclusivamente, ao desenvolvimento das demais oficinas curriculares.

Coelho (2002, p. 143) em relação à extensão da jornada escolar afirma que “uma escola que funcione em tempo integral não pode ser apenas uma escola em dupla jornada, com repetição de tarefas e metodologias”. Nesse sentido o que se verificou nas ETIs foi o funcionamento das unidades no período da manhã no formato curricular que temos historicamente as escolas públicas de tempo parcial e a tarde trocou-se a nomenclatura da divisão do tempo escolar de aula para oficina e cada oficina estabelecida vincou-se a um componente curricular do ensino básico.

Para fins de definição de pessoal na escola de tempo integral, com base nas disposições do decreto nº 37.185 de 5/8/1993⁶², e da resolução SE nº 35 de 7/4/2000⁶³, ficou definido que “será considerado em dobro o número de classes em funcionamento nos termos do caput deste artigo”.

A atribuição das classes e das aulas para os professores da escola de tempo Integral nesse ano foi regida pela resolução que “far-se-á aos docentes inscritos no processo regular de atribuição de classes/aulas, a partir de sua etapa inicial, pelo diretor de escola, podendo haver também, se necessário, atribuição das referidas classes e aulas em nível de diretoria de ensino”.

As habilitações dos docentes para as aulas das disciplinas do currículo básico do Ciclo II do Ensino fundamental foram mantidas para todas as unidades

⁶² O decreto Nº 37.185, de 5 de agosto de 1993 fixa o módulo de pessoal das unidades escolares da Secretaria da Educação e dá providências correlatas.

⁶³ A resolução SE Nº 35, de 7 de abril de 2000 dispõe sobre o processo de seleção, escolha e designação de docente para exercer as funções de Professor Coordenador, em escolas da rede estadual de ensino e no seu artigo 1º determina que as unidades escolares da rede estadual de ensino contarão com posto(s) de trabalho destinado(s) às funções de Professor Coordenador, na seguinte conformidade: um para as escolas que mantenham, no mínimo, 12 classes em dois ou mais turnos e dois para as escolas que mantenham, no mínimo, 12 classes em dois ou mais turnos diurnos e 10 classes no noturno

pertencentes ou não do projeto, com relação às aulas das oficinas curriculares, a atribuição deveria se dar no ciclo I, a portadores de diploma de licenciatura plena em Pedagogia ou de curso de nível superior equivalente, com habilitação em magistério das matérias pedagógicas do ensino médio ou em magistério das séries iniciais do ensino fundamental, nesta ordem de prioridade de habilitações, exceto para as oficinas de língua estrangeira moderna inglês, atividades artísticas e atividades esportivas e motoras, cujas aulas seriam atribuídas a portadores de licenciatura plena em letras com habilitação em inglês, educação artística/arte e educação Física, respectivamente.

Já no Ciclo II, a atribuição contemplaria as seguintes habilitações/qualificações docentes para cada oficina/conjunto de atividades, orientação para estudo e pesquisa: licenciatura plena em Pedagogia ou curso de nível superior equivalente, com as habilitações previstas para as oficinas do Ciclo I, na mesma ordem de prioridade; hora da leitura: licenciatura plena em letras com habilitação em língua portuguesa, preferencialmente, ou licenciatura plena em qualquer componente curricular; Informática educacional: licenciatura plena com formação e conhecimento na área, preferentemente com curso de capacitação desenvolvido pelos núcleos regionais de tecnologia educacional, desde que devidamente comprovado; para as experiências matemáticas: licenciatura plena em matemática, ou licenciatura plena em física, ou em química ou ainda licenciatura em ciências plenificada com qualquer habilitação; com relação à língua estrangeira moderna espanhol: licenciatura plena em letras, com habilitação no idioma ou com comprovada proficiência adquirida em cursos especializados; para as atividades esportivas e motoras: licenciatura plena em educação física; atividades artísticas:

licenciatura plena em educação artística/arte; saúde e qualidade de vida: licenciatura em ciências plenificada em biologia, ou química, ou física ou em matemática, ou licenciatura plena em ciências biológicas ou ainda licenciatura plena em história natural; filosofia: licenciatura plena em filosofia; empreendedorismo social: licenciatura plena em ciências sociais.

Terminando a resolução previa que na ausência de docentes com as habilitações previstas para as aulas de atividades artísticas do ciclo I e para as atividades do ciclo II, as aulas poderiam ser atribuídas com observância à ordem de prioridade das faixas de qualificação estabelecidas pelo artigo 12 da resolução⁶⁴ que normatizava a atribuição para as demais unidades da rede, respeitadas as demais disposições de seus parágrafos.

Na prática a princípio, apenas mudança de nomenclatura, assim entenderam no momento da atribuição a direção e os professores, mesmo porque entre a publicação da resolução e a atribuição das aulas em 31 de janeiro, ocorreram quatorze dias e em um período de férias dos docentes que por força de lei não poderiam ser convocados para nenhuma reunião de trabalho.

Iniciou-se o projeto que alteraria a estrutura escolar sem que se acenasse para mudanças na estrutura didática do professor.

Estabelecendo relação entre a ineficiência do ensino brasileiro e a baixa qualidade profissional dos professores, Paro (1988, p. 225) afirma que “trata de um problema realmente sério e que precisa ser atacado de forma incisiva, se se pretende promover a qualidade da educação oferecida em nossas escolas”.

⁶⁴ Resolução SE-90/2005 publicada em 9-12-2005 que dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério

Em relação à escola de tempo integral Monteiro (2002, p.155) coloca que “uma escola desse tipo precisaria de um corpo de professores engajado, consciente das questões políticas envolvidas e disposto a assumir esse trabalho”.

Em 11 de fevereiro de 2006 o jornal Bom dia de Sorocaba publicou uma reportagem intitulada “Programa escola de tempo integral começa em sete escolas da cidade” onde dizia que “As aulas na rede estadual começam na segunda-feira, com a volta de 79.849 alunos e o início do programa Escola de Tempo Integral. Em Sorocaba, os alunos do ensino fundamental das escolas Renato Sêneca de Sá Fleury, Josefa Rodrigues Fernandes, Nazira Nagib Jorge Murad Rodrigues, Altamir Gonçalves, José Roque de Almeida e Escolástica Rosa de Almeida terão aulas das 7 às 16 horas.

Na Renato Sêneca de Sá Fleury, no Jardim Europa, 220 alunos de segunda a quinta-série participarão do novo programa. A diretora Maria das Graças Silva Gambacorta comenta que pela manhã todos terão aulas da grade curricular e à tarde serão desenvolvidas atividades esportivas, oficinas de leitura, de idiomas como Inglês e Espanhol, Filosofia, Informática, Saúde e Qualidade de Vida, Matemática e Orientação de Estudos e Pesquisa. A diretora afirma que para o projeto foram feitas adaptações na estrutura do prédio, com ampliações de salas de aula e mudança da sala dos professores. Ela comenta que o Escola de Tempo Integral também abriu vagas de emprego. O desenvolvimento do projeto na escola será feito após a contratação de 17 profissionais da área de Educação.

Para que os alunos permaneçam oito horas na unidade, Maria das Graças diz que terão três refeições todos os dias: lanche da manhã, almoço e lanche da tarde”.

A reportagem continuava dizendo que “Maria das Graças vê o projeto como uma oportunidade para que os alunos tenham atividades de Informática e Idiomas sem que os pais precisem pagar por esses cursos fora da escola”.

E finalizava com a dirigente regional de ensino de Sorocaba, Maria Armida Baddini, dizendo que “com o projeto as crianças terão mais incentivo para estudar. Outro ponto importante é que os alunos passarão menos tempo nas ruas”.

Conforme dissemos anteriormente, a retirada das crianças da rua acaba sendo explicitada quando o projeto é justificado.

Paro (1988, p. 201) comenta que “a escola aparece, então, como essa instituição salvadora que protegerá as crianças do mundo pervertido a que elas estão sujeitas”.

Nesse ano as aulas começaram em 13 de fevereiro e somente em 06, 07 e 08 de março a secretaria da educação realizou em Águas de Lindóia, no hotel Monte Real um encontro entre diretores, supervisores e coordenadores que pretendia explicar como o projeto deveria funcionar na prática.

De acordo com o site⁶⁵ oficial da secretaria da educação do estado de São Paulo os objetivos eram “apresentar e capacitar os integrantes das escolas e diretorias de ensino para que conheçam melhor as oficinas, atividades educacionais e culturais que fazem parte da nova matriz curricular em 121 escolas da capital e grande São Paulo e, 393 do Interior”.

A reportagem informava que a programação do encontro previa no dia 06 a abertura com o tema “A Escola de Tempo Integral: Novos Tempos” seguida de uma Palestra “O Jovem na Escola de Tempo Integral” pelo professor Antonio Carlos

⁶⁵ Notícia divulgada na página http://www.educacao.sp.gov.br/noticias_2006/2006_07_03.asp

Gomes da Costa e à tarde uma oficina intitulada “Discutindo a Escola de Tempo Integral”

No dia 07 estava previsto a apresentação do programa SuperAção Jovem em seguida uma atividade intitulada “ Vivenciando as Oficinas Curriculares” que deveria continuar no período da tarde. Para o dia 08 a programação contava no período da manhã com uma oficina chamada “Caminhos para a implementação da escola de tempo Integral” e a tarde uma atividade de Lien Ch'i e Meditação.

Nos dias 27 e 28 de março a secretaria da educação organizou o congresso Internacional de Educação - Programa Escola de Tempo Integral – que reuniu diretores, professores coordenadores e supervisores, de acordo com a comissão organizadora com o objetivo de ser um grande encontro para trocar experiências sobre a Escola de Tempo Integral, saber o que é feito no exterior, mostrar os projetos realizados aqui. "O secretário Chalita nos pediu um Congresso de conferencistas internacionais que tivessem a possibilidade de passar para os nossos educadores a experiência da escola de tempo integral ocorrida no exterior, que vem somar ao programa de formação continuada, e dar a eles um preparo maior para voltar às suas escolas e perceber a partir das referências internacionais o que podem adequar nas escolas onde o projeto está sendo implantado desde o início de fevereiro", explicou a coordenadora da CENP - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, Sonia Maria Silva⁶⁶.

Os profissionais participantes do congresso foram José Francisco Pacheco idealizador da escola da Ponte em Portugal, Robert Cowen, Fernando Hernandez, Juana Maria Sancho, Carlos Andrés Araneda Espinoza, Sonia Teresinha Sousa Penin, Sonia Maria Silva e Leila Rentrola Iannone.

⁶⁶ Notícia veiculada no site http://www.educacao.sp.gov.br/noticias_2006/2006_28_03_a.asp

Ao assistir a gravação do congresso fica evidente a organização apressada do mesmo, um dos palestrantes inicia a explanação pedindo a todos que façam silêncio e os participantes tentam se acomodar da melhor maneira possível. Essa impressão foi confirmada por uma das diretoras participantes dizendo que “tinha fila para tudo, até fila para fazer fila. Gostei muito da palestra sobre a escola da Ponte o resto foi perda de tempo”.

Ainda em março, já com o ano letivo em andamento, a coordenação de normas pedagógicas enviou as escolas as diretrizes da escola de tempo integral, um documento contendo 94 páginas que definia como diretrizes gerais a preservação da essência do sistema de ensino que era tido como participativo, inclusivo e democrático

Dizia que “Sobre esse patamar curricular básico faz-se necessário identificar quais são os atributos, as relações e os desdobramentos que ainda demandam um aprofundamento, uma complementação ou um enriquecimento para potencializar os ganhos e os avanços já conquistados. É nesse sentido que a escola de tempo integral será, em 2006, implementada Essa escola deverá ser redimensionada e enriquecida em sua estrutura organizacional com novos espaços e oferecer maior tempo de permanência aos alunos, sem perder de vista os ganhos já conquistados”.

“A organização curricular dessa escola irá manter o desenvolvimento do currículo básico do ensino fundamental, enriquecendo-o com procedimentos metodológicos inovadores, de modo a revesti-la de uma singularidade que oferecerá novas oportunidades de aprendizagem e se constituirá em uma escola com projeto pedagógico articulado e coerente com os princípios preconizados. Sintonizar os objetivos desses desdobramentos com as finalidades básicas de uma escola de ensino fundamental pressupõe matrizes curriculares ampliadas, que se consolidam

como indicadores e como referenciais a partir dos quais a equipe escolar, frente às possibilidades de adequação do espaço físico existente, dos recursos humanos e materiais disponibilizados, deverá planejar e organizar sua proposta de trabalho”.

Após apresentar as matrizes curriculares do projeto definia os objetivos das oficinas Curriculares como instituídas para a vivência de atividades de natureza prática, inovadora, integradas às temáticas, conhecimentos e saberes já interiorizados ou não pelos alunos e articuladas aos planos de ensino dos diferentes professores, cujas prioridades estariam asseguradas na proposta pedagógica elaborada pela equipe escolar, em que o cumprimento da função social da escola seria a alavanca de um processo que visando à formação de pessoas aptas a exercerem sua plena cidadania.

Paro (1988, p.207) critica esse papel atribuído à escola de tempo integral dizendo que:

Aceitando como boa a sociedade que inclusive produz as crianças a serem ressocializadas, trabalhar com estas, formá-las, de modo que possam retornar ao convívio social adequado ou normal do qual se afastaram e/ou foram afastadas. Essa escola parte assim; do pressuposto de que tais crianças estão defasadas. À margem da sociedade sadia.

Para as diretrizes, seriam as oficinas que se viabilizariam em tempos complementares a educação e o cuidado da construção da imagem positiva do aluno. Se cuidar e educar não se constituem em ações excludentes, a escola não era simples local de guarda de crianças assim como não seria o único espaço de construção de conhecimentos.

Em relação afirmação de que a escola de tempo integral não ser um mero local de guarda de crianças, Alves (2001, p.257) citando a incorporação pela escola de algumas funções sociais complementares (merenda, tratamento médico-odontológico, práticas desportivas e de lazer) afirma que,

para a realização dessa tendência que se cristaliza com a difusão da escola de tempo integral não basta só o atendimento imediato aos reclamos de diferentes segmentos da sociedade, tônica que tem presidido a atuação oficial. Tão somente a oferta de serviços ineficazes transforma quase sempre, a escola em um mero depósito de crianças. Portanto, a reivindicação a ser dirigida por educadores e pela sociedade civil ao estado deve incidir sobre a eficácia dos serviços que estão sendo incorporados à escola e não sobre a procedência dessa incorporação.

Defendia as diretrizes que cuidar e educar são direitos subjetivos assegurados a toda criança e jovem que, quando garantidos, lhes possibilitam desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma sadia, em condições de liberdade e dignidade; crescer em ambiente de afeto e segurança, moral e material, propiciado pelos pais e pela sociedade; receber educação gratuita, em condições de igualdade de oportunidades; ser protegido contra abandono, violência, tráfico ou exploração pelo trabalho; ser protegido contra toda e qualquer forma de discriminação, crescendo em ambiente de tolerância e amizade.

De acordo com as diretrizes, esses direitos pressupõem a elaboração e implementação de uma proposta pedagógica cuidadosamente planejada e executada que oportunizem condições promotoras de atividades que levem os alunos a estabelecerem relações, construírem ou aprofundarem valores, baseados em imagem positiva de si, de seus pares e dos membros da comunidade que o inserem. São compromissos que implicam cuidar quer dos aspectos afetivos quer dos cognitivos e sociais; são compromissos que conduzem ao desenvolvimento integral dos alunos, à consolidação de aprendizagens positivas, ao lazer, à alimentação e aos cuidados pessoais. Atender às diferentes necessidades de aprendizagem.

Em relação à elaboração e implementação da proposta pedagógica nos moldes em que sugerem as diretrizes, Paro (1988, p. 222) afirma que “há o risco de se tomar como de natureza pedagógica, passíveis de soluções escolares, muitos problemas sociais, cuja solução não é competência da escola”.

Para as diretrizes uma das condições necessárias à promoção da aprendizagem de todos os alunos era a atenção às diferenças individuais, e que a aprendizagem era um processo pessoal, singular, complexo, no qual intervêm fatores de diferentes naturezas. Assim seria perfeitamente compreensível que diferentes alunos necessitem de diferentes tempos, diferentes orientações de estudo para aprender conteúdos escolares e vivenciar atividades das diferentes oficinas. O tempo complementar ao horário regular de aulas seria uma excelente oportunidade, por exemplo, para o desenvolvimento de atividades diversificadas e outros subsídios, diferenciados pelas necessidades e possibilidades, destinados quer para os alunos que têm dificuldades, quer para aqueles que têm possibilidade de avançar para além do coletivo da classe. Pesquisas pessoais, leituras, estudos e projetos específicos poderiam ajudar esses alunos a aprender a buscar o desenvolvimento de seus interesses.

Por outro lado, orientações didáticas que os apoiassem, segundo as necessidades específicas de aprendizagem, poderiam fazer com que muitos superassem distâncias entre o seu aproveitamento e o da sua classe. Seria possível organizar alunos de diferentes séries conforme os desafios de aprendizagem que precisariam enfrentar, a idade, as necessidades de atenção e apoio, tempo e quantidade de trabalho, etc...

Com relação à autonomia das unidades participantes do projeto as diretrizes informavam que “cada equipe escolar decidirá sobre a melhor forma de intervir e planejar de acordo com as características dos alunos, das famílias e dos recursos humanos disponíveis e do espaço e materiais de que dispõe. Promover o sentimento de pertinência e o desenvolvimento de atitudes de compromisso e responsabilidade para com a escola e com a comunidade, instrumentalizando-o com as competências

e habilidades necessárias ao desempenho do protagonismo juvenil e à participação social”.

Paro (1988, p. 227) concorda com a necessidade de autonomia de uma unidade escolar afirmando que:

Precisamente quando se pretende introduzir mudanças na instituição escolar, visando ao incremento de suas atividades e a melhoria de seu desempenho, é que se constitui momento privilegiado para se considerar a necessidade da participação popular nas atividades e nas decisões que envolvem a escola. Não há razão para fugir essa norma quando se trata de promover a extensão diária da escolaridade.

E segundo Paro (2001, p.113) “de maneira sintética, pode-se entender a autonomia escolar como se referindo a duas dimensões que se interpenetram: autonomia pedagógica e autonomia administrativa, nessa incluída a autonomia financeira”.

Buscando o conceito de educação integral pela proposta anarquista Gallo (2002, p. 24) afirma que “uma escola que queira ser o caminho para a liberdade deve ser, necessariamente, autogerida. Sua administração deve ser libertária, realizada pela própria comunidade e não hierarquizada”.

Alves (2001, p.254) com relação a gestão da escola de tempo integral afirma também que “devem ser buscadas soluções para a representação dos serviços em referência, no âmbito dos colegiados, para ampliação dos espaços de democracia interna e para a participação da sociedade civil organizada na direção das unidades educacionais”.

Na prática, as diretrizes eram as mesmas para todo estado de São Paulo, impondo um currículo único e as mesmas práticas, tanto para os alunos da capital como do Pontal do Paranapanema, sem levar em consideração as peculiaridades regionais e não indicavam a possibilidade de análise e sugestões dos órgãos colegiados das escolas.

Não havia margem para a autonomia pedagógica e tão pouco acenava para qualquer possibilidade de autonomia administrativa.

Azanha diz que,

Sem liberdade de escolha, professores e escolas são simples executores de ordens e ficam despojados de uma responsabilidade ética pelo trabalho educativo. Nesse caso, professores e escolas seriam meros prestadores de serviços de ensino, de quem até se pode exigir e obter eficiência mas não que respondam eticamente pelos resultados de suas atividades..

As diretrizes Relacionavam o desinteresse e as atitudes dos alunos com a falta de autonomia dizendo que "é de se convir que muitos dos problemas que afligem as escolas e os educadores, principalmente nas grandes cidades, é o fato de que os alunos, não se importam com a escola nem com o aprendizado não se interessam por nada, e, muito freqüentemente, possuem atitudes predatórias para com o patrimônio escolar, etc. Da mesma forma, os alunos não sentem a escola como sua e pertencente à comunidade à qual presta serviço.

Paro (2007, p.13) afirma que "A alegação de falta de interesse do aluno como justificativa para o mau desempenho da escolar precisa ser combatida de forma radical porque ela implica na própria renúncia da escola".

O documento continuava dizendo que "Entretanto, experiências realizadas em diferentes contextos mostram que quando a escola promove atividades que tenham sentido para os alunos, abre espaço para que exerçam suas capacidades e desenvolvam sua autonomia, os alunos aos poucos constroem uma outra relação com o espaço, a vida e as pessoas da escola...

A possibilidade de atuar intervindo na realidade, tomar decisões pessoais e participar de decisões coletivas; de desenvolver atividades que interfiram na realidade criar situações favoráveis à construção do sentimento de pertinência e ao desenvolvimento do senso de responsabilidade podem se constituir em oportuno

exercício do protagonismo juvenil. Nesse contexto, a elaboração e o desenvolvimento de atividades/projetos concretizam essas possibilidades, incentivam a busca de novos conhecimentos e experiências promovem o conhecimento do contexto e criam compromisso com o público a que se destina”.

Concordando, Cavaliere (2007, p. 1023) enfatiza a possibilidade mudança dizendo que “entendendo-se mais tempo como oportunidade de uma outra qualidade de experiência escolar, é que a escola de tempo integral pode trazer alguma novidade ao sistema educacional brasileiro”.

Entendiam as diretrizes que “através da elaboração de resultados/produtos que podem ser compartilhados e que provocam mudanças, podem levar o aluno a uma melhor compreensão do seu eu, ao reconhecimento de si mesmo, à potencialidade de seus talentos e tendências e, dessa forma aprender a aprender, participando da vida social, seja nos limites da escola, seja em ações voltadas para a comunidade ou em iniciativas de comunicação mais ampla.

Nesse aspecto, os recursos da informática possibilitam a comunicação e a criação de comunidades em torno de objetivos e interesses comuns entre jovens do mundo inteiro. Assim, atividades que incidam sobre o cuidado com a saúde coletiva, hábitos de consumo, práticas de preservação recuperação e promoção da qualidade ambiental da escola e da comunidade (e assim do planeta), levantamento e valorização de expressões culturais de diferentes grupos sociais, repúdio às discriminações, pesquisas sobre as instituições (governamentais, ONGs e privadas) existentes na comunidade e sua atuação, em especial as que prestam serviços à comunidade, e participação em atividades de cunho social e solidário, podem se constituir em formas operacionais desses compromissos.”

Cavaliere e Coelho (2003, p. 155) apontam essa necessidade e afirmam também que:

Uma escola de horário integral, para além de todas as tarefas e problemas de gestão de qualquer escola, tem a dificuldade adicional das responsabilidades ampliadas diante dos alunos e da falta de conhecimento acumulado na gestão de uma rotina diferente, que necessita maior diversidade de atividades e inclui problemas decorrentes da permanência prolongada de alunos e professores no ambiente escolar.

Na relação do indivíduo com o grupo social as diretrizes esclareciam que “não é possível sentir-se parte de um grupo social seja de que dimensão for, sem ser reconhecido por ele como tal. E não se tem esse reconhecimento sem ter acesso às linguagens, às representações, enfim à cultura desse grupo. Por outro lado, também não é possível desenvolver atitude de compromisso e de responsabilidade para com a vida de um grupo sem o sentimento de pertinência a ele. Assim, parte da tarefa da escola de promover a formação de pessoas responsáveis e compromissadas com a vida social, desde a escola até o país, pode ser potencializada pelo tempo complementar através da ampliação do acesso dos alunos ao universo cultural letrado e a atividades sociais valorizadas. Assim, atividades artísticas e esportivas que possibilitem a participação social e o protagonismo juvenil devem ter o caráter de oficinas que permitam a participação e a organização mais livre. Através delas será possível gerar outras atividades que têm grande significado para os alunos e que promovem uma interação intensa entre eles, as famílias, a comunidade; ajudam a escola a construir sua identidade e a fazer-se valorizada por todos”.

Para a promoção da cultura da paz pelo desenvolvimento de atitudes de auto-respeito, respeito mútuo, solidariedade, justiça e diálogo diziam as diretrizes que a parte essencial dessa formação é “o desenvolvimento da capacidade ética que possibilita a legitimação de valores essenciais à vida social e pessoal de modo consciente e com autonomia. É nessa perspectiva que os valores devem ser

trabalhados. É uma interiorização de valores que se constrói nas relações humanas, nas práticas cotidianas e, sobretudo, na reflexão/crítica sobre elas”.

Paro (1988, p. 207) afirma que:

O papel prioritário que cabe à escola de tempo integral é o de aceitando como boa à sociedade que inclusive produz as crianças a serem ressocializadas, trabalhar com estas “formá-las”, de modo que possam retornar ao convívio social “adequado” ou “normal” do se afastaram ou foram afastadas. Essa escola parte, assim, do pressuposto de que tais crianças estão defasadas, à margem da sociedade “sadia”. Sua reintegração depende portanto da aprendizagem e adoção de atitudes, formas de ser, código simbólico, conhecimento, etc. pertinentes à maneira de viver nessa sociedade “sadia”.

Porém Paro (2008, p.30) sentencia “eis a verdade cristalina com que a didática deve deparar-se: o educando só aprende se quiser”.

Quanto a avaliação, as diretrizes citavam a professora Bernadete Gatti e diziam que deve ser vista como acompanhante, como informação para reformulação pedagógica, para continuidade do trabalho, para mudanças em direções mais adequadas; avaliação continuada, bem feita, com o olhar atento para novas informações que podem ser descobertas acerca do aluno; e, a partir daí, maximizar o que o aluno é capaz de fazer, obter toda a informação possível para ajudar o aluno.

Também definia a avaliação como cotidiana e essencial para um bom trabalho pedagógico, para os avanços continuarem, sendo um balizador para aquilo que o aluno domina, para aquilo que lhe desperta interesse, para aquilo que ele ainda deve aprender. Também balizador tanto para o professor que acompanha o aluno na sua heterogeneidade, fazendo-o avançar nos aspectos da cultura, como para o diretor acompanhar seus professores, e os estimular auxiliando a encontrar meios para a melhoria das HTPCs⁶⁷ e do espaço escolar.

⁶⁷ De acordo com a lei complementar 836/1997 no seu artigo.13 e a portaria CENP nº 1/96 a HTPC(Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo) será desenvolvida na unidade escolar, pelos professores e o Professor Coordenador Pedagógico. Com a finalidade de articular os diversos segmentos da escola

Finalizava definindo que avaliar o aluno em seu processo de escolarização de tempo integral significava pensá-lo globalmente, ou seja, em seu universo cultural, esportivo e social e que esse processo que compreende o aluno como pessoa global, composta de muitas dimensões interdependentes e que se relacionam de forma dinâmica. Processo que o compreende como um ser humano e como um cidadão em desenvolvimento, que o vê de modo plural e diversificado, com diversas possibilidades de aprendizagem, em que todos são capazes de aprender com condições e situações favoráveis.

Informava que os alunos deveriam ser avaliados tanto pelos componentes do currículo básico como pelas oficinas curriculares que deveriam favorecer a vivência de atividades dinâmicas, contextualizadas, significativas no campo da arte, da leitura, da matemática, do esporte e do convívio social, a avaliação do desempenho escolar teria maiores possibilidades de abranger o aluno em todas suas potencialidades, suas diversidades, suas preferências, suas habilidades ou seja o aluno por inteiro.

Quanto as estratégias e formas de registro para as oficinas, sendo atividades de natureza prática, inovadora e integrada, que priorizaria o fazer, sem descartar o pensar/refletir, algumas sugestões eram dadas como a observação do professor, a auto-avaliação do aluno, ouvi-los e avaliações em grupo.

Quanto às formas de registro a serem adotadas, sugeria que houvesse anotações sobre as observações a respeito de cada aluno num caderno, portfólio e fichas de observação do aluno que poderiam ser bimestrais ou semestrais.

para a construção e implementação do seu trabalho pedagógico, fortalecer a unidade escolar como instância privilegiada do aperfeiçoamento de seu projeto pedagógico e (re)planejar e avaliar as atividades de sala de aula, tendo em vista as diretrizes comuns que a escola pretende imprimir ao processo ensino-aprendizagem. São no máximo 7 (sete) horas e de acordo com a carga horária do professor

Tanto as estratégias como as formas de registro eram detalhadas e era proposto que o desempenho do aluno nas atividades das oficinas curriculares não fosse avaliado por provas e ou testes e nem registrado em notas ou menções, como ocorria com os componentes curriculares do currículo básico, e sim usando as formas de registro sugeridas ou outras que a escola fosse adotar.

Os avanços alcançados pelo aluno nas atividades das oficinas curriculares deveriam ser considerados na análise do seu desempenho global e incorporados às avaliações realizadas em outras situações de aprendizagem.

O processo seria concretizado no Conselho de Classe/Série que ocorreria bimestralmente, quando os professores do currículo básico e das oficinas curriculares discutiriam e refletiriam sobre seu trabalho e sobre o desempenho do aluno nas diversas situações de aprendizagem. As informações advindas das diferentes formas de registro se cruzariam e se completariam e, a partir daí seria elaborada uma síntese avaliativa de cada aluno, que deveriam ocorrer bimestralmente.

Era ressaltado que a freqüência do aluno seria obrigatória nas atividades das oficinas curriculares pois elas estariam integradas ao seu currículo de formação, compondo o total de horas letivas usadas para o controle de freqüência.

Em relação a escola de tempo integral exigir uma redefinição das avaliações educacionais, Ruiz (2007, p. 32) diz que “A avaliação, nos contratos didáticos em construção, carece de ressignificação a partir de olhares amplos que incidam em paisagens ainda pouco conhecidas.”

Na escola real, a exigência de mudança entra em conflito com a formação histórica do profissional docente e nas práticas avaliativas não tendo segurança os professores acabam recorrendo às formas tradicionais.

Segundo Tardif e Lessard (2005, p.136),

A avaliação dos alunos: não se trata, absolutamente de uma atividade mecânica que consista em contabilizar notas; pelo contrário, a avaliação parece corresponder a um processo social bastante complexo em que o julgamento profissional dos professores se confronta com uma multidão de critérios, expectativas, necessidades, normas e dificuldades. Nesse sentido a avaliação é uma operação difícil.

Quanto à implementação as diretrizes diziam que a adequação desses compromissos e orientações a cada realidade escolar e social constituía-se em uma tarefa a ser cumprida pela equipe escolar.

Em seguida instruía para organização e planejamento das oficinas curriculares em seus três eixos atividades de linguagem e de matemática (hora da leitura, experiências matemáticas, língua estrangeira moderna, informática educacional), atividades artísticas, atividades esportivas e motoras e atividades de participação social (saúde e qualidade de vida, filosofia e empreendedorismo social) e orientação para estudo e pesquisa. Cada uma delas continha os seus objetivos, os procedimentos metodológicos e o perfil do professor para a atuação.

Em 30 de março de 2006 o jornal folha de São Paulo publicou no seu caderno cotidiano uma reportagem intitulada “Pais criticam escola de tempo integral” onde dizia que “Cerca de 50 pais e alunos da escola Júlia Della Casa Paula, na zona sul, protestaram ontem contra as condições do período integral no colégio, projeto implementado neste ano na rede estadual pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB). Eles reclamam da estrutura física do local e da falta de atividades extracurriculares. A Folha entrevistou 21 pais e dez professores de seis das 61 escolas da capital que aderiram ao programa. Nos relatos, as reclamações se repetem.

De acordo com o programa (apresentado em dezembro passado por Alckmin), as escolas que aderiram devem oferecer pela manhã o conteúdo regular e,

à tarde, oficinas como teatro, atletismo, informática e experimentos matemáticos. A carga horária subiu de cinco para nove horas.

Segundo os relatos, os professores ainda não foram capacitados para as oficinas, e as escolas não receberam os materiais para as atividades e estão com problemas de estrutura. Como consequência, os alunos ficam cansados e irritados, pois têm aula no período da tarde (que é obrigatório).

Na Júlia Della Casa Paula⁶⁸, a sala de informática e a biblioteca estão inutilizadas desde o início das aulas, em 13 de fevereiro, por problemas na fiação. Também há infiltração nas salas. "Os meus filhos estão cansados, dizem que só têm lição", diz a manicure Valquiria dos Santos, 34, mãe de alunos da quinta e da sétima séries.

Na Jardim das Oliveiras 2 (zona leste)⁶⁹, não há quadra. Já os pais da Ceciliano José Ennes (zona oeste)⁷⁰ dizem que o refeitório não comporta todos os alunos no almoço. "Minha filha já ficou sem almoçar", diz a mãe de uma aluna da segunda série. As outras escolas onde a reportagem verificou o andamento do programa foram Salvador Allende⁷¹, Joaquim Silvério Gomes (zona leste)⁷² e Neyde Aparecida Sollito (zona sul)⁷³.

⁶⁸ E.E. Profa. Julia Della Casa Paula localizada no Jardim São Jorge, município de São Paulo e pertencente a diretoria de ensino Sul 1.

⁶⁹ E. E. Jardim das Oliveiras 2 no localizada no Itaim Paulista, município de São Paulo e pertencente a diretoria de ensino leste 2.

⁷⁰ E.E. Prof. Ceciliano Jose Ennes localizada no Itaim Bibi, município de São Paulo e pertencente a diretoria de ensino centro oeste

⁷¹ E.E. Presidente Salvador Allende Gossens localizada no conjunto residencial José Bonifácio, município de São Paulo e pertencente a diretoria de ensino leste 3

⁷² E.E. Prof. Joaquim Silverio Gomes dos Reis localizada na cohab José Bonifácio, município de São Paulo e pertencente a diretoria de ensino leste 3.

⁷³ E.E Profa. Neyde Aparecida Sollitto localizada no Jardim Palmas, município de São Paulo e pertencente a diretoria de ensino Sul 1.

O projeto veio no escuro. A orientação é complementar às aulas, mas ainda não disseram como diz Carlos (nome fictício), professor da oficina de experimentos matemáticos de uma escola da Cohab 2 (zona leste).

Educadores afirmam que o projeto é bom, mas foi mal implementado. A implementação está sendo feita a toque de caixa [o programa foi anunciado dois meses antes das aulas] diz Ângela Soligo, uma das coordenadoras da graduação de pedagogia da UNICAMP, no curso, há cerca de 80 professores da rede estadual. Para Fábio Bezerra de Brito, diretor da Escola de Aplicação da USP, o programa deveria começar com projetos pilotos antes de ser estendido (hoje, 514 escolas participam em todo o Estado). "Do jeito que está, parece que o anúncio é mais importante que o ganho. Isso pode queimar uma idéia que é excelente."

No dia 13 de maio de 2006, o jornal Bom dia de Sorocaba publicou na seção Geral uma reportagem intitulada "Falhas em projeto educacional levam alunos ao limite nas escolas" que dizia "A ineficiência do projeto Escola de Tempo Integral, implantado neste ano pela Secretaria Estadual da Educação e que, nesta semana, provocou a exoneração do coordenador da CEI (Coordenadoria de Ensino do Interior), Élcio Antônio Selmi, pode ser entendida no flagrante acima registrado pelo Bom dia, na tarde da última quinta-feira.

O que deveria ser uma simples aula recreativa no pátio da EEPG Renato Sêneca de Sá Fleury, no Jardim Europa, terminou com dois alunos trocando tapas, socos, chutes, puxões de camisa, de cabelo, arranhões e agressões verbais. A brincadeira com o grupo acabou na hora, enquanto o professor de Educação Física conduzia-os à diretoria.

Por trás da disputa pela bola de basquete a causa da briga pode estar a falta de planejamento do projeto para entreter os alunos. "O Governo criou o programa,

mas não deu a infraestrutura prometida como aulas de teatro, música. O resultado é que as crianças estão estressadas, cansadas de ficar na escola das 7h às 16h”, revela a coordenadora Regional da APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, Isabel Cristina Rodrigues.

Temos recebido muitas reclamações de professores que os alunos passaram a brigar mais. Os professores também estão cansados pela falta de estrutura e material de apoio. Muitos têm que improvisar”, afirma ela.

A dona-de-casa M.S.S., 48, está aflita desde quando seu filho de 12 anos, aluno da EEPG Altamir Gonçalves, no Jardim Magnólia, passou a ficar mais tempo na escola por causa do projeto Escola de Tempo Integral. Ela tem medo que o menino morra. “Ele chegou assustado em casa na última quinta-feira. O amigo que senta ao seu lado continua levando um revólver calibre 22 e quer convencê-lo a comprá-lo por R\$ 50,00”. M. reclamou ao Bom dia que já fez a denúncia para a direção da escola há duas semanas, mas nenhuma providência foi tomada.

“Será que isso acontecerá quando meu filho levar uma bala na cabeça?”. Preocupada, a dona-de-casa disse que, diariamente, leva o filho e vai buscá-lo na escola e só fica sossegada quando o vê saindo pelo portão.

“Não sei o que fazer. No desespero estou pensando em marcar um encontro para comprar a arma e depois jogá-la fora”, desabafou.

O jornal Bom dia apurou que Armida passou a tarde de ontem reunida com diretores das sete escolas de Sorocaba que integram o projeto Escola de Tempo Integral.

Enquanto isso, pais de alunos e estudantes reclamam do projeto. “O meu filho reclama que cansa ficar na escola porque faltam atividades”, disse o vendedor Luis Carlos Dias, 42, morador da Parada do Alto.

Um grupo de estudantes da EEPG Josefa Rodrigues Fernandes⁷⁴, localizada no mesmo bairro, confirma o relato de Luis. “Na maioria das vezes, ao invés da aula terminar às 16h a gente sai às 15 porque faltam professores”, disse um deles.

Em relação a essa reportagem cabe ressaltar que tivemos a oportunidade de conversar com um dos envolvidos na briga acontecida na E.E. Prof Renato Sêneca S. Fleury a que se referiu o jornal e tivemos a impressão de que houve um exagero do repórter, posteriormente a diretora da escola confirmou que foi um fato corriqueiro, normal em atividades esportivas de contato e que acabou apresentado na matéria como de grande proporção.

Também o jornal O estado de São Paulo de 06 de maio de 2006 publicou uma reportagem intitulada “Escola de tempo integral é fictícia, diz MP” onde dizia que “Numa ação inédita no Estado, o Ministério Público de São Paulo pede em liminar à Justiça a suspensão do programa Escola em Tempo Integral e o pagamento de indenização de sete milhões de reais aos alunos da escola estadual Anísio Moreira, de Mirassol, no interior do Estado. Ao mesmo tempo, em Lins, pais ameaçam retirar os filhos de duas escolas de tempo integral da cidade por causa da falta de estrutura física e pedagógica nessas escolas”.

Continuava a reportagem dizendo que “Além de pedir a suspensão do programa na escola Anísio Moreira, o promotor da Infância e Juventude de Mirassol, José Heitor dos Santos, alega que os estudantes devem ser indenizados por danos morais porque não encontraram as mínimas condições físicas, materiais e pedagógicas prometidas pelo Estado e por conta disso passaram por situações de humilhação e constrangimento”.

⁷⁴ Transcrição da reportagem, porém o nome correto da unidade é E.E. Profª Josefa Rodrigues Fernandes

O promotor comentava que "Não é exagero. Nem os detentos condenados do Estado são tratados como esses estudantes. Eles estão se alimentando em pé, porque não têm cadeira. Eles não têm abrigo do sol e da chuva e, por falta de professores e materiais didáticos, são confinados num pátio sem orientação, num verdadeiro depósito de estudantes. Para agravar, correm riscos de sofrer danos à saúde porque o ginásio de esportes, com fissuras nas paredes, pode desabar",

O promotor Santos disse à reportagem que "a escola em tempo integral é fictícia na maioria das escolas do Estado e que por isso pede na liminar a apresentação pelo Governo do Estado, em 30 dias, dos projetos com as disciplinas, conceitos pedagógicos e materiais das oficinas; e também cronogramas para obras na escola. Tudo sob pena de multa de até R\$ 2 milhões".

Finalizava o promotor de Mirassol dizendo "Como não há um projeto para esse programa, penso que ele não existe". O repórter dizia que "Em 21 escolas do ABC e outras tantas do interior que pesquisamos, esse programa não existe na prática. O que fizeram foi apenas aumentar o horário de aula de cinco para nove horas, sem condições nas escolas e sem capacitar professores".

Ainda afirmava o jornal que em Lins, a Justiça negou liminar que pedia a suspensão do programa em duas escolas. A suspensão fora pedida por pais, revoltados com a qualidade das refeições e falta de espaço físico e de higiene para as crianças se alimentarem, que mesmo com a decisão, os pais iriam apresentar outro mandado de segurança e que na próxima terça-feira iriam comparecer em massa às escolas e levar os filhos para casa. Segundo Nivaldo Félix de Oliveira, pai de um aluno, muitas crianças pulavam muros com mais de dois metros de altura para fugir da escola onde gangues atuavam após as aulas teóricas. "Não há

materiais e professores capacitados para aulas práticas, por isso as crianças ficam ociosas e as gangues dominam no pátio".

Em 09 de maio o juiz da Infância e da Juventude de Mirassol, Ronaldo Guaranha Merighi, determinou que o estado de São Paulo deixasse de praticar o programa para os cerca de 700 alunos que freqüentavam o período integral da escola estadual Anísio Moreira, sob pena de multa de R\$ 20 mil por dia de desobediência.

O jornal Cidade de Rio Claro informou em 11 de maio que "em Marília, as escolas que desenvolvem o projeto Tempo Integral estão obrigadas a liberar alunos na hora do almoço, caso exista solicitação do pai ou responsável. A decisão é da Vara da Infância e Juventude de Marília em liminar expedida no final de março. O juiz Donizete Aparecido da Silveira atendeu pedido do Ministério Público e estendeu a liminar para todas as escolas com o programa. Na cidade são cinco colégios. Segundo a dirigente Conceição Grandis, assim que chegar a notificação, as escolas serão avisadas. Ela também disse que a decisão deve ser passada para a Secretaria, em São Paulo, que deve providenciar recurso. Segundo Conceição, a diretoria não tem autonomia para definir mudanças.

Para retirar alunos será preciso autorização por escrito dos pais. Caso contrário, fica caracterizada falta para o estudante".

Em 1 de setembro de 2006 a coordenadoria de ensino do interior lançou o prêmio "ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL EM SÃO PAULO: REFERÊNCIAS DE GESTÃO e LIDERANÇA" com os objetivos de Incentivar a análise do processo de implementação e da prática de organização e transformação de unidades escolares em Escola de Tempo Integral, promover a elaboração de Propostas de Gestão Escolar para a escola de tempo integral, em 2007, valorizar as ETIs que se

destacassem por experiências inovadoras e bem sucedidas em gestão escolar, incentivar na rede estadual de ensino, a produção sistematizada e a circulação de conhecimentos sobre a escola de tempo integral. Poderiam participar do prêmio apenas os diretores de escolas em tempo integral, da rede pública estadual de ensino.

O foco do concurso seria a gestão escolar e a liderança que o diretor exerce na implementação da escola de tempo integral onde desenvolve suas atividades. Os autores dos seis melhores trabalhos seriam premiados com uma viagem cultural e de intercâmbio de experiências, para a Espanha, com duração de 07 dias e despesas incluídas.

Em relação ao prêmio o jornal a Folha da estância de Paraguaçu Paulista publicou em 21 de outubro reportagem com uma das vencedoras, a diretora Lúcia Toshiko Shimamoto da Escola Estadual Diva Figueiredo da Silveira conhecida como CENE, dizendo que “Mantendo uma tradição de sempre se apresentar bem nas diversas áreas de atuação na educação, o Cene ao longo dos anos vem acumulando títulos que demonstram a qualidade do ensino lá oferecido aos seus alunos”. Isso nos dá pistas de que o prêmio atestou a “qualidade” de um trabalho realizado ao longo dos anos e não o projeto escola de tempo integral.

Em 29 de novembro de 2006 foi publicada no diário oficial, a resolução SE 77 que dispõe sobre o funcionamento, a reorganização curricular e o processo de atribuição de classes e aulas das escolas de tempo integral, tomando como justificativa que em virtude da diversidade dos fatores que, diuturnamente, podem comprometer o desenvolvimento e a qualidade das atividades programadas pelas equipes escolares, com especial referência às Oficinas Curriculares, bem como a necessidade de se otimizar, pedagógica e didaticamente, o funcionamento e a

organização da matriz curricular dessas Oficinas e a importância dos ajustes na consolidação da oferta de um ensino público de qualidade, a promover aprendizagens e experiências bem sucedidas, dentre outras orientações passava a dar a possibilidade da escola realizar uma seleção entre três opções de estrutura curricular, as cargas horárias semanais previstas para as oficinas de Atividades Artísticas e de Atividades Esportivas e Motoras, passaram a ser destinadas, integralmente, para uma única linguagem ou modalidade em cada uma das citadas oficinas.

A atribuição de classes e aulas da Escola de Tempo Integral para as disciplinas do currículo básico do Ensino Fundamental continuou na conformidade das disposições da Resolução SE nº 90, de 09/12/2005 (resolução utilizada para atribuição de aulas de todas as escolas da rede), mas as atividades das Oficinas Curriculares passaram a ser atribuídas em nível de unidade escolar, pela equipe gestora, assistida pelo supervisor de ensino da unidade, com inscrição prévia e a análise do currículo do candidato. Além dessa alteração no processo de atribuição ainda abriu a possibilidade de que o docente que, por qualquer motivo, deixar de corresponder às expectativas do desenvolvimento das atividades da oficina, cujas aulas lhe foram atribuídas, perder, a qualquer tempo, estas aulas, por decisão da equipe gestora, ouvido o supervisor de ensino da escola, com homologação do dirigente Regional de Ensino.

Também ao docente que se encontre com aulas de Oficina Curricular da escola de tempo integral atribuídas, as quais comportam substituição docente, por qualquer período, são assegurados os mesmos benefícios/vantagens a que fazem jus os seus pares docentes no ensino regular, observadas as normas legais

pertinentes, exceto a possibilidade de afastamento das referidas aulas para exercer qualquer outro tipo de atividade ou prestação de serviços.

Conforme veremos mais adiante as alterações que a resolução apresentou foi em função da reivindicação dos diretores das unidades participantes do projeto, que em avaliação feita no decorrer do ano letivo de 2006 apontaram as dificuldades na atribuição das aulas das oficinas para profissionais comprometidos com o projeto.

O sindicato dos professores (APEOESP) que no seu boletim FAX URGENTE nº 60 de novembro de 2006, já havia informado sobre os boatos do novo critério para atribuição das aulas das oficinas por perfil do candidato e deixava claro que não aceitaria tal critério, se posicionou diversas vezes contrário e mantém entre as suas reivindicações a revogação da resolução por considerar que a análise do perfil do candidato para ministrar aulas nas oficinas é muito subjetivo.

Em 17 de maio de 2007, já no governo José Serra, o deputado Carlos Giannazi membro da comissão de educação da Assembléia Legislativa do estado de São Paulo, pediu a convocação da secretária estadual da Educação, Maria Lúcia Vasconcelos, para prestar esclarecimentos sobre o processo de degradação e sucateamento da rede estadual de ensino. O deputado queria explicação dentre outros assuntos da falta de estrutura da proposta da escola de tempo integral.

No dia 11 de junho de 2007 a deputada Maria Lúcia Prandi (PT) solicitou audiência com a secretária de Estado da Educação, Maria Lúcia Vasconcelos, para discutir problemas que envolvem a rede estadual de ensino, como a precária manutenção dos prédios escolares, o módulo de funcionários, as dificuldades das escolas de tempo integral e a gestão compartilhada entre o estado e as prefeituras.

Em 19 de junho de 2007 ocorreu uma reunião extraordinária da comissão de educação da Assembléia Legislativa do estado de São Paulo e a secretária de

estado da educação, Dra. Maria Lúcia Marcondes Carvalho Vasconcelos, convocada para prestar esclarecimentos apresentou o plano estratégico da Secretaria “Por uma educação de qualidade na gestão de 2007 a 2010”. Informou a constatação da falta de estrutura, no momento, para o pleno funcionamento do Programa Escola Integral, finalizou a fala destacando que “são 5.500 escolas e não conseguimos atender a todas ao mesmo tempo porque há limites de orçamento”.

O governador José Serra e a atual secretária estadual da educação, Maria Helena Guimarães de Castro, lançaram em 20 de agosto de 2007, dez ações para atingir dez metas⁷⁵ até 2010 e informaram que o foco das ações é melhorar a qualidade do ensino público paulista. Nenhuma das 10 metas do novo Plano Estadual de Educação objetiva o ensino de tempo integral ou contempla a ampliação do número de unidades que atualmente oferecem o ensino em tempo integral.

Caracteriza-se aqui o que Cunha (1995, p. 475) chama de “administração zig-zag onde cada secretário tem o seu plano de carreira, a sua proposta curricular, o seu tipo de arquitetura escolar e as suas prioridades”.

Como consequência disso, temos a impossibilidade de avaliar as políticas de educação e o desenvolvimento da desconfiança dos profissionais da educação diante de cada mudança.

⁷⁵ As 10 metas do novo Plano Estadual de Educação do estado de São Paulo são:

- 1- Todos os alunos de 8 anos plenamente alfabetizados.
- 2- Redução de 50% das taxas de reprovação da 8ª série.
- 3- Redução de 50% das taxas de reprovação do Ensino Médio.
- 4- Implantação de programas de recuperação de aprendizagem nas séries finais de todos os ciclos de aprendizagem (2ª, 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio).
- 5- Aumento de 10% nos índices de desempenho do Ensino Fundamental e Médio nas avaliações nacionais e estaduais.
- 6- Atendimento de 100% da demanda de jovens e adultos de Ensino Médio com currículo profissionalizante diversificado.
- 7- Implantação do Ensino Fundamental de nove anos, com prioridade à municipalização das séries iniciais (1ª a 4ª séries).
- 8- Programas de formação continuada e capacitação da equipe.
- 9- Descentralização e/ou municipalização do programa de alimentação escolar nos 30 municípios ainda centralizados.
- 10- Programa de obras e melhorias de infra-estrutura das escolas.

A atual supervisora de ensino responsável pelo projeto na diretoria de ensino de Sorocaba nos informou que não existe nenhum estudo oficial sobre o desempenho das unidades participantes do projeto, o único documento enviado pelos órgãos centrais foi um gráfico, das sete escolas envolvidas, com índices de aprovação retenção e abandono, referente apenas ao ano de 2006 e emitido em 24/10/2007.

Com base nesse gráfico, ela disse acreditar que a falta de prioridade do projeto nas políticas educacionais atuais está em função de não haver expressiva melhora nos índices. Também não existe nenhuma programação de reuniões ou encontros específicos do projeto este ano.

O jornal Folha de São Paulo publicou, em 21 de março de 2008, uma reportagem intitulada "Em SP, ensino integral não melhora nota de alunos" e afirmou que os dados do SARESP 2007 apontavam isso.

O levantamento realizado pela Folha mostra que, das sessenta escolas com período integral na capital, apenas quatro tiveram notas superiores às médias das demais unidades de suas respectivas regiões. No outro extremo, vinte escolas ficaram abaixo.

Esses resultados se referem à prova de matemática de 4^a e 8^a séries. O panorama foi semelhante em língua portuguesa.

O presidente da do sindicato dos especialistas de educação do magistério oficial do estado de São Paulo (UDEMO) Luiz Gonzaga Pinto disse à reportagem que "esse resultado no SARESP não é uma surpresa. Os alunos ficam mais tempo nas escolas, mas sem atividades articuladas com as disciplinas",

Para ele, o principal problema é que o professor que oferece a atividade da tarde, em geral, não é o mesmo que ministra a matéria da manhã -muitas vezes, nem é da escola.

Segundo Alves (2001, p. 267) “deve ser posta em questão a postura conservadora da maioria dos educadores e de suas entidades de representação quando se trata de discutir a escola. A argumentação paira na superfície quase sempre, mesmo quando questões essenciais são levantadas”.

Complementando o tema o jornal publicou no mesmo dia outra reportagem com o título “Para diretora, escola integral tira a criança da rua e da frente da TV” onde a diretora Elza Maria Bruno de Azevedo da escola E.E. Victor Oliva, em Pinheiros, zona oeste de São Paulo, diz que no ano passado teve que comprar colchonetes e dominós. É que ela, os professores e o governo descobriram que estudantes na escola em tempo integral têm sono e vontade de brincar.

Para ela, essas adaptações que estão sendo feitas só recentemente são o motivo de a instituição ter alcançado notas de português e matemática abaixo da média geral da região.

"O estudo integral é uma coisa boa, só que nova. Agora estamos aprendendo a lidar com o integral. Mas não foi algo que teve muito planejamento".

É dito na reportagem que a escola tem jardim, quadra, brinquedoteca e 40 vagas para alunos especiais. Ainda assim, não havia demanda no bairro, onde a maior parte das crianças frequenta instituições particulares. A unidade quase fechou, o que foi revertido com o ensino integral.

"Hoje, a maioria dos alunos é de filhos de empregados que deixam o filho, trabalham no bairro e voltam para casa em outros lugares", diz a diretora.

"Todas as atividades da parte da tarde são reforços na alfabetização, mas há também brincadeiras. No mínimo, tira a criança da frente da TV, da rua", afirma a diretora.

As entidades de classe que historicamente se posicionam contra as iniciativas do governo reconhecem a importância do projeto escola de tempo integral, a APEOESP no seu boletim FAX URGENTE nº 19 de 26/03/2006 diz ser uma reivindicação antiga sua, "por ser um projeto de suma importância para a melhoria da qualidade do ensino". A UDEMO também divulga em seu site ser a favor da extensão do tempo escolar, porém ambas denunciam a precariedade na condução do projeto das escolas estaduais de tempo integral.

Por uma questão de corporativismo o sindicato dos professores (APEOESP) insiste em ser contra os critérios para atribuição das aulas de oficinas curriculares⁷⁶.

A velha forma de contratar o professor através de um processo onde o tempo de serviço é o único fator é defendido pela associação, nesse sentido Alves (2001, p. 268) afirma que "em resumo a ação política dos educadores e suas entidades se esgota na defesa de formas educacionais, historicamente superadas".

⁷⁶ A Resolução SE Nº 77, de 29 de Novembro de 2006 no seu Artigo 6º determina que a atribuição de classes e aulas da Escola de Tempo Integral far-se-á para as atividades das Oficinas Curriculares, em nível de unidade escolar, pela equipe gestora, assistida pelo Supervisor de Ensino da unidade, observadas as habilitações/qualificações, o atendimento integral ao perfil do profissional exigido pelas características e especificidades da oficina(s) curricular(es) a ser(m) atribuída(s) e a análise, pela equipe gestora, do currículo do candidato, que avaliará as ações de capacitação vivenciadas, o histórico das experiências bem sucedidas, quando for o caso, a pertinência e a qualidade da proposta de trabalho apresentada e os resultados da entrevista individual por ela realizada.

4 E.E. PROF. RENATO SÊNeca DE SÁ FLEURY – A PRODUÇÃO DE UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

4.1 A construção de uma identidade: as idéias, as imagens e o pensamento da escola de tempo integral.



Figura 2- Renato Sêneca de Sá Fleury
Fonte: Instituto Hist. Geo. e Gen. de Sorocaba

Renato Sêneca de Sá Fleury nasceu em Sorocaba no dia 22 de setembro de 1895, filho do Coronel Antônio Gonzaga Sêneca de Sá Fleury e Thereza Guilhermina Grohman⁷⁷. Descendente de uma família tradicional da cidade, teve uma educação compatível com as aspirações sociais das elites. Seu pai era Católico e maçom integrante da Loja Perseverança III.

Realizou os estudos primários em Sorocaba e ingressou na Escola Normal da Praça da República para diplomar-se em 1912⁷⁸, fato que sempre se orgulhou.

⁷⁷ Conforme consta no site <http://www.gentree.org.br/gen/grohmann/pafg04.htm#374>, acessado em 20/06/08.

⁷⁸ “Fleury, Renato Sêneca de Sá”, verbete do Dicionário de Autores Paulistas. Luís Correia de MELO, pp. 226-227.

Residiu em várias cidades do interior e em Sorocaba foi professor de ginásio e escola normal.

Pinto Junior (2003, p. 130) relata que em 1914, Renato “foi professor normalista da Escola Isolada do bairro do Votorantin”.

Participou da fundação do museu histórico sorocabano, foi membro do Instituto Histórico de São Paulo, sócio fundador do Instituto Geográfico e Geologia de Sorocaba e integrante da Academia Paulista de Educação e Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil, onde foi titular da cadeira consagrada a Monteiro Lobato

Além de professor foi jornalista e escritor. Como jornalista, dirigiu no ano de 1920 em Descalvado, o jornal O Progresso e foi colaborador do jornal cruzeiro do sul na cidade de Sorocaba com a coluna “Histórico do Ensino Paulista _ O Ensino Normal”.

Autor de várias obras retratando diversas personalidades da história brasileira como Dom Pedro II, Osvaldo Cruz, Duque de Caxias, Santos Dumont, José Bonifácio entre outros.

Merece destaque a sua produção literária voltada para a alfabetização

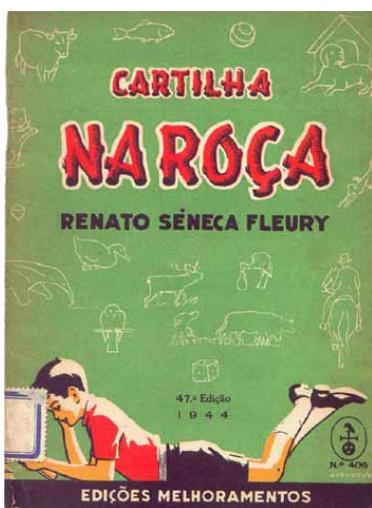


Figura 3- Cartilha na Roça
Fonte: Centro de Ref. em Ed. M. Covas



Figura 4- Livro Brincar de ler
Fonte: Centro de Ref. em Ed. M. Covas

Com evidência para: A Cartilha na Roça, destinada ao público do interior e do meio rural, publicada em 1935 e que teve 133 edições até 1958. Conforme dados da editora, foram produzidos 278.000 exemplares; e o livro Brincar de ler, que era apresentado em sua primeira edição em 1939 como de formato e ilustração inovadora, teve 39 edições sendo produzidos 870.500 exemplares.

De acordo com Pinto Junior (2003, p. 130) “acabou sendo um dos autores da literatura infanto-juvenil que mais publicou em meados do século XX. Apenas pela Companhia Melhoramentos, foram mais de sessenta livros editados”.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 16 de janeiro de 1980.

A escola que lhe homenageia está localizada na Avenida Américo de Carvalho nº 579 no Jardim Europa em Sorocaba, tendo como coordenadas geográficas a latitude 23°30'58.24"S e a longitude 47°29'2.95"O.

O bairro, de acordo com o cadastro nº 1025/1950 da seção de parcelamento e uso do solo da prefeitura municipal de Sorocaba, foi formado em 1950 a partir de terras pertencentes a Edissa Pacheco de Carvalho. Segundo seu filho, as terras pertenciam à fazenda Castanheiro que tendo aproximadamente 60 alqueires ficava na beira da estrada para o Paraná.

Em março de 1952, começavam a circular nos jornais da cidade anúncios sobre a venda dos lotes dizendo que um novo bairro estava nascendo “no local de maior progresso de Sorocaba”.

A empresa responsável pelo empreendimento, a Territorial Invar Ltda., informava aos interessados que os terrenos do Jardim Europa tinham “1.000 m² e ficam de frente para a avenida Curitiba (brevemente asfaltada)” também informava que os lotes seriam “dotados com água, luz e esgoto”. A Avenida Curitiba (atual

avenida Armando Pannunzio) tinha essa denominação por ser o caminho que levava aos estados do sul do país.

Segundo Américo de Carvalho Filho, descendente da dona Edissa, na época do início do loteamento a sua mãe doou um terreno para que o estado construísse uma escola no bairro, mas a obra não foi realizada e o terreno não foi devolvido, o prédio que abriga a escola foi construído em um terreno posteriormente desapropriado pela prefeitura em um local pantanoso, sem que houvesse necessidade.

No terreno inicialmente doado, hoje funciona a entidade denominada “Casa transitória André Luiz” criada no final da década de 1950 por um grupo de sorocabanos Kardecistas⁷⁹, com o objetivo de minorar o sofrimento daqueles que mendigavam pelas ruas.

Em 1978 foi inaugurada a Avenida Américo de Carvalho (homenagem ao marido da antiga proprietária das terras), a principal do Jardim Europa, a via era uma das mais antigas reivindicações do povo sorocabano naquela época. Por meio da avenida Capitão Bento Mascarenhas Jequitinhonha, fez-se a ligação da avenida Washington Luiz até a então avenida Curitiba. A obra compreendeu 30 mil m² de pavimentação asfáltica.

O Jardim Europa fica a cerca de 4 km a oeste do centro de Sorocaba e tem uma população estimada em 8 mil habitantes, conta com o Parque Natural João Cândio Pereira (Água Vermelha) construído para substituir uma favela que na época foi formada por posseiros,

⁷⁹ kardecista é um termo que nasceu da necessidade de alguns em distinguir o espiritista seguidor de Allan Kardec dos cultos afro-brasileiros, como a umbanda. Estes, devido às represálias que sofreram, em especial no período da ditadura militar, passaram a se auto-intitular espíritas num anseio por legitimar e consolidar este movimento religioso.

Na época da criação do parque, a prefeitura de Sorocaba transferiu as famílias do local, anunciando a ocupação da área verde para evitar novas invasões, e em 1984, começou a delimitação da área para a implantação do parque.

Em novembro do mesmo ano, os posseiros do Jd. Europa deram início à construção de suas casas, em regime de mutirão, em uma área cedida pela prefeitura, localizada no Jd. Nova Esperança. Ao todo, foram construídas 40 unidades, com um cômodo e um banheiro.

Todas as ruas do jardim Europa são asfaltadas e recebem o nome de países e cidades da Europa, com a expansão imobiliária a região passou a ser mais central e é considerada de classe média para fins de cobrança de IPTU. O bairro não tem centro de saúde e duas linhas de ônibus atendem a população



Figura 5- Entrada da E.E. Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury
Fonte: Arquivo da unidade escolar



Figura 6- Área interna da E.E. Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury
Fonte: Arquivo da unidade escolar

A escola foi fundada em 1980 inicialmente com o nome de Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim Europa, através da Lei Nº 2.429, de 5 de setembro de 1980 é que passou a chamar-se E.E.P.G. “Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury”.

Está localizada em um terreno de 6.930,00 m², e tem uma área construída de 1.167,88 m², a obra foi realizada na gestão de Paulo Salim Maluf como governador do estado de São Paulo e José Teodoro Mendes prefeito de Sorocaba.

Maluf tinha sido eleito indiretamente pela aliança renovadora nacional (Arena) partido que apoiava a ditadura militar. Segundo Borges (2002, p.24),

A ARENA foi construída como partido que deveria dar apoio ao governo em todos os níveis; assim recrutou todos os políticos que demonstravam de alguma forma simpatia pelo novo governo instalado. E essas pessoas deveriam no seu nível quer municipal, estadual, ou federal emprestar apoio político nas eleições e nos mais diversos movimentos de interesse do novo governo, instalado no país para dar cabo a corrupção e a subversão.

Teodoro Mendes foi eleito diretamente pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) único partido de oposição da época, que segundo Cunha (1995, p.23) foi “formado a partir de remanescentes da dissolução dos partidos políticos em outubro

de 1965, que faziam oposição aos governos militares e possuíam um amplo leque indo desde liberais-democráticos até socialistas e comunistas”. Essas forças políticas viam na organização das massas em defesa das liberdades democráticas o caminho para o restabelecimento da democracia. Portanto nesse período a política partidária local fazia oposição aos governos estadual e federal.

As políticas governamentais para a educação naquela época eram de ampliação da oferta, vigoravam as disputas partidárias no sentido de quem construía mais escolas e muitas vezes não houve a preocupação de um estudo da demanda escolar, resultando em várias unidades escolares muito próximas.

No entorno da E.E. Prof^o Renato Sêneca de Sá Fleury encontramos a E.E. Prof^o Altamir Gonçalves (fundada em 1969), a E.E. Prof^a Laila Galep Saker (1986) e a E.E. Prof. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury (1974).

Essa grande oferta de vagas resultou em um subaproveitamento dos prédios escolares e conseqüentemente em uma disputa por alunos entre as unidades. A E.E. Prof^o Renato Sêneca de Sá Fleury por estar localizada em uma região de pequenas indústrias e comércio, acabou tendo problemas de demanda escolar.

Em 1995 o governador Mario Covas através do decreto Nº 40.473, de 21 de novembro Instituiu o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual, para promover “modificações na estrutura das escolas da rede pública estadual, de maneira a permitir dentre outras coisas um melhor atendimento pedagógico às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos, com a instalação de salas-ambiente, laboratórios e equipamentos diferenciados, mais adequados ao processo de ensino e à faixa etária dos alunos; o funcionamento da maioria das escolas em dois turnos diurnos ou em dois turnos diurnos e um noturno; a composição, de forma mais adequada, da jornada de trabalho do professor, com

maior fixação do corpo docente em uma escola; a adequação dos espaços físicos e equipamentos ao nível de ensino da clientela escolar atendida e a racionalização dos investimentos”.

Na verdade a medida visava, além da racionalização dos investimentos, facilitar a municipalização do ensino, pois separava as unidades em Ciclo Básico à 4ª série, 5ª a 8ª série; 5ª a 8ª série e de 2º Grau e 2º Grau.

Logo em seguida em 16 de fevereiro de 1996 foi publicado o decreto 40.673 que instituiu o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para atendimento do ensino fundamental e autorizou a Secretaria Estadual de Educação a assinar convênios de municipalização do ensino fundamental, parcial (da 1ª a 4ª série) ou total (da 1ª a 8ª série). Os argumentos para o estabelecimento dos convênios eram, entre outros, fortalecimento do Poder Municipal, controle das atividades pelas comunidades locais e descentralização da gestão educacional.

A escola Renato Sêneca que inicialmente atendia o ensino fundamental ciclo II(5ª a 8ª série) com a reorganização passou a atender o ensino fundamental ciclo I (1ª a 4ª série) e figurou com outras escolas do ensino fundamental ciclo I como unidades passíveis de serem municipalizadas.

Muitas cidades do estado de São Paulo incentivadas pela criação do FUNDEF⁸⁰ assumiram essas unidades da rede estadual, algumas somente

⁸⁰ Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, foi instituído pela emenda constitucional n.º 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo decreto n.º 2.264, de junho de 1997. o FUNDEF foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao ensino fundamental.

a inovação consiste na mudança da estrutura de financiamento do ensino fundamental no país(1ª a 8ª séries do antigo 1º grau), ao subvincular a esse nível de ensino uma parcela dos recursos constitucionalmente destinados à educação. a constituição de 1988 vincula 25% das receitas dos estados e municípios à educação. com a emenda constitucional n.º 14/96, 60% desses recursos (o que representa 15% da arrecadação global de estados e municípios) ficam reservados ao ensino fundamental. além disso, introduz novos critérios de distribuição e utilização de 15% dos principais impostos de estados e municípios, promovendo a sua partilha de recursos entre o governo estadual e seus municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino.

receberam o prédio transferido, outras além do prédio, os professores e funcionários também foram cedidos por afastamento⁸¹.

Em Sorocaba a administração municipal optou pela construção de novos prédios escolares visando a ampliação da rede municipal já existente. Em função disso a escola prof^o Renato Sêneca passou a ter próximo, além das unidades citadas, a EMEF Prof^a Josefina Zilia Carvalho que foi fundada em 24 de agosto de 1999.

Em 2005, conforme nos informou a diretora da escola, por pressão da própria comunidade escolar, através de abaixo assinados, a escola Renato Sêneca iniciou o retorno do ensino fundamental ciclo II (de 5^a a 8^a série).

Atualmente, possui 240 alunos atendidos desde a 4^a Série do Ensino Fundamental do Ciclo I até a 7^a Série do ciclo II. Conforme caracterização do plano escolar seus alunos pertencem à classe média baixa e são oriundos de todos os lugares tais como: Salto de Pirapora, Iperó, Votorantim e diversos bairros da cidade.

Segundo a diretora não existe uma comunidade no entorno da escola, pois o prédio encontra-se cercado de pequenas indústrias e oficinas e os alunos que ali estudam, são filhos de operários locais.

A unidade escolar conta com uma diretora efetiva com larga experiência no magistério, atuando na unidade desde 2006, uma vice-diretora que fez parte junto com a diretora da equipe gestora de uma outra unidade escolar e foi trazida para a escola, inicialmente como professora coordenadora, pois na época da implantação do projeto, unidade não comportava o posto de trabalho em função do reduzido número de classes.

⁸¹ Instrução DRHU N^o 8, de 25 de setembro de 1997

Atualmente também faz parte da unidade uma professora coordenadora pedagógico designada para a função recentemente, um secretário de escola, cinco funcionários contratados através de repasse de recursos⁸², dois professores readaptados, dois agentes de organização, três merendeiras e vinte três professores efetivos.

O Prédio Escolar foi recentemente reformado e tem no bloco Administrativo, uma sala de secretaria, uma sala para a diretoria, e dois sanitários (masculino e feminino) ligados por um corredor que funciona como sala dos professores. No segundo bloco, um galpão coberto com dois sanitários para alunos sendo, um masculino e um feminino, uma despensa, uma cozinha e uma cantina. No terceiro bloco, seis salas de aula, uma biblioteca e uma sala de informática, além de contar com zeladoria e uma quadra poliesportiva.

Em dezesseis de dezembro de 2005, consta em ata do conselho de escola, a adesão ao Projeto Escola de Tempo Integral. No dia vinte de dezembro de 2005, foi solicitado a Dirigente Regional através do ofício nº 62/2005 a Adesão ao Projeto e em doze de janeiro de 2006 a escola recebeu a notícia oficial de estar sendo contemplada com o Projeto da Escola de Tempo Integral.

Conforme relatório posterior, enviado a secretaria de educação, confeccionado pela diretora a adesão foi feita “para poder oferecer aos nossos alunos das 7h30m às 16h30m, oito horas de aula com quatro refeições diárias (leite, lanche, almoço e lanche), tirando-os das ruas e melhorando a qualidade de ensino”.

⁸² As associações de pais e mestres, recebem recursos financeiros através de convênio firmado com a fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE)), por meio de depósito bancário para contratação de funcionários temporários visando suprir déficit. Em função do valor do repasse ser baixo e as APMs terem que se responsabilizar por todos encargos incluindo as possíveis reclamações trabalhistas acabaram surgindo “cooperativas” que fornecem trabalhadores temporários as escolas. .

Segundo a diretora “após receber a notícia, passamos a trabalhar adequando o espaço físico para poder atender os 184 alunos com 08 (oito) salas de aula, onde tínhamos apenas 07 (sete) e transformando o espaço da biblioteca e do arquivo morto, em sala de aula. Em tempo recorde conseguimos funcionar perfeitamente até início das aulas. Gostando do que faço e acreditando na proposta, sabia que o desafio era muito grande. Mesmo assim procurei abrir caminhos para equipe poder trabalhar reconhecendo o valor de cada um, confiando neles, sendo perseverante, vencendo as barreiras para obter bons resultados. Não foi fácil!”.

Em uma das entrevistas que fizemos com a diretora perguntamos a respeito do início das oficinas de informática, fomos informados que no momento da implantação havia cinco computadores na escola e que a sala era utilizada também como sala de aula de uma terceira série e para que a oficina pudesse ocorrer, a classe que utilizava o espaço passou a ser itinerante.

Tanto a diretora, como os professores entrevistados disseram que não tiveram nenhuma orientação sobre o projeto que iriam implantar e que o início foi muito difícil.

O professor de educação física disse que não participou das discussões para a implantação do projeto, pois chegou removido de uma unidade escolar da cidade de Salto e que só percebeu que estava em uma escola de tempo integral quando no primeiro dia de aula ao término do período da manhã os professores foram embora e os alunos ficaram.

No documento enviado pela diretora à secretaria da educação para concorrer ao prêmio “ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL EM SÃO PAULO: REFERÊNCIAS DE GESTÃO e LIDERANÇA” constava o aumento do número de alunos de 180 para

240 alunos como resposta a pergunta em que aspectos o projeto pedagógico da escola contemplou a especificidade da Escola de Tempo Integral?

Com relação às ações/atividades coordenadas pelos gestores da unidade escolar que asseguram a especificidade do projeto com resultados positivos, é citado, o estudo das diretrizes da Escola de Tempo Integral no planejamento, pesquisa realizada com a equipe escolar e comunidade a respeito da escola ETI, os HTPC, o grêmio Estudantil. O aluno monitor para cada ciclo e a organização do horário do almoço com acompanhamento dos professores.

São citadas como ações/atividades com resultados insatisfatórios a Atribuição de aulas centralizada na diretoria de ensino para os professores não efetivos; professores sem “perfil”; falta de espaço físico da escola, recursos e equipamentos; afastamento de professores; professores com muita rotatividade e com muito afastamento; falta de professor auxiliar e funcionários (merendeira, corretor de fluxo).

Em relação a falta de perfil do professor além da deficiência na formação a direção aponta a vontade como quesito necessário. Essa vontade é expressa por Paro (2008, p.31) quando diz que “com relação ao educador o aspecto mais evidente da sua condição de sujeito é que pela mesma razão que o aluno só aprende se quiser, também o professor precisa querer ensinar para conseguir fazer”.

Quanto aos procedimentos que poderiam, de imediato, assegurar melhoria na organização e funcionamento da Escola de Tempo Integral são elencados os problemas com a atribuição de aulas; professores com um número de unidades escolares muito grande; Verbas destinadas a aquisição de: material permanente (rádio, computador, TV e DVD) e material de consumo mensal; revisão do módulo de funcionários; Professor auxiliar para as classes e oficinas; demissão de Professor sem o “perfil” para as ETIs através do Conselho de Escola; professor com tempo e

dedicação exclusiva para as ETIs; sala de informática com dez computadores no mínimo; reforma e ampliação do ambiente físico com urgência, tais como refeitório, quadra coberta, vestiário, sala dos professores, sala de coordenação, sala de multiuso, sala de vídeo e reforma dos sanitários alunos; horário da escola das 7h30m as 16h30m, com diminuição do horário do almoço para meia hora.

Quando questionamos a solicitação da diminuição do horário de almoço, foi explicado que é um tempo muito grande e eles ficam ociosos.

Quanto ao desempenho das oficinas, a direção avaliou que todas foram comprometidas e expôs que: Orientação para estudo e pesquisa pela rotatividade dos professores e a admissão sem capacitação, Hora da leitura por falta de espaço físico para a biblioteca e rotatividade de professor; Experiências matemáticas e Língua Estrangeira Moderna – Inglês /Espanhol devido ao espaço físico inadequado, falta de material e capacitação do profissional; Informática educacional em virtude de não haver sala de informática com as classes fazendo rodízio junto a sala de aula adaptada com um número de computadores reduzido; Atividades artísticas por falta recursos financeiros e espaços físicos apropriados, Atividades esportivas e motoras por falta de quadra coberta, material esportivo e vestiário; Saúde e qualidade de vida ciclo II, Filosofia ciclo II e Atividade de participação social ciclo I devido a falta de capacitação dos professores; Empreendedorismo social em razão da atribuição das aulas ter ocorrido apenas no final de junho e para um professor sem capacitação.

A opinião da diretora com relação à falta de recursos e equipamentos é confirmada pelos professores que pudemos argüir sobre o início do projeto na escola. A professora da oficina de informática educacional nos disse que “tínhamos apenas quatro computadores funcionando para uma classe de trinta alunos,

enquanto uns faziam pesquisa no computador, outros pesquisavam em livros, agora melhorou muito, temos dez computadores”.

Ao ser perguntado sobre o objetivo da sua oficina falou que “não é um curso de informática, é mais para pesquisa” e mais adiante comentou que “como não temos acesso a Internet, eu salvo em casa as páginas que vou utilizar e trago para a escola, assim resolvo o problema, eles navegam off-line”.

A professora da oficina de espanhol confirmou a falta de orientação técnico pedagógica para as oficinas dizendo que “tivemos até agora uma única orientação técnica e o responsável não sabia falar espanhol”.

Quando fizemos a primeira visita à unidade escolar já em 2008, estava começando a obra de cobertura da quadra, a comunidade tinha construído uma biblioteca através de rifas e doações e todas as vezes que visitamos a escola, estava presente e atuando no auxílio da administração da escola como voluntário, o marido da diretora que é diretor de escola aposentado. Todos os entrevistados afirmaram que foi muito difícil o primeiro ano de funcionamento e que é preciso utilizar muita criatividade para conduzir o projeto.

A própria avaliação da diretora confirma a improvisação dizendo que em relação aos espaços alternativos criados, necessários à realização do projeto pedagógico deveu-se principalmente a criatividade dos professores usando: a área verde da escola, embaixo de uma árvore, o pátio e a própria sala de aula de formas variadas.

Pudemos constatar que a sala de aula é o principal espaço de desenvolvimento das oficinas.

Quanto às ações pedagógicas desenvolvidas como procedimentos de melhoria na organização pedagógica são citadas as regras de convivência, o trabalho coletivo, o aluno monitor e grêmio estudantil com reuniões semanais.

O documento faz uma comparação dos dados 2005 e 2006 da variação do número de alunos e diz que “a qualidade melhorou muito principalmente em relação ao número de alunos onde em 2005 a escola possuía 184 alunos em 2006 passamos atender 240 alunos. Portanto, tivemos um aumento de 60 alunos, a escola atendia de 1ª à 4ª Série em 2005. Hoje, atendemos da 3ª à 6ª Série do Ciclo II do Ensino Fundamental. Hoje, a escola possibilita o acesso ao saber, sua função social é o pleno desenvolvimento da pessoa, prepará-la para a cidadania e qualificá-la para o trabalho”. A melhora da qualidade do ensino é vista pela diretora em função do aumento no número de matrículas.

Quanto aos projetos desenvolvidos pela escola são citados a sexualidade, PROERD⁸³, Aprendendo na Prática; Cidadania, Hinos e Símbolos Nacionais, Agita Galera⁸⁴ e festa da primavera. Os projetos PROERD e Agita galera são projetos oficiais para toda rede de ensino do estado de São Paulo.

Considerando que a faixa etária atendida pela escola inclui adolescentes, perguntamos a professora de educação física como é lidado com as indisposições

⁸³ O PROERD tem por base, o projeto D. A. R. E. (Drug Abuse Resistance Education) criado em 1983 nos Estados Unidos, atualmente é desenvolvido em 58 países e desde 2002 em todos os Estados do Brasil, O PROERD, chegou ao Brasil em 1992, através da polícia militar do Rio de Janeiro, e no estado de São Paulo em 1993, através da Academia de Polícia Militar do Barro Branco de onde o programa expandiu-se para os demais Estados. O programa tem caráter social preventivo e é posto em prática pela Polícia Militar, junto aos alunos da 4ª série que encontram-se na faixa etária de 09 a 12 anos, oferecendo atividades educacionais em sala de aula para prevenção as drogas.

⁸⁴ Originado através do programa Agita São Paulo, programa este que é resultado de um convênio entre a Secretaria de Estado da Saúde e o Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul. Criado para combater o sedentarismo no estado, promovendo atividade física e o conhecimento dos benefícios de um estilo de vida ativa. Desde 1997, o Programa Agita São Paulo tem desenvolvido, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, o Agita Galera que acontece sempre na última sexta-feira do mês de agosto em todas as unidades da rede estadual, com o objetivo de elaborar e implementar ações pontuais e permanentes e o intuito de promover o

pré menstruais das alunas, visto que em uma escola de tempo integral devido ao maior tempo de permanência essa questão deve aflorar com maior frequência e recebemos como resposta que “os alunos são orientados com relação as questões sexuais porém não dispomos de um local para descanso, quanto a educação física quem estiver indisposto fica do lado e não faz”.

A comunidade escolar é considerada pouco atuante sendo o grêmio estudantil com tímida expressão. Nesse ponto nos chamou a atenção uma citação sempre presente de que “alguns alunos não tem o perfil para ficar o período todo” e fomos esclarecidos tanto pela diretora como pelos professores de educação física e informática educacional de que para participar da escola de tempo integral o aluno deve ser ordeiro e cumpridor de normas senão ele não consegue permanecer, isso é o que eles chamam de “perfil”.

A alimentação é servida através de balcão térmico, onde o aluno pode se servir da quantia que achar necessário, porém não é possível recusar o alimento alegando não gostar. Todos têm que comer a mesma comida e não existem opções de cardápio..

Perguntamos aos alunos, como eles fazem em dias que são servidos alimentos que eles não gostam e obtivemos como resposta de que são obrigados a comer mesmo sem gostar, caso contrário ficarão com fome até a hora de ir embora pois a escola não dispõe de cantina e o tempo é muito longo. A saída da escola para almoçar em casa é proibida, ao serem questionados, nos informaram que se isso acontecesse alguns poderiam não voltar para o período da tarde.

Nas oficinas, também aparece a mesma questão em relação a aptidão e gosto, os alunos têm que realizar todas as atividades que constam do horário,

estilo de vida ativo fomentando a discussão sobre a importância das atividades corporais e motoras para a promoção da saúde.

mesmo que não gostem de dança, por exemplo, terão que dançar. Essas normas de que os alunos, não tem a liberdade de escolha, que são comuns a todas unidades participantes do projeto e foram estabelecidas pelos órgãos centrais ferem o que apregoaram as diretrizes quando diziam que “cuidar e educar são direitos subjetivos assegurados a toda criança e jovem que, quando garantidos, lhes possibilitam desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma sadia, em condições de liberdade e dignidade”.

Perguntamos aos alunos o que consideravam positivo na Escola de Tempo Integral, e recebemos como respostas, a oportunidade de aprendizado e a possibilidade dos pais irem trabalhar sossegados. Como negativo eles citaram o cansaço no final do período.

Esse cansaço foi notado também pela professora de educação física que ministra a oficina de atividades desportivas e motoras, ela justificou comparando os alunos ao trabalhador no final de sua jornada e dizendo “a jornada é a mesma de um trabalhador e esse cansaço é natural”.

A distribuição do tempo, a movimentação dos alunos em fila, o sinal marcando início e fim das atividades mostra um cotidiano semelhante ao de outras unidades não participantes do projeto. Pudemos observar durante uma reunião de HTPC⁸⁵ que os problemas do dia a dia apresentados e debatidos são semelhantes aos das unidades de tempo parcial.

Ao adentrar na unidade, não existe nada que a diferencie visualmente de uma escola de tempo parcial, os espaços, as salas, as carteiras e suas disposições, as normas e a arquitetura escolar são iguais a outra unidade da rede..

Nessa direção, Alves (2001, p. 253) afirma que:

A emergente instituição educativa de jornada integral, ao incorporar novas funções sociais, deverá dispor de recursos para atender às necessidades culturais, desportivas, de saúde e de lazer de crianças, adolescentes e jovens. Todas essas considerações evidenciam que o espaço escolar deve ser profundamente repensado. A arquitetura escolar, sob esse aspecto, já não pode reproduzir as soluções reiterativas e estereotipadas, ainda vigentes, que se antagonizam com as necessidades sociais contemporânea.

O que se verifica na realidade é uma tentativa de adequação de um prédio escolar concebido para um tipo de educação que não é o de jornada integral, pois se as diretrizes anunciavam que “Essa escola deverá ser redimensionada e enriquecida em sua estrutura organizacional com novos espaços e oferecer maior tempo de permanência aos alunos, sem perder de vista os ganhos já conquistados”, esse fato não ocorre.

Ao fazer uma análise desse aspecto, é inevitável estabelecer comparação com a Escola Parque, os CIEPs ou até mesmo com os CÉUs, que apresentam uma arquitetura diferenciada e impõe de forma simbólica a presença do novo. Oscar Niemeyer na ocasião da morte de Leonel Brizola ao falar dos projetos que realizaram juntos, citou em relação ao CIEP que "... A garotada dos morros neles entrava com orgulho, como se comesçassem a usufruir daquilo que antes só às crianças ricas era oferecido!".⁸⁶

Em nossas observações não notamos esse orgulho, marca de uma diferença, nem nos alunos e nem nos professores, talvez porque as ETIs não constituem uma rede paralela. Para os profissionais que atuam nessas unidades não

⁸⁵ Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo, a ser desenvolvida na unidade escolar, pelos professores e o Professor Coordenador Pedagógico. Cada professor deve cumprir as HTPCs em função do número de aulas que ministra durante a semana, sendo que o máximo é três

⁸⁶ Consta no site http://br.geocities.com/telescopionegro/21_07_2004/politica.htm, a entrevista de Oscar Niemeyer, com créditos para o jornal A Folha de São Paulo .

existe nenhuma alteração nos provimentos em função da especificidade do trabalho e com exceção da legislação de atribuição de aulas das oficinas, as diretrizes são as mesmas de qualquer funcionário da rede de ensino da secretaria da educação.

Nota-se porém um grande esforço de todos e um compromisso dos envolvidos, mas não pudemos ter certeza de que isso seja em função do projeto.

5 Considerações finais.

Podemos afirmar em defesa do projeto de Escola de Tempo Integral na escola pública, que a ampliação do tempo é essencial ao processo de aprendizagem, pois implantado de forma séria, além da instrução escolar ele prevê a formação cultural e também a socialização, tornando a escola espaço social privilegiado para a formação do ser humano. Essa proposta engloba a maior capacidade da escola de promover uma instrução oferecendo conteúdos necessários a um efetivo aprendizado. Em relação à formação cultural do estudante, com o aumento do tempo escolar, abre-se a possibilidade de levar ao educando temas e atividades extracurriculares, ampliando o leque e trazendo ao sistema de ensino novos horizontes. Por fim, em relação à socialização a escola de tempo integral amplia o contato entre os indivíduos e passa a ser grande a possibilidade do aluno deixar de ser um número para ter um nome.

Além disso a permanência na escola é benéfica, pois de uma certa forma alguém está cuidando dos filhos dos trabalhadores enquanto eles cumprem suas jornadas de trabalho. Pode se dizer também que acaba combatendo outro problema identificado na educação no Brasil: a evasão escolar. Com novas atividades e diferentes conteúdos a escola passa a atrair o aluno e assegurar a sua permanência na escola.

Porém se analisarmos a ampliação do tempo escolar em relação à qualidade do ensino percebemos claramente que apenas a extensão do horário diário não garante uma melhoria da escola. Existem outros problemas na escola pública que não dependem da extensão do tempo de permanência como é o caso da superlotação das salas de aula, o baixo salário dos profissionais da educação, as

jornadas de trabalho do docente, a deficiente estrutura física e a carência de material didático e pedagógico. Ressalta-se que a resolução dessas questões atingiria a todos, pois são problemas comuns a toda rede pública de ensino.

Quanto à idéia de socialização, tem que se tomar cuidado para não incorrer em práticas autoritárias que subjugam a cultura do dominado e que valorizem mais essa “socialização” do que a instrução

Historicamente percebemos que com a supremacia do capital, o trabalhador brasileiro passou a ser cada vez mais explorado e o seu trabalho desvalorizado. Essa desvalorização causou o aumento das jornadas de trabalho nas famílias e a flexibilização do descanso.

As elites ofereceram a escola de tempo integral como opção de substituição e a escola que outrora foi privilégio de formação de lideranças passa a ser apontado como bom para as classes populares. Conforme Lunkes (2004, p. 6) diz, ocorre uma radical inversão: Antes a elite dominante separava os seus jovens do convívio daqueles que não pertenciam a sua classe, enviando-os ao internato. Agora a mesma elite, num esforço "humanitário", recolhe ao internato os jovens que considera ser uma ameaça à sua segurança e bem-estar.

A escola de tempo integral passa a figurar no extremo social oposto daquele que foi criada, porém servindo a mesma classe social. Como disse Paro (1988, p. 208) as escolas de tempo integral das duas épocas são semelhantes porque “ambas respondem a necessidades das classes que detêm o poder político e econômico”.

É preciso ocupar os filhos dos trabalhadores, essa intenção de ocupação estava presente na década de 1920 com o projeto apresentado pela dona Amélia de Rezende Martins na ABE intitulado ação social brasileira, no discurso de inauguração da escola Parque feito por Anísio Teixeira em 1950, na concepção do

projeto Escola da Família, na fala da dirigente regional de ensino de Sorocaba na época da implantação do projeto ETI, nos personagens que atuam na E.E. Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury e principalmente nas intenções das políticas públicas.

Essa preocupação com o ócio nos parece estar muito ligada à apreensão com a crescente manifestação de violência por parte dos excluídos da sociedade.

O que difere o projeto da ETIs do governo do estado de São Paulo dos projetos que tiveram grande visibilidade nacional como a Escola Parque e os CIEPs é que ele foi concebido pelas políticas neoliberais e para tanto na implantação, segundo o secretário da educação da época, não é preciso gastar dinheiro com “perfumarias”. Essas perfumarias que se referiu o secretário seriam prédios concebidos para o funcionamento de uma unidade de tempo integral e condições adequadas de trabalho.

Para os neoliberais do governo paulista basta adaptar os prédios já existentes. No caso da escola Renato Sêneca, as adaptações tanto da sala de informática como da biblioteca foram feitas sem a presença do poder público, atos de voluntários. Notamos os traços da política neoliberal por toda parte, desde a construção da biblioteca através de rifas, o voluntarismo do marido da diretora, a criatividade dos professores, a presença do empreendedorismo no currículo e na escassez de materiais.

Na prática houve apenas por parte do governo um aumento do tempo de permanência dos alunos, o resto a escola teve que se virar. Para isso contou com a ajuda dos profissionais que atuam nela, que percebendo a ameaça de desemprego, desempenham o seu papel de guardadores dos filhos dos trabalhadores.

Ao se declarar incompetente para gerir uma rede 5500 escolas, como disse a secretária da educação na comissão da assembleia legislativa, o estado partiu para

uma solução simples que foi o de dar a possibilidade da extensão do tempo apenas para alguns. Por trás de um “democrático” processo de escolha por adesão havia a ardilosa condição de haver espaço ocioso na escola impedindo a participação de todos. Com a intenção de implantar inicialmente o projeto em 170 escolas o governo se viu obrigado a estendê-lo para 500, que viram na implantação do projeto a salvação para o decréscimo no número de seus alunos.

Tentando responder a pergunta de se a proposta de tempo integral para a escola pública no Brasil pela lógica neoliberal pode ser um avanço sem se submeter à lógica do controle e da segregação social? Poderíamos dizer baseado nas observações que fizemos que é um avanço no sentido da apropriação de um tempo maior e de uma possibilidade de construção de uma outra escola, mas essa tarefa ficará a cargo dos atores da escola.. Em uma das conversas que tivemos com o marido da diretora da escola, ele disse que “ampliar as unidades de tempo integral eles estão dando mostras de que não vão, mas será difícil encerrar o projeto naquelas que começaram, pois houve uma apropriação”.

Porém é evidente que a implantação da escola de Tempo Integral apenas para alguns e com o objetivo velado de combater a violência não deixa dúvidas da intenção de controle social. Ao trabalhador é garantido o sossego, pois enquanto com sua força de trabalho ajuda a aumentar o capital, tem a ilusão de que o seu descendente será mais qualificado e menos explorado, afinal tem a possibilidade de freqüentar um modelo de escola que antigamente era destinado apenas às elites.

Na prática os filhos dos trabalhadores serão preparados para a aceitação de regras, disciplinas, ordens e até mesmo daquele cansaço no fim da tarde depois de uma longa jornada.

Tudo isso deve ser feito sem gastos, ou “perfumarias” como disse o secretário da educação, pois a educação tem um custo. Esse custo é que inviabilizou a expansão e a continuidade de outros projetos recentes de extensão de tempo escolar para as camadas populares.

No caso das ETIs ficou clara a intenção de economia e isso acaba inviabilizando o sucesso do projeto, pois muitos problemas dependem de aporte financeiro.

Considerando que atualmente para a física quântica o tempo é relativo, então se relativizarmos o tempo desprezando a variação da sua quantidade entre as unidades escolares que oferecem o tempo parcial e as de tempo integral, podemos dizer que dependendo do referencial as ETIs são iguais às escolas de tempo parcial.

As condições de trabalho, a remuneração do professor, o número elevado de alunos por turma, a improvisação, a normatização, a burocracia administrativa, o calendário escolar, a divisão dos tempos, a prática pedagógica, a formação e a atualização do docente, as práticas do gestor, a falta de autonomia para o gerenciamento financeiro e do pessoal são iguais à escola de tempo parcial e esses fatores são apontados por muitos como de grande influência para uma pretensa “qualidade” no ensino.

Visualizamos tudo isso na E.E. Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury, porém percebemos muita convicção no projeto. Essa apropriação, o compromisso dos profissionais em fazer bem feito àquilo que é possível, dentro das limitações que lhes são imposta e a maior proximidade entre todos em função do maior tempo de permanência com isso poder criar vínculos maiores, com o aluno deixando de ser um número de chamada e passando a ter um nome e uma história de vida, causaram boa impressão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas, S.P: Autores Associados, 2001.

AMBROGI, Ingrid Hötte. A arquitetura escolar moderna na cidade de São Paulo e sua proposta para pensar o cotidiano escolar de 1949 a 1959. **Revista Mackenzie de Educação, Arte e História da Cultura**, São Paulo: v. 04, n. 03, p.161-170, 11 ago. 2005.

AZANHA, José Mário Pires. Proposta pedagógica e autonomia da escola. **A Escola de Cara Nova /Planejamento**, São Paulo: SE/CENP, 2000. p.18-24

AZEVEDO, Fernando de. A descentralização e a dualidade de sistemas. In **A cultura Brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; V. 3.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha, a metáfora da condição humana**. 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Borges, Zacarias Pereira. **A política educacional do Estado de São Paulo durante os governos do PMDB (1983-1994)**: a proposta partidária e sua execução. 388 f, Tese (Doutorado em Educação) – Programa de pós-graduação, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

_____. **Política e educação**: análise de uma perspectiva partidária. Campinas: Graf. FE - Hortograph, 2002. 293 p.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Anísio Teixeira: Itinerários. In: Seminário "**Um olhar sobre Anísio**". Mesa Redonda "Política Educacional", Rio de Janeiro, 3 set. 1999. Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH/PACC, Fundação Anísio Teixeira, 1999

_____. O debate sobre a identidade da cultura brasileira nos anos 20: o americanismo de Anísio. In: SMOLKA, Ana Luiza Bustamante; MENEZES, Maria Cristina. (Org.). **Anísio Teixeira.1900-2000**. provocações em educação. Campinas: Autores Associados, 2000, p. 53-71.

CAVALIERE, Ana Maria. Escolas de tempo integral: uma idéia forte, uma experiência frágil. In: CAVALIERE, Ana Maria Villela; COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. (Org.). **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002. v. , p. 93-111.

_____. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação & Sociedade**, Campinas: v. 28, n.100, p.1015-1035, out. 2007.

CAVALIERE, Ana Maria; COELHO, Ligia Martha Coimbra da Costa. Para onde caminham os Cieps? Uma análise após 15 anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: n. 119, p.147-174, 2003.

COELHO, Ligia Martha Coimbra da Costa. Formação continuada do professor e tempo integral: uma parceria estratégica na construção da educação integral. In: COELHO, Ligia Martha Coimbra da Costa; CAVALIERE, Ana Maria. **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 133-146.

CORDEIRO, Célia Maria Ferreira. Anísio Teixeira, uma "visão" do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo: v. 15, n 42, p 241-258, Maio 2001.

CUNHA, Luiz Antonio, **Educação, estado e democracia no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas ANÍSIO TEIXEIRA E AS POLÍTICAS DE EDIFICAÇÕES ESCOLARES NO RIO DE JANEIRO (1931-1935) E NA BAHIA (1947-1951), In: Reunião Anual da ANPEd: **Educação não é privilégio (centenário de Anísio Teixeira)**, 23, 2000, Caxambu. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0206p.PDF>> acesso em: 22 out. 2007.

ENQUITA, Mariano Fernández, O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, Pablo A. A.(org). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 9. ed., Petrópolis R.J.: ed. Vozes, 2001

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991

FREIRE, Márcia Rebouças. Arquitetura na interface com a educação: Outras referências. **Cadernos Ppg-au/ufba**, Bahia: v. 06, n. 01, p.11-20, 2007. Semestral.

FREITAS, Luiz Carlos de A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. **Educação & Sociedade**, Campinas S.P.: vol.25, p. 133-170 n. 86, 2004.

FREITAS, Cezar Ricardo de. A educação em tempo integral no contexto do município de Cascavel. **Educere Et Educare**: revista de educação, Cascavel: v. I, n. 1 , p.119-123, 2006. Semestral.

GALLO, Silvio. A educação integral numa perspectiva anarquista. In: COELHO, Ligia Martha Coimbra da Costa; CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 13-42.

GOMES, Candido Alberto. Quinze anos de ciclos no ensino fundamental: um balanço das pesquisas sobre sua implantação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p.39-52, Jan. 2004.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Eleições Presidenciais: Centralidade, Contexto e Implicações. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, S. Paulo, v. 14, n. 40, p.15-20, jun. 1999

LUNKES, Arno Francisco. **Escola em tempo integral: marcas de um caminho possível**. 2004. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós-graduação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2004.

MACEDO, Elza Dely Veloso. Uma luta justa... E elegante: feminismos conflitantes na década de 20. In ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH: DEMOCRACIA & CONFLITO, XI, 2004, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, 2004, P. 8. Disponível em <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2004/Simpósios%20Temáticos/Elza%20Dely%20Veloso%20Macedo.doc>>.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Edipro, 1998.

MAURICIO, Lucia Velloso. Permanência do horário integral nas escolas públicas do Rio de Janeiro: no campo e na produção da escrita. In: COELHO, Ligia Martha Coimbra da Costa; CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 112-132.

MENDEZ, Natalia Pietra. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. **Revista Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v.5, p. 51-63, 2005

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. et al. Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p.96-113, jan. 2006.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. ANÍSIO TEIXEIRA, SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, OU : POR QUE NÃO SE DEMOCRATIZA A EDUCAÇÃO NA BAHIA?. **Revista da FAEEDBA**, Salvador, v. 9, n. 13, p. 141-150, jan./jun., 2000.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Escolas na vitrine: Centros Integrados de Educação Pública (1983-1987). **Estudos avançados**. São Paulo, v.15, n.42, p.153-168, Maio/Ago. 2001. .

MINAYO, Maria Cecília e Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, Hucitec, 2004.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo, Ática, 1992.

MONTEIRO, Ana Maria. A formação de professores nos CIEPs: A experiência do curso de atualização de professores para escolas de horário integral no Rio de Janeiro – 1991/1994. In: COELHO, Ligia Martha Coimbra da Costa; CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 112-132.

PAIVA, Vanilda. 50 anos do governo Pedro Ernesto: de que espólio falamos? **Educação e Sociedade**, Campinas S.P: n. 19, p. 157-163, 1984.

PARO, Vitor. **Escola de tempo integral: desafio para o ensino público**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Escritos sobre a educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. **Qualidade do ensino: A contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. **Educação como exercício do poder**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREZ, Regina Helena Lombardo. **Condições de produção de conhecimentos e o trabalho pedagógico de professores de ciências**, 2002. 346 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós-graduação, Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

PINTO JUNIOR, Arnaldo. **A invenção da “Manchester Paulista”: embates culturais em Sorocaba (1903-1914)**, 2003. 206 f, Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós-graduação, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

RUIZ, Adriano Rodrigues. Avaliação da aprendizagem na era da informação. **Estudos em avaliação educacional**, São Paulo: v. 18, n. 36, p. 31-42, jan./abr., 2007.

SANFELICE, José Luis. Políticas Sociais: excertos. In: DEITOS, Roberto Antonio; RODRIGUES, Rosa Maria. (Org.). **Estado, desenvolvimento, democracia e políticas sociais**. Cascavel: Edunioeste, 2006, v. 1, p. 53-66

_____. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. **Instituições escolares no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 75-93.

SILVA, Rinalva Cassiano. **Educação: a outra qualidade**, Piracicaba, S.P.: Unimep 1995.

SILVA, Yrlla Ribeiro de Oliveira Carneiro da. A proposta de alfabetização dos centros integrados de educação pública (CIEPS). In: COELHO, Ligia Martha Coimbra da Costa; CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 168-179.

STOCK, Suzete de Cássia Volpato. **Entre a paixão e a rejeição: A trajetória dos CIEPs no Estado de São Paulo – Americana**. 2004. 215 f, Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós-graduação, Universidade estadual de Campinas, Campinas, 2004.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

TAVARES, Luis Henrique Dias. A idéia de Centros Integrados em Anísio Teixeira in Educação na Bahia. In: FERRAZ, Jaci Maria. **Coletânea de textos. Projeto memória da educação na Bahia**. Salvador: Uneb, 2001. p. 11-15.

TEIXEIRA, Anísio. **Carta a Anna Spínola Teixeira e Deocleciano Pires Teixeira**, Caetité, 25 mar. 1920. Disponível em <<http://www.bvanisio Teixeira.ufba.br/>> . Acesso em: 22 out. 2007.

_____. A propósito da "Escola Única". **Revista do Ensino**. Salvador, v.1,n.3,1924. Disponível em <<http://www.prossiga.br/anisio Teixeira/fran/artigos/proesc.htm> > Acesso em: 03 nov. 2007.

_____. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.31, n.73, p.78-84, jan./mar. 1959.

VICENZI, Lectícia Josephina Braga de. A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil. **Forum Educacional**. Rio de Janeiro, v.10, n.3, jul./set. 1986

XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional**: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova(1932). Bragança Paulista: Eduse, 2002.

ZANARDI, Isaura Mônica Souza. A reforma da gestão escolar e as políticas implementadas no Brasil na década de 1990. In: DEITOS, Roberto Antonio; RODRIGUES, Rosa Maria. **Estado, desenvolvimento, democracia & políticas sociais**. Cascavel: Edunioeste, 2006. p. 121-135.

ANEXO A

CENTRO EDUCACIONAL CARNEIRO RIBEIRO*

Senhor Governador:

Êste é o comêço de um esforço pela recuperação, entre nós, da escola pública primária.

Três pavilhões, três grupos escolares, vão ser hoje inaugurados por V. Ex.a, partes integrantes de um Centro Popular de Educação, a que houve por bem V. Ex.^a de designar Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em homenagem ao grande educador baiano.

A construção dêsses grupos obedece a um plano de educação para a cidade da Bahia, em que se visa restaurar a escola primária, cuja estrutura e cujos objetivos se perderam nas idas e vindas de nossa evolução nacional. Quando digo isto, Sr. Governador, não estou a aduzir um julgamento, mas, a trazer um testemunho. Há vinte e cinco anos atrás era eu o diretor de instrução do Estado em um govêrno que, como o de hoje, parecia inaugurar uma era de reconstrução para a Bahia. As escolas primárias passaram, então, por um surto de renovação e de incremento, mas, o que é digno de nota era o seu funcionamento integral, com os cursos em dois turnos, e o programa, para a época, tão rico quanto possível.

Já se podia apreciar o comêço, entretanto, de uma deterioração que se veio agravar enormemente nos vinte e cinco anos decorridos até hoje. Foi, com efeito, nessa época que começou a lavrar, como idéia aceitável, o princípio de que, se não tínhamos recursos para dar a todos a educação primária essencial, deveríamos simplificá-la até o máximo, até a pura e simples alfabetização e generalizá-la ao maior número. A idéia tinha a sedução de tôdas as simplificações. Em meio como o nosso produziu verdadeiro arrebatamento. São Paulo deu início ao que se chamou de democratização do ensino primário. Resistiram à idéia muitos educadores. Resistiu a Bahia antes de 30. Resistiu o Rio, ainda depois da revolução. Mas a simplificação teve fôrça para congestionar as escolas primárias com os turnos sucessivos de alunos, reduzindo a educação primária não só aos três anos escolares de Washington Luís, mas aos três anos de meios dias, ou seja ano e meio e até, no grande S. Paulo, aos três anos de terços de dia, o que equivale realmente a um ano de vida escolar. Ao lado dessa simplificação na quantidade, seguiram-se, como não podia deixar de ser, tôdas as demais simplificações de qualidade. O resultado foi, por um lado, a quase destruição da instituição, por outro, a redução dos efeitos da escola à alfabetização improvisada e, sob vários aspectos, contraproducente, de que estamos a colhêr, nos adultos de hoje, exatamente os que começaram a sofrer os processos simplificadores da escola, a seara de confusão e demagogia.

Bem sei que não é só a escola primária fantasma, que êsse regime criou, a causa da mentalidade do nosso País, mas é triste saber que, além de tôdas as outras causas de nossa singular incongruência nacional, existe esta, que não é das menores, a própria escola, a qual, instituída para formar essa mentalidade, ajuda, pelo contrário, a sua deformação.

Os brasileiros, depois de trinta, são todos filhos da improvisação educacional, que não só liquidou a escola primária, como invadiu os arraiais do ensino secundário e superior e estendeu pelo País uma rêde de ginásios e universidades cuja falta de padrões e de seriedade atingiria as raias do ridículo, se não vivêssemos em época tão crítica e tão trágica, que os nossos olhos, cheios de apreensão e de susto, já não têm vigor para o riso ou a sátira.

Ê contra essa tendência à simplificação destrutiva que se levanta êste Centro Popular de Educação.

Desejamos dar, de novo, à escola primária, o seu dia letivo completo. Desejamos dar-lhe os seus cinco anos de curso. E desejamos dar-lhe seu programa completo de leitura, aritmética e escrita, e mais ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física.

Além disso, desejamos que a escola eduque, forme hábitos, forme atitudes, cultive aspirações, prepare, realmente, a criança para a sua civilização – esta civilização tão difícil por ser uma civilização técnica e industrial e ainda mais difícil e complexa por estar em mutação permanente. E, além disso, desejamos que a escola dê saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vive.

Tudo isso soa como algo de estapafúrdio e de visionário. Na realidade, estapafúrdios e visionários são os que julgam que se pode hoje formar uma nação pelo modo por que estamos destruindo a nossa.

Todos sentimos os perigos de desagregação em que estamos imersos. Essa desagregação não é uma opinião, mas um fato, um fato, por assim dizer, físico, ou, pelo menos, de física social. Com efeito, muito da desagregação corrente provém da velocidade das transformações por que estamos passando. A própria aceleração do tempo de processo social produz os deslocamentos, confusões e subversões a que todos assistimos e a que temos de remediar. O remédio, porém, não é fácil, antes duro, áspero e difícil. A tentação do paliativo ou da panacéia, por isto mesmo, inevitável. E há os que, parece, estão convencidos da inevitabilidade da desagregação, pois de outro modo não se explica aceitarem tão tranqüilamente o paliativo que, no máximo, produzirá aquele retardamento indispensável para lhes ser poupado assistir, individualmente, à debacle final. Pertença, não sei se feliz ou infelizmente, ao grupo que acredita poder-se dar remédio eficaz à nossa crise, que é um aspecto da grande crise em que se acha toda a humanidade. Esse remédio é, entretanto, força é repeti-lo, sob muitas faces, heróico, como heróico é o sentimento de defesa que nos leva a armar-nos diante do perigo.

Se uma sociedade, como a brasileira, em que se encontram ingredientes tão incendiáveis, como os das suas desigualdades e iniquidades sociais, entra em mudança e agitação acelerada, sacudida por movimentos e forças econômicas e sociais que não podemos controlar, está claro que a mais elementar prudência nos manda ver e examinar as molas e instituições em que se funda essa sociedade, para reforçá-las ou melhorá-las, a fim de que suas estruturas não se rompam ao impacto produzido pela rapidez da transformação social.

Essas instituições fundamentais são o Estado, a Igreja, a Família e a Escola. De todas elas, não parece controvertido afirmar que a mais deliberada, a mais intencional, a mais dirigível é a escola. Teremos, assim, de procurar, mais diretamente, atuar nessa instituição básica que, de certo modo, entre nós, deverá suprir as deficiências das demais instituições, todas elas em estado de defensiva e incapazes de atender, com segurança e eficácia, aos seus objetivos.

Ora, se assim é, a escola tem de ganhar uma inevitável ênfase, pois se transforma na instituição primária e fundamental da sociedade em transformação, e em transformação, queiramos ou não, precipitada.

Por isso é que este Centro de Educação Popular tem as pretensões que sublinhei. É custoso e caro porque são custosos e caros os objetivos a que visa. Não se pode fazer educação barata – como não se pode fazer guerra barata. Se é a nossa defesa que estamos construindo, o seu preço nunca será demasiado caro, pois não há preço para a sobrevivência. Mas aí, exatamente, é que se ergue a grande dúvida nacional. Pode a educação garantir-nos a sobrevivência? Acredito que responderão todos afirmativamente a essa pergunta. Basta que reflitamos, sobre a inviabilidade da criatura humana ineducável. Nenhum de nós discute que o anormal débil mental só pode sobreviver com o auxílio externo, não lhe sendo possível produzir nem sequer nutrir-se sozinho. Ora o educável ineducado repete o caso do ineducável. Não. Todos sabemos que sem educação não há sobrevivência possível. A questão começa depois. A questão é sobre a escola e não a educação. É sobre a escola que o ceticismo nacional assesta os seus tiros tão certos e eficazes. O brasileiro não acredita que a escola eduque. E não acredita, porque a escola, que possui até hoje, efetivamente não educou.

Veja-se, pois, em que círculo vicioso se meteu a nação. Improvisa escolas de todo jeito porque não acredita em escolas senão como formalidade social e para preencher formalidade de nada mais se precisa do que de funcionários que conheçam as fórmulas – e porque só tem escolas improvisadas e inadequadas não acredita que escolas possam ser as formadoras eficientes de uma ordem social. Ouviu dizer, está claro, que a Alemanha foi feita pelo mestre-escola, ouviu dizer que o Japão era uma nação medieval nos fins do século passado e se transformou em uma nação altamente industrializada; ouve falar em todo o progresso ocidental dos últimos duzentos anos, sobrelevando espetacularmente o dos Estados Unidos, filho todo ele da ciência e das escolas; ouve falar que a Rússia se transformou em vinte anos e para isto fez da escola um instrumento de poder incalculável; mas tudo isto lhe parece longe ou remoto. Em volta de si, vê escolas improvisadas ou desorganizadas, sem vigor nem seriedade, alinhavando programas e distribuindo, de qualquer modo, diplomas mais ou menos honoríficos. Como acreditar em escolas? Tem razão o povo brasileiro. E

para que não tenha razão seria preciso que reconstruíssemos as escolas. É este esforço que se está procurando aqui começar, senhor governador. Todo mundo sabe o que é educação. Qualquer pai ou qualquer mãe pode vir dizer-nos que coisa difícil e precária é educar. Em nossas casas, todos estamos vendo como, dia a dia, fica mais difícil exercer influência educativa sobre os nossos filhos, arrebatados, como nós próprios, na voragem de mudanças, mutações e transformações sociais sem conta. Estas dificuldades se alargam, chegam à Igreja, chegam ao Estado e todos se sentem diminuídos em suas forças e em suas respectivas autoridades. Só um educador profissional, preparado para o mister, com tempo e sossêgo, em uma instituição especial, como a escola, poderá arcar com a tremenda responsabilidade do momento e da época. Mas, está claro, esta instituição tem que contar com meios à altura das dificuldades crescentes de sua função.

Daí esta escola, este centro aparentemente visionário. Não é visionário, é modesto. O comêço que hoje inauguramos é modestíssimo: representa apenas um têrço do que virá a ser o Centro completo. Custará, não apenas os sete mil contos que custaram êstes três grupos escolares, mas alguns quinze mil mais. Além disto, será um centro apenas para 4.000 das 40.000 crianças que teremos, no mínimo, de abrigar nas escolas públicas desta nossa cidade. Deveremos possuir, e já não só êste, como mais 9 centros iguais a êste. Tudo isso pode parecer absurdo, entretanto, muito mais absurdo será marcharmos para o caos, para a desagregação e para o desaparecimento. E de nada menos estamos ameaçados. Os que estão, como cassandras, a anunciar e esperar a catástrofe e a subversão, irão fazer as escolas que deixamos de fazer para a vitória do seu regime. Se o nosso, o democrático, deve sobreviver, deveremos aparelhá-lo com o sistema educativo forte e eficaz que lhe pode dar essa sobrevivência. A inauguração que, hoje, aqui se faz, alimenta essa esperança e essa ambição. Bem sei que a ambição é desmedida, mas que medida tem a sobrevivência democrática?

Uma palavra ainda sobre a organização do que estamos a chamar de Centro de Educação Popular, organização em que apoiamos a nossa confiança em seu êxito.

Recordo-me que a construção dêste Centro resultou de ordem de V. Ex.^a, certa vez em que se examinava o problema da chamada infância abandonada. Tive, então, oportunidade de ponderar que, entre nós, quase tôda a infância, com exceção de filhos de famílias abastadas, podia ser considerada abandonada. Pois, com efeito, se tinham pais, não tinham lares em que pudessem ser educados e se, aparentemente, tinham escolas, na realidade não as tinham, pois as mesmas haviam passado a simples casas em que as crianças eram recebidas por sessões de poucas horas, para um ensino deficiente e improvisado. No mínimo, as crianças brasileiras, que logram freqüentar escolas, estão abandonadas em metade do dia. E este abandono é o bastante para desfazer o que, por acaso, tenha feito a escola na sua sessão matinal ou vespertina. Para remediar isso, sempre me pareceu que devíamos voltar à escola de tempo integral.

Tracejei, então, o plano dêste Centro que V. Ex.^a ordenou fôsse imediatamente iniciado. A escola primária seria dividida em dois setores, o da instrução, pròpriamente dita, ou seja da antiga escola de letras, e o da educação, pròpriamente dita, ou seja da escola ativa. No setor instrução, manter-se-ia o trabalho convencional da classe, o ensino de leitura, escrita e aritmética e mais ciências físicas e sociais, e no setor educação – as atividades socializantes, a educação artística, o trabalho manual e as artes industriais e a educação física. A escola seria construída em pavilhões, num conjunto de edifícios que melhor se ajustassem às suas diversas funções. Para economia tornava-se indispensável que se fixasse um número máximo para a matrícula de cada centro. Pareceu-nos que 4.000 seria êsse número, acima do qual não seria possível a manipulação administrativa.

Fixada, assim, a população escolar a ser atendida em cada centro, localizamos quatro pavilhões, como êste, para as escolas que chamamos de escolas-classe, isto é, escolas de ensino de letras e ciências, e um conjunto de edifícios centrais que designamos de escola-parque, onde se distribuiriam as outras funções do centro, isto é, as atividades sociais e artísticas, as atividades de trabalho e as atividades de educação física. A escola-classe aqui está: é um conjunto de 12 salas de aula, planejadas para o funcionamento melhor que fôr possível do ensino de letras e ciências, com disposições para administração e áreas de estar. É uma escola parcial e para funcionar em turnos. Mas virá integrá-la, a escola-parque. A criança fará um turno na escola-classe e um segundo turno na escola-parque. Nesta escola, além de locais para suas funções específicas, temos mais a biblioteca infantil, os dormitórios para 200 das 4.000 crianças atendidas pelo Centro e os serviços gerais e de alimentação. Além da reforma da escola, temos o acréscimo dêsse serviço de assistência, que se impõe, dadas as condições sociais. A criança, pois, terá um regime de semi-internato, recebendo educação e assistência alimentar. Cinco por cento dentre elas receberão mais o internato. Serão as

crianças chamadas pròpriamente de abandonadas, sem pai nem mãe, que passarão a ser não as hóspedes infelizes de triste orfanatos, mas as residentes da escola-parque, às quais competirá a honra de hospedar as suas colegas, bem como a alegria de freqüentar, com elas, as escolas-classe.

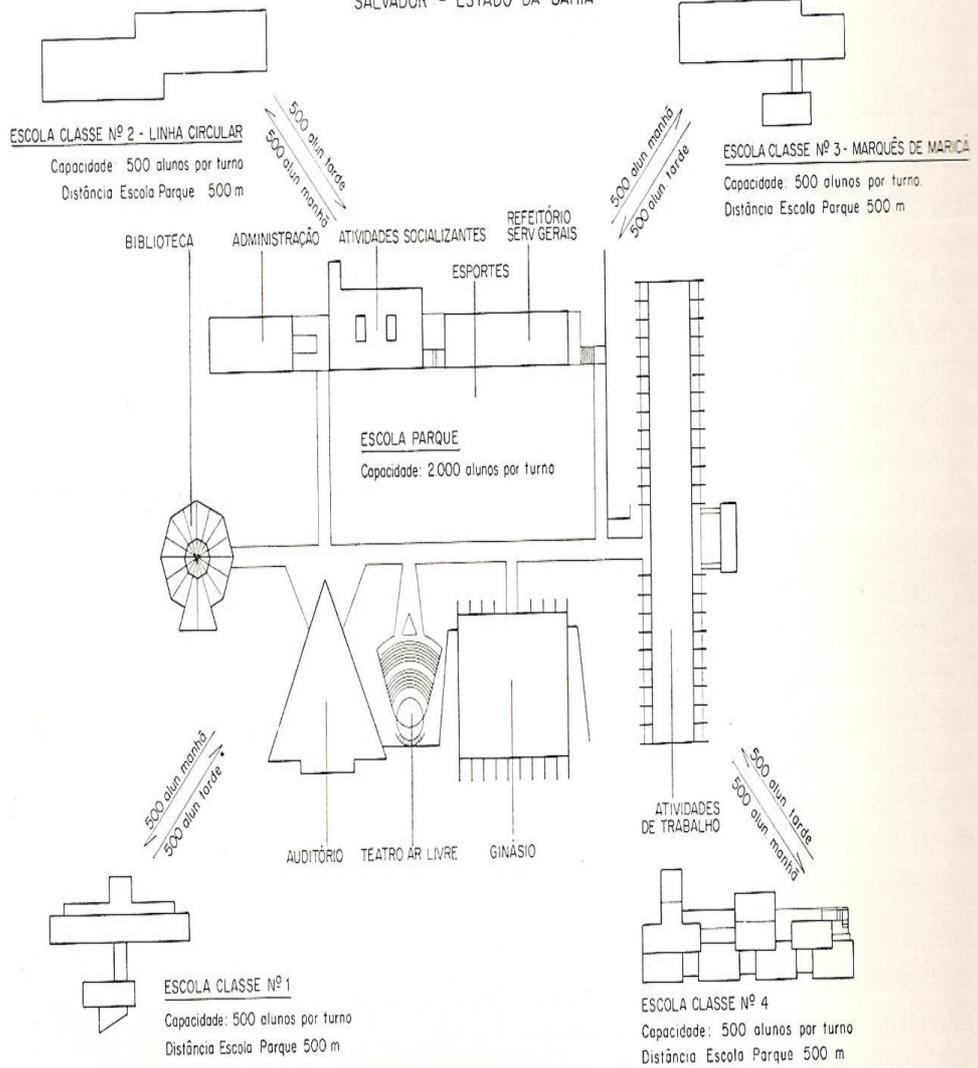
Não poderei entrar aqui em detalhes do funcionamento, um tanto complexo, do centro, nem das dificuldades naturais da constituição do seu numeroso e variado corpo docente. Consitam-me, entretanto, uma observação. A maior dificuldade da educação primária, que, por sua natureza, é uma educação universal, é a de se obter um professor primário que possa atender a todos os requisitos de cultura e aptidão para um ensino tão vasto e tão diversificado. A organização do ensino primário em um centro desta complexidade vem, de certo modo, facilitar a tarefa sobremodo aumentada da escola elementar. Teremos os professores primários comuns para as escolas-classe, para a escola-parque, os professores primários especializados de música, de dança, de atividades dramáticas, de artes industriais, de desenho, de biblioteca, de educação física, recreação e jogos. Em vez de um pequenino gênio para tudo isto, muitos professôres diferenciados em dotes e aptidões para a realização da tarefa sem dúvida tremenda de formar e educar a infância nos seus aspectos fundamentais de cultura intelectual, social, artística e vocacional.

A escola primária terá, em seu conjunto, algo que lembra uma pequenina universidade infantil. Mas, de nada menos, repito, precisamos em nossa época, para ficarmos à altura das imposições que o progresso técnico e científico nos está a impor. Queiramos, ou não queiramos, vamo-nos transformar de uma sociedade primitiva em uma sociedade moderna e técnica. Os habitantes dêste bairro da Liberdade deixam um estágio anterior aos tempos bíblicos de agricultura e vida primitiva para imergirem em pleno bátratro do século vinte. Ou organizamos para êles instituições capazes de lhes preparar os filhos para o nosso tempo, ou a sua intrusão na ordem atual terá o caráter das intrusões geológicas que subvertem e desagregam a ordem existente. O problema da educação é, por excelência, o problema de ordem e de paz no País. Daí, as linhas aparentemente exageradas em que o estamos planejando

ANEXO B

CENTRO EDUCACIONAL CARNEIRO RIBEIRO

SALVADOR - ESTADO DA BAHIA



ANEXO C

Eleição para governador -1982.		
Estado	Governador eleito	partido
Acre	Nabor Júnior	PMDB
Alagoas	Divaldo Suruagy	PDS
Amazonas	Gilberto Mestrinho	PMDB
Bahia	João Durval	PDS
Ceará	Gonzaga Mota	PDS
Espírito Santo	Gérson Camata	PMDB
Goiás	Íris Rezende	PMDB
Maranhão	Luís Rocha	PDS
Mato Grosso	Júlio Campos	PDS
Mato Grosso do Sul	Wilson Martins	PMDB
Minas Gerais	Tancredo Neves	PMDB
Pará	Jader Barbalho	PMDB
Paraíba	Wilson Braga	PDS
Paraná	José Richa	PMDB
Pernambuco	Roberto Magalhães	PDS
Piauí	Hugo Napoleão	PDS
Rio de Janeiro	Leonel Brizola	PDT
Rio Grande do Norte	José Agripino Maia	PDS
Rio Grande do Sul	Jair Soares	PDS
São Paulo	Franco Montoro	PMDB
Sergipe	João Alves Filho	PDS

Fon te: TSE

ANEXO D

Decreto Nº 21.833, de 28 de dezembro de 1983

Institui o Ciclo Básico no ensino de 1º grau das escolas estaduais

ANDRÉ FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e

Considerando que as séries iniciais do ensino de 1º grau nas escolas estaduais devem levar em conta o aspecto de continuidade do processo educativo e respeitar as características individuais dos alunos,

Considerando a necessidade de se permitir maior flexibilidade na organização curricular e na avaliação do desempenho de cada aluno individualmente na fase de alfabetização,

Considerando a vantagem de permitir aos alunos que necessitem de atendimento individualizado permanecerem maior tempo na escola,

Considerando a manifestação do Conselho Estadual de Educação (Parecer CEE-1.913/83) homologada pelo Secretário de Educação,

Decreta:

Artigo 1º - É instituído, no ensino de 1º grau das escolas da rede estadual, o Ciclo Básico com as seguintes finalidades:

I - assegurar ao aluno o tempo necessário para superar as etapas de alfabetização, segundo seu ritmo de aprendizagem e suas características sócio-culturais;

II - proporcionar condições que favoreçam o desenvolvimento das habilidades cognitivas e de expressão do aluno previstas nas demais áreas do currículo;

III - garantir às escolas a flexibilidade necessária para a organização do currículo, no que tange ao agrupamento de alunos, métodos e estratégias de ensino, conteúdos programáticos e critérios de avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Parágrafo único - O Ciclo Básico terá a duração mínima de dois anos letivos e será implantado a partir do ano letivo de 1984.

Artigo 2º - Ao docente titular de cargo ou ocupante de função-atividade, com habilitação específica para o magistério de 1ª a 4ª séries do 1º grau, quando atuar no Ciclo Básico, poderá ser atribuída carga suplementar de trabalho docente de até 8 (oito) horas semanais, composta de horas-aula e horas-atividade, respeitado o disposto no artigo 7º do Decreto nº 14.329, de 29 de novembro de 1979 e o Decreto nº 21.536, de 25 de outubro de 1983.

§ 1º - A carga suplementar de trabalho docente a que se refere este artigo será atribuída sem prejuízo daquelas previstas pelos Decretos nº 16.854, de 7 de abril de 1981 e nº 21.536, de 25 de outubro de 1983.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica ao docente em Jornada Integral de Trabalho Docente.

Artigo 3º - Compete ao Diretor de Escola tomar as providências necessárias para implantação do Ciclo Básico na forma que dispuser o respectivo regulamento.

Artigo 4º - Até o dia 15 de janeiro de 1984, por proposta do Secretário da Educação, será aprovado o Regulamento do Ciclo Básico.

Artigo 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de dezembro de 1983.

ANDRÉ FRANCO MONTORO

Paulo de Tarso Santos, Secretário da Educação

Publicado no Gabinete Civil do Governador, aos 28 de dezembro de 1983.

Maria Angélica Galiuzzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais.

ANEXO E

Decreto Nº 25.469, de 7 de julho de 1986

Institui o Programa de Formação Integral da Criança e dá providências correlatas

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, atendendo recomendação da Comissão Coordenadora do Programa do Menor e considerando:

que é compromisso básico do Governo assumir a sua parcela de responsabilidade pela formação integral das crianças;

que só a continuidade da atuação do Governo, voltada para a criança e traduzida por ações intersecretariais, poderá contribuir para o combate efetivo à subnutrição, morbidade, analfabetismo, repetência, evasão e despreparo para o trabalho;

a importância do entrosamento entre as ações do Estado, dos Municípios e da comunidade dentro da proposta de regionalização e/ou municipalização de atendimento à criança do Estado de São Paulo;

a necessidade de expansão do papel da Escola na formação das crianças, estendendo sua preocupação pedagógica além dos limites até agora existentes;

que o aumento da escolaridade e do tempo de permanência na escola, aliado a medidas relacionadas à nutrição, higiene e saúde, preparo para o trabalho e a vida são condições necessárias para a formação integral da criança,

Decreta:

Artigo 1.º - Fica instituído o Programa de Formação Integral da Criança com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e propiciar oportunidades educacionais iguais a todas as crianças do Estado.

Artigo 2.º - O Programa será desenvolvido através das Secretarias de Estado e, prioritariamente, pelas Secretarias da Educação, Promoção Social, Saúde, Relações do Trabalho, Cultura e Esportes e Turismo, coordenado pela primeira.

Artigo 3.º - Os Secretários de Estado da Educação, Promoção Social, Saúde, Relações do Trabalho, Cultura e Esportes e Turismo deverão formalizar o desenvolver ações conjuntas para a execução do Programa.

Artigo 4.º - O Secretário da Educação fica autorizado a celebrar convênio, nos termos do modelo anexo, com os municípios interessados em participar das atividades do Programa instituído por este decreto, em prévio conhecimento da Secretaria da Promoção Social e Secretarias de Estado envolvidas na sua execução.

Parágrafo único – Entidades públicas ou privadas poderão participar do Programa a que se refere este decreto, atendidos os objetivos e limitações estabelecidos no modelo da minuta de convênio.

Artigo 5.º - No prazo de até 30 (trinta) dias, o Secretário da Educação e os titulares das demais Secretarias envolvidas baixarão normas complementares para execução deste decreto.

Artigo 6.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes 7 de julho de 1986.

FRANCO MONTORO

José Aristodemo Pinotti, Secretário da Educação

João Yunes, Secretário da Saúde

Antônio Carlos Bernardo, Secretário Adjunto, respondendo

pelo expediente da Secretaria da Promoção Social

Jorge da Cunha Lima, Secretário da Cultura

Sérgio Barbour, Secretário de Esportes e Turismo

Alda Marco Antônio, Secretária de Relações do Trabalho

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 7 de julho de 1986.

Termo de Convênio celebrado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, e o município de _____, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Formação Integral da Criança.

O Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria da Educação, doravante denominada Secretaria, neste ato representada pelo seu titular Dr. José Aristodemo Pinotti, devidamente autorizado pelo Senhor Governador do Estado, nos termos do Decreto nº 25.469, de 7 de julho de 1986 e o município de _____, doravante denominado município, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor _____, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº _____, de _____ de 1986 têm entre si, justo e acertado celebrar o presente convênio com as Cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

Objetiva o presente convênio a conjugação de esforços no sentido de implantar e desenvolver no município o Programa de Formação Integral da Criança, compreendendo a fase maternal, pré-escola e de 1.º grau.

CLÁUSULA SEGUNDA

Das Obrigações dos Partícipes

1. Obrigações Comuns

a) Fazer cumprir o Programa de Formação Integral da Criança no âmbito do município, respeitado as peculiaridades do mesmo.

b) Proporcionar, reciprocamente, facilidade para:

- adequada implantação e desenvolvimento do Programa;

- fluxo de dados e informações;

- apoio mútuo entre os partícipes na utilização recíproca de recursos físicos, financeiros, humanos e materiais disponível;

- treinamento de pessoal.

c) Supervisionar a implantação e o desenvolvimento do Programa, objeto deste Acordo.

2. Obrigações da Secretaria

a) Elaborar diretrizes.

b) Prestar assistência técnica.

c) Definir critérios para o processo de seleção e treinamento de pessoal.

d) Garantir pessoal, inclusive mediante novas admissões, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes.

e) Treinar pessoal.

f) Garantir instalações físicas, equipamentos e materiais como os abaixo discriminados:

-
-
-
-
-

(a ser preenchido de acordo com as necessidades locais).

g) Destinar recursos financeiros para execução deste convênio, segundo o cronograma de desembolso estabelecido.

h) Reservar em seu orçamento, para os exercícios subseqüentes, os recursos para fazer face às despesas decorrentes deste convênio.

i) Acompanhar as atividades previstas neste convênio.

3. Obrigações do Município

a) Elaborar Projeto Municipal e, harmonia com o Programa de Formação Integral da Criança.

b) Criar instrumentos legais e regulamentares, a nível municipal, que viabilizem a execução das Cláusulas deste Convênio.

c) Garantir pessoal, inclusive mediante novas admissões, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes.

d) Treinar pessoal.

e) Garantir instalações físicas, equipamentos e materiais como os abaixo discriminados:

-

-

-

-

-

(a ser preenchido de acordo com as necessidades locais).

f) Aplicar, no âmbito de suas atribuições aqui conveniadas, os recursos estaduais e municipais alocados para a execução deste Ajuste.

g) Destinar recursos financeiros necessários à execução deste Acordo conforme o cronograma de desembolso estabelecido.

h) Reservar em seu orçamento, para os exercícios subseqüentes, os recursos necessários para fazer face às despesas decorrentes deste convênio.

i) Recolher ao Tesouro do Estado as importâncias não aplicadas até o final do exercício, destinadas pela Secretaria a este convênio.

Parágrafo único - Para os efeitos da Cláusula 2.^a., incisos 2 e 3, respectivamente, alíneas "d" e "c", cada partícipe se responsabilizará pelas contratações que fizer.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio

A execução do convênio ficará a cargo dos órgãos da Secretaria e do Município no âmbito de suas respectivas competências e atribuições.

Parágrafo único - Caberá ao Município a administração financeira dos recursos que a Secretaria lhe destinar para execução do Convênio.

CLÁUSULA QUARTA

Dos Recursos Financeiros

Serão destinados para a execução do presente Convênio recursos financeiros no valor de Cz\$

Os recursos do Estado no valor de Cz\$, no exercício de , onerarão a Classificação Econômica , Classificação Funcional Programática da Unidade de Despesa.

Os recursos do Município, no exercício de , no valor de Cz\$, onerarão a Classificação Econômica , Classificação Funcional Programática , Unidade de Despesa.

§ 1.º - Em exercícios futuros correrá a despesa à conta das dotações próprias dos respectivos orçamentos.

§ 2.º - A prestação de contas dos recursos financeiros deverá ser feita nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 3.º - A Secretaria e o Município poderão, dentro de suas possibilidades e de acordo com as necessidades, suplementar a verba dotada.

CLÁUSULA QUINTA

Outras Entidades

Entidades oficiais ou privadas, atendidos os objetivos e limitações ora estabelecidos, que desejarem participar do Programa de Formação Integrada da Criança poderão ser incluídas no presente convênio, caso haja acordo entre o Estado e o Município, mediante lavratura de termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA

Das Alterações

O presente convênio poderá ser reformulado e/ou aditado mediante termo aditivo, mediante prévia autorização do Governador, tendo em vista a convergência e interesses dos partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA

Da Vigência

O presente convênio terá a duração de anos, a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA

Da Denúncia e da Rescisão

Este convênio poderá ser denunciado com antecedência de dias ou rescindido na hipótese de infringência de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA NONA

Da Publicação

O presente convênio será publicado, em extrato, no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA

Do Foro

Fica eleito o for da Capital de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas na execução deste instrumento.

E por estarem de acordo, firmam o presente convênio em vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo assinaladas.

São Paulo, de de 198

José Aristodemo Pinotti, Secretário de Estado da Educação

Prefeito Municipal de

Testemunhas:

1 - a

2 - a

ANEXO F

Decreto Nº 25.753, de 28 de agosto de 1986

Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 25.469, de 7 de julho de 1986 que instituiu o Programa de Formação Integral da Criança

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da exposição do Secretário da Educação,
Decreta:

Artigo 1.º - É acrescentado ao Decreto nº 25.469, de 7 de julho de 1986 que instituiu o Programa de Formação Integral da Criança o artigo 4.º A com a seguinte redação: “Artigo 4.º A – O Secretário da Educação fica também autorizado, em caráter excepcional e atendido os objetivos deste decreto, a celebrar convênio diretamente com entidades assistenciais sem fins lucrativos, conforme modelo de minuta anexo.”

Artigo 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 7 de julho de 1986.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de agosto de 1986.
FRANCO MONTORO

José Aristodemo Pinotti, Secretário da Educação
Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo
Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 28 de agosto de 1986.

Termo de Convênio celebrado entre o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Educação, e objetivando o desenvolvimento de ações relativas ao Programa de Formação Integral da Criança

O Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria da Educação, doravante denominada SECRETARIA, neste ato representada pelo seu Titular Dr. José Aristodemo Pinotti, devidamente autorizado pelo Senhor Governador de Estado, nos termos do Decreto nº _____, de _____ de _____ de 1986 e _____, localizada _____, doravante denominada ENTIDADE, representada por _____, Responsável pela ENTIDADE, têm entre si justo e acertado celebrar o presente Convênio com as Cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

Objetiva o presente Convênio a conjunção de esforços no sentido de desenvolver ações relativas ao Programa de Formação Integral da Criança.

CLÁUSULA SEGUNDA – Das Obrigações dos Partícipes

1. Obrigações Comuns

- a) Fazer cumprir as ações, objeto deste Convênio;
- b) Proporcionar, reciprocamente, facilidades para: adequado desenvolvimento das ações relativas ao Programa;
fluxo de dados e informações;
apoio entre os partícipes na utilização recíproca de recursos físicos, financeiros, humanos e materiais disponíveis;

treinamento de pessoal.

c) Supervisionar o desenvolvimento das ações, objeto deste Acordo;

2. Obrigações da Secretaria

a) Elaborar diretrizes

b) Prestar assistência técnica;

c) Definir critérios para o processo de seleção e treinamento de pessoal;

d) Garantir pessoal, inclusive mediante novas admissões, observadas as disposições legais e regulamentos pertinentes;

e) Treinar Pessoal;

f) Garantir instalações físicas, equipamentos e materiais como abaixo discriminados:
(a ser preenchido de acordo com as necessidades locais).

g) Destinar recursos financeiros para execução deste Convênio, segundo o cronograma de desembolso estabelecido.

h) Reservar em seu orçamento, para os exercícios subseqüentes, os recursos para fazer face às despesas decorrentes deste Convênio.

3. Obrigações da Entidade

a) Elaborar Plano de Atividades em consonância com o Programa de Formação Integral da Criança;

b) Garantir pessoal, inclusive mediante novas admissões, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes;

c) Treinar Pessoal;

d) Garantir instalações físicas, equipamentos e materiais como abaixo discriminados:

-

(a ser preenchido de acordo com as necessidades locais).

e) Aplicar, no âmbito de suas atribuições aqui conveniadas, os recursos estaduais alocados para a execução deste Ajuste;

f) Destinar recursos financeiros necessários à execução deste Acordo conforme o cronograma de desembolso estabelecido.

g) Reservar em seu orçamento, para os exercícios subseqüentes, os recursos para fazer face às despesas decorrentes deste Convênio.

h) Recolher ao Tesouro do Estado as importâncias não aplicadas até o final do exercício, destinado pela Secretaria a este Convênio.

Parágrafo único – Para os efeitos da cláusula 2.^a, incisos 2 e 3, respectivamente, alíneas “d” e “b”, cada partícipe se responsabilizará pelas contratações que fizer.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Coordenação e Execução do Convênio

A execução do presente Convênio ficará a cargo dos partícipes cabendo a coordenação da mesma à SECRETARIA.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Recursos Financeiros

Serão destinados para a execução do presente Convênio recursos financeiros no valor de Cz\$

Os recursos do ESTADO no valor de Cz\$ _____ o exercício de _____, onerarão a Classificação Econômica _____, Classificação Funcional Programática _____, Unidade de Despesa _____

Os recursos da ENTIDADE, no exercício de _____, no valor de Cz\$ _____

§ 1.º - Caberá à ENTIDADE a administração financeira dos recursos que a SECRETARIA lhe destinar para a execução do Convênio.

§ 2.º - Em exercícios futuros correrá a despesa à conta das dotações próprias dos respectivos orçamentos.

§ 3.º - A SECRETARIA e a ENTIDADE poderão dentro de suas possibilidades e de acordo com as necessidades, suplementar a verba dotada.

§ 4.º - A prestação de contas dos recursos financeiros deverá ser feita nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA QUINTA – Das Alterações

O presente Convênio poderá ser reformulado e/ ou aditado mediante Termos Aditivos, devidamente autorizados pelo Governador do Estado, tendo em vista a conveniência e

interesse dos partícipes.

CLÁUSULA SEXTA – Da Vigência

O presente Convênio terá a duração de _____ anos, a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Denúncia

Este Convênio poderá ser denunciado imediatamente por quaisquer dos partícipes desde que comprovado o não cumprimento de suas Cláusulas, mediante comunicação por escrito.

CLÁUSULA OITAVA – Da Publicação

O Presente Convênio será publicado, em extrato, no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA NONA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Capital de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas na execução deste instrumento.

E por estarem de acordo, firmam o presente Convênio em vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, _____ de _____ de 1986.

José Aristodemo Pinotti, Secretário da Educação Responsável pela Entidade

TESTEMUNHAS:

1.^a _____

2.^a _____

ANEXO G

RESOLUÇÃO SE Nº 89, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2005

Dispõe sobre o Projeto Escola de Tempo Integral

O Secretário de Estado da Educação, considerando:

* a educação como presença fundamental no dia a dia de crianças e jovens, por desempenhar papel relevante na dinâmica das sociedades;

* a importância de se oferecer aos estudantes do Ensino Fundamental a oportunidade de estender o tempo de participação na escola em atividades que ampliem suas possibilidades de aprender;

* a necessidade de atender às expectativas da comunidade intra e extra-escolar e desenvolver ações que integram a política de inclusão,

resolve:

Artigo 1º - Fica instituído o Projeto Escola de Tempo Integral com o objetivo de prolongar a permanência dos alunos de ensino fundamental na escola pública estadual, de modo a ampliar as possibilidades de aprendizagem, com o enriquecimento do currículo básico, a exploração de temas transversais e a vivência de situações que favoreçam o aprimoramento pessoal, social e cultural.

Artigo 2º - O Projeto Escola de Tempo Integral tem como objetivos:

I - promover a permanência do educando na escola, assistindo-o integralmente em suas necessidades básicas e educacionais, reforçando o aproveitamento escolar, a auto estima e o sentimento de pertencimento;

II - intensificar as oportunidades de socialização na escola;

III - proporcionar aos alunos alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico;

IV - incentivar a participação da comunidade por meio do engajamento no processo educacional implementando a construção da cidadania;

V - adequar as atividades educacionais à realidade de cada região, desenvolvendo o espírito empreendedor.

Artigo 3º - O Projeto Escola de Tempo Integral prevê o atendimento inicial de escolas da rede pública estadual de ensino fundamental que atendam aos critérios de adesão, que estejam distribuídas pelas 90 Diretorias de Ensino, inseridas, preferencialmente, em regiões de baixo IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - e nas periferias urbanas.

Parágrafo único - São critérios para adesão ao Projeto:

1 - espaço físico compatível com o número de alunos e salas de aula para funcionamento em período integral e

2 - intenção expressa da comunidade escolar em aderir ao Projeto, ouvido o Conselho de Escola.

Artigo 4º - A Escola de Tempo Integral funcionará em dois turnos - manhã e tarde, com uma jornada de 9 horas diárias e carga horária semanal de 45 aulas.

Artigo 5º - A organização curricular da Escola de Tempo Integral inclui o currículo básico do ensino fundamental e ações curriculares direcionadas para:

I - orientação de estudos;

II - atividades Artísticas e Culturais;

III - atividades Desportivas;

IV - atividades de Integração Social;

V - atividades de Enriquecimento Curricular.

Artigo 6º - Caberá à Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas expedir instruções complementares à presente resolução.

Artigo 7º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO H

Evolução do número de classes das escolas participantes do programa escola de tempo integral

abril 2007

fonte:
Prodesp

MUNICÍPIO	ESCOLA	ano							
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
SAO PAULO	CASIMIRO DE ABREU	46	52	50	57	53	42	38	30
SAO PAULO	DULCE FERREIRA BOARIN PROFA	41	40	29	31	29	22	12	11
SAO PAULO	NARBAL FONTES PROF	19	20	13	16	19	18	20	18
SAO PAULO	ORLANDO HORACIO VITA PROF	19	23	18	19	19	17	15	14
SAO PAULO	ROMULO PERO PROF	36	37	34	24	28	27	22	15
SAO PAULO	ALBERTO TORRES	41	39	47	44	35	30	26	14
SAO PAULO	ALFREDO BRESSER	17	16	14	18	15	13	11	11
SAO PAULO	ALFREDO PAULINO	16	16	15	15	16	19	18	16
SAO PAULO	BRASILIO MACHADO	14	13	13	13	13	15	16	15
SAO PAULO	CARLOS M PEREIRA DOS SANTOS	36	28	27	23	25	19	13	9
SAO PAULO	CECILIANO JOSE ENNES PROF	37	12	13	13	13	13	14	16
SAO PAULO	ERICO DE ABREU SODRE	16	16	16	17	15	17	17	17
SAO PAULO	FLAVIA VIZIBELI PIRRO PROFA	31	36	37	42	39	32	28	25
SAO PAULO	MARIA RIBEIRO G BUENO PROFA	37	54	27	24	33	32	23	20
SAO PAULO	VICTOR OLIVA PROF	12	12	13	13	13	9	10	11
SAO PAULO	ANNITA ATALLA PROFA	13	12	14	12	12	8	11	11
SAO PAULO	BRISABELLA A NOBRE PROFA	35	26	24	29	31	30	28	19
SAO PAULO	CARLOS PASQUALE PROF	40	40	39	39	38	38	42	26
SAO PAULO	MARIO CASASSANTA PROF	39	41	32	38	34	29	31	20
SAO PAULO	MILDRE ALVARES BIAGGI PROFA	11	11	13	10	9	7	7	7
SAO PAULO	OLGA BENATTI PROFA	28	27	23	22	22	20	15	12
SAO PAULO	OSWALDO G GONZALEZ PROF	12	12	15	12	11	9	10	11
SAO PAULO	PEDRO VOSS PROF	13	14	13	12	12	10	10	10
SAO PAULO	PRINCESA ISABEL	40	38	32	28	31	27	18	14
SAO PAULO	RAUL HUMAITA VILLA NOVA CEL	16	16	17	17	15	13	14	14
SAO PAULO	TEOTONIO ALVES PEREIRA	36	32	26	28	15	14	13	13
SAO PAULO	ESTHER FRANKEL SAMPAIO	53	50	53	48	53	45	33	25
SAO PAULO	RAUL PILLA DEPUTADO	49	47	32	32	31	25	30	22
SAO PAULO	JARDIM DAS OLIVEIRAS II	-	-	37	34	29	37	39	28
SAO PAULO	JOAQUIM S GOMES DOS REIS PROF	50	62	46	31	25	12	16	15
SAO PAULO	SALVADOR A GOSENS PRES	52	40	43	47	43	45	43	33
SAO PAULO	AMADOR ARRUDA MENDES PROF	22	22	21	22	16	14	16	17
SAO PAULO	AUGUSTO BAILLOT PROF	13	13	13	11	10	9	11	13
SAO PAULO	FAZENDA DA JUTA IV	17	33	35	37	34	37	44	27
SAO PAULO	JAMIL PEDRO SAWAYA PROF	27	26	25	21	19	17	16	13
SAO PAULO	JOAO RAMACCIOTTI PROF	66	58	53	47	46	50	50	37
SAO PAULO	MARISA DE MELLO PROFA	18	14	12	11	11	12	13	15
SAO PAULO	ALVINO BITTENCOURT PROF	28	28	29	33	30	26	19	15
SAO PAULO	AMADEU AMARAL	45	44	47	50	54	32	24	17
SAO PAULO	BENEDITO E DOS SANTOS DR	18	21	24	21	21	16	16	16
SAO PAULO	CARLOS ESCOBAR	16	17	20	16	17	14	15	13
SAO PAULO	EDUARDO GOMES BRIGADEIRO	16	18	18	16	18	14	13	14
SAO PAULO	FREDERICO VERGUEIRO STEIDEL	16	15	15	14	15	14	14	14
SAO PAULO	GUERINO RASO	15	15	17	14	15	12	12	12

SAO PAULO	IRENE RIBEIRO PROFA	14	14	15	15	13	10	10	11
SAO PAULO	JULIETA N RINALDI PROFA	20	22	25	21	19	14	14	14
SAO PAULO	NORBERTO MAYER FILHO DEP	33	32	31	40	38	40	39	24
SAO PAULO	STEFAN ZWEIG	45	48	47	49	45	38	32	23
SAO PAULO	THEODORO DE MORAES PROF	10	10	11	9	11	9	10	9
SAO PAULO	AUGUSTO DE MACEDO COSTA DR	41	27	20	18	17	16	14	13
SAO PAULO	AYRES DE MOURA PROF	43	37	47	47	48	38	32	25
SAO PAULO	FLORESTAN FERNANDES	-	-	-	34	39	34	25	28
SAO PAULO	PLINIO DAMASCO PENNA PROF	41	42	36	40	40	35	30	21
SAO PAULO	RAUL ANTONIO FRAGOSO PROF	51	30	21	20	19	18	15	17
SAO PAULO	GABRIELA MISTRAL	11	15	17	29	30	30	35	22
SAO PAULO	MARIA A DE CASTRO PROFA	12	15	15	15	15	13	14	15
SAO PAULO	YOLANDO MALLOZZI	20	19	16	18	15	12	16	17
SAO PAULO	JULIA DELLA CASA PAULA PROFA	34	23	20	18	16	13	13	12
SAO PAULO	NEYDE AP SOLLITTO PROFA	58	69	69	43	38	28	22	17
SAO PAULO	CALLIA MAESTRO	52	39	32	42	35	33	33	28
SAO PAULO	ITURBIDES B A SERRA PROF	16	14	14	13	11	16	24	18
ADAMANTINA	HELEN KELLER	33	70	63	60	69	64	53	33
DRACENA	9 DE JULHO	59	62	52	49	49	46	47	33
DRACENA	ALFREDO MACHADO	19	19	11	14	17	16	17	18
FLORIDA PAULISTA	MARIANA M RONDON PROFA	-	4	5	5	4	4	4	4
INUBIA PAULISTA	IRALDO A M DE TOLEDO	25	18	20	21	22	22	22	18
MARIAPOLIS	ELMOZA ANTONIO JOAO PROFA	19	20	22	26	25	23	18	16
MONTE CASTELO	JOAO BERNARDI	16	15	14	15	14	14	14	14
OSVALDO CRUZ	BENJAMIN CONSTANT	19	20	19	22	21	18	16	15
OSVALDO CRUZ	DOM BOSCO	44	44	38	36	38	30	32	21
PRACINHA	TAIEKA T GIMENES PROFA	9	9	11	14	17	15	15	13
SAGRES	WALDOMIRO S DE SOUZA PREF	19	15	12	14	14	15	15	13
AMERICANA	ALCINDO S DO NASCIMENTO PROF	12	12	12	13	11	9	9	9
AMERICANA	ANTONIETA G LENHARE PROFA	19	19	18	17	8	5	6	5
AMERICANA	HEITOR PENTEADO DR	65	108	92	38	34	42	51	29
AMERICANA	JOAO SOLIDARIO PEDROSO PROF	10	10	11	10	10	8	8	8
AMERICANA	SEBASTIANA PAIE RODELLA PROFA	15	21	26	29	21	15	13	10
AMERICANA	SILVINO JOSE DE OLIVEIRA PROF	32	38	38	38	35	28	26	21
AMERICANA	SINESIA MARTINI PROFA	31	33	33	13	14	14	9	10
SANTA B D'OESTE	HENRIQUE NICOPELLI MONS	23	35	38	38	34	30	27	21
SANTA B D'OESTE	LAURA EMMIE PYLES PROFA	21	19	16	14	10	11	9	9
ANDRADINA	ALICE MARQUES DA SILVA ROCHA	21	30	31	32	27	24	18	16
ILHA SOLTEIRA	ARNO HAUSSER	31	29	25	22	21	18	19	19
MIRANDOPOLIS	MARILENA S C FERNANDES PROFA	16	18	19	15	15	12	13	13
PEREIRA BARRETO	HIRAYUKI ENOMOTO COMEND	23	23	24	20	21	20	17	17
APIAI	ANTONIA B CALAZANS LUZ PROFA	35	30	28	26	21	18	14	13
APIAI	BAIRRO CAXIMBA	-	4	3	3	3	3	4	4
APIAI	REGINA D ANTUNES SILVA PROFA	37	33	32	32	30	25	25	20
BARRA DO CHAPEU	PAULO F DE ASSIS PROF	24	18	18	23	18	18	21	15
GUAPIARA	JOAO ANTUNES ALEXANDRE	38	37	34	25	22	21	19	17
IT PAULISTA	MARIA DE A D BAPTISTA PROFA	15	16	16	17	18	16	17	14
RIBEIRAO BRANCO	HIROSHI KOSUGE	8	5	5	5	5	7	7	7
ARACATUBA	ALTINA MORAES SAMPAIO PROFA	21	20	20	19	15	13	12	10
ARACATUBA	ANTONIO R MARTINS NETO PROF.	13	12	13	12	9	8	8	7
ARACATUBA	CONJ HAB EZEQUIEL BARBOSA	27	26	25	21	21	21	20	16
ARACATUBA	CRISTIANO OLSEN	25	22	21	20	19	12	13	13

ARACATUBA	JOAQUIM DIBO PROF	20	20	20	20	19	15	13	12
ARACATUBA	JORGE CORREA PROF	28	27	29	26	22	21	20	19
ARACATUBA	JOUBERT DE CARVALHO DR	34	31	21	27	25	22	21	15
ARACATUBA	LICOLINA V REIS ALVES PROFA	16	14	14	18	17	17	16	15
ARACATUBA	LUIZ GAMA	26	27	23	21	18	16	18	12
ARACATUBA	MANOEL BENTO DA CRUZ	44	36	38	36	33	29	28	28
ARACATUBA	PURCINA E DE ALMEIDA PROFA	41	44	39	36	32	28	24	20
ARACATUBA	VICTOR RIBEIRO MAZZEI MONS	19	18	17	15	11	10	9	9
ARACATUBA	VITOR ANTONIO TRINDADE PROF	49	38	32	32	34	32	27	26
BENTO DE ABREU	OLIMPIO CAMARGO PROF	9	18	20	17	15	11	10	10
ARARAQUARA	ANTONIA E MARTINS PROFA	10	12	12	12	12	12	11	11
ARARAQUARA	NARCISO DA SILVA CESAR	15	14	14	14	14	13	14	12
ARARAQUARA	VICTOR LACORTE PROF	50	50	47	40	29	29	21	17
MATAO	ERNESTO MASSELANI	14	13	13	13	14	12	12	11
MATAO	LAERT J TARALLO MENDES PROF	9	9	10	10	12	9	10	9
MATAO	ROBERTO VELTRE PROF	13	12	12	12	13	13	12	12
ASSIS	CARLOS A DE OLIVEIRA PROF	18	21	24	27	27	24	24	19
ASSIS	CAROLINA F BURALI DONA	34	36	28	37	33	26	18	15
ASSIS	ERNANI RODRIGUES PROF	35	31	28	28	23	22	20	17
ASSIS	FRANCISCA R M FERNANDES PROFA	29	29	29	26	24	24	24	21
ASSIS	JOSE AUGUSTO RIBEIRO	34	35	35	36	33	27	26	21
CANDIDO MOTA	RACHID JABUR	39	45	40	39	29	25	24	23
P PAULISTA	DIVA FIGUEIREDO DA SILVEIRA	42	39	39	44	37	35	40	29
PLATINA	CLARISSE PELIZONE DE LIMA PROFA	15	15	16	17	14	16	16	16
TARUMA	MARIA M DE OLIVEIRA - DONA COTA	29	27	26	25	27	20	16	15
AVARE	MARIA IZABEL CRUZ PIMENTEL DONA	45	45	37	35	30	27	27	28
BARRETOS	ANTONIO OLYMPIO DR	73	65	61	56	49	40	32	26
BARRETOS	MACEDO SOARES EMBAIXADOR	50	51	54	49	38	33	31	33
BARRETOS	MARIO VIEIRA MARCONDES	57	54	53	52	46	36	30	26
BARRETOS	VALOIS SCORTECCI	25	27	29	32	29	29	24	19
COLINA	JOSE VENANCIO DIAS CEL	14	17	16	15	14	10	10	11
COLINA	LAMOUNIER DE ANDRADE	50	53	51	46	45	37	30	23
OLIMPIA	DALVA VIEIRA ITAVO PROFA	32	31	37	36	33	27	25	22
OLIMPIA	ELOI LOPES FERRAZ DR	8	10	9	12	12	13	13	10
OLIMPIA	NARCISO BERTOLINO CAP	33	45	40	34	31	25	20	17
BAURU	EDISON BASTOS GASPARINI PREF	28	28	23	35	31	27	21	14
BAURU	JOSE AP GUEDES DE AZEVEDO PROF	45	45	41	29	34	39	38	28
LENCOIS PAULISTA	ANTONIETA G MALATRASI PROFA	24	24	25	27	29	26	25	18
LENCOIS PAULISTA	VIRGILIO CAPOANI	46	47	48	46	56	63	44	30
LUCIANOPOLIS	CELIA PRIMO CALIL PROFA	15	16	10	10	10	10	10	10
PIRAJUI	MARIA ANG MARCONDES PROFA	59	59	59	53	32	26	26	24
UBIRAJARA	FRANCISCO DE P ABREU SODRE DR	32	34	23	24	23	22	22	21
GABRIEL MONTEIRO	ANTONIO KASSAWARA KATUTOK	6	8	8	17	16	15	14	13
LOURDES	PIO ANTUNES DE FIGUEIREDO DR	12	12	13	14	12	13	12	11
PENAPOLIS	AUGUSTO PEREIRA DE MORAES	21	23	19	18	19	15	12	12
PENAPOLIS	LUIZ CHRISOSTOMO DE OLIVEIRA	23	23	20	19	14	12	12	12
TURIUBA	OCTAVIANO CARDOSO	9	13	11	10	9	10	9	8
BOTUCATU	SOPHIA G DE OLIVEIRA PROFA	47	46	41	46	40	43	36	30
CESARIO LANGE	VILA NOVA CESARIO LANGE	-	-	-	-	-	4	4	5
CONCHAS	JOAO BATISTA C BARROS CEL	17	17	15	12	12	13	12	12
LARANJAL PAULISTA	CESARIO CARLOS DE ALMEIDA	39	37	38	33	31	28	25	20
SAO MANUEL	MANUEL JOSE CHAVES DR	51	42	47	49	50	52	45	39

ATIBAIA	RENATO DE AZEVEDO REZENDE	5	5	6	5	6	5	4	4
PIRACAIA	JOAO DE MORAES GOES	38	37	36	37	40	33	28	21
FRANCO DA ROCHA	ARNALDO GUASSIERI PROF	14	13	16	7	6	6	5	5
FRANCO DA ROCHA	JARD LUIZA / V DOS COMERCARIOS	-	-	-	-	-	-	15	15
CAMPINAS	ANIBAL DE FREITAS PROF	54	49	56	47	32	23	20	18
CAMPINAS	ANTONIO F GONCALVES PROF	33	32	30	29	26	21	20	18
CAMPINAS	CARLOS LENCASTRE PROF	46	42	37	34	29	22	18	16
CAMPINAS	CECILIA PEREIRA PROFA	25	23	28	26	28	22	22	18
CAMPINAS	DJALMA OCTAVIANO PROF	41	33	36	31	24	20	21	19
CAMPINAS	GUIDO SEGALHO	34	27	31	29	23	17	16	16
CAMPINAS	HILTON FEDERICI PROF	39	31	34	36	33	37	31	20
CAMPINAS	JOAQUIM FERREIRA LIMA PROF	38	32	32	27	26	25	25	24
CAMPINAS	JOSE VILAGELIN NETO PROF	54	48	44	34	31	22	20	15
CAMPINAS	LEONOR ZUHLKE FALSON PROFA	11	12	13	12	11	9	9	9
CAMPINAS	MARIO NATIVIDADE DR	56	54	45	44	48	38	31	20
CAMPINAS	NEWTON SILVA TELLES PROF	16	16	14	12	12	10	11	10
CAMPINAS	THOMAS ALVES DR	52	50	60	49	50	46	39	31
CAMPINAS	JAMIL GADIA DEPUTADO	36	37	31	26	27	26	21	18
CAMPINAS	JOAO G GUIMARAES PROF	14	13	13	15	13	12	12	11
CAMPINAS	LUIZ GALHARDO PROF	55	63	53	47	44	33	34	22
VALINHOS	JARDIM SAO MARCOS	23	33	32	30	29	26	27	26
MONTE MOR	ELIAS MASSUD DR	26	24	41	39	39	41	16	15
RIO DAS PEDRAS	MANOEL DA COSTA NEVES PROF	29	29	28	29	29	25	25	24
SAO SEBASTIAO	JOSEPHA DE SANT NEVES PROFA	50	48	50	49	42	34	36	26
CARAPICUIBA	EDGARD M BITTENCOURT DESEMB	40	37	51	70	67	67	53	30
CARAPICUIBA	PAULO I FERRAREZI SUPERVISOR	45	56	53	57	43	32	18	15
COTIA	FERNANDO NOBRE	22	27	24	25	22	18	6	6
CATANDUVA	BARAO DO RIO BRANCO	53	52	41	41	36	37	32	31
CATANDUVA	JOSE D'OLIVEIRA BARRETO PROF	18	20	19	20	16	16	14	13
CATANDUVA	NESTOR SAMPAIO BITTENCOURT DR	35	37	33	31	26	18	16	15
CATANDUVA	VITORINO PEREIRA PROF	32	37	31	34	30	25	21	16
ITAJOBI	JOSE CARDOSO DE MATTOS	8	12	9	9	9	8	8	8
MARAPOAMA	BENTO DE SIQUEIRA PROF	12	14	14	12	11	10	9	8
SANTA ADELIA	LUIZ DUMONT DR	14	15	12	11	12	10	9	9
FERNANDOPOLIS	CARLOS BAROZZI	28	27	24	23	24	21	21	20
FERNANDOPOLIS	JOAO GARCIA ANDREO	10	9	9	8	10	8	8	8
FERNANDOPOLIS	JOSE BELUCIO	28	27	21	18	17	15	18	16
FERNANDOPOLIS	MARIA C APARECIDA BASSO PROFA	12	13	13	11	12	9	10	10
FERNANDOPOLIS	PEDRO MALAVAZZI	9	8	11	17	18	16	14	11
GUARANI D'OESTE	MARILENE DE L LISBOA SINGH PROFA	16	22	22	17	17	14	13	12
INDIAPORA	DATHAN CERVO PROF	25	24	24	21	21	20	19	17
INDIAPORA	OTHAYDES LUIZ ARANTES	10	10	11	9	10	9	9	9
MACEDONIA	HAROLDO GUIMARAES BASTOS ENG	31	32	17	20	18	18	18	16
MAGDA	MANOEL DOS SANTOS	16	17	14	19	24	19	21	17
MAGDA	WALDOMIRO LOJUDICE	9	9	9	10	9	9	9	9
MERIDIANO	MERIDIANO	10	10	11	11	11	10	9	9
PEDRANOPOLIS	HILDA B RODRIGUES PROFA	17	17	15	16	16	12	13	12
POPULINA	LESBINO DE SOUZA ALKIMIN	37	35	37	35	34	30	26	25
S J D DUAS PONTES	JOSE BRANDINI	15	16	15	15	15	13	13	13
SAO J DE IRACEMA	JOANITA B B CARVALHO PROFA	16	15	13	13	15	13	12	12
TURMALINA	JERONYMO TRAZZI	16	17	16	13	11	9	9	7
FRANCA	AMALIA PIMENTEL PROFA	9	9	9	10	8	7	9	9

FRANCA	BENEDITO E M VIEIRA PROF	10	12	11	12	13	10	8	8
FRANCA	LUIZ PARIDE SINELLI PROF	-	-	-	-	10	18	11	12
FRANCA	OTAVIO MARTINS DE SOUZA PROF	62	65	64	62	55	42	35	27
FRANCA	SUZANA RIBEIRO SANDOVAL PROFA	21	20	21	19	19	18	14	13
ITIRAPUA	HENRIQUE LESPINASSE PROF	25	28	27	25	23	22	23	22
PEDREGULHO	CESAR GARDINI PADRE	13	13	15	14	15	13	8	8
RIFAINA	HENRIQUETA R MIRANDA PROFA	20	21	19	18	18	18	18	16
SAO J DA BELA VISTA	MACIEL DE CASTRO JUNIOR	54	60	63	65	63	39	33	30
APARECIDA	CHAGAS PEREIRA	19	19	19	17	16	14	12	8
C PAULISTA	OLIVEIRA GOMES COMENDADOR	24	24	22	21	19	23	22	12
CRUZEIRO	ITA FORTES PROFA	11	12	13	13	13	12	7	7
CRUZEIRO	OSWALDO CRUZ	71	72	67	66	59	52	46	44
LORENA	CARLOS LEONCIO DA SILVA PADRE	63	57	63	60	66	52	48	24
LORENA	JOAQUIM FERREIRA PEDRO PROF	21	29	24	24	20	22	21	17
LORENA	REGINA B DA C M J ORTIZ MONTEIRO	17	21	19	17	20	18	19	15
GUARULHOS	ARY GOMES CEL	62	61	54	58	61	62	48	35
GUARULHOS	IZABEL F S PROFA - DONA BELINHA	48	37	31	31	19	19	17	16
GUARULHOS	JARDIM MARIA DIRCE II	-	-	41	52	39	41	40	29
GUARULHOS	JOSE SCARAMELLI PROF	55	60	58	50	50	49	42	27
GUARULHOS	REPUBLICA DA VENEZUELA II	-	-	-	-	-	-	17	20
GUARULHOS	CIDADE SERODIO	54	50	58	57	51	46	44	24
GUARULHOS	RESIDENCIAL JARDIM BAMBI	-	-	24	31	28	27	27	22
EMBU-GUACU	BAIRRO BOA VISTA	5	5	6	7	6	6	4	4
EMBU-GUACU	JARDIM CAMPESTRE	6	6	5	5	4	4	4	4
EMBU-GUACU	JARDIM SILVANIA	4	4	4	4	4	4	4	4
JUQUITIBA	BAIRRO VITALINO	4	4	4	4	4	4	4	4
JUQUITIBA	TEREZA TOGNO COMOLATTI	4	4	4	4	4	3	3	4
ITAPETININGA	ALCEU GOMES DA SILVA PROF.	-	-	-	-	17	22	23	18
ITAPETININGA	ATALIBA JULIO DE OLIVEIRA PROF	22	23	21	21	19	18	14	13
ITAPETININGA	ERNESTA X RABELO ORSI PROFA	50	50	48	52	47	38	37	30
CAPAO BONITO	RAUL VENTURELLI DR	57	59	57	56	55	47	43	33
ITAPEVA	OTAVIO FERRARI	55	56	54	48	43	42	46	38
JANDIRA	JOAO BATISTA SOLDE	44	39	33	33	33	31	31	26
JANDIRA	JOSEPHA PINTO CHIAVELLI PROFA	38	40	35	33	32	32	31	19
ITAQUAQUECETUBA	ODILA LEITE DOS SANTOS PROFA	53	49	45	46	35	27	18	11
ITABERA	BAIRRO DO TOME	6	7	7	6	6	6	6	6
RIVERSUL	MIGUEL JOAO PEREIRA PADILHA	11	9	8	7	8	9	9	10
PORTO FELIZ	AURORA M GUIMARAES PROFA	21	18	16	16	21	22	16	2
PORTO FELIZ	MONSENHOR SECKLER	43	47	39	38	35	28	20	24
SALTO	BENEDITA DE REZENDE PROFA	25	25	23	23	20	17	14	13
SALTO	PAULA SANTOS PROFA	50	53	47	41	35	34	37	34
TIETE	NELSON ALVES VIANNA DR	35	33	26	24	22	21	19	14
TIETE	PLINIO RODRIGUES DE MORAIS	44	61	65	65	63	52	52	38
BEBEDOURO	PAULO R T DE ALBUQUERQUE PROF	28	26	27	25	27	11	11	8
GUARIBA	BARROS PROF	38	40	41	44	46	40	37	19
JABOTICABAL	AFONSO TODARO	6	6	8	7	5	5	5	6
JABOTICABAL	AURELIO ARROBAS MARTINS	59	56	52	50	54	50	45	36
MONTE ALTO	NELLY BAHDUR CANO PROFA	41	40	47	49	41	30	27	23
ARUJA	BENEDITO MANOEL DOS SANTOS	8	7	7	6	5	4	4	4
GUARAREMA	SYLVIO LUCIANO DE CAMPOS	4	4	4	5	5	4	4	1
APARECIDA D'OESTE	CORIPHEU DE AZEVEDO MARQUES	20	21	20	20	22	18	16	16
ASPASIA	JOSE DOS SANTOS	18	19	17	17	14	13	12	13

DOLCINOPOLIS	BAPTISTA DOLCI	13	15	14	17	16	14	12	11
JALES	CONJ HAB JOSE A C BOGAZ	9	9	9	9	8	8	8	9
JALES	ELZA PIRRO VIANA PROFA	19	18	19	17	17	15	13	13
JALES	JOAO A A AVELHANEDA PROF	15	14	14	15	14	12	10	10
JALES	OSWALDO CARVALHO DEP	16	16	17	16	15	14	13	11
MARINOPOLIS	ANTONIO MARIN CRUZ	15	14	15	16	16	14	15	13
MESOPOLIS	ADELINO BERTANI	11	11	12	12	13	11	11	11
PALMEIRA D'OESTE	ORESTES FERREIRA DE TOLEDO	38	36	37	32	32	28	26	26
RUBINEIA	RUBENS DE OLIVEIRA CAMARGO	16	15	14	14	13	12	9	10
SANTA ALBERTINA	SANTA ALBERTINA	13	13	15	15	15	13	11	11
S CLARA D'OESTE	ANTONIO B DE ARAUJO PREF	17	18	19	20	20	19	14	13
SANTA FE DO SUL	ITAEI DE MATTOS PROF	35	39	51	46	40	37	52	44
SANTA RITA D'OESTE	MARIA DAS DORES F ROCHA PROFA	13	15	14	16	16	15	12	10
URANIA	ELIDE APARECIDA CARLOS PROFA	8	9	11	10	10	9	9	9
URANIA	JOSE TEIXEIRA DO AMARAL	15	15	14	13	13	12	12	12
BARIRI	EPHIGENIA C M FORTUNATO PROFA	31	44	45	45	42	39	26	24
BARIRI	EUCLYDES MOREIRA DA SILVA PROF	18	15	15	14	15	14	12	11
BARIRI	MODESTO MASSON PREFEITO	29	28	26	25	27	25	25	17
DOIS CORREGOS	LAURA REBOUCAS DE ABREU PROFA	5	5	6	4	4	5	4	4
JAU	BENEDICTO MONTENEGRO PROF DR	32	31	33	35	35	34	33	25
JAU	CAETANO LOURENCO DE CAMARGO	55	54	50	55	52	50	40	31
JAU	TULLIO E DE CASTRO PROF	56	51	48	42	43	44	37	29
MACATUBA	FANNY ALTAFIM MACIEL PROFA	19	20	27	24	23	21	20	15
PEDERNEIRAS	ESMERALDA L FURLANI CALAF PROFA	19	19	19	16	17	15	14	14
JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	46	46	47	45	45	37	41	32
MIRASSOL	ANISIO JOSE MOREIRA	57	58	52	53	47	41	41	26
MONTE APRAZIVEL	PORFIRIO A PIMENTEL CAP	40	40	38	38	36	29	33	31
POLONI	ALICE SALES CUNHA PROFA	13	12	13	14	14	13	10	10
ZACARIAS	ANTONIO TEIXEIRA DOS SANTOS	10	15	14	14	13	12	10	9
CAMPO L PAULISTA	MARIO PEREIRA PINTO	36	38	29	25	23	18	19	18
CAMPO L PAULISTA	QUINZE DE OUTUBRO	45	45	48	48	46	47	41	38
ITUPEVA	JACOB VICTOR LEVIS	4	4	4	5	4	4	4	4
JUNDIAI	ANA PINTO DUARTE PAES PROFA	47	49	49	55	50	39	33	22
JUNDIAI	MARIA JOSE M DE TOLEDO PROFA	22	14	13	12	19	18	17	13
LOUVEIRA	PEDRO YOSHICHIKA IRIE	30	28	23	18	17	15	4	4
CORDEIROPOLIS	JAMIL ABRAHAO SAAD	44	41	40	34	37	34	31	26
COSMOPOLIS	CELIO RODRIGUES ALVES	46	46	47	36	32	27	25	20
LIMEIRA	ARLINDO SILVESTRE PROF	42	37	37	39	34	29	26	21
LIMEIRA	GABRIEL POZZI PROF	71	57	54	52	45	43	34	31
RIO CLARO	CAROLINA A SERAPHIM PROFA	28	29	31	27	23	17	11	8
RIO CLARO	JOAO BATISTA LEME PROF	59	61	68	56	50	46	46	41
CAFELANDIA	VALDOMIRO SILVEIRA	46	47	40	34	33	32	34	27
GETULINA	ROSA S LEITE PENTEADO PROFA	7	12	13	15	14	14	13	13
GUAICARA	ADELAIDE B PEREIRA CRUZ PROFA	4	5	5	5	5	4	4	6
LINS	21 DE ABRIL	47	58	55	55	55	49	43	36
LINS	FERNANDO COSTA	66	75	79	70	55	44	39	37
LINS	MINERVINA S CARNEIRO PROFA	13	12	15	15	15	14	13	12
LINS	OCTACILIO DE OLIVEIRA PADRE	4	4	6	5	5	4	4	4
LINS	WALTER CARDOSO GALATI PROF	6	6	8	7	7	5	4	8
PROMISSAO	ANTONIO F NAVAS COMENDADOR	69	68	61	57	47	41	37	34
PROMISSAO	SILVIO DE ALMEIDA PROF	12	13	14	18	21	19	15	15
ALVINLANDIA	JOSE BONIFACIO DO COUTO	24	27	21	16	16	16	14	14

FERNAO	EDUARDO DE SOUZA PORTO CEL	10	7	8	8	7	7	7	7
GARCA	LYDIA Y GOMES MARQUES PROFA	33	26	22	27	35	30	30	16
GARCA	MANOEL JOAQUIM FERNANDES	7	7	7	6	8	4	4	-
GARCA	ORANE AVELINO DE SOUZA PROFA	8	9	9	9	9	8	8	8
MARILIA	ABEL AUGUSTO FRAGATA	11	11	13	12	12	9	9	9
MARILIA	AMAURY PACHECO PROF	12	12	13	13	10	8	9	8
MARILIA	MONSENHOR BICUDO	49	38	49	50	50	40	36	22
MARILIA	ORACINA C DE M RODINE PROFA	32	30	28	25	20	18	18	14
MARILIA	WALDEMAR M ROCHA BARROS DR	40	41	36	23	19	15	12	11
RIBEIRAO PIRES	FORTUNATO PANDOLFI ARNONI	19	21	21	18	19	15	13	11
RIBEIRAO PIRES	MARIO ALEXANDRE FARO NIERI	20	17	17	15	16	18	16	11
RIBEIRAO PIRES	MARLI RAIA REIS PROFA	36	35	36	37	38	36	34	22
IGUAPE	BAIRRO ROCIO	-	12	14	22	26	13	8	-
IGUAPE	JOSE MUNIZ TEIXEIRA	23	12	12	11	8	6	8	8
IGUAPE	SEBASTIANA MUNIZ PAIVA	11	12	9	12	14	10	9	8
ESTRELA DO NORTE	MOACYR TEIXEIRA DR	26	26	28	28	28	18	18	15
E C PAULISTA	BAIRRO SANTA RITA DO PONTAL	4	4	4	5	8	7	7	7
M PARANAPANEMA	JOANA COSTA ROCHA PROFA	20	19	18	18	16	15	13	11
M PARANAPANEMA	MARIA AP DE AZEREDO PASSOS	16	16	20	17	16	17	18	14
ROSANA	FRANCISCA MESSA GUTIERREZ	11	10	9	10	10	9	11	8
ROSANA	JOAO PINHEIRO CORREA	15	14	14	14	15	12	12	10
TEODORO SAMPAIO	EE. JOSE AMADOR	19	19	18	17	14	14	15	13
TEODORO SAMPAIO	PEDRO CAMINOTO	14	15	12	11	10	9	7	8
TEODORO SAMPAIO	ROMILDA L P DOS SANTOS PROFA	4	4	4	5	4	4	5	6
MOGI DAS CRUZES	CONJUNTO TOYAMA	-	9	12	16	21	12	13	13
MOGI DAS CRUZES	HELIANA M M DE CASTRO PROFA	13	13	13	12	10	7	7	7
MOGI DAS CRUZES	PAULO TAPAJOS	4	4	4	4	4	4	4	4
MOGI DAS CRUZES	SUELI O SILVA MARTINS PROFA	7	6	5	4	4	4	4	4
AGUAS DE LINDOIA	FRANCISCO TOZZI DR	39	36	35	35	33	30	28	22
AMPARO	CORIOLANO BURGOS DR	60	57	52	52	53	42	43	32
MOGI-GUACU	ALMERINDA RODRIGUES PROFA	52	57	62	47	39	34	30	25
MOGI-GUACU	FRANCISCO ANTONIO GONCALVES	30	31	31	32	25	21	22	18
MOGI-GUACU	SONIA AP MAXIMIANO BUENO PROFA	31	34	32	31	33	17	16	14
MOGI-MIRIM	MONSENHOR NORA	53	54	50	47	39	32	33	35
PEDREIRA	LUIZ BORTOLETTO	31	32	32	31	30	36	27	24
SERRA NEGRA	NAIR DE ALMEIDA PROFA	4	4	5	4	5	4	4	4
SERRA NEGRA	ROMEU DE CAMPOS VERGAL DEP	5	5	5	6	6	5	4	4
OSASCO	ELOI LACERDA PROF	51	49	44	38	37	34	34	31
OSASCO	GUILHERME DE OLIVEIRA GOMES DEP	51	53	59	45	50	50	51	28
OSASCO	JOSE VERISSIMO DE MATOS	17	16	14	13	12	10	9	9
OSASCO	VILA AYROSA	49	55	56	47	41	38	36	22
CAMPOS N PAULISTA	THEODORICO DE OLIVEIRA PROF	28	28	29	15	18	17	17	17
PINDAMONHANGABA	ANTONIA CARLOTA GOMES PROFA	9	8	9	10	9	5	5	5
PINDAMONHANGABA	EUNICE BUENO ROMEIRO PROFA	33	56	38	42	37	27	20	19
PINDAMONHANGABA	JOAO PEDRO CARDOSO DR	35	46	32	33	37	30	33	26
PINDAMONHANGABA	MARIO DE ASSIS CESAR PROF	14	13	11	16	16	15	15	11
TREMEMBE	MANUEL CABRAL	61	58	54	51	45	41	42	29
PIRACICABA	JACANA A P GUERRINI PROFA	41	33	30	26	26	22	17	11
PIRACICABA	JORGE COURRY DR	56	56	56	55	54	45	42	28
PIRACICABA	JOSE DE MELLO MORAES PROF	51	45	40	34	22	21	18	16
PIRAJU	JOAQUIM G MOREIRA PORTO DR	19	19	17	21	21	18	16	16
PIRAJU	NHONHO BRAGA CEL	49	45	44	40	35	31	31	26

TIMBURI	BENTO DE QUEIROZ PADRE	16	15	14	15	15	16	15	14
ARARAS	JOSE OMETTO	9	9	9	9	9	9	11	12
ARARAS	JUDITH FERRAO LEGASPE PROFA	54	104	97	99	96	50	34	33
LEME	JOSE PEDRO DE MORAES	13	12	8	8	9	9	13	10
LEME	NEWTON PRADO	54	50	46	48	45	38	38	39
PIRASSUNUNGA	ASDRUBAL DA CUNHA GENERAL	21	18	16	14	17	12	12	10
PIRASSUNUNGA	CAIC.DR.EITEL ARANTES DIX	26	27	27	29	30	26	24	17
PIRASSUNUNGA	CORONEL FRANCO	15	14	16	16	15	12	10	9
PIRASSUNUNGA	ELOI CHAVES	8	10	10	9	8	11	12	10
PIRASSUNUNGA	JULIA COLOMBO DE ALMEIDA PROFA	11	10	12	13	12	11	9	8
PIRASSUNUNGA	MANOEL J VIEIRA DE MORAES DR	36	35	36	32	27	25	25	16
PIRASSUNUNGA	MARIA J DE O JACOBSEN PROFA	16	17	17	18	15	13	11	8
PIRASSUNUNGA	PIRASSUNUNGA	53	46	49	43	34	32	27	25
PIRASSUNUNGA	VILA DOS SARGENTOS	8	8	8	8	7	7	7	6
PIRASSUNUNGA	ZULEIKA V DE F VELLOSO PROFA	9	9	10	9	9	7	5	6
PORTO FERREIRA	DJALMA FORJAZ DR	56	48	47	45	52	48	38	30
P PRUDENTE	CATARINA MARTINS ARTERO PROFA	12	12	12	12	12	12	8	8
P PRUDENTE	FATIMA AP COSTA FALCON PROFA	28	24	23	23	19	19	13	12
P PRUDENTE	FLORIVALDO LEAL	38	48	46	41	41	36	40	27
P PRUDENTE	JOEL A DE LIMA GENESIO PROF	9	9	5	9	12	12	12	13
P PRUDENTE	MARIA LUIZA BASTOS PROFA	31	33	34	25	20	21	19	18
BARRA DO TURVO	LUIZ D GOMES DE ARAUJO PROF	34	36	36	33	32	29	30	31
CANANEIA	YOLANDA A SILVA PAIVA PROFA	30	36	32	28	25	29	32	20
REGISTRO	FABIO BARRETO DR	65	87	76	59	59	53	37	28
REGISTRO	JOAQUIM GOULART PROF	13	13	15	14	17	16	16	14
BATATAIS	GERALDO TRISTAO DE LIMA PROF	14	15	15	16	14	13	12	12
BATATAIS	SILVIO DE ALMEIDA	46	47	42	30	23	27	30	23
CAJURU	MESSIAS DA FONSECA DR	45	48	39	33	31	20	23	19
RIBEIRAO PRETO	AMELIA DOS SANTOS MUSA PROFA	55	53	60	56	54	45	40	27
RIBEIRAO PRETO	BAUDILIO BIAGI	11	13	13	15	12	12	11	11
RIBEIRAO PRETO	WALTER FERREIRA PROF	29	30	31	29	22	19	16	16
SANTA R DE VITERBO	SALUSTIANO LEMOS	38	41	45	40	43	37	38	27
SAO SIMAO	SIMAO DA SILVA	11	10	9	9	9	8	9	9
CAIUA	JOSE SANCHES POSTIGO DEP	14	12	12	13	13	13	11	9
CAIUA	PROJETO LAGOA SAO PAULO	16	19	14	16	16	16	15	13
P EPITACIO	ADELINO CHUBA GUIMARO PROF	7	8	14	21	26	7	8	8
P VENCESLAU	ALFREDO MARCONDES CABRAL	44	40	38	35	34	29	27	22
SANTO ANDRE	ADAMASTOR DE CARVALHO PROF	55	61	55	43	40	36	31	30
SANTO ANDRE	ANTONIO DE C GONCALVES PROF	16	15	23	12	11	10	9	9
SANTO ANDRE	CAMILO PEDUTI	34	35	34	33	33	32	32	22
SANTO ANDRE	CARLOS DE CAMPOS DR	40	42	37	28	27	24	22	17
SANTO ANDRE	CARLOS GARCIA DR	23	21	19	18	21	21	20	20
SANTO ANDRE	CELSO GAMA DR	72	79	64	65	55	41	29	26
SANTO ANDRE	CRISTINA FITTIPALDI PROFA	29	30	33	28	27	24	20	16
SANTO ANDRE	ESTHER MEDINA PROFA	50	55	66	58	51	39	32	21
SANTO ANDRE	FELICIO LAURITO DR	20	22	24	21	24	21	17	12
SANTO ANDRE	GABRIEL GONCALVES PROF	23	27	24	23	21	23	19	10
SANTO ANDRE	HERMINIA LOPES LOBO PROFA	36	38	36	35	36	33	24	16
SANTO ANDRE	HOMERO THON	15	14	13	13	14	12	11	10
SANTO ANDRE	JOAO DE BARROS PINTO PROF	14	14	13	12	14	13	11	11
SANTO ANDRE	JOAQUIM DA FONSECA SARAIVA	14	13	13	14	16	16	16	16
SANTO ANDRE	LOUIS JOSEPH LEBRET PADRE	16	13	13	14	13	12	11	10

SANTO ANDRE	LUIZ MARTINS	16	16	17	15	14	12	12	9
SANTO ANDRE	MANOEL GRANDINI CASQUEL DR	38	36	31	27	21	16	13	12
SANTO ANDRE	NADIR LESSA TOGNINI PROFA	38	41	38	37	36	38	38	25
SANTO ANDRE	NAGIB MIGUEL ELCHMER PROF	16	14	15	17	18	17	14	12
SANTO ANDRE	ODYLO COSTA FILHO	35	31	30	28	27	25	21	15
SANTO ANDRE	RENER CARAM PROF	31	37	35	32	29	26	25	18
BERTIOGA	JARDIM VICENTE DE CARVALHO	-	-	-	-	-	-	9	8
BERTIOGA	MARIA AP P DE A MAGNO PROFA	30	30	31	32	38	41	33	24
CUBATAO	AFONSO SCHIMIDT	65	68	64	65	69	64	59	44
CUBATAO	HUMBERTO A C BRANCO MARECHAL	54	59	63	55	56	58	53	38
CUBATAO	JAYME JOAO OLCESE	36	38	40	43	36	33	34	22
GUARUJA	FRANCISCO P DE F PASTOR	49	45	46	45	43	45	46	33
GUARUJA	LAMIA DEL CISTIA	24	27	23	20	16	19	23	20
GUARUJA	RENE RODRIGUES DE MORAES PROF	28	30	39	27	37	34	34	27
GUARUJA	TANCREDO NEVES PRESIDENTE	83	72	73	74	67	64	55	38
SANTOS	RUY RIBEIRO COUTO DR	37	34	33	33	34	31	11	11
SANTOS	ZULMIRA CAMPOS PROFA	38	39	35	38	35	36	35	26
SAO B DO CAMPO	FAUSTINA PINHEIRO SILVA PROFA	26	21	22	21	22	20	12	11
SAO B DO CAMPO	LAURO GOMES DE ALMEIDA	44	26	27	41	44	44	33	23
SAO B DO CAMPO	MARIA LUIZA F CICERO PROFA	35	37	39	39	31	24	21	15
SAO B DO CAMPO	RUDGE RAMOS	33	33	36	25	17	16	10	9
S CAETANO DO SUL	EDA MANTOANELLI PROFA	69	66	66	67	62	60	51	37
S CAETANO DO SUL	LUIZ CAPRA PADRE	23	22	21	19	21	19	13	11
DOURADO	SALLES JUNIOR DR	10	9	13	14	15	15	18	19
IBATE	ANDRE DONATONI	29	35	25	24	34	35	28	21
SAO CARLOS	ARACY LEITE PEREIRA LOPES DONA	46	50	50	45	44	42	40	26
SAO CARLOS	ESTERINA PLACCO	50	48	45	45	50	43	32	28
SAO CARLOS	SEBASTIAO DE O ROCHA PROF	61	63	60	47	51	41	35	27
CASA BRANCA	VICENTE PAULO ZANCHETTA PROF.	-	-	4	4	4	4	4	4
MOCOCA	OSCAR VILLARES	65	58	55	61	53	36	29	23
S J DA BOA VISTA	CRISTIANO O DE OLIVEIRA CEL	62	57	45	37	27	21	19	20
S J DO RIO PARDO	CONJUNTO H NATAL MERLI	16	16	16	16	13	11	10	8
GUARA	RONDON MARECHAL	46	48	43	37	32	31	36	29
MORRO AGUDO	LOURENCO BUENO DE CAMARGO	10	8	8	8	7	7	4	5
S J DA BARRA	GRAZIELA M FORTES PROFA	24	29	30	27	30	28	20	14
MIRASSOLANDIA	JOAQUIM MENDES PEQUITO	27	28	31	18	16	18	18	15
S J DO RIO PRETO	ALBERTO JOSE ISMAEL PROF	23	23	27	27	27	24	19	13
S J DO RIO PRETO	CARDEAL LEME	47	38	38	37	35	28	25	24
S J DOS CAMPOS	ANA CANDIDA DE B MOLINA PROFA	66	57	58	54	52	47	40	26
S JOSE DOS CAMPOS	BAIRRO GALO BRANCO	53	47	46	44	43	36	32	25
S JOSE DOS CAMPOS	ILGA PUSPLATAIS PROFA	22	19	19	19	15	13	13	11
S JOSE DOS CAMPOS	ILZA IRMA MOELLER COPPIO PROFA	49	47	41	48	45	39	37	32
S JOSE DOS CAMPOS	MARIA APARECIDA S RONCONI PROFA	22	22	25	23	22	18	18	15
S JOSE DOS CAMPOS	MARTHA ABIB CASTANHO PROFA	18	18	20	19	18	15	13	11
S JOSE DOS CAMPOS	MOABE CURY	27	34	40	49	53	49	42	27
S JOSE DOS CAMPOS	NELSON DO N MONTEIRO PROF	46	39	37	31	30	28	25	21
S JOSE DOS CAMPOS	OLIMPIO CATAO	31	32	29	35	32	27	21	16
V GRANDE PAULISTA	LUCIA HELENA CESAR PROFA	9	10	12	12	8	10	9	8
V GRANDE PAULISTA	VALENCIO SOARES RODRIGUES	44	45	43	44	41	36	23	21
ITANHAEM	SILVIA JORGE POLLASTRINI PROFA	33	33	29	50	47	40	32	26
MONGAGUA	AIDA LEDA BAUER DAVIES PROFA	22	20	19	20	20	19	17	14
PERUIBE	OTTONIEL JUNQUEIRA PROF.	45	41	41	47	49	46	36	24

PRAIA GRANDE	ADELAIDE PATROCINIO DOS SANTOS	14	28	21	19	19	18	14	13
PRAIA GRANDE	JARDIM QUIETUDE	-	-	-	-	-	-	12	13
PRAIA GRANDE	OSWALDO LUIZ SANCHES TOSCHI	28	22	22	23	26	29	29	23
PRAIA GRANDE	REYNALDO KUNTZ BUSCH DR	46	45	46	45	41	32	36	32
PRAIA GRANDE	VILMA CATHARINA M LEONE PROFA	24	20	12	13	17	14	14	9
SAO VICENTE	ALBINO LUIZ CALDAS PROF	55	46	51	55	57	489	44	35
SAO VICENTE	ENIO VILAS BOAS PROF	29	29	26	26	22	25	23	19
SAO VICENTE	JOSE NIGRO PROF	22	24	20	29	32	32	26	15
SAO VICENTE	YOLANDA CONTE PROFA	53	56	53	49	55	57	43	31
SERAOZINHO	BRUNO PIERONI PROF	46	54	46	48	45	35	32	21
SERAOZINHO	MARIA CONCEICAO R MAGON PROFA	42	45	41	44	32	29	30	24
SERAOZINHO	WINSTON CHURCHILL	56	68	59	53	49	39	39	31
SOROCABA	ALTAMIR GONCALVES PROF	41	38	39	32	36	34	37	26
SOROCABA	ESCOLASTICA R DE ALMEIDA PROFA	43	37	25	28	23	23	22	18
SOROCABA	JOSE R DE ALMEIDA ROSA PROF	26	26	27	27	24	17	13	13
SOROCABA	JOSEFA R FERNANDES PROFA	43	38	29	23	14	11	11	11
SOROCABA	NAZIRA N J M RODRIGUES PROFA	4	4	4	5	5	4	5	7
SOROCABA	RENATO S DE SA FLEURY PROF	12	10	11	10	8	8	8	8
SOROCABA	WALDEMAR DE FREITAS ROSA PROF	25	22	24	27	21	12	12	12
HORTOLANDIA	PARQUE ODIMAR	8	8	8	8	10	13	12	11
SUZANO	MANUEL DOS SANTOS PAIVA	25	24	24	27	33	30	9	12
IBITINGA	JOSEPHA M DE O BERSANO PROFA	55	51	54	55	48	43	34	35
CACAPAVA	JOSE DE M REZENDE MINISTRO	60	53	52	37	33	34	34	29
TAUBATE	CESAR COSTA DEPUTADO	39	37	31	35	30	35	29	20
TAUBATE	JACQUES FELIX	46	46	40	36	47	40	38	27
TAUBATE	JOSE MARCONDES DE MATTOS DR	24	35	33	28	25	22	23	21
TAUBATE	MONTEIRO LOBATO	61	63	75	73	65	51	56	36
TAUBATE	NEWTON CAMARA LEAL BARROS	41	44	45	31	27	19	19	21
BASTOS	TSUYA OHNO KIMURA PROFA	58	53	49	44	44	35	32	31
IACRI	MANOEL CALVO ARRIERO	8	8	10	6	6	6	6	6
PARAPUA	VILA SANTA HELENA	4	4	5	5	5	4	4	4
RINOPOLIS	ARY FONSECA	4	4	5	5	5	4	4	4
RINOPOLIS	GINEZ CARMONA MARTINEZ DR	34	23	23	24	24	20	16	16
TUPA	JOAO BREDICKS	7	7	7	7	7	6	6	7
TUPA	NELSON DE CASTRO MAESTRO	18	20	19	19	18	16	13	11
TUPA	SEBASTIAO TEIXEIRA PINTO PROF	21	25	24	22	20	16	15	14
SALTO DE PIRAPORA	RECANTO SAO MANOEL	4	5	5	5	7	4	4	4
VOTORANTIM	JOSE ERMIRIO DE MORAES SEM	17	12	10	13	9	10	12	14
FLOREAL	DECIO PRATA PREFEITO	13	13	14	16	20	16	16	12
MONCOES	JOSE FLORENCIO DO AMARAL	17	17	15	16	17	16	16	13
NHANDEARA	ANTONIO PERCILIANO GAUDENCIO	8	7	7	7	7	5	5	8
NOVA CASTILHO	JOSE ANTONIO DE CASTILHO	-	5	5	5	7	7	7	8
NOVA LUZITANIA	NOVA LUZITANIA	16	15	16	15	15	15	16	14
PARISI	CECILIA MEIRELES	8	8	9	8	8	8	8	8
PONTES GESTAL	PONTES GESTAL CEL	12	12	12	13	13	14	13	11
RIOLANDIA	CLARINDA MACHADO DE SOUZA	11	10	18	18	19	15	14	15
VOTUPORANGA	ESMERALDA S DA ROCHA PROFA	37	37	22	20	20	18	18	17
VOTUPORANGA	SARAH ARNOLDI BARBOSA PROFA	16	15	17	17	18	18	14	13

ANEXO I

Evolução do número de alunos das escolas participantes do programa escola de tempo integral

MUNICÍPIO	ESCOLA	fonte: Prodesp							
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
SAO PAULO	CASIMIRO DE ABREU	1.948	1.971	2.116	2.083	1.795	1.593	1.402	1.052
SAO PAULO	DULCE FERREIRA BOARIN PROFA	1.543	1.240	918	985	865	594	325	332
SAO PAULO	NARBAL FONTES PROF	633	657	359	392	493	461	552	543
SAO PAULO	ORLANDO HORACIO VITA PROF	582	579	546	509	517	462	443	466
SAO PAULO	ROMULO PERO PROF	1.194	1.233	908	793	918	868	767	493
SAO PAULO	ALBERTO TORRES	1.697	1.509	1.775	1.680	1.255	1.004	923	546
SAO PAULO	ALFREDO BRESSER	545	431	394	388	377	379	309	322
SAO PAULO	ALFREDO PAULINO	349	358	356	352	353	402	371	338
SAO PAULO	BRASILIO MACHADO	384	334	347	336	341	425	427	426
SAO PAULO	CARLOS M PEREIRA DOS SANTOS	1.301	981	875	839	798	734	330	250
SAO PAULO	CECILIANO JOSE ENNES PROF	1.510	330	369	361	334	365	395	496
SAO PAULO	ERICO DE ABREU SODRE	473	430	406	391	375	405	420	418
SAO PAULO	FLAVIA VIZIBELI PIRRO PROFA	1.120	1.219	1.394	1.606	1.180	1.200	936	930
SAO PAULO	MARIA RIBEIRO G BUENO PROFA	1.379	1.950	978	844	1.022	953	735	682
SAO PAULO	VICTOR OLIVA PROF	249	239	244	236	197	127	148	197
SAO PAULO	ANNITA ATALLA PROFA	340	323	377	353	264	235	257	297
SAO PAULO	BRISABELLA A NOBRE PROFA	1.197	800	928	1.021	1.132	905	957	588
SAO PAULO	CARLOS PASQUALE PROF	1.605	1.724	1.682	1.605	1.377	1.386	1.428	1.035
SAO PAULO	MARIO CASASSANTA PROF	1.570	1.655	1.251	1.563	1.315	1.171	1.354	792
SAO PAULO	MILDRE ALVARES BIAGGI PROFA	303	285	241	232	199	154	169	194
SAO PAULO	OLGA BENATTI PROFA	1.188	1.129	761	876	813	565	541	499
SAO PAULO	OSWALDO G GONZALEZ PROF	343	369	408	313	291	258	297	307
SAO PAULO	PEDRO VOSS PROF	345	352	341	337	311	284	302	328
SAO PAULO	PRINCESA ISABEL	1.490	1.419	1.321	1.149	1.040	886	614	501
SAO PAULO	RAUL HUMAITA VILLA NOVA CEL	492	507	485	444	394	355	412	460
SAO PAULO	TEOTONIO ALVES PEREIRA	1.347	1.213	968	1.109	465	458	414	442
SAO PAULO	ESTHER FRANKEL SAMPAIO	2.105	1.932	1.823	1.955	1.678	1.411	1.252	901
SAO PAULO	RAUL PILLA DEPUTADO	1.591	1.542	1.113	1.161	1.173	956	966	750
SAO PAULO	JARDIM DAS OLIVEIRAS II	-	-	1.081	1.255	1.039	1.333	1.431	1.024
SAO PAULO	JOAQUIM S GOMES DOS REIS PROF	1.510	2.150	1.690	1.057	668	416	499	555
SAO PAULO	SALVADOR A GOSENS PRES	1.950	1.451	1.525	1.834	1.665	1.363	265	1.239
SAO PAULO	AMADOR ARRUDA MENDES PROF	686	697	636	539	476	431	460	478
SAO PAULO	AUGUSTO BAILLOT PROF	397	315	306	298	284	310	329	385
SAO PAULO	FAZENDA DA JUTA IV	513	1.304	1.414	1.561	1.435	1.582	1.754	1.038
SAO PAULO	JAMIL PEDRO SAWAYA PROF	1.090	932	913	767	620	647	508	448
SAO PAULO	JOAO RAMACCIOTTI PROF	2.636	2.628	2.273	2.042	1.646	1.670	1.775	1.472
SAO PAULO	MARISA DE MELLO PROFA	440	357	324	273	276	289	388	462
SAO PAULO	ALVINO BITTENCOURT PROF	1.121	900	916	1.029	897	822	594	484
SAO PAULO	AMADEU AMARAL	1.705	1.328	1.377	1.436	1.684	1.091	653	476
SAO PAULO	BENEDITO E DOS SANTOS DR	626	634	622	596	563	485	513	507
SAO PAULO	CARLOS ESCOBAR	419	444	472	457	429	394	396	397
SAO PAULO	EDUARDO GOMES BRIGADEIRO	515	547	478	416	470	402	409	392
SAO PAULO	FREDERICO VERGUEIRO STEIDEL	374	345	338	279	298	331	366	381
SAO PAULO	GUERINO RASO	439	426	383	374	316	325	348	355
SAO PAULO	IRENE RIBEIRO PROFA	415	381	353	352	297	250	261	275
SAO PAULO	JULIETA N RINALDI PROFA	592	644	604	506	467	391	392	391
SAO PAULO	NORBERTO MAYER FILHO DEP	1.224	993	767	1.375	1.384	1.675	1.681	968
SAO PAULO	STEFAN ZWEIG	1.772	1.549	1.454	1.809	1.532	1.413	1.029	782
SAO PAULO	THEODORO DE MORAES PROF	268	261	258	257	221	231	237	260
SAO PAULO	AUGUSTO DE MACEDO COSTA DR	1.470	1.093	585	553	534	526	446	433
SAO PAULO	AYRES DE MOURA PROF	1.873	1.402	1.838	1.750	1.698	1.388	1.140	934
SAO PAULO	FLORESTAN FERNANDES	-	-	-	1.201	1.422	1.285	1.032	1.074
SAO PAULO	PLINIO DAMASCO PENNA PROF	1.566	1.597	1.403	1.491	1.479	1.092	954	817
SAO PAULO	RAUL ANTONIO FRAGOSO PROF	1.993	1.107	578	546	546	564	467	553
SAO PAULO	GABRIELA MISTRAL	411	466	536	1.090	1.082	1.017	1.061	740
SAO PAULO	MARIA A DE CASTRO PROFA	367	418	409	457	444	404	416	436
SAO PAULO	YOLANDO MALLOZZI	614	546	545	499	466	425	518	567
SAO PAULO	JULIA DELLA CASA PAULA PROFA	1.198	661	486	583	534	451	413	408
SAO PAULO	NEYDE AP SOLLITTO PROFA	2.128	2.500	2.348	1.614	1.083	1.027	859	631
SAO PAULO	CALLIA MAESTRO	2.555	1.525	1.256	1.840	1.253	1.069	1.127	1.081

SAO PAULO	ITURBIDES B A SERRA PROF	423	376	375	356	330	520	857	672
ADAMANTINA	HELEN KELLER	1.446	3.107	2.729	2.577	2.576	2.399	1.799	1.245
DRACENA	9 DE JULHO	1.974	1.993	1.721	1.663	1.628	1.559	1.438	1.276
DRACENA	ALFREDO MACHADO	550	534	373	429	471	455	420	543
FLORIDA PAULISTA	MARIANA M RONDON PROFA	-	78	94	91	90	72	62	71
INUBIA PAULISTA	IRALDO A M DE TOLEDO	712	650	737	757	755	806	799	604
MARIAPOLIS	ELMOZA ANTONIO JOAO PROFA	644	584	685	939	763	752	664	512
MONTE CASTELO	JOAO BERNARDI	474	428	408	418	412	401	399	410
OSVALDO CRUZ	BENJAMIN CONSTANT	750	697	690	695	598	501	421	376
OSVALDO CRUZ	DOM BOSCO	1.384	1.175	168	1.147	1.057	911	800	685
PRACINHA	TAIEKA T GIMENES PROFA	251	234	316	512	496	526	491	390
SAGRES	WALDOMIRO S DE SOUZA PREF	528	354	347	340	314	376	337	333
AMERICANA	ALCINDO S DO NASCIMENTO PROF	388	372	359	349	309	247	235	235
AMERICANA	ANTONIETA G LENHARE PROFA	630	649	549	595	280	165	181	156
AMERICANA	HEITOR PENTEADO DR	2.509	3.758	3.059	1.188	1.057	1.412	1.627	1.107
AMERICANA	JOAO SOLIDARIO PEDROSO PROF	315	327	288	260	259	217	241	238
AMERICANA	SEBASTIANA PAIE RODELLA PROFA	496	675	899	878	535	425	350	300
AMERICANA	SILVINO JOSE DE OLIVEIRA PROF	1.149	1.292	1.454	1.393	1.287	1.008	837	733
AMERICANA	SINESIA MARTINI PROFA	1.003	996	1.103	389	415	342	244	285
S BARBARA D'OESTE	HENRIQUE NICOPPELLI MONS	811	1.248	1.316	1.250	1.082	887	805	728
S BARBARA D'OESTE	LAURA EMMIE PYLES PROFA	655	576	474	400	282	305	260	280
ANDRADINA	ALICE MARQUES DA SILVA ROCHA	872	1.106	1.042	1.010	779	705	507	442
ILHA SOLTEIRA	ARNO HAUSSER	1.124	956	859	755	695	699	609	604
MIRANDOPOLIS	MARILENA S C FERNANDES PROFA	501	565	559	433	409	367	368	388
PEREIRA BARRETO	HIRAYUKI ENOMOTO COMEND	692	632	656	606	585	547	502	505
APIAI	ANTONIA B CALAZANS LUZ PROFA	1.081	1.052	1.043	860	706	669	499	486
APIAI	BAIRRO CAXIMBA	-	57	72	77	76	92	80	66
APIAI	REGINA D ANTUNES SILVA PROFA	1.235	1.229	1.229	1.073	971	886	798	743
BARRA DO CHAPEU	PAULO F DE ASSIS PROF	693	563	549	692	518	516	573	522
GUAPIARA	JOAO ANTUNES ALEXANDRE	1.198	1.347	1.350	943	767	731	597	580
ITAPIR PAULISTA	MARIA DE A D BAPTISTA PROFA	426	450	484	479	472	448	481	443
RIBEIRAO BRANCO	HIROSHI KOSUGE	177	94	78	90	98	151	154	142
ARACATUBA	ALTINA MORAES SAMPAIO PROFA	823	724	642	589	476	398	351	290
ARACATUBA	ANTONIO R MARTINS NETO PROF.	357	341	324	262	225	203	204	184
ARACATUBA	CONJ HAB EZEQUIEL BARBOSA	1.035	989	855	696	596	710	596	525
ARACATUBA	CRISTIANO OLSEN	616	542	469	434	351	267	281	275
ARACATUBA	JOAQUIM DIBO PROF	677	590	581	543	507	438	354	321
ARACATUBA	JORGE CORREA PROF	1.021	1.100	1.103	861	694	772	726	707
ARACATUBA	JOUBERT DE CARVALHO DR	1.394	1.046	644	779	865	851	731	595
ARACATUBA	LICOLINA V REIS ALVES PROFA	505	428	446	496	529	528	460	495
ARACATUBA	LUIZ GAMA	1.025	950	800	778	618	579	607	413
ARACATUBA	MANOEL BENTO DA CRUZ	1.410	1.183	1.376	1.234	994	831	864	925
ARACATUBA	PURCINA E DE ALMEIDA PROFA	1.660	1.554	1.467	1.369	1.062	1.047	894	686
ARACATUBA	VICTOR RIBEIRO MAZZEI MONS	565	472	418	343	259	261	270	239
ARACATUBA	VITOR ANTONIO TRINDADE PROF	1.667	1.408	1.051	1.116	1.284	1.229	1.085	994
BENTO DE ABREU	OLIMPIO CAMARGO PROF	282	538	504	401	322	279	277	284
ARARAQUARA	ANTONIA E MARTINS PROFA	333	313	317	321	308	312	320	295
ARARAQUARA	NARCISO DA SILVA CESAR	354	299	322	300	314	350	345	278
ARARAQUARA	VICTOR LACORTE PROF	1.839	1.755	1.649	1.258	971	894	629	541
MATAO	ERNESTO MASSELANI	416	381	375	380	368	356	371	313
MATAO	LAERT J TARALLO MENDES PROF	285	268	260	252	266	264	279	250
MATAO	ROBERTO VELTRE PROF	399	352	366	367	353	351	309	279
ASSIS	CARLOS A DE OLIVEIRA PROF	641	699	801	849	920	878	753	681
ASSIS	CAROLINA F BURALI DONA	1.256	1.282	896	1.132	999	681	498	479
ASSIS	ERNANI RODRIGUES PROF	1.145	931	867	824	704	707	618	595
ASSIS	FRANCISCA R M FERNANDES PROFA	949	996	776	879	669	723	593	588
ASSIS	JOSE AUGUSTO RIBEIRO	1.113	1.156	1.169	1.113	1.142	888	972	792
CANDIDO MOTA	RACHID JABUR	1.452	1.380	1.457	1.306	986	972	814	813
P PAULISTA	DIVA FIGUEIREDO DA SILVEIRA	1.544	1.296	1.301	1.510	1.088	1.210	1.148	1.041
PLATINA	CLARISSE PELIZONE DE LIMA PROFA	442	456	355	357	380	436	393	457
TARUMA	MARIA M DE OLIVEIRA - DONA COTA	1.035	900	825	785	793	582	522	452
AVARE	MARIA IZABEL CRUZ PIMENTEL DONA	1.602	1.449	1.159	1.224	988	887	882	968
BARRETOS	ANTONIO OLYMPIO DR	2.672	2.331	2.084	1.708	1.564	1.286	1.088	983
BARRETOS	MACEDO SOARES EMBAIXADOR	1.844	1.736	1.721	1.653	1.284	980	861	1.011
BARRETOS	MARIO VIEIRA MARCONDES	2.094	1.783	1.692	1.682	1.368	1.286	939	903
BARRETOS	VALOIS SCORTECCI	856	992	1.106	1.086	1.082	1.081	998	716
COLINA	JOSE VENANCIO DIAS CEL	380	439	409	339	301	251	264	269
COLINA	LAMOUNIER DE ANDRADE	1.675	1.480	1.501	1.489	1.417	1.147	892	811
OLIMPIA	DALVA VIEIRA ITAVO PROFA	1.030	983	1.220	1.102	960	869	825	695
OLIMPIA	ELOI LOPES FERRAZ DR	196	220	253	285	245	321	350	284

OLIMPIA	NARCISO BERTOLINO CAP	1.281	1.587	1.355	1.241	1.150	912	632	597
BAURU	EDISON BASTOS GASPARINI PREF	997	921	721	1.095	1.058	801	634	485
BAURU	JOSE AP GUEDES DE AZEVEDO PROF	1.797	1.481	1.221	993	1.415	1.344	1.530	978
LENCOIS PAULISTA	ANTONIETA G MALATRASI PROFA	696	772	693	831	915	806	704	586
LENCOIS PAULISTA	VIRGILIO CAPOANI	1.815	1.747	1.832	1.751	2.046	2.090	1.567	1.073
LUCIANOPOLIS	CELIA PRIMO CALIL PROFA	431	432	270	260	246	264	271	261
PIRAJUI	MARIA ANG MARCONDES PROFA	1.903	2.004	1.778	1.690	996	866	811	770
UBIRAJARA	FRANCISCO DE P ABREU SODRE DR	974	1.119	716	846	815	703	698	604
GABRIEL MONTEIRO	ANTONIO KASSAWARA KATUTOK	143	248	247	480	466	429	395	313
LOURDES	PIO ANTUNES DE FIGUEIREDO DR	313	274	308	295	266	335	259	274
PENAPOLIS	AUGUSTO PEREIRA DE MORAES	605	561	503	465	433	369	250	289
PENAPOLIS	LUIZ CHRISOSTOMO DE OLIVEIRA	587	486	472	413	303	283	261	267
TURIUBA	OCTAVIANO CARDOSO	243	258	232	218	219	254	243	211
BOTUCATU	SOPHIA G DE OLIVEIRA PROFA	1.685	1.606	1.495	1.628	1.486	1.527	1.189	1.100
CESARIO LANGE	VILA NOVA CESARIO LANGE	-	-	-	-	-	123	73	110
CONCHAS	JOAO BATISTA C BARROS CEL	573	505	499	375	368	391	362	368
LARANJAL PAULISTA	CESARIO CARLOS DE ALMEIDA	1.340	1.382	1.159	1.176	1.009	943	796	735
SAO MANUEL	MANUEL JOSE CHAVES DR	1.727	1.574	1.943	1.952	2.195	2.448	1.890	1.712
ATIBAIA	RENATO DE AZEVEDO REZENDE	146	130	126	119	121	99	105	124
PIRACAI	JOAO DE MORAES GOES	1.561	1.379	1.384	1.302	1.209	1.149	1.034	796
FRANCO DA ROCHA	ARNALDO GUASSIERI PROF	515	465	472	182	180	177	169	153
FRANCO DA ROCHA	JARD LUIZA / V DOS COMERCIARIOS	-	-	-	-	-	-	525	515
CAMPINAS	ANIBAL DE FREITAS PROF	1.973	1.718	1.713	1.436	965	712	575	647
CAMPINAS	ANTONIO F GONCALVES PROF	991	971	863	808	742	645	579	490
CAMPINAS	CARLOS LENCASTRE PROF	1.654	1.378	1.137	1.043	898	756	557	489
CAMPINAS	CECILIA PEREIRA PROFA	737	664	621	686	673	678	565	539
CAMPINAS	DJALMA OCTAVIANO PROF	1.438	1.167	1.018	853	664	663	689	661
CAMPINAS	GUIDO SEGALHO	1.176	925	985	993	562	509	488	566
CAMPINAS	HILTON FEDERICI PROF	1.396	1.179	990	1.166	1.000	1.039	1.007	597
CAMPINAS	JOAQUIM FERREIRA LIMA PROF	1.295	1.029	824	764	739	781	736	727
CAMPINAS	JOSE VILAGELIN NETO PROF	2.043	1.755	1.394	1.147	993	681	665	495
CAMPINAS	LEONOR ZUHLKE FALSON PROFA	339	339	300	280	266	252	254	254
CAMPINAS	MARIO NATIVIDADE DR	1.959	2.040	1.486	1.669	1.406	1.164	943	650
CAMPINAS	NEWTON SILVA TELLES PROF	405	363	325	298	271	257	264	224
CAMPINAS	THOMAS ALVES DR	1.596	1.556	1.609	1.456	1.331	1.219	974	945
CAMPINAS	JAMIL GADIA DEPUTADO	1.205	1.060	838	810	804	711	657	612
CAMPINAS	JOAO G GUIMARAES PROF	382	352	291	296	299	250	312	311
CAMPINAS	LUIZ GALHARDO PROF	2.097	2.320	1.974	1.778	1.413	1.231	1.142	806
VALINHOS	JARDIM SAO MARCOS	816	1.085	1.048	971	891	843	775	751
MONTE MOR	ELIAS MASSUD DR	1.009	903	1.952	1.653	1.671	1.871	537	521
RIO DAS PEDRAS	MANOEL DA COSTA NEVES PROF	1.052	984	964	961	967	871	911	848
SAO SEBASTIAO	JOSEPHA DE SANT NEVES PROFA	2.023	1.869	1.912	1.921	1.635	1.293	1.330	1.089
CARAPICUIBA	EDGARD M BITTENCOURT DESEMB	1.400	1.196	1.703	2.485	2.390	2.432	1.825	1.176
CARAPICUIBA	PAULO I FERRAREZI SUPERVISOR	1.753	1.957	1.976	1.880	1.268	992	509	492
COTIA	FERNANDO NOBRE	798	1.061	847	654	639	526	212	169
CATANDUVA	BARAO DO RIO BRANCO	2.189	1.945	1.642	1.587	1.385	1.310	1.150	1.190
CATANDUVA	JOSE D'OLIVEIRA BARRETO PROF	475	532	505	516	442	456	432	369
CATANDUVA	NESTOR SAMPAIO BITTENCOURT DR	1.286	1.062	1.168	1.037	830	630	494	530
CATANDUVA	VITORINO PEREIRA PROF	1.288	1.533	1.357	1.415	1.254	1.052	675	567
ITAJOBI	JOSE CARDOSO DE MATTOS	183	385	230	248	239	152	149	150
MARAPOAMA	BENTO DE SIQUEIRA PROF	345	458	465	377	311	343	316	271
SANTA ADELIA	LUIZ DUMONT DR	431	390	347	323	318	290	263	247
FERNANDOPOLIS	CARLOS BAROZZI	803	725	575	621	605	597	513	476
FERNANDOPOLIS	JOAO GARCIA ANDREO	241	235	227	213	224	204	201	169
FERNANDOPOLIS	JOSE BELUCIO	743	763	502	474	407	397	502	386
FERNANDOPOLIS	MARIA C APARECIDA BASSO PROFA	242	242	209	189	176	182	169	171
FERNANDOPOLIS	PEDRO MALAVAZZI	242	215	255	350	326	284	235	205
GUARANI D'OESTE	MARILENE DE L LISBOA SINGH PROFA	405	527	457	358	344	351	350	327
INDIAPORA	DATHAN CERVO PROF	779	681	606	563	462	499	493	450
INDIAPORA	OTHAYDES LUIZ ARANTES	267	256	245	223	219	213	194	193
MACEDONIA	HAROLDO GUIMARAES BASTOS ENG	859	1.101	715	763	674	608	596	483
MAGDA	MANOEL DOS SANTOS	408	404	377	475	495	434	457	386
MAGDA	WALDOMIRO LOJUDICE	247	220	194	186	181	197	181	196
MERIDIANO	MERIDIANO	240	250	256	257	246	244	210	195
PEDRANOPOLIS	HILDA B RODRIGUES PROFA	434	392	307	324	312	279	287	258
POPULINA	LESBINO DE SOUZA ALKIMIN	1.009	941	972	961	809	766	713	225
S J D DUAS PONTES	JOSE BRANDINI	343	379	345	330	310	280	287	326
S JOAO DE IRACEMA	JOANITA B B CARVALHO PROFA	477	407	328	312	341	330	292	298
TURMALINA	JERONYMO TRAZZI	429	417	389	332	295	240	232	217
FRANCA	AMALIA PIMENTEL PROFA	203	236	216	217	196	185	287	299

FRANCA	BENEDITO E M VIEIRA PROF	272	340	349	293	294	264	255	266
FRANCA	LUIZ PARIDE SINELLI PROF	-	-	-	-	360	597	357	415
FRANCA	OTAVIO MARTINS DE SOUZA PROF	2.397	2.372	2.387	2.088	1.945	1.536	1.184	1.116
FRANCA	SUZANA RIBEIRO SANDOVAL PROFA	655	591	591	556	541	522	448	427
ITIRAPUA	HENRIQUE LESPINASSE PROF	749	903	973	840	900	761	720	859
PEDREGULHO	CESAR GARDINI PADRE	385	369	421	424	390	387	257	257
RIFAINA	HENRIQUETA R MIRANDA PROFA	638	734	775	708	638	617	475	495
S J DA BELA VISTA	MACIEL DE CASTRO JUNIOR	1.975	2.182	2.123	2.317	2.363	1.377	1.110	1.192
APARECIDA	CHAGAS PEREIRA	512	485	447	398	384	347	315	246
CACH PAULISTA	OLIVEIRA GOMES COMENDADOR	836	890	677	592	537	598	684	361
CRUZEIRO	ITA FORTES PROFA	312	331	340	341	303	296	209	193
CRUZEIRO	OSWALDO CRUZ	2.602	2.345	2.301	2.083	1.700	1.708	1.322	1.435
LORENA	CARLOS LEONCIO DA SILVA PADRE	2.318	2.007	2.142	1.737	2.232	2.031	1.726	910
LORENA	JOAQUIM FERREIRA PEDRO PROF	710	1.210	677	565	608	666	660	532
LORENA	REGINA B DA C M J ORTIZ MONTEIRO	625	616	690	582	568	661	615	514
GUARULHOS	ARY GOMES CEL	2.368	2.140	1.805	2.193	2.138	2.178	1.762	1.277
GUARULHOS	IZABEL F S PROFA - DONA BELINHA	1.636	1.280	940	1.042	613	566	501	475
GUARULHOS	JARDIM MARIA DIRCE II	-	-	1.194	1.668	1.398	1.338	1.115	1.197
GUARULHOS	JOSE SCARAMELLI PROF	2.030	2.268	2.151	1.952	1.533	1.719	1.467	952
GUARULHOS	REPUBLICA DA VENEZUELA II	-	-	-	-	-	-	595	732
GUARULHOS	CIDADE SERODIO	2.118	1.815	2.312	2.043	1.794	2.036	1.662	987
GUARULHOS	RESIDENCIAL JARDIM BAMBI	-	-	705	1.091	954	948	908	630
EMBU-GUACU	BAIRRO BOA VISTA	158	156	176	156	135	125	125	125
EMBU-GUACU	JARDIM CAMPESTRE	165	147	142	136	130	137	135	120
EMBU-GUACU	JARDIM SILVANIA	104	88	92	85	90	78	103	116
JUQUITIBA	BAIRRO VITALINO	86	92	82	73	82	90	65	56
JUQUITIBA	TEREZA TOGNO COMOLATTI	79	68	65	66	67	48	46	54
ITAPETININGA	ALCEU GOMES DA SILVA PROF.	-	-	-	-	570	741	752	654
ITAPETININGA	ATALIBA JULIO DE OLIVEIRA PROF	670	631	599	577	529	469	413	382
ITAPETININGA	ERNESTA X RABELO ORSI PROFA	1.828	1.972	1.734	1.757	1.493	1.226	1.227	978
CAPAO BONITO	RAUL VENTURELLI DR	2.146	2.098	2.222	2.243	2.257	1.948	1.663	1.248
ITAPEVA	OTAVIO FERRARI	1.773	1.800	1.793	1.704	1.623	1.524	1.702	1.443
JANDIRA	JOAO BATISTA SOLDE	1.632	1.560	1.073	1.302	1.224	1.129	1.143	992
JANDIRA	JOSEPHA PINTO CHIAVELLI PROFA	1.467	1.596	1.200	1.092	1.116	1.079	1.041	762
ITAQUAQUECETUBA	ODILA LEITE DOS SANTOS PROFA	1.922	1.726	1.695	1.644	1.151	961	603	433
ITABERA	BAIRRO DO TOME	137	136	157	134	126	116	119	117
RIVERSUL	MIGUEL JOAO PEREIRA PADILHA	237	202	182	190	181	199	213	211
PORTO FELIZ	AURORA M GUIMARAES PROFA	794	604	497	511	844	927	939	176
PORTO FELIZ	MONSENHOR SECKLER	1.914	2.149	1.575	1.580	1.330	1.039	684	1.137
SALTO	BENEDITA DE REZENDE PROFA	714	754	652	598	509	458	420	372
SALTO	PAULA SANTOS PROFA	1.841	1.732	1.606	1.202	1.054	939	926	1.038
TIETE	NELSON ALVES VIANNA DR	1.186	1.136	1.183	958	795	786	678	435
TIETE	PLINIO RODRIGUES DE MORAIS	1.793	2.136	2.097	2.210	1.679	1.737	1.896	1.462
BEBEDOIRO	PAULO R T DE ALBUQUERQUE PROF	818	843	799	736	757	341	312	223
GUARIBA	BARROS PROF	1.523	1.553	1.467	1.624	1.458	1.202	1.259	654
JABOTICABAL	AFONSO TODARO	160	144	139	159	129	117	118	140
JABOTICABAL	AURELIO ARROBAS MARTINS	2.050	1.957	1.794	1.700	1.800	1.659	1.451	1.221
MONTE ALTO	NELLY BAHUR CANO PROFA	1.528	1.514	1.841	1.775	1.381	938	845	820
ARUJA	BENEDITO MANOEL DOS SANTOS	243	224	185	152	120	136	152	142
GUARAREMA	SYLVIO LUCIANO DE CAMPOS	102	106	116	107	96	85	86	1
APARECIDA D'OESTE	CORIPHEU DE AZEVEDO MARQUES	577	553	554	527	539	498	477	476
ASPASIA	JOSE DOS SANTOS	403	412	392	333	331	320	302	300
DOLCINOPOLIS	BAPTISTA DOLCI	276	372	348	393	316	312	282	273
JALES	CONJ HAB JOSE A C BOGAZ	195	185	191	167	145	137	151	174
JALES	ELZA PIRRO VIANA PROFA	464	436	411	356	367	333	274	277
JALES	JOAO A A AVELHANEDA PROF	385	351	341	339	308	289	271	233
JALES	OSWALDO CARVALHO DEP	476	456	452	443	413	410	345	267
MARINOPOLIS	ANTONIO MARIN CRUZ	366	330	330	321	315	316	346	298
MESOPOLIS	ADELINO BERTANI	257	260	376	340	348	350	300	252
PALMEIRA D'OESTE	ORESTES FERREIRA DE TOLEDO	1.120	1.049	980	972	897	831	789	756
RUBINEIA	RUBENS DE OLIVEIRA CAMARGO	540	403	345	302	274	255	249	277
SANTA ALBERTINA	SANTA ALBERTINA	389	383	365	363	338	321	282	258
S CLARA D'OESTE	ANTONIO B DE ARAUJO PREF	409	394	377	447	437	425	358	340
SANTA FE DO SUL	ITAEI DE MATTOS PROF	1.193	1.226	1.639	1.457	1.278	1.200	1.864	1.553
SANTA RITA D'OESTE	MARIA DAS DORES F ROCHA PROFA	318	417	404	437	421	384	321	274
URANIA	ELIDE APARECIDA CARLOS PROFA	209	248	243	215	218	194	194	176
URANIA	JOSE TEIXEIRA DO AMARAL	376	365	330	296	321	314	323	299
BARIRI	EPHIGENIA C M FORTUNATO PROFA	1.009	1.347	1.466	1.454	1.451	1.449	890	886
BARIRI	EUCLYDES MOREIRA DA SILVA PROF	460	417	427	390	400	383	328	303
BARIRI	MODESTO MASSON PREFEITO	917	877	782	832	784	717	637	488

DOIS CORREGOS	LAURA REBOUCAS DE ABREU PROFA	103	101	97	88	99	106	97	101
JAU	BENEDICTO MONTENEGRO PROF DR	990	946	992	1.101	1.091	992	929	896
JAU	CAETANO LOURENCO DE CAMARGO	1.787	1.704	1.589	1.899	1.612	1.420	1.015	1.070
JAU	TULLIO E DE CASTRO PROF	1.745	1.608	1.402	1.399	1.277	1.394	1.201	942
MACATUBA	FANNY ALTAFIM MACIEL PROFA	646	753	903	896	783	755	593	479
PEDERNEIRAS	ESMERALDA L FI CALAF PROFA	626	522	480	379	319	347	359	345
JOSE BONIFACIO	PEDRO BRANDAO DOS REIS	1.517	1.612	1.629	1.710	1.308	1.221	1.341	1.246
MIRASSOL	ANISIO JOSE MOREIRA	2.536	2.699	2.349	2.424	1.920	1.882	1.331	846
MONTE APRAZIVEL	PORFIRIO A PIMENTEL CAP	1.402	1.171	1.111	1.268	1.127	939	1.025	1.064
POLONI	ALICE SALES CUNHA PROFA	310	287	290	285	287	284	274	277
ZACARIAS	ANTONIO TEIXEIRA DOS SANTOS	285	369	339	303	255	320	234	217
C LIMPO PAULISTA	MARIO PEREIRA PINTO	1.269	1.369	892	788	711	679	612	605
C LIMPO PAULISTA	QUINZE DE OUTUBRO	1.802	1.761	1.786	1.803	1.630	1.536	1.381	1.212
ITUPEVA	JACOB VICTOR LEVIS	128	123	115	113	101	100	103	84
JUNDIAI	ANA PINTO DUARTE PAES PROFA	1.847	1.867	1.837	1.977	1.595	1.351	1.014	748
JUNDIAI	MARIA JOSE M DE TOLEDO PROFA	737	500	361	370	683	672	638	472
LOUVEIRA	PEDRO YOSHICHIKA IRIE	1.370	1.282	606	483	401	482	140	122
CORDEIROPOLIS	JAMIL ABRAHAO SAAD	1.657	1.488	1.272	1.271	1.447	1.384	1.184	1.115
COSMOPOLIS	CELIO RODRIGUES ALVES	1.647	1.723	1.518	1.119	891	760	723	635
LIMEIRA	ARLINDO SILVESTRE PROF	1.451	1.233	1.050	1.195	1.135	915	757	680
LIMEIRA	GABRIEL POZZI PROF	2.444	2.235	2.029	2.167	1.619	1.528	1.294	1.237
RIO CLARO	CAROLINA A SERAPHIM PROFA	919	977	972	929	814	629	376	265
RIO CLARO	JOAO BATISTA LEME PROF	1.983	2.109	2.288	1.953	1.789	1.781	1.682	1.544
CAFELANDIA	VALDOMIRO SILVEIRA	1.576	1.314	1.314	1.157	907	1.046	1.051	1.001
GETULINA	ROSA S LEITE PENTEADO PROFA	201	388	433	448	441	409	417	454
GUAICARA	ADELAIDE B PEREIRA CRUZ PROFA	116	127	139	129	121	126	126	137
LINS	21 DE ABRIL	1.642	2.118	2.047	1.814	1.995	1.645	1.458	1.328
LINS	FERNANDO COSTA	2.393	2.749	2.750	2.421	1.806	1.578	1.424	1.274
LINS	MINERVINA S CARNEIRO PROFA	362	349	417	398	413	427	421	383
LINS	OCTACILIO DE OLIVEIRA PADRE	109	114	116	101	93	94	85	99
LINS	WALTER CARDOSO GALATI PROF	191	170	191	162	146	148	152	185
PROMISSAO	ANTONIO F NAVAS COMENDADOR	2.535	2.216	2.139	1.914	1.356	1.453	1.210	1.185
PROMISSAO	SILVIO DE ALMEIDA PROF	319	343	390	418	468	448	400	390
ALVINLANDIA	JOSE BONIFACIO DO COUTO	659	986	774	239	581	464	380	401
FERNAO	EDUARDO DE SOUZA PORTO CEL	276	201	190	174	179	180	162	181
GARCA	LYDIA Y GOMES MARQUES PROFA	944	815	708	938	1.115	1.047	882	595
GARCA	MANOEL JOAQUIM FERNANDES	188	188	190	164	180	144	121	-
GARCA	ORANE AVELINO DE SOUZA PROFA	217	238	225	223	224	245	243	230
MARILIA	ABEL AUGUSTO FRAGATA	368	376	424	374	364	252	251	233
MARILIA	AMAURY PACHECO PROF	333	315	290	309	264	245	267	220
MARILIA	MONSENHOR BICUDO	1.772	1.338	1.946	1.875	1.751	1.163	999	636
MARILIA	ORACINA C DE M RODINE PROFA	1.155	1.204	1.031	881	779	840	586	409
MARILIA	WALDEMAR M ROCHA BARROS DR	1.342	1.784	1.506	647	557	432	283	310
RIBEIRAO PIRES	FORTUNATO PANDOLFI ARNONI	608	638	580	554	594	497	421	355
RIBEIRAO PIRES	MARIO ALEXANDRE FARO NIERI	607	506	506	464	519	486	412	274
RIBEIRAO PIRES	MARLI RAIA REIS PROFA	1.419	1.305	1.349	1.276	1.189	1.123	1.172	785
IGUAPE	BAIRRO ROCIO	-	404	440	591	593	317	214	-
IGUAPE	JOSE MUNIZ TEIXEIRA	742	401	313	279	194	177	199	205
IGUAPE	SEBASTIANA MUNIZ PAIVA	310	325	223	238	269	253	209	189
ESTRELA DO NORTE	MOACYR TEIXEIRA DR	818	809	819	772	711	463	448	405
E DA C PAULISTA	BAIRRO SANTA RITA DO PONTAL	89	67	83	107	137	137	130	180
M PARANAPANEMA	JOANA COSTA ROCHA PROFA	533	477	464	431	405	405	359	270
M PARANAPANEMA	MARIA AP DE AZEREDO PASSOS	453	445	446	430	376	348	378	346
ROSANA	FRANCISCA MESSA GUTIERREZ	272	298	240	282	232	196	213	197
ROSANA	JOAO PINHEIRO CORREA	405	374	410	371	347	325	313	281
TEODORO SAMPAIO	EE. JOSE AMADOR	581	575	541	489	441	436	424	405
TEODORO SAMPAIO	PEDRO CAMINOTO	386	419	340	292	249	221	194	191
TEODORO SAMPAIO	ROMILDA L P DOS SANTOS PROFA	112	81	89	94	99	97	122	147
MOGI DAS CRUZES	CONJUNTO TOYAMA	-	304	351	534	706	374	405	399
MOGI DAS CRUZES	HELIANA M M DE CASTRO PROFA	356	311	373	294	294	218	216	226
MOGI DAS CRUZES	PAULO TAPAJOS	85	87	78	101	108	102	87	98
MOGI DAS CRUZES	SUELI O SILVA MARTINS PROFA	187	151	110	85	90	119	127	128
AGUAS DE LINDOIA	FRANCISCO TOZZI DR	1.294	1.199	1.060	1.090	972	971	814	729
AMPARO	CORIOLANO BURGOS DR	2.235	2.020	1.871	1.746	1.688	1.506	1.359	1.181
MOGI-GUACU	ALMERINDA RODRIGUES PROFA	2.003	1.989	1.880	1.478	1.241	1.067	796	725
MOGI-GUACU	FRANCISCO ANTONIO GONCALVES	1.087	1.226	1.226	1.156	782	708	708	631
MOGI-GUACU	SONIA AP MAXIMIANO BUENO PROFA	1.069	1.231	1.023	1.010	1.079	747	539	418
MOGI-MIRIM	MONSENHOR NORA	2.149	1.896	1.777	1.671	1.309	1.188	1.341	1.359
PEDREIRA	LUIZ BORTOLETTO	1.066	1.035	1.020	1.018	976	1.186	895	875
SERRA NEGRA	NAIR DE ALMEIDA PROFA	106	91	104	82	79	75	81	82

SERRA NEGRA	ROMEU DE CAMPOS VERGAL DEP	119	116	126	129	129	110	105	89
OSASCO	ELOI LACERDA PROF	1.857	1.921	1.393	1.488	1.447	1.233	1.375	1.108
OSASCO	GUILHERME DE O GOMES DEP	2.066	2.022	2.213	1.741	1.633	1.795	1.673	1.017
OSASCO	JOSE VERISSIMO DE MATOS	555	410	368	382	362	292	250	246
OSASCO	VILA AYROSA	1.984	2.343	2.179	1.656	1.471	1.355	1.166	764
C NOVOS PAULISTA	THEODORICO DE OLIVEIRA PROF	921	831	846	456	491	445	499	633
PINDAMONHANGABA	ANTONIA CARLOTA GOMES PROFA	252	227	223	205	182	136	126	129
PINDAMONHANGABA	EUNICE BUENO ROMEIRO PROFA	1.288	2.105	1.272	1.462	1.242	919	672	617
PINDAMONHANGABA	JOAO PEDRO CARDOSO DR	1.477	1.890	1.167	1.289	1.368	1.081	1.183	938
PINDAMONHANGABA	MARIO DE ASSIS CESAR PROF	396	350	303	422	453	455	404	323
TREMEMBE	MANUEL CABRAL	2.396	1.984	2.041	1.912	1.763	1.562	1.416	1.008
PIRACICABA	JACANA A P GUERRINI PROFA	1.295	958	882	757	649	617	479	318
PIRACICABA	JORGE COURY DR	2.365	2.160	2.147	1.996	1.863	1.558	1.199	999
PIRACICABA	JOSE DE MELLO MORAES PROF	1.937	1.529	1.351	1.167	747	667	561	572
PIRAJU	JOAQUIM G MOREIRA PORTO DR	587	566	544	663	573	505	477	477
PIRAJU	NHONHO BRAGA CEL	1.940	1.545	1.579	1.462	1.107	994	904	902
TIMBURI	BENTO DE QUEIROZ PADRE	427	432	371	373	371	394	380	363
ARARAS	JOSE OMETTO	254	223	202	177	202	256	297	345
ARARAS	JUDITH FERRAO LEGASPE PROFA	2.114	3.887	4.115	4.092	3.644	2.094	1.262	1.254
LEME	JOSE PEDRO DE MORAES	332	326	330	270	372	366	517	357
LEME	NEWTON PRADO	1.899	1.462	1.732	1.637	1.639	1.315	1.351	1.533
PIRASSUNUNGA	ASDRUBAL DA CUNHA GENERAL	780	676	533	475	665	446	454	306
PIRASSUNUNGA	CAIC.DR.EITEL ARANTES DIX	828	857	820	862	840	788	695	469
PIRASSUNUNGA	CORONEL FRANCO	436	431	441	446	387	324	244	231
PIRASSUNUNGA	ELOI CHAVES	248	348	332	231	209	342	514	383
PIRASSUNUNGA	JULIA COLOMBO DE ALMEIDA PROFA	254	263	304	318	293	269	249	222
PIRASSUNUNGA	MANOEL J VIEIRA DE MORAES DR	1.150	1.055	1.045	948	704	690	649	448
PIRASSUNUNGA	MARIA J DE O JACOBSEN PROFA	548	538	498	532	443	391	348	237
PIRASSUNUNGA	PIRASSUNUNGA	1.792	1.538	1.503	1.423	1.087	975	843	871
PIRASSUNUNGA	VILA DOS SARGENTOS	214	223	223	209	204	179	169	152
PIRASSUNUNGA	ZULEIKA V DE F VELLOSO PROFA	235	212	228	195	195	172	155	149
PORTO FERREIRA	DJALMA FORJAZ DR	1.828	1.695	1.631	1.577	1.481	1.605	1.360	1.060
P PRUDENTE	CATARINA MARTINS ARTERO PROFA	396	409	378	348	323	314	243	250
P PRUDENTE	FATIMA AP COSTA FALCON PROFA	964	905	785	759	619	553	478	420
P PRUDENTE	FLORIVALDO LEAL	1.302	1.838	1.645	1.308	1.335	1.124	1.296	891
P PRUDENTE	JOEL A DE LIMA GENESIO PROF	274	288	187	293	378	387	392	418
P PRUDENTE	MARIA LUIZA BASTOS PROFA	1.081	1.287	1.249	805	718	690	625	633
BARRA DO TURVO	LUIZ D GOMES DE ARAUJO PROF	937	1.204	1.109	1.178	1.050	976	1.057	1.070
CANANEIA	YOLANDA A SILVA PAIVA PROFA	974	1.129	992	833	759	915	1.007	652
REGISTRO	FABIO BARRETO DR	2.548	3.426	2.959	2.327	2.015	1.793	1.151	996
REGISTRO	JOAQUIM GOULART PROF	352	353	364	411	410	410	443	420
BATATAIS	GERALDO TRISTAO DE LIMA PROF	391	382	348	348	288	250	274	255
BATATAIS	SILVIO DE ALMEIDA	1.736	1.349	1.085	969	689	742	819	718
CAJURU	MESSIAS DA FONSECA DR	1.555	1.440	1.084	954	939	641	658	604
RIBEIRAO PRETO	AMELIA DOS SANTOS MUSA PROFA	1.980	1.927	2.142	2.024	1.690	1.660	1.156	945
RIBEIRAO PRETO	BAUDILIO BIAGI	321	373	309	348	309	302	297	280
RIBEIRAO PRETO	WALTER FERREIRA PROF	921	941	881	769	582	505	440	438
S ROSA DE VITERBO	SALUSTIANO LEMOS	1.328	1.111	1.308	1.282	1.288	1.240	1.098	923
SAO SIMAO	SIMAO DA SILVA	351	308	225	274	219	223	214	227
CAIUA	JOSE SANCHES POSTIGO DEP	364	282	305	367	385	308	295	291
CAIUA	PROJETO LAGOA SAO PAULO	483	600	375	388	394	478	457	348
P EPITACIO	ADELINO CHUBA GUIMARO PROF	195	242	337	642	712	224	225	216
P VENCESLAU	ALFREDO MARCONDES CABRAL	1.284	1.190	1.250	1.149	919	831	702	708
SANTO ANDRE	ADAMASTOR DE CARVALHO PROF	2.376	2.412	1.917	1.625	1.285	1.272	1.005	1.009
SANTO ANDRE	ANTONIO DE C GONCALVES PROF	444	411	616	282	254	233	241	264
SANTO ANDRE	CAMILO PEDUTI	1.384	1.349	1.169	1.201	1.016	1.036	964	804
SANTO ANDRE	CARLOS DE CAMPOS DR	1.599	1.447	1.296	1.077	878	865	644	542
SANTO ANDRE	CARLOS GARCIA DR	779	674	594	559	611	652	601	587
SANTO ANDRE	CELSO GAMA DR	2.407	2.642	2.079	2.230	1.915	1.390	941	943
SANTO ANDRE	CRISTINA FITTIPALDI PROFA	955	1.040	897	1.020	802	695	592	437
SANTO ANDRE	ESTHER MEDINA PROFA	1.905	2.159	2.173	2.246	2.001	1.281	969	805
SANTO ANDRE	FELICIO LAURITO DR	747	821	687	657	623	589	511	415
SANTO ANDRE	GABRIEL GONCALVES PROF	739	907	749	741	589	619	581	342
SANTO ANDRE	HERMINIA LOPES LOBO PROFA	1.144	1.314	1.235	1.224	1.160	956	667	481
SANTO ANDRE	HOMERO THON	455	400	372	358	373	318	312	287
SANTO ANDRE	JOAO DE BARROS PINTO PROF	467	409	387	362	385	364	375	326
SANTO ANDRE	JOAQUIM DA FONSECA SARAIVA	452	4.449	403	431	457	488	513	525
SANTO ANDRE	LOUIS JOSEPH LEBRET PADRE	572	422	372	361	350	355	327	294
SANTO ANDRE	LUIZ MARTINS	523	490	480	409	381	337	264	291
SANTO ANDRE	MANOEL GRANDINI CASQUEL DR	1.390	1.196	1.081	864	512	411	302	353

SANTO ANDRE	NADIR LESSA TOGNINI PROFA	1.344	1.394	1.265	1.332	1.160	1.481	1.315	896
SANTO ANDRE	NAGIB MIGUEL ELCHMER PROF	503	429	505	568	623	538	401	385
SANTO ANDRE	ODYLO COSTA FILHO	1.085	988	835	849	826	700	525	410
SANTO ANDRE	RENER CARAM PROF	1.202	1.261	1.187	1.006	895	849	805	630
BERTIOGA	JARDIM VICENTE DE CARVALHO							266	252
BERTIOGA	MARIA AP P DE A MAGNO PROFA	1.189	1.153	1.292	1.116	1.306	1.566	1.138	942
CUBATAO	AFONSO SCHIMIDT	2.631	2.330	2.338	2.450	2.306	2.442	2.201	1.577
CUBATAO	HUMBERTO A C BRANCO MARECHAL	4.214	2.040	2.236	1.997	1.919	2.002	2.047	1.504
CUBATAO	JAYME JOAO OLCESE	1.318	1.247	1.543	1.671	1.024	1.158	1.195	808
GUARUJA	FRANCISCO P DE F PASTOR	2.060	1.761	1.756	1.723	1.624	1.565	1.507	1.236
GUARUJA	LAMIA DEL CISTIA	741	830	654	543	467	555	724	599
GUARUJA	RENE RODRIGUES DE MORAES PROF	985	1.130	1.540	1.040	1.200	1.166	1.142	964
GUARUJA	TANCREDO NEVES PRESIDENTE	3.113	2.915	3.037	2.589	2.323	2.069	1.895	1.437
SANTOS	RUY RIBEIRO COUTO DR	1.309	1.311	1.287	1.017	1.025	935	348	351
SANTOS	ZULMIRA CAMPOS PROFA	1.249	1.310	1.249	1.335	1.385	1.265	1.062	904
SAO B DO CAMPO	FAUSTINA PINHEIRO SILVA PROFA	808	746	739	752	687	586	401	336
SAO B DO CAMPO	LAURO GOMES DE ALMEIDA	1.798	1.170	1.110	1.512	1.565	1.504	1.318	739
SAO B DO CAMPO	MARIA LUIZA F CICERO PROFA	1.251	1.425	1.365	1.406	1.067	883	709	527
SAO B DO CAMPO	RUDGE RAMOS	1.054	957	1.051	794	560	526	334	293
S CAETANO DO SUL	EDA MANTOANELLI PROFA	2.602	2.319	2.205	2.275	1.874	2.154	1.672	1.184
S CAETANO DO SUL	LUIZ CAPRA PADRE	699	668	610	566	580	478	365	318
DOURADO	SALLES JUNIOR DR	371	319	407	444	469	529	568	530
IBATE	ANDRE DONATONI	1.072	1.264	931	747	1.067	1.132	805	795
SAO CARLOS	ARACY LEITE PEREIRA LOPES DONA	1.633	1.721	1.761	1.482	1.593	1.294	981	783
SAO CARLOS	ESTERINA PLACCO	1.675	1.478	1.505	1.424	1.859	1.701	1.150	968
SAO CARLOS	SEBASTIAO DE O ROCHA PROF	2.216	2.081	1.815	1.597	1.453	1.424	1.210	906
CASA BRANCA	VICENTE PAULO ZANCHETTA PROF.			99	106	98	90	93	102
MOCOCA	OSCAR VILLARES	2.586	2.175	2.418	2.498	2.080	1.490	994	931
S JOAO DA BOA VISTA	CRISTIANO O DE OLIVEIRA CEL	2.485	2.376	1.750	1.383	1.054	805	714	734
S J DO RIO PARDO	C HABITACIONAL NATAL MERLI	496	482	454	408	325	298	267	230
GUARA	RONDON MARECHAL	1.521	1.369	1.167	1.174	1.033	1.085	1.099	1.217
MORRO AGUDO	LOURENCO BUENO DE CAMARGO	221	192	166	183	144	121	59	70
S JOAQUIM DA BARRA	GRAZIELA M FORTES PROFA	946	1.174	1.075	811	818	734	623	418
MIRASSOLANDIA	JOAQUIM MENDES PEQUITO	933	980	893	531	474	626	640	525
S J DO RIO PRETO	ALBERTO JOSE ISMAEL PROF	403	386	425	443	456	447	326	262
S J DO RIO PRETO	CARDEAL LEME	1.553	1.100	962	1.018	830	713	686	724
S JOSE DOS CAMPOS	ANA CANDIDA DE B MOLINA PROFA	2.868	2.373	2.248	2.233	1.644	1.617	1.190	944
S JOSE DOS CAMPOS	BAIRRO GALO BRANCO	1.965	1.689	1.515	1.481	1.231	1.182	1.101	801
S JOSE DOS CAMPOS	ILGA PUSPLATAIS PROFA	650	611	564	499	430	367	371	338
S JOSE DOS CAMPOS	ILZA IRMA MOELLER COPPIO PROFA	1.910	1.898	1.413	1.886	1.682	1.311	1.265	1.294
S JOSE DOS CAMPOS	MARIA AP S RONCONI PROFA	567	617	639	571	493	448	428	409
S JOSE DOS CAMPOS	MARTHA ABIB CASTANHO PROFA	492	488	474	445	414	351	342	341
S JOSE DOS CAMPOS	MOABE CURY	876	1.301	1.900	2.116	1.734	1.849	1.357	1.097
S JOSE DOS CAMPOS	NELSON DO N MONTEIRO PROF	1.642	1.516	1.418	1.068	978	945	805	769
S JOSE DOS CAMPOS	OLIMPIO CATAO	980	934	843	1.138	1.021	821	627	543
V GRANDE PAULISTA	LUCIA HELENA CESAR PROFA	270	265	287	278	265	283	251	218
V GRANDE PAULISTA	VALENCIO SOARES RODRIGUES	1.655	1.545	1.375	1.608	1.235	1.111	779	659
ITANHAEM	SILVIA JORGE POLLASTRINI PROFA	1.421	1.414	1.054	2.211	1.929	1.550	1.136	965
MONGAGUA	AIDA LEDA BAUER DAVIES PROFA	812	722	592	698	608	583	445	480
PERUIBE	OTTONIEL JUNQUEIRA PROF.	1.702	1.455	1.502	1.276	1.722	1.683	1.415	855
PRAIA GRANDE	ADELAIDE PATROCINIO DOS SANTOS	530	981	668	593	511	557	444	408
PRAIA GRANDE	JARDIM QUIETUDE	-	-	-				375	466
PRAIA GRANDE	OSWALDO LUIZ SANCHES TOSCHI	987	788	760	800	850	981	1.103	875
PRAIA GRANDE	REYNALDO KUNTZ BUSCH DR	1.887	1.851	1.903	1.637	1.332	1.015	1.182	1.158
PRAIA GRANDE	VILMA CATHARINA M LEONE PROFA	753	587	390	436	575	501	453	266
SAO VICENTE	ALBINO LUIZ CALDAS PROF	2.247	1.743	1.884	1.873	1.902	1.667	1.410	1.257
SAO VICENTE	ENIO VILAS BOAS PROF	1.152	998	854	900	709	791	845	645
SAO VICENTE	JOSE NIGRO PROF	768	692	643	976	1.006	1.162	796	523
SAO VICENTE	YOLANDA CONTE PROFA	2.087	2.161	2.045	1.780	1.754	1.713	1.231	1.169
SERTAOZINHO	BRUNO PIERONI PROF	1.574	1.736	1.455	1.687	1.429	1.165	977	729
SERTAOZINHO	MARIA CONCEICAO R MAGON PROFA	1.476	1.677	1.637	1.627	1.011	1.007	857	816
SERTAOZINHO	WINSTON CHURCHILL	2.078	2.719	2.203	2.062	1.683	1.473	1.548	1.092
SOROCABA	ALTAMIR GONCALVES PROF	1.499	1.326	1.383	1.047	1.295	1.238	1.207	967
SOROCABA	ESCOLASTICA R DE ALMEIDA PROFA	1.758	1.524	1.238	1.023	734	757	649	553
SOROCABA	JOSE R DE ALMEIDA ROSA PROF	907	924	876	782	706	559	393	384
SOROCABA	JOSEFA R FERNANDES PROFA	1.555	1.367	955	706	353	228	219	252
SOROCABA	NAZIRA N J M RODRIGUES PROFA	129	123	109	100	96	112	126	163
SOROCABA	RENATO S DE SA FLEURY PROF	342	304	285	268	201	184	231	239
SOROCABA	WALDEMAR DE FREITAS ROSA PROF	858	749	647	901	641	356	357	346
HORTOLANDIA	PARQUE ODIMAR	216	190	175	168	244	325	349	305

SUZANO	MANUEL DOS SANTOS PAIVA	936	873	830	897	1.200	1.060	308	427
IBITINGA	JOSEPHA M DE O BERSANO PROFA	1.828	1.757	1.730	1.968	1.799	1.553	1.319	1.247
CACAPAVA	JOSE DE M REZENDE MINISTRO	2.267	2.101	2.265	1.446	1.131	1.141	1.025	962
TAUBATE	CESAR COSTA DEPUTADO	1.402	1.295	1.076	1.089	871	1.003	871	668
TAUBATE	JACQUES FELIX	1.764	1.600	1.450	1.447	1.610	1.324	1.415	914
TAUBATE	JOSE MARCONDES DE MATTOS DR	718	1.306	1.053	1.004	882	835	730	546
TAUBATE	MONTEIRO LOBATO	2.256	2.428	2.537	2.373	1.865	1.589	1.426	1.297
TAUBATE	NEWTON CAMARA LEAL BARROS	1.423	1.754	1.550	902	552	577	652	599
BASTOS	TSUYA OHNO KIMURA PROFA	2.082	1.914	1.649	1.530	1.464	1.285	1.116	1.073
IACRI	MANOEL CALVO ARRIERO	194	164	113	101	109	100	91	83
PARAPUA	VILA SANTA HELENA	117	113	111	111	109	109	107	119
RINOPOLIS	ARY FONSECA	117	108	122	122	115	109	116	128
RINOPOLIS	GINEZ CARMONA MARTINEZ DR	1.113	773	557	626	623	562	473	521
TUPA	JOAO BREDICKS	142	137	116	113	106	91	93	99
TUPA	NELSON DE CASTRO MAESTRO	524	505	499	469	417	412	296	264
TUPA	SEBASTIAO TEIXEIRA PINTO PROF	660	676	738	620	530	473	464	439
SALTO DE PIRAPORA	RECANTO SAO MANOEL	124	137	126	135	134	113	123	117
VOTORANTIM	JOSE ERMIRIO DE MORAES SEM	636	382	269	441	234	274	407	472
FLOREAL	DECIO PRATA PREFEITO	328	338	344	481	725	578	539	403
MONCOES	JOSE FLORENCIO DO AMARAL	416	397	405	473	565	506	444	331
NHANDEARA	ANTONIO PERCILIANO GAUDENCIO	121	125	121	94	101	89	84	140
NOVA CASTILHO	JOSE ANTONIO DE CASTILHO		111	110	116	163	146	146	178
NOVA LUZITANIA	NOVA LUZITANIA	469	484	537	647	523	609	568	419
PARISI	CECILIA MEIRELES	207	233	224	241	239	229	231	237
PONTES GESTAL	PONTES GESTAL CEL	348	315	296	298	330	348	317	295
RIOLANDIA	CLARINDA MACHADO DE SOUZA	356	284	1	697	750	446	386	458
VOTUPORANGA	ESMERALDA S DA ROCHA PROFA	1.178	1.018	589	585	597	591	538	570
VOTUPORANGA	SARAH ARNOLDI BARBOSA PROFA	537	579	644	606	688	674	488	494

ANEXO J

Evolução do número de alunos das escolas de Sorocaba								
	abril	2007						
Escola					ano			
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
CEES NORBERTO SOARES RAMOS - Prof.								
ACCÁCIO DE VCELLOS CAMARGO - Prof.	548	579	589	528	616	635	655	681
AGGÊO PEREIRA DO AMARAL - Prof.	1569	1594	1595	1511	1568	1675	1613	1541
ALTAMIR GONCALVES - Prof.	1499	1326	1383	1047	1295	1238	1207	1175
AMÉLIA C MACHADO DE ARAÚJO - Prof ^ª .	303	244	255	313	301	297	267	275
ANA CECÍLIA MARTINS - Prof ^ª .	466	613	761	844	1020	1117	1017	978
ANTONIA LUCCHESI - Prof ^ª .	167	162	165	166	161	154	133	141
ANTONIO CORDEIRO - Prof.	1991	2614	1672	1710	1683	1603	1567	1417
ANTONIO MIGUEL PEREIRA JÚNIOR	1734	1523	1538	1364	1178	1064	1042	971
ANTONIO PADILHA		1435	2603	2927	3004	3222	3343	3365
ANTONIO VIEIRA CAMPOS	1847	1846	1854	1784	1830	1681	1733	1643
ARQUÍMINIO MARQUES DA SILVA - Prof.	653	580	529	476	450	439	732	378
ARTHUR CYRILLO FREIRE - Dr.	1391	1293	1148	1268	1301	1150	940	714
AUGUSTO DA S DOURADO - Reverendo	89	92	87	72	75	73	90	92
BALTAZAR FERNANDES	781	713	722	678	593	586	608	688
BEATHRIS CAIXEIRO DEL CISTIA - Prof ^ª .	1225	1421	1543	1734	1865	1880	2004	1939
DIÓGENES ALMEIDA MARINS - Prof.	382	401	410	455	522	552	532	444
DIONYSIO VIEIRA - Prof.	1688	1590	1710	1821	1796	1963	2021	1844
DIRCEU FERREIRA DA SILVA - Prof.	133	141	169	172	168	195	202	182
DORIVAL DIAS DE CARVALHO - Prof.	269	266	247	235	233	234	234	232
DULCE E BASILE FERREIRA - Prof ^ª .	1733	1834	1772	1631	2214	1994	1700	1619
ELZA SALVESTRO BONILHA - Prof ^ª .	819	809	737	854	824	838	839	812
ENÉAS PROENÇA DE ARRUDA - Prof.	772	778	754	750	760	719	745	692
ESCOLÁSTICA ROSA DE ALMEIDA - Prof ^ª .	1758	1524	1238	1023	734	757	649	639
EZEQUIEL MACHADO NASCIMENTO - Prof.	1934	1844	2076	2158	2251	2277	2246	2014
FLÁVIO GAGLIARDI - Prof.	413	406	410	360	301	263	258	247
FRANCISCO CAMARGO CÉSAR	1819	1799	1690	1770	1736	1466	1475	1634
FRANCISCO COCCARO - Prof.	806	1356	986	1015	977	973	840	818
FRANCISCO EUFRÁSIO MONTEIRO	1733	1587	1551	1354	1365	1325	1284	1234
GENÉSIO MACHADO - Prof.	1909	2321	1952	1882	1497	1295	1111	1069
GENÉZIA I CARDOSO MENCACCI - Prof ^ª .	918	817	808	771	704	773	768	710
GUALBERTO MOREIRA - Dr.	1834	1666	1687	1652	1679	1779	1798	1764
GUIOMAR CAMOLESI SOUZA - Prof ^ª .	1949	1659	1661	1885	1025	868	841	889
HÉLIO DEL CISTIA					1068	1393	1568	1640
GUMERCINDO GONÇALVES	193	210	236	258	256	252	260	247
HUMBERTO DE CAMPOS	1842	1748	1620	1590	1569	1515	1439	1399
IDA YOLANDA L DE BARROS - Prof ^ª .	683	638	716	763	814	745	747	705
ISABEL LOPES MONTEIRO – Prof ^ª .	1075	1264	1314	1196	1273	1258	1051	1051
IZABEL RODRIGUES GALVÃO - Prof ^ª .	589	662	533	522	779	798	799	793
JOÃO CLIMACO DE CAMARGO PIRES	2012	3014	1740	1780	1784	1789	1386	1354
JOÃO MACHADO DE ARAUJO - Dr.	725	706	739	698	726	725	706	718
JOÃO RODRIGUES BUENO	1088	1012	1140	1224	1329	1398	1368	1412
JOÃO SOARES - Monsenhor	378	300	236	231	270	285	333	293
JOAQUIM IZIDORO MARINS - Prof.	1960	1931	1731	1894	1566	1744	1841	1487
JORDINA AMARAL ARRUDA - Prof ^ª .	1936	2044	2179	2070	2487	2422	2404	2366
JORGE MADUREIRA - Prof.	1194	1149	1278	1382	1414	1605	1646	1510
JOSÉ ODIN DE ARRUDA - Prof.	799	800	747	747	763	795	817	827
JOSÉ OSÓRIO DE C M E ALMEIDA - Prof.	113	103	99	83	92	171	193	191
JOSÉ QUEVEDO – Prof.	1246	1026	1000	1124	1145	1305	1231	1156
JOSÉ REGINATO - Prof.	1143	1298	1077	912	831	756	615	534
JOSÉ ROQUE DE ALMEIDA ROSA - Prof.	907	924	876	782	706	559	393	383
JOSEFA RODRIGUES FERNANDES - Prof ^ª .	1555	1367	955	706	353	228	219	235
JÚLIA RIOS ATHAYDE - Prof ^ª .	464	401	368	341	318	273	265	278
JÚLIO BIERRENBACH LIMA – Prof.	1884	1896	1908	1444	1115	867	986	897
JÚLIO PRESTES DE ALBUQUERQUE - Dr.	2594	2461	1880	1795	1893	1919	1782	1624
LAILA GALEP SACKER - Prof ^ª .	304	290	276	250	226	195	214	251
LAURO SANCHEZ - Prof.	1931	1994	1957	2046	1887	1840	1726	1795
LUIZ GONZAGA DE C FLEURY - Prof.	542	653	590	745	766	839	841	848
LUIZ NOGUEIRA MARTINS - Senador	2178	1545	1144	1164	1054	684	589	582
MARCO ANTONIO MENCACCI - Prof.	963	940	917	1253	1347	1249	1296	1144
MARIA CÂNDIDA DE B ARAÚJO - Prof ^ª .	870	817	804	745	758	752	737	756
MARINA G SOARES FERNANDES - Prof ^ª .	479	395	382	368	331	305	343	274

ANEXO K

ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL						
MATRIZ CURRICULAR						
ENSINO FUNDAMENTAL – CICLO I						
Componentes curriculares			Séries/aulas			
			1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a
Currículo Básico	Base Nacional Comum e Parte Diversificada	Língua Portuguesa	7	7	7	7
		Educação Artística	2	2	2	2
		Educação Física	2	2	2	2
		História	2	2	2	2
		Geografia	2	2	2	2
		Matemática	7	7	7	7
		Ciências Físicas e Biológicas	3	3	3	3
	Total	25	25	25	25	
Oficinas Curriculares	Orientação para Estudo e Pesquisa		2	2	2	2
	Atividades de Linguagem e de Matemática	Hora da Leitura	3	3	3	3
		Experiências Matemáticas	3	3	3	3
		Língua Estrangeira Moderna Inglês	1	1	1	1
		Informática Educacional	2	2	2	2
	Atividades Artísticas	Teatro				
		Artes Visuais				
		Música	3	3	3	3
		Dança				
	Atividades Esportivas e Motoras	Esporte				
		Ginástica	3	3	3	3
		Jogo				
	Atividades de Participação Social	Saúde e Qualidade de Vida				
		Filosofia	3	3	3	3
		Empreendedorismo Social				
Total		20	20	20	20	
Total			45	45	45	45

ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL						
MATRIZ CURRICULAR						
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II						
Componentes curriculares			Séries/aulas			
			5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a
Currículo Básico	Base Nacional Comum e Parte Diversificada	Língua Portuguesa	6	6	6	6
		Língua Estrangeira Moderna Inglês	2	2	2	2
		Educação Artística	2	2	2	2
		Educação Física	2	2	2	2
		História	3	3	3	3
		Geografia	3	3	3	3
		Matemática	5	5	5	5
		Ciências Físicas e Biológicas	4	4	4	4
		Ensino Religioso	-	-	-	1
Total			27	27	27	28
Oficinas Curriculares	Orientação para Estudo e Pesquisa		1	1	1	---
	Atividades de Linguagem e de Matemática	Hora da Leitura	2	2	2	2
		Experiências Matemáticas	5	5	5	5
		Língua Estrangeira Moderna Espanhol*				
		Informática Educacional				
	Atividades Artísticas	Teatro	3	3	3	3
		Artes Visuais				
		Música				
		Dança				
	Atividades Esportivas e Motoras	Esporte	3	3	3	3
		Ginástica				
		Jogo				
	Atividades de Participação Social	Saúde e Qualidade de Vida	4	4	4	4
		Filosofia				
		Empreendedorismo Social				
Total			18	18	18	17
Total			45	45	45	45

* A carga horária de Língua Estrangeira Moderna – Espanhol, quando incluída, será de uma aula semanal.

ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL							
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO I							
Turno/horário	Componentes curriculares			Séries/aulas			
				1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a
Manhã 7h00 às 11h30 Recreio: 20'	Currículo Básico	Base Nacional Comum e Parte Diversificada	Língua Portuguesa	7	7	7	7
			Educação Artística	2	2	2	2
			Educação Física	2	2	2	2
			História	2	2	2	2
			Geografia	2	2	2	2
			Matemática	7	7	7	7
	Ciências Físicas e Biológicas	3	3	3	3		
Total			25	25	25	25	
Almoço – 11h30 às 12h30							
Tarde 12h30 às 16h10 Recreio: 20'	Oficinas Curriculares	Orientação para Estudo e Pesquisa		2	2	2	2
		Atividades de Linguagem e de Matemática	Hora da Leitura	3	3	3	3
			Experiências Matemáticas	3	3	3	3
			Língua Estrangeira Moderna – Inglês	1	1	1	1
			Informática Educacional	2	2	2	2
		Atividades Artísticas	Teatro	3	3	3	3
			Artes Visuais				
			Música				
			Dança				
		Atividades Esportivas e Motoras	Esporte	3	3	3	3
			Ginástica				
			Jogo				
		Atividades de Participação Social	Saúde e Qualidade de Vida	3	3	3	3
	Filosofia						
Empreendedorismo Social							
Total			20	20	20	20	
Total			45	45	45	45	

ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL							
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II							
Turno/horário	Componentes curriculares			Séries/aulas			
				5ª	6ª	7ª	8ª
Manhã 7h00 às 12h20 Recreio: 20'	Currículo Básico	Base Nacional Comum e Parte Diversificada	Língua Portuguesa	6	6	6	6
			Língua Estrangeira Moderna - Inglês	2	2	2	2
			Educação Artística	2	2	2	2
			Educação Física	2	2	2	2
			História	3	3	3	3
			Geografia	3	3	3	3
			Matemática	5	5	5	5
			Ciências Físicas e Biológicas	4	4	4	4
			Ensino Religioso	-	-	-	1
	Oficinas Curriculares	Orientação para Estudo e Pesquisa		1	1	1	---
		Atividades de Linguagem e de Matemática	Hora da Leitura	2	2	2	2
Total				30	30	30	30
Almoço – 12h20 às 13h20							
Tarde 13h20 às 16h10 Recreio: 20'	Oficinas Curriculares	Atividades de Linguagem e de Matemática	Experiências Matemáticas	5	5	5	5
			Língua Estrangeira Moderna – Espanhol*				
			Informática Educacional				
		Atividades Artísticas	Teatro	3	3	3	3
			Artes Visuais				
			Música				
			Dança				
		Atividades Esportivas e Motoras	Esporte	3	3	3	3
			Ginástica				
			Jogo				
		Atividades de Participação Social	Saúde e Qualidade de Vida	4	4	4	4
			Filosofia				
			Empreendedorismo Social				
Total				15	15	15	15
Total				45	45	45	45

* A carga horária de Língua Estrangeira Moderna – Espanhol, quando incluída, será de uma aula semanal.

ANEXO L

Resolução SE 77, de 29-11-2006

Dispõe sobre o funcionamento, a reorganização curricular e o processo de atribuição de classes e aulas das Escolas de Tempo Integral, e dá providências correlatas.

A Secretária da Educação, considerando;
as expectativas e as demandas apontadas pelas equipes escolares na operacionalização das diretrizes estabelecidas pela Resolução SE nº 07, de 18/01/2006, quando do processo de implantação da Escola de Tempo Integral;
a diversidade dos fatores que, diuturnamente, podem comprometer o desenvolvimento e a qualidade das atividades programadas pelas equipes escolares, com especial referência às Oficinas Curriculares;
a necessidade de se otimizar, pedagógica e didaticamente, o funcionamento e a organização da matriz curricular dessas Oficinas;

a importância dos ajustes na consolidação da oferta de um ensino público de qualidade, a promover aprendizagens e experiências bem sucedidas; Resolve:

Artigo 1º - As escolas da rede pública estadual que, nos termos da Resolução SE nº 89, de 09/12/2005, aderiram ao Projeto Escola de Tempo Integral para atendimento a alunos dos Ciclos I e II do Ensino Fundamental, terão seu funcionamento e sua organização curricular regulamentados pelas diretrizes contidas na presente resolução.

Artigo 2º - A Escola de Tempo Integral funcionará obrigatoriamente nos turnos da manhã e da tarde, tendo sua organização curricular constituída por componentes do currículo básico do Ensino Fundamental e por eixos temáticos das Oficinas Curriculares.

Parágrafo único - Entenda-se por Oficina Curricular a ação docente/discente concebida pela equipe escolar em sua proposta pedagógica, a atividade de natureza prática, inovadora, integrada e relacionada a conhecimentos previamente selecionados, a ser realizada pelos alunos, em espaço adequado, na própria unidade escolar ou fora dela, desenvolvida por meio de metodologias, estratégias e recursos didático-tecnológicos coerentes com as respectivas atividades.

Artigo 3º - A organização da Escola de Tempo Integral observará:

I - carga horária semanal de 45 (quarenta e cinco) aulas;

II - carga horária diária de 9 (nove) aulas, com duração de 50 (cinquenta) minutos cada;

III - jornada diária discente de 9 (nove) horas, com intervalo para almoço e com período de 20 (vinte) minutos de recreio em cada turno.

Parágrafo único - Caberá à equipe gestora, constituída pelo Diretor da Escola, Vice-Diretor de Escola e Professor Coordenador, definir a duração do tempo necessário para o almoço, com intervalo máximo de 1 (uma) hora e observado o contido no § 2º do artigo 13 da Resolução SE nº 66, de 03-10-2006.

Artigo 4º - A equipe gestora da unidade escolar organizará a estrutura curricular do Ciclo I, do Ensino Fundamental, na seguinte conformidade:

I - selecionando, dentre as três opções constantes dos Anexos I, II e III, que integram esta resolução, a alternativa que apresente maior propriedade e sintonia com a proposta pedagógica da escola;

II - estabelecendo, para o turno da manhã, o ensino das disciplinas do currículo

básico, com duração de 5 (cinco) aulas diárias, e para o turno da tarde o desenvolvimento das atividades destinadas às Oficinas Curriculares, correspondendo à carga horária de 4 (quatro) aulas diárias;

III - observando que:

a) a inviabilidade de cumprimento da duração, por turno, do número de aulas previsto no inciso anterior, ou da distribuição das disciplinas ou oficinas pelos turnos, deverá ser objeto de proposta a ser apreciada pelo Supervisor de Ensino, e homologada pelo Dirigente Regional de Ensino;

b) no caso de inclusão da nova oficina de Participação Social, a proposta deverá ser encaminhada à Diretoria de Ensino para a competente aprovação, acompanhada da descrição do perfil do professor que deverá assumi-la, bem como da definição da habilitação/qualificação necessária ao desempenho das respectivas atividades;

c) a carga horária de 3 (três) aulas semanais previstas para as oficinas de Atividades Artísticas e de Atividades Esportivas e Motoras, nas opções I e III, seja destinada, integralmente, para uma única linguagem ou modalidade em cada uma das citadas oficinas.

Artigo 5º - com relação ao Ciclo II do Ensino Fundamental, na organização curricular, a equipe gestora deverá selecionar, a seu critério, uma das alternativas em cada um dos seguintes casos:

I - com relação ao horário de funcionamento da escola:

a) manutenção do esquema vigente, qual seja, o turno da manhã com 6 (seis) aulas e o turno da tarde com 3 (três) aulas, de conformidade com a disposição constante do Anexo IV, que integra a presente resolução, ou

b) o turno da manhã com 5 (cinco) aulas e o turno da tarde com 4 (quatro) aulas.

II - com relação à distribuição das disciplinas e das oficinas curriculares, por turno:

a) a manutenção da matriz curricular constante do Anexo IV, ou

b) o cumprimento integral do currículo básico constante do Anexo IV, permeado por oficina(s) curricular(es), selecionada(s) pela escola na conformidade da sua proposta pedagógica, possibilitando que cada turno seja constituído por disciplinas entremeadas por oficinas curriculares.

III - quanto ao desenvolvimento das Atividades Artísticas e das Atividades Esportivas e Motoras:

a) a manutenção do desenvolvimento por série/classe, ou

b) o desenvolvimento por turmas de alunos de séries/classes diversas, formadas com base no levantamento de suas opções pelas distintas linguagens/modalidades, previamente compiladas em grupos que definirão as possíveis turmas, com número mínimo de 35 (trinta e cinco) alunos cada e em quantidade igual à das séries/classes envolvidas em sua formação, respeitando-se, por turma, o número de aulas previsto para as atividades.

Parágrafo único - no exercício da autonomia, de que trata a alínea "b" do inciso II deste artigo, observar-se-á que:

1 - o somatório das cargas horárias de todas as oficinas/atividades não poderá exceder, em cada série, o total de 18 (dezoito) aulas semanais;

2 - a carga horária mínima de qualquer oficina curricular será de 2 (duas) aulas semanais;

3 - não deverá ser desenvolvida, em uma mesma série, a totalidade das oficinas previstas no Anexo IV e tampouco todas as modalidades/linguagens estabelecidas para as oficinas de Atividades Artísticas e de Atividades Esportivas e Motoras;

4 - o desenvolvimento da totalidade das oficinas previstas no Anexo IV, incluídas suas modalidades e/ou linguagens, quando for o caso, deverá ser contemplado e

distribuído ao longo de todas as séries do Ciclo, configurando a diversidade do conjunto de atividades de uma série para outra;

5 - as atividades de Orientação para Estudos e Pesquisa, de Hora da Leitura e de Experiências Matemáticas formarão a estrutura básica das oficinas, devendo estar presentes em todas as séries do Ciclo;

6 - a formação de turmas de Atividades Artísticas e de Atividades Esportivas e Motoras, de que trata a alínea “b” do inciso III deste artigo, deverá ser precedida da avaliação da viabilidade de adoção dessa estrutura curricular, compatível com o horário das aulas.

Artigo 6º - A atribuição de classes e aulas da Escola de Tempo Integral far-se-á:

I - para as disciplinas do currículo básico do Ensino Fundamental, na conformidade das disposições da Resolução SE nº 90, de 09/12/2005, na unidade escolar, pelo Diretor de Escola e em nível de Diretoria de Ensino, se necessário;

II - para as atividades das Oficinas Curriculares, em nível de unidade escolar, pela equipe gestora, assistida pelo Supervisor de Ensino da unidade, desde que o docente ou o candidato à admissão esteja previamente inscrito e/ou cadastrado para o processo regular de atribuição de classes/aulas e tenha efetuado, paralelamente, inscrição específica, em dezembro, na Escola de Tempo Integral, para a(s) oficina(s) curricular(es) que pretenda ter atribuída(s);

III - Observadas as habilitações/qualificações definidas no artigo 7º desta resolução, constituem-se em componentes do processo de inscrição paralela na unidade escolar, de que trata o inciso anterior:

a) o atendimento integral ao perfil do profissional exigido pelas características e especificidades da oficina(s) curricular(es) a ser(m) atribuída(s);

b) a análise, pela equipe gestora, do currículo do candidato, que avaliará as ações de capacitação vivenciadas, o histórico das experiências bem sucedidas, quando for o caso, a pertinência e a qualidade da proposta de trabalho apresentada e os resultados da entrevista individual por ela realizada;

c) o deferimento, pela equipe gestora, do pedido de inscrição selecionado, acompanhado de termo provisório, das classes ou aulas atribuídas, a ser entregue ao professor e enviado, de imediato, à Diretoria de Ensino para ciência e ratificação no processo comum de atribuição de classes e aulas.

§ 1º - Atendidos os quesitos constantes dos incisos II e III deste artigo, as aulas das Oficinas Curriculares poderão ser atribuídas a docentes titulares de cargo apenas como carga suplementar de trabalho.

§ 2º - O docente que, por qualquer motivo, deixar de corresponder às expectativas do desenvolvimento das atividades da oficina, cujas aulas lhe foram atribuídas, perderá, a qualquer tempo, estas aulas, por decisão da equipe gestora, ouvido o Supervisor de Ensino da escola, com homologação do Dirigente Regional de Ensino, devendo ser dispensado da função, nos termos da legislação vigente, ou ter sua carga horária reduzida, quando possuir outras aulas do ensino regular, sempre previamente assegurada ao docente a oportunidade de ampla defesa e contraditório.

Artigo 7º - na atribuição de aulas das Oficinas Curriculares da Escola de Tempo Integral, deverão ser observadas as seguintes habilitações/qualificações docentes:

I - no Ciclo I do Ensino Fundamental, relativamente às oficinas de:

a) “Orientação para Estudo e Pesquisa” - diploma de licenciatura plena em Pedagogia ou de curso de nível superior equivalente, com habilitação em Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental ou em Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio;

b) “Hora da Leitura” - diploma de licenciatura plena em Letras/Língua Portuguesa ou

de licenciatura plena em Pedagogia/curso superior equivalente, com habilitação em Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental ou em Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio;

c) “Experiências Matemáticas” - diploma de licenciatura plena específica em Matemática ou de licenciatura em Ciências com plenificação em Matemática, ou de licenciatura plena em Pedagogia/curso superior equivalente, com habilitação em Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental ou em Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio;

d) “Língua Estrangeira Moderna -Inglês” - diploma de licenciatura plena em Letras/Inglês;

e) “Informática Educacional” - diploma de licenciatura plena em qualquer disciplina, comprovando formação, conhecimento e proficiência na área de Informática, preferentemente adquiridos através de cursos de capacitação desenvolvidos pelos NRTes das Diretorias de Ensino;

f) “Atividades Artísticas” - diploma de licenciatura plena em Educação Artística/Arte;

g) “Atividades Esportivas e Motoras” - diploma de licenciatura plena em Educação Física;

h) “Saúde e Qualidade de Vida” - diploma de licenciatura plena em Ciências Biológicas ou licenciatura em Ciências com plenificação em Biologia, ou ainda licenciatura plena em História Natural ou de licenciatura plena em Pedagogia/curso superior equivalente, com habilitação em Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental ou em Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio.

II - no Ciclo II do Ensino Fundamental, relativamente às oficinas de:

a) “Orientação para Estudo e Pesquisa” - diploma de licenciatura plena em qualquer componente das atuais matrizes curriculares da Secretaria da Educação ou de licenciatura plena em Pedagogia/curso superior equivalente, com habilitação em Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio;

b) “Hora da Leitura” - diploma de licenciatura plena em Letras/Língua Portuguesa;

c) “Experiências Matemáticas” - diploma de licenciatura plena específica em Matemática ou de licenciatura em Ciências com plenificação em Matemática;

d) “Língua Estrangeira Moderna - Espanhol” - diploma de licenciatura plena em Letras, com habilitação em Espanhol;

e) “Informática Educacional” - diploma de licenciatura plena em qualquer disciplina, comprovando formação, conhecimento e proficiência na área de Informática, preferentemente adquiridos através de cursos de capacitação desenvolvidos pelos NRTes das Diretorias de Ensino;

f) “Atividades Artísticas” - diploma de licenciatura plena em Educação Artística/Arte;

g) “Atividades Esportivas e Motoras” - diploma de licenciatura plena em Educação Física;

h) “Saúde e Qualidade de Vida” - diploma de licenciatura plena em Ciências Biológicas ou licenciatura em Ciências com plenificação em Biologia, ou ainda licenciatura plena em História Natural;

i) “Filosofia” - diploma de licenciatura plena em Filosofia;

j) “Empreendedorismo Social” - diploma de licenciatura plena em Ciências Sociais ou em Estudos Sociais com habilitação/plenificação em História ou em Geografia, ou de licenciatura plena em História ou em Geografia.

Parágrafo único - na ausência de docentes com as habilitações definidas para as Oficinas Curriculares dos Ciclos I e II do Ensino Fundamental, exceto nas referentes às alíneas “a”, “e”, “g” dos incisos I e II deste artigo, as aulas poderão ser atribuídas com observância à ordem de prioridade das faixas de qualificação

docente previstas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 da Resolução SE nº 90/2005, bem como às disposições dos demais parágrafos do citado artigo.

Artigo 8º - Ao docente que se encontre com aulas de Oficina Curricular da Escola de Tempo Integral atribuídas, as quais comportam substituição docente, por qualquer período, são assegurados os mesmos benefícios/vantagens a que fazem jus os seus pares docentes no ensino regular, observadas as normas legais pertinentes, exceto a possibilidade de afastamento das referidas aulas para exercer qualquer outro tipo de atividade ou prestação de serviços.

Parágrafo único - Aplicam-se ao docente, de que trata este artigo, as disposições da Resolução SE nº 01, de 4 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a atribuição de classes, turmas e aulas de projetos da Pasta e outras modalidades de ensino, bem como as da Resolução SE nº 90, de 9 de dezembro de 2005.

Artigo 9º - para fins de definição de módulo de pessoal, nos termos da legislação pertinente, deverá ser considerado em dobro o número de classes da Escola de Tempo Integral em funcionamento nos termos desta resolução.

Artigo 10 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução SE nº 07, de 18/01/2006.

Matriz Curricular - Ciclo I - Anexo I

Componentes Curriculares		Séries/aulas			
		1ª	2ª	3ª	4ª
Currículo Básico	Língua Portuguesa	7	7	7	7
	Educação Artística	2	2	2	2
	Educação Física	2	2	2	2
	História	2	2	2	2
	Geografia	2	2	2	2
	Matemática	7	7	7	7
	Ciências Físicas e Biológicas	3	3	3	3
Total		25	25	25	25

Oficinas curriculares		Séries/aulas			
		1ª	2ª	3ª	4ª
Orientação para Estudo e Pesquisa		3	3	2	2
Atividades de Linguagem e Matemática	Hora da Leitura	3	3	3	3
	Experiências Matemáticas	3	3	3	3
	Língua Estrangeira Moderna – Inglês	1	1	2	2
	Informática Educacional	2	2	2	2
Atividades Artísticas	Teatro	3	3	3	3
	Artes Visuais				

	Música				
	Dança				
Atividades Esportivas e Motoras	Esporte	3	3	3	3
	Ginástica				
	Jogo				
Atividades de Participação Social	Saúde e Qualidade de Vida	2	2	2	2
Total		20	20	20	20

Ciclo I - Anexo II

Componentes Curriculares		Séries/aulas			
		1ª	2ª	3ª	4ª
Currículo Básico	Língua Portuguesa	7	7	7	7
	Educação Artística	2	2	2	2
	Educação Física	2	2	2	2
	História	2	2	2	2
	Geografia	2	2	2	2
	Matemática	7	7	7	7
	Ciências Físicas e Biológicas	3	3	3	3
Total		25	25	25	25

Oficinas curriculares		Séries/aulas			
		1ª	2ª	3ª	4ª
Orientação para Estudo e Pesquisa		3	3	2	2
Atividades de Linguagem e Matemática	Hora da Leitura	3	3	3	3
	Experiências Matemáticas	3	3	3	3
	Língua Estrangeira Moderna – Inglês	1	1	2	2
	Informática Educacional	2	2	2	2
Atividades Artísticas	Teatro	4	4	4	4
	Artes Visuais				
	Música				
	Dança				
Atividades Esportivas e Motoras	Esporte	4	4	4	4
	Ginástica				
	Jogo				

Atividades de Participação Social	Saúde e Qualidade de Vida	-	-	-	-
Total		20	20	20	20

Ciclo I - Anexo III

Componentes Curriculares		Séries/aulas			
		1ª	2ª	3ª	4ª
Currículo Básico	Língua Portuguesa	7	7	7	7
	Educação Artística	2	2	2	2
	Educação Física	2	2	2	2
	História	2	2	2	2
	Geografia	2	2	2	2
	Matemática	7	7	7	7
	Ciências Físicas e Biológicas	3	3	3	3
Total		25	25	25	25

Oficinas curriculares		Séries/aulas			
		1ª	2ª	3ª	4ª
Orientação para Estudo e Pesquisa		3	3	2	2
Atividades de Linguagem e Matemática	Hora da Leitura	3	3	3	3
	Experiências Matemáticas	3	3	3	3
	Língua Estrangeira Moderna – Inglês	1	1	2	2
	Informática Educacional	2	2	2	2
Atividades Artísticas	Teatro	3	3	3	3
	Artes Visuais				
	Música				
	Dança				
Atividades Esportivas e Motoras	Esporte	3	3	3	3
	Ginástica				
	Jogo				
Atividades de Participação Social	Nova proposta de oficina Curricular	2	2	2	2
Total		20	20	20	20

Ciclo II - Anexo IV

Componentes Curriculares		Séries/aulas			
		5ª	6ª	7ª	8ª

Currículo Básico	Língua Portuguesa	6	6	6	6
	Língua Estrangeira Moderna – Inglês	2	2	2	2
	Educação Artística	2	2	2	2
	Educação Física	2	2	2	2
	História	3	3	3	3
	Geografia	3	3	3	3
	Matemática	5	5	5	5
	Ciências Físicas e Biológicas	4	4	4	4
	Ensino Religioso	-	-	-	1*
Total	27	27	27	2827	
*Obs.: Quando não incluído no currículo básico, a carga horária de Ensino Religioso será destinada às atividades das Oficinas Curriculares					

Oficinas curriculares		Séries/aulas			
		5ª	6ª	7ª	8ª
Orientação para Estudo e Pesquisa					
Atividades de Linguagem e Matemática	Hora da Leitura				
	Experiências Matemáticas				
	Língua Estrangeira Moderna – Espanhol				
	Informática Educacional				
Atividades Artísticas	Teatro				
	Artes Visuais				
	Música				
	Dança				
Atividades Esportivas e Motoras	Esporte				
	Ginástica				
	Jogo				
Atividades de Participação Social	Saúde e Qualidade de Vida				
	Filosofia				
	Empreendedorismo Social				
Total	18	18	18	17/18	

(PUBLICADA NO D.O. EM 30/11/06 E PUBLICADA NOVAMENTE EM 08/12/06 POR MOTIVO DE INCORREÇÕES)

ANEXO M

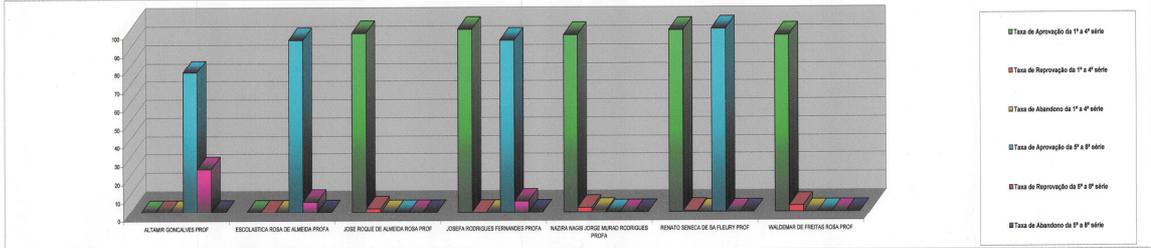
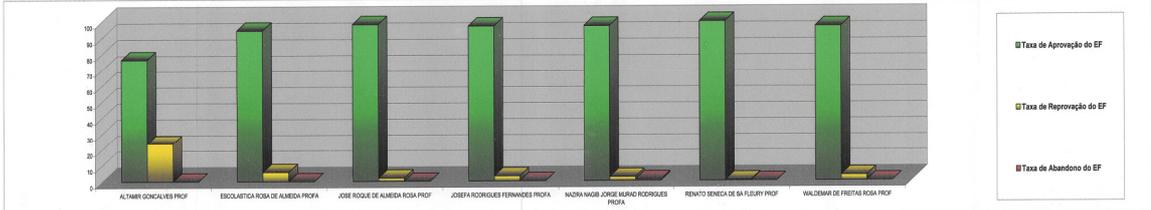


Desempenho Escolar das Escolas de Tempo Integral



SOROCABA

Município	Escola	Taxa de Aprovação								Taxa Reprovação								Taxa Abandono								Taxa de Aprovação do EF	Taxa de Reprovação do EF	Taxa de Abandono do EF	Taxa de Aprovação do 1º a 4º série	Taxa de Reprovação do 1º a 4º série	Taxa de Abandono do 1º a 4º série	Taxa de Aprovação do 5º a 8º série	Taxa de Reprovação do 5º a 8º série	Taxa de Abandono do 5º a 8º série								
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª									
SOROCABA	ALTAMIR GONCALVES PROF	0	0	0	0	73,8	67,2	69,7	75,6	0	0	0	0	26,2	32,8	10,3	24,4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	75,5	23,5	0	0	0	0	75,5	23,5	0
SOROCABA	ESCOLASTICA ROSA DE ALMEIDA PROFA	0	0	0	0	88,6	91	86,4	87,5	0	0	0	0	1,4	9	1,6	12,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	94,3	5,7	0	0	0	0	94,3	5,7	0
SOROCABA	JOSE ROQUE DE ALMEIDA ROSA PROF	98,8	100	100	95	0	0	0	0	3,2	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	98	2	0	98	2	0	0	0	0	0
SOROCABA	JOSEFA RODRIGUES FERNANDES PROFA	100	100	100	100	92,3	100	91,3	91,7	0	0	0	0	7,7	0	8,7	8,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	0	0	100	0	0	94,1	5,9	0	
SOROCABA	NAZIRA NAGIB JORGE MURAD RODRIGUES PROFA	97,4	100	100	88	0	0	0	0	0	0	0	12	0	0	0	0	2,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	99,9	2,4	0,8	99,9	2,4	0,8	0	0	0	0	
SOROCABA	RENATO SENECA DE SA FLEURY PROF	0	98,4	100	100	100	0	0	0	0	1,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	99,8	0,4	0	99,4	0,6	0	100	0	0	0	
SOROCABA	WALDEMAR DE FREITAS ROSA PROF	94,6	96,7	100	95,7	0	0	0	0	5,4	3,3	0	4,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	98,6	3,4	0	98,6	3,4	0	0	0	0	0	



ANEXO N

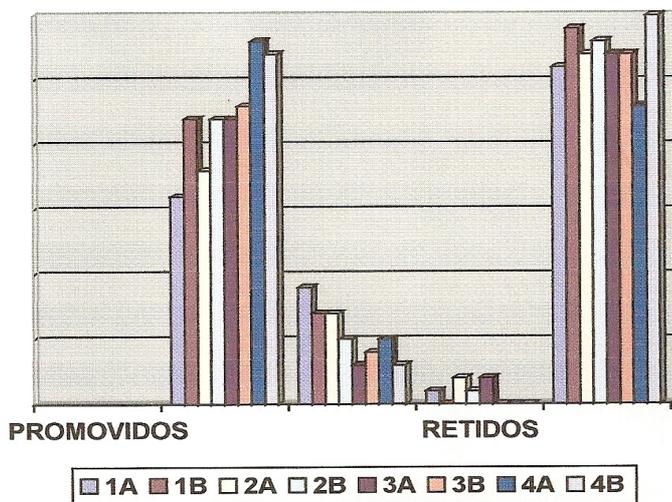


SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR
 DIRETORIA DE ENSINO DE SOROCABA
EE. PROF. RENATO SÊNeca DE SÁ FLEURY

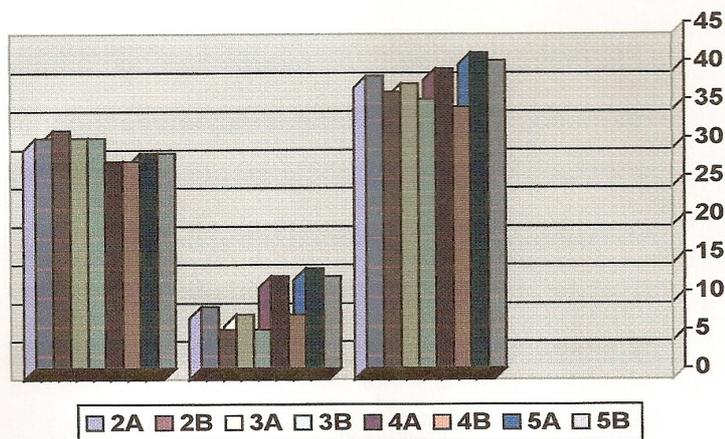


ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL EM SÃO PAULO:
 DIRETOR DE ESCOLA:- MARIA DAS GRAÇAS SILVA GAMBACORTA

ALUNOS EM 2005



ALUNOS EM 2006



ANEXO O



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR
DIRETORIA DE ENSINO DE SOROCABA

EE. PROF. RENATO SÊNECA DE SÁ FLEURY



ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL EM SÃO PAULO:
DIRETOR DE ESCOLA:- MARIA DAS GRAÇAS SILVA GAMBACORTA

Resultados Educacionais comparativos de 2005 e 2006

SÉRIES	ANOS	PROMOVIDOS/ FREQUENTES	TRANSFERIDOS	RETIDOS	TOTAL
1ªS A	2005	16	09	01	26
2ªS A	2006	30	08	-	38
1ªS B	2005	22	07	00	29
2ªS B	2006	31	05	-	36
2ªSA	2005	18	07	02	27
3ªS A	2006	30	07	-	37
2ªS B	2005	22	05	01	28
3ªS B	2006	30	05	-	35
3ªS A	2005	22	03	02	27
4ªS A	2006	27	07	-	27
3ªS B	2005	23	04	00	27
4ªS B	2006	27	07	-	34
4ªS A	2005	28	05	00	33
5ªS A	2006	28	13	-	41
4ªS B	2005	27	03	00	30
5ªS B	2006	28	12	-	40

ANEXO P

042420
RENATO SENECA DE SA
FLEURY PROF

diretoria de ensino / município:
SOROCABA / SOROCABA

coordenadoria:
CEI

O SARESP 2007

O SARESP - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - aplica anualmente provas aos alunos de educação básica da Rede Estadual. Os resultados apresentados neste boletim permitem à escola analisar o seu desempenho e, com o apoio da Secretaria de Estado da Educação, melhorar a qualidade da aprendizagem dos seus alunos e da gestão escolar.

PARTICIPANTES DO SARESP 2007

	4ª EF	6ª EF	8ª EF	3ª EM
ESTADO	246.521	440.556	-	-
COGSP	157.052	210.572	-	-
CEI	89.469	229.984	-	-
DIRETORIA	3.381	8.148	-	-
MUNICÍPIO	3.381	8.148	-	-
ESCOLA	63	51	-	-

MÉDIAS DO SARESP 2007

	4ª EF		6ª EF		8ª EF		3ª EM	
	Port.	Mat.	Port.	Mat.	Port.	Mat.	Port.	Mat.
ESTADO	186,8	182,5	210,4	194,1	-	-	-	-
COGSP	183,8	178,7	206,5	189,2	-	-	-	-
CEI	192,1	189,1	214,0	198,6	-	-	-	-
DIRETORIA	194,8	190,3	212,9	197,2	-	-	-	-
MUNICÍPIO	194,8	190,3	212,9	197,2	-	-	-	-
ESCOLA	206,2	201,1	225,3	202,4	-	-	-	-

SAEB 2005

	4ª EF		8ª EF		3ª EM	
	Port.	Mat.	Port.	Mat.	Port.	Mat.
Média das escolas estaduais do Brasil	173,0	181,8	226,6	232,9	248,7	260,0
Média das escolas estaduais de São Paulo	177,9	182,9	228,4	230,2	253,6	261,8

da Silva (Pláucia S. da Silva, 4ª Série B), a Sr.
Márcia Stanga de Campos (Allan Silva, 1ª Série B),
os membros do referido estão empenhados com a
implantação de algumas dependências para que o
projeto Escola Integral, possa ser implantado com sucesso.
Após a averiguação feita em algumas dependências a ser
ampliada pelos membros do Conselho de Escola, e nada
havendo a se tratar, procura-se a presente ata, datada
e assinada por todos. Locação 16 de Dezembro de 2005
Allan Silva, Márcia Stanga de Campos, Pláucia S. da Silva, Maria das Graças Silva Gambacorta

Maria das Graças Silva Gambacorta
RG - 7.959.892 - SSP/SP
Diretor de Escola

Ata da Reunião do Conselho de Escola para Verba FNDE/MEC - 2005 - Cobrir Desempenho da Escola em 2005.

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de
dois mil e cinco, às 9 (nove) horas, nesta
unidade escolar sob a direção da Prof.^a mp.
ria das Graças Silva Gambacorta, realiza-
mos a presente reunião para tratarmos
dos assuntos: - 1. Aplicação dos recursos
do FNDE/MEC - loja dos filtros R\$ 110,00, Informática R\$
93,00, Eletrônica Camargo Saacaba Ltda - ME R\$ 60,00, Ele-
Comércio de máquinas e equipamentos Ltda - EPP - R\$
340,00, mix you comercial Ltda R\$ 142,00, Pereira jurídica
R\$ 40,00, com serviços de manutenção no valor de R\$
1.168,14, incluindo materiais de consumo e em material
permanente no valor de R\$ 778,76, totalizando um
valor programado de R\$ 1946,90. Após análise da
aplicação dos recursos e conferência das notas
fiscais o colegiado homologou e atendeu regularmente
de dar prestação de contas. 2 - Cobrir do desempenho

Política de Alckmin desrespeita alunos e professores



A administração do PSDB no Estado de São Paulo tem provocado profundos prejuízos na Educação Pública. Desde o início da administração, com o governador Mário Covas e seu vice Geraldo Alckmin, a linha adotada na educação visa à racionalização sem qualquer preocupação com o aspecto pedagógico.

Desde então, a APEOESP vem denunciando a forma de gestão educacional do PSDB: redução dos investimentos no setor, combinada com a tentativa de desqualificação e fragmentação do Sindicato.

Efeitos desastrosos

Este estilo governamental, completamente desconectado da necessidade em oferecer escola pública de qualidade à população, ficou patente em um dos primeiros atos: a reorganização da rede estadual. Imposta de forma totalmente autoritária, a reorganização causou grandes transtornos na vida de milhares de crianças, obrigadas a mudar de escola; centenas de unidades foram fechadas e milhares de profissionais demitidos.

Este cenário também ficou estabelecido com a política de parcerias Estado-Município, a chamada municipalização do ensino, mais uma das estratégias do governo estadual de São Paulo para reduzir os seus gastos com a Educação.

Com a municipalização, assistimos à fragmentação do sistema estadual de ensino em centenas de micro-sistemas municipais, resultando em perda potencial da qualidade e prejuízos aos direitos de professores, alunos e funcionários.

As decorrências desastrosas

foram se perpetuando quando Geraldo Alckmin assumiu o governo. Uma das primeiras ações deste governo foi o veto ao projeto de lei que obrigava o máximo de 35 alunos por sala. A superlotação prejudica sobremaneira o processo de ensino-aprendizagem. Mas, esta não é uma preocupação do governo do PSDB.

Aprendizagem prejudicada

Tanto não é uma preocupação que todos os projetos educacionais são implementados de forma equivocada. Muitas vezes, são projetos defendidos pelos professores, mas desvirtuam-se pela forma como são conduzidos pelo governo. Para que os projetos contribuam com a qualidade do ensino é preciso garantir planejamento nas ações, formação contínua aos professores e infraestrutura adequada com salas-ambiente, laboratórios, quadras poliesportivas, salas de leitura, refeitórios, entre outros espaços.

A progressão continuada é um típico exemplo do descaso do governo em relação ao processo de ensino-aprendizagem. Ao adotar o projeto, a gestão Covas/Alckmin o transformou em aprovação automática. Professores eram obrigados a promover alunos, sem o devido aprendizado, às séries seguintes. O importante era conter custos: esta é a política educacional do governo estadual.

A farsa do tempo integral

Dando continuidade aos projetos impostos sem debate com a comunidade, o governo implementou a Escola de Tempo Integral. Corretamente planejada, a Escola de Tempo Integral assegura a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade, reforçando o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Porém, mais uma vez este projeto não seguiu os preceitos necessários, ignorados pelo governo estadual. Falta infraestrutura e planejamento. Além disso, é imperati-

vo garantir jornada única aos professores com dedicação exclusiva e salários condizentes.

Violência nas escolas

Aliado às políticas que prejudicam o processo de ensino-aprendizagem, professores e alunos passaram a conviver diariamente com a violência rondando as unidades. A tão propagada escola da família – mais um projeto imposto sem debate com a comunidade escolar e desconectado com a realidade específica de cada região – mostrou-se ineficiente na busca por soluções para o problema da violência.

Não houve qualquer ação concreta para dirimir problema tão grave. Ao contrário, o governo sempre alega que os casos (constantemente divulgados pela grande imprensa) são isolados.

Desrespeito aos profissionais

Aliado à falta de preocupação com a aprendizagem dos alunos, a administração do PSDB desrespeita os profissionais de todas as categorias dos serviços públicos. Em nenhuma oportunidade, o governador se dispôs a atender os representantes das categorias para discutir as demandas profissionais.

Todas as conquistas garantidas aos professores, como concurso público; evolução pela via acadêmica e não-acadêmica; complementação da jornada de trabalho; revogação do projeto de demissão de ACTS, entre outros, foram frutos da mobilização e da pressão dos professores.

Este quadro demonstra o perfil da administração do PSDB na Educação: imposição de projetos para efeito de propaganda; escolas abandonadas; profissionais desvalorizados e alunos desrespeitados.

Dirigentes responsáveis: Sérgio de Souza e Roberto Guido. **Conselho Editorial:** Carlos Ramiro de Castro; Edgard Fernandes Neto; Sérgio de Souza; Roberto Guido; Fábio Santos de Moraes; Telma A.A. Waldy Francisco Pereira da Rocha; José Geraldo Correia Júnior; Maria Izabel A. Noronha; Susy Fátima de Oliveira. **Jornalista responsável:** Rosana Indório (MTB 37.527). **Redatores:** Ana Maria Lopes (MTB 23342) e Luis Brandirino. **Fotos:** Robson Martins. **Diagramação e Editoração Gráfica:** Carlos Roberto Fereira dos Santos e Rosely Soares. **Secretarias:** Rite de Cássia de Souza e Fátima de Oliveira. **Impressão:** Bompref - Tiragem 150.000 exemplares. **Circulação Dirigida:** Distribuição Gratuita, Circulação em Juízo. Publicação Trimestral. **Distribuidoras:** ACT, Marchetti, Tiba. **Redação:** Praça da República, 282 - 9º andar - CEP 01045-000. **Matrícula Registrada** em microfilme sob nº 129.203 no Tercero Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

DIRETORIA DA APEOESP - TRIMÊNIO 2005/2006
DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente: Carlos Ramiro de Castro; Vice-Presidentes: Edgard Fernandes Neto; Secretário Geral: Fábio Santos de Moraes; Secretário Geral Adjunto: Rômulo Andrade Victor; Secretário de Finanças: Maria Izabel Noronha; Secretária Adjunta de Finanças: Susy Fátima de Oliveira; Secretário de Administração e Patrimônio: Francisco José Fereira; Secretário Adjunto de Administração e Patrimônio: José Wilson de Souza; Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais: Silvana Soares de Azevedo; Secretário de Comunicação: Sérgio de Souza; Secretário Adjunto de Comunicação: Roberto Guido; Secretário de Formação: Nélio Flávio Vaz; Secretário Adjunto de Formação: Rita de Cássia Cardoso; Secretária de Legislação e Defesa dos Associações: Zenilda Honorato; Secretário Adjunto de Legislação e Defesa dos Associações: Fábio Santos; Secretário de Política Sindical: Jomar Lopes da Silva; Secretário Adjunto de Política Sindical: Maria Serebista Rodrigues Soares; Secretária de Política Sindical: Francisca Pereira da Rocha; Secretário Adjunto de Política Sindical: José Geraldo Correia Júnior; Secretário para Assuntos de Aparentados: Silvio Fereira; Secretário Adjunto para Assuntos de Aparentados: João Luis Cezário; Secretária Geral de Organização: Margarida Maria de Oliveira; Secretária de Organização para o Capital: Márcia Jenevica de Silva; Secretária de Organização para o Grande São Paulo: Douglas Martins Lazzari; Secretário de Organização para o Interior: Estão Espírito; Fátima Lima; Secretária de Organização para o Interior: Edelvaldo Batista.

DIRETORIA ESTADUAL: Ademar de Assis; Carmelo; Aladir; Cássia Cecília; Cássia; Albano; Bráulio; Aldo; José Carlos; Soriano; Alair; Lourenço de Lima; Ana Lucia; Fereira; Ana Lucia; Santos; Cugler; Ana Paula; Pascoalini; Santos; Anacleto; Lourenço da Silva; Antonio; Alencar; Ribeiro; Antonio de Souza; Sérgio; Antonio; Jovani; de Jesus; Filho; Ary; Neves; da Silva; Benedito; Jesus; dos Santos; Chagas; Carlos; Alberto; Ricardo; Lopes; Roberto; Barbosa; da Silva; Carmen; Luiza; Urquiza; de Souza; Celso; Augusto; Ferraz; Cláudio; Maria; Cibele; Cláudio; Cristina; Alves; de Souza; Decadente; Biago; da Silva; Dina; Oreste; Gregório; Donival; Aparecido; da Silva; Edil; Sardenas; Salgado; Edna; Penha; Araújo; Eliana; Aparecida; Gomes; Elton; Pedro; Ribeiro; Fátima; da Silva; Fernandes; Fernando; Schuler; Pereira; da Costa; Fláudio; Azevedo; Lima; Flávia; Ingrida; Borrelli; Odair; Cery; Feres; Gonçalves; Távila; Cleonice; José; Maria; Rodrigues; Gilberto; de Lima; Silva; Osvaldo; Cristina; de Silva; Lima; Silvana; Lúcia; de Fátima; Souza; Ione; Melo; Michale; de Almeida; Isaci; Valdeci; dos Santos; Janete; Rodrigues; João; Iremy; Hellmeister; Filho; João; Luis; Gregório; José; Alfredo; Zucherman; da Silva; José; Luis; Moreno; Prado; Leite; Joviano; Maria; da Silva; José; Francisco; Amador; Ramos; Jovian; da Aguiar; Penteado; Neto; Leandro; Alves; Oliveira; Luis; Antonio; Viana; de Moraes; Luis; Clevaldo; de Lima; Luiz; Gonzaga; José; Leal; Felício; Viana; Maria; Cristina; de Almeida; Marcos; Antonio; Vian; Boas; Maria; Del; Carmen; Tábata; Pereira; Maria; José; Cavallotti; Castro; Maria; Lúcia; Ambrósio; Orlato; Maria; Lúcia; Fátima; Severo; Maria; Sufianeide; Rodrigues; Maria; Tereza; de Sordi; Maria; Valdiveneia; Lúcia; Nascimento; Marlene; Coelho; Rosa; Marliete; Gonçalves; de Almeida; Miguel; Leme; Ferreira; Miguel; Heil; Marilene; Odineir; Silva; Otaviano; Felício; Orlinda; Cassal; Vaz; de Lima; Paulo; César; Perilli; Paulo; Oreste; Renato; Fereira; Rani; Gomes; da Silva; Ricardo; Augusto; Roberto; Rite; Luis; Dina; Roberto; Fandirola; Lúcia; Rosalvi; Torelli; Rosana; Martins; de Souza; Rosana; Mariana; de Souza; Coelho; Rui; Carlos; Lopes; de Almeida; Sandra; Aparecida; Fernandes; Sebastião; Sérgio; Toledo; Rodolfo; Severino; Honorato; da Silva; Silvia; Andrea; Ferraz; Solange; Aparecida; Benedetti; Pereira; Solange; Aparecida; Cristina; de Amorim; Solange; Aparecida; da Costa; Sonia; Aparecida; Alves; de Almeida; Susil; de Araújo; Margarete; José; da Silva; Tereza; de Jesus; de Souza; Márcia; Tereza; Cristina; Moreira; da Silva; Vera; Lúcia; Lourenço; Vilma; Nogueira; Wolner; Ramos; Soares.

Edição concluída e enviada à gráfica no dia 23/06/2006

MENSALIDADE
O desconto da mensalidade no holerite de maio será de 1,2% sobre o salário de cada associado. O desconto mínimo será de R\$ 9,17 e o máximo de R\$ 36,68.

PUBLICIDADE
M-Gora - tel.: (11) 3885-0183/4652. CMC Brasil - tel.: (19) 3232-7544. O conteúdo das publicidades é de responsabilidade dos anunciantes.

II. CAMPANHA SALARIAL E EDUCACIONAL 2005

“Por um novo Plano de Carreira, revogação da Lei 836/97. Em defesa do emprego, da estabilidade dos ACTs, piso do Diocese e escola pública de qualidade”.

A reunião do Conselho Estadual de Representantes que antecedeu a assembleia em 28 de abril ratificou o eixo, as ações e a pauta de reivindicações da campanha salarial e educacional de 2006.

“Por um novo Plano de Carreira, revogação da Lei 836/97. Em defesa do emprego, da estabilidade dos ACTs, piso do Diocese e escola pública de qualidade” é o eixo norteador da campanha que traduz a necessidade de valorização dos profissionais da Educação e de garantia de uma escola pública de qualidade a todos os usuários.

A pauta de reivindicações foi encaminhada ao governador em exercício, Cláudio Lembo. Dando continuidade ao descompromisso com a categoria e com as entidades representativas, até o fechamento deste *Boletim*, não houve qualquer retorno por parte do governo estadual.

A pauta também foi entregue à Secretária de Educação, professora Maria Lúcia Vasconcelos, durante reunião realizada em 26 de março (veja quadro).

A secretária fez questão de frisar que, em função do pouquíssimo tempo dela na função, não teria condições de dar encaminhamento à totalidade das reivindicações da categoria. A Diretoria da APEOESP realinou a realidade do atendimento imediato da pauta já apresentada ao secretário anterior.

A pressão e a mobilização dos professores também são imprescindíveis para exigir que o governo atenda a todos os itens da pauta. Nova assembleia acontecerá no dia 02 de junho, conforme proposta aprovada pelo CER e ratificada pelos professores que participaram da assembleia em 28 de abril.

Plano de Carreira: um dia de debate na rede

Mais uma vez, a APEOESP cobrou da Secretaria da Educação empenho e agilidade na apresentação da nova minuta do Plano de Carreira. Os diretores da Entidade retrograderam a necessidade de organização de um dia de debate com todos os professores da rede. Caso a Secretaria não garanta esta organização, a APEOESP indicará o dia 31 de maio, conforme proposta aprovada no CER, e exigirá dispensa de ponto para toda a rede. Também se faz necessário garantir a constituição de uma comissão paritária permanentemente para elaboração do novo Plano. Esta ação é uma das prioridades da campanha salarial

al e educacional de 2006, já que a vida funcional de todos os professores depende do Plano de Carreira.

No dia 26 de abril, como parte da VII Semana Nacional em Defesa e Promoção da Escola Pública, organizada pela CNTE, a APEOESP priorizou o debate sobre Plano de Carreira: em conjunto com as demais entidades do magistério, o Sindicato organizou encontro na Assembleia Legislativa.

Buscando aprofundar este debate, segue em anexo a este *Boletim*, reprodução de encarte com algumas questões relacionadas ao Plano de Carreira. Orientamos os representantes de escola a retornar a discussão sobre os pontos, encaminhando propostas para um novo Plano que deverá assegurar a valorização da carreira docente e instituir a hora-aula como unidade para composição da jornada.

Estabilidade para todos os ACTs

Uma das mais importantes bandeiras de luta empreendida pela APEOESP em defesa dos professores e das professoras das redes oficiais de ensino é a estabilidade no emprego.

Por isso, a APEOESP defende que todos os professores com vínculos precários com as redes de ensino, como contratados em caráter temporário, mas que se dedicaram durante anos ao magistério público, adquiriram a estabilidade na carreira.

Ao mesmo tempo, a APEOESP defende concurso público como única forma de ingresso no Magistério, realizado sob formas e condições democráticas de participação e avaliação, corrigindo assim distorções históricas dos sistemas públicos de ensino. É necessário também que o tempo de serviço dos professores ACTs seja utilizado como critério classificatório nos concursos públicos e que os mesmos não sejam eliminatórios.

Municipalização não é solução!

A municipalização do ensino fundamental é uma das estratégias do governo estadual de São Paulo para reduzir os seus gastos com a Educação. Por meio de convênios com os municípios (iniciados em 1996), o governo repassou-lhes a responsabilidade de custeio e administração dos prédios, equipamentos e pessoal das escolas de 1ª a 4ª série da rede estadual. Essa estratégia ganhou

força com a aprovação do FUNDEF (em 1997), mas sofreu forte oposição da APEOESP e de outros segmentos sociais.

Com a municipalização em São Paulo, assistimos à fragmentação do sistema estadual de ensino em centenas de micro-sistemas municipais, resultando em perda potencial da qualidade do ensino e prejuízos aos direitos de professores, alunos e funcionários.

Outros efeitos negativos são a desoneração do Estado em relação à manutenção do Ensino Fundamental (com consequente estagnação dos recursos) e a falta de investimento, por parte dos Municípios, na Educação Infantil e na Educação de Jovens e Adultos.

Os resultados da municipalização são a falta de projeto pedagógico, baixa qualidade do ensino, professores desprezados, desprezo aos direitos dos professores estaduais eleitos e temporários, deslocamentos para unidades distantes, baixos salários, entre outros.

Por isso, em várias cidades a pressão popular, em conjunto com a ação das subseções da APEOESP, levou vereadores a revogar o decreto de municipalização. Em outras, a mobilização da comunidade bloqueou a municipalização de novas escolas.

Coerente com sua luta histórica em defesa da Escola Pública e dos direitos dos professores e contra a municipalização do ensino, a APEOESP continuará promovendo mobilizações junto à Prefeitura, Câmaras Municipais, comunidades escolares e à sociedade em geral contra mais esse ataque à Educação.

Como parte da campanha *Municipalização não é solução!*, a Entidade produzirá materiais específicos para subsidiar a luta nas regiões em todo o Estado.

Escola de Tempo Integral do governo Alckmin é uma farsa

A APEOESP sempre defendeu o projeto Escola de Tempo Integral por entender que melhora o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem do aluno e garante qualidade ao ensino. Porém, para que este projeto contribua com a qualidade do ensino é preciso garantir planejamento nas ações e uma infra-estrutura com salas-ambiente, laboratórios, quadras poliesportivas, salas de leitura, refeitórios adequados, entre outros espaços. Além disso, é imperativo garantir jornada única aos professores com dedicação exclusiva e salários condizantes. Correlatamente planejada, a Escola de Tempo Integral assegura a transcendência e a interdisciplinaridade, reforçando o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Porém, estes preceitos básicos foram ignorados pelo governo estadual.

O projeto Escola de Tempo Integral implantado em 400 escolas da rede é mais uma peça de marketing às custas de grandes dificuldades impostas aos professores, alunos e pais.

Este projeto foi, mais uma vez, imposto de forma autoritária, sem debate com a comunidade escolar, sem

aviso prévio, sem estrutura e condições adequadas. Resulta, portanto, o desprezo do governo com os usuários da escola pública.

A APEOESP tem recebido centenas de denúncias. Há casos em que os alunos ficam presos nas escolas, sem atividades extracurriculares, sem materiais, sem merenda. A Entidade tem denunciado esta irresponsabilidade em vários órgãos de imprensa e em suas publicações. Aliado a isto, a Diretoria já exigiu da S.E.E. que garanta debate, planejamento e estrutura para a instituição da real Escola de Tempo Integral.

Diretoria reúne-se com nova secretária da Educação

Durante reunião com a S.E.E., realizada em 26 de março, a APEOESP asseverou a Secretaria que há a necessidade de resgatar a concepção do Horário de Trabalho de Livre Escolha (HTLE) garantido pelo Estatuto do Magistério e excluído pelos secretários anteriores.

No dia 04 de maio, a secretaria publicou novo comunicado (veja abaixo) garantindo o HTLE e excluindo o parágrafo 2º do Regulamento 18 que determinava: “O cumprimento da complementação de carga horária diária para cada professor, ficará sob a responsabilidade do Diretor de Escola, podendo ser contínuo ou intercalado”. O comunicado assegurava ao professor a cumprimento do complemento salarial de livre escolha.

Diário Oficial

Estado de São Paulo
Município de São Paulo
Imprensa Oficial

Comunicado
A Secretária de Estado da Educação comunica às autoridades de ensino que, em razão das representações que lhe foram feitas e para ser garantida a unidade e a uniformidade de ação, a complementação de carga horária dos docentes de 10 ou 15 minutos, conforme o caso, pode ser cumprida em local de livre escolha do professor, nos termos da Resolução SE nº 18, de 24 de fevereiro de 2006, retificada em D.O. de 18 de março de 2006.

Cabe aos Dirigentes Regionais de Ensino orientarem os Diretores de Escola quanto aos registros necessários para o efetivo cumprimento do acima exposto.

ANEXO S

Comissão de Educação - 16ª Legislatura

19/06/2007 - REUNIÃO CONVOCAÇÃO DA SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA.

Aos dezenove dias do mês de junho, do ano de dois mil e sete, às quinze horas, no Auditório "André Franco Montoro" da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Primeira Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da Primeira Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura, sob a Presidência do Senhor Deputado Roberto Felício, com a presença da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Dra. Maria Lúcia Marcondes Carvalho Vasconcelos, convocada para prestar esclarecimentos sobre: 1- a maquiagem na reforma das escolas de lata; 2- corte no programa Escola da Família; 3- falta de estrutura e recursos para o funcionamento do programa escola integral; 4- acessibilidade nas escolas públicas estaduais - Ajustamento de Termo de Conduta junto ao Ministério Público (apenas 642 escolas estão adaptadas); 5- reserva de vagas de 5% do total de professores de cada Diretoria Regional de Ensino para portadores de deficiência - liminar já deferida pela juíza da 9ª Vara da Fazenda Pública; 6- adequação da Resolução S.E. 90/2008 (atribuição inicial de aulas) para que os educadores com deficiência escolham a unidade escolar mais perto de sua residência, facilitando a acessibilidade; 7- redução de tempo para aposentadoria aos integrantes do magistério portadores de deficiência; 8- cumprimento da Lei nº 5.296/94. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Presentes os Senhores Deputados Maria Lúcia Amary, Maria Lúcia Prandi, Rita Passos, Carlos Giannazi, Paulo Alexandre Barbosa e José Bruno, com a seguinte ressalva: durante a reunião, a Deputada Maria Lúcia Amary precisou se ausentar e foi substituída regimentalmente pelo Deputado Fernando Capez (membro substituto eventual). Presentes também, no decorrer da reunião, os Senhores Deputados Ana do Carmo, Bruno Covas, Carlinhos Almeida, João Caraméz, Mário Reali, Hamilton Pereira, José Zico Prado, Rodolfo Costa e Silva, Marcos Martins, Celino Cardoso, Edmir Chedid, Gilmaci Santos, Gilson de Souza, Uebe Rezeck, Raul Marcelo, Reinaldo Alguz, Roque Barbiere, Samuel Moreira, Vinícius Camarinha e Jorge Caruso. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Após agradecer a presença da Senhora Secretária da Educação, dos Senhores Deputados e dos diversos representantes de entidades da área da Educação, o Senhor Presidente passou a palavra à Dra. Maria Lúcia Vasconcelos, que cumprimentou os presentes e iniciou a apresentação do plano estratégico da Secretaria Estadual da Educação por uma educação de qualidade, nesta nova gestão de 2007 a 2010. A seguir, a Senhora Secretária apresentou explicações para os itens pautados, destacando-se: a projeção de fotos e laudos comprovando a qualidade das reformas em andamento nas "escolas de lata" ainda existentes, e a garantia de que até o final de 2007 todas estarão concluídas; o redimensionamento do Programa Escola da Família porque em algumas localidades "não houve resposta da sociedade"; a constatação da falta de estrutura, no momento, para o pleno funcionamento do Programa Escola Integral; quanto à acessibilidade, a informação de que, no prazo de

40 meses, será feita a adaptação de todas as edificações; a afirmação de que a reserva de 5% do total de professores de cada Diretoria Regional de Ensino para portadores de deficiência já é atendida. A seguir, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado Carlos Giannazi, autor do Requerimento que deu origem à presente Convocação. O Deputado Carlos Giannazi, dentre os diversos problemas na Educação por ele enumerados, destacou, com a projeção de fotos para ilustrar a sua fala, o processo de degradação das instalações de diversas escolas estaduais visitadas por ele. Pela ordem, o representante da Apeoesp, Senhor Carlos Ramiro, declarou que um dos grandes problemas da Educação é a descontinuidade da política para o setor. A Senhora Deputada Maria Lúcia Prandi, próxima inscrita para falar, ressaltou a necessidade de capacitação de pessoal e de preenchimento do quadro escolar, a falta de material didático e de investimento. Também fizeram uso da palavra, pela ordem, a Professora Zilda Guerra, representando a Apampesp, e os Senhores Deputados Fernando Capez e Paulo Alexandre Barbosa. A Senhora Secretária encerrou a sua participação com esclarecimentos sobre os pontos levantados nas falas anteriores, destacando que "são 5.500 escolas e não conseguimos atender a todas ao mesmo tempo porque há limites de orçamento". O Senhor Presidente, Deputado Roberto Felício, disse lamentar que os demais Deputados e representantes de entidades inscritos não tivessem tido a oportunidade de se manifestar, todavia, nos termos regimentais, a reunião deveria ser encerrada; acrescentou que vai propor nova audiência pública para dar continuidade ao debate. Foram, portanto, encerrados os trabalhos, dos quais eu, Saulo de Ávila Martins Pinhão, Agente Técnico Legislativo, lavrei a presente Ata, que vai assinada por Sua Excelência e por mim. O completo teor dos trabalhos da reunião foi gravado pelo serviço de audiofonia da Casa e, uma vez concluída a transcrição, passará a fazer parte desta ata, para todos os fins regimentais.

Aprovada em reunião de 15/08/2007.

Deputado Roberto Felício

Presidente

Saulo de Ávila Martins Pinhão

Secretário
